

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**COMO MORRE UM PROJETO DE POLICIAMENTO
COMUNITÁRIO: O caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho**

Marcus Cardoso

Brasília

2010

**COMO MORRE UM PROJETO DE POLICIAMENTO
COMUNITÁRIO: O caso do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho**

AUTOR: Marcus André de Souza Cardoso da Silva

ORIENTADORA: Lia Zanotta Machado

Professora titular PPGAS-UNB

Marcus Cardoso

Tese apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, no dia 24 de maio de 2010, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Antropologia

Presidente da Banca:

Profa. Adjunta: Eurípedes da Cunha Dias – PPGAS/UNB

Banca examinadora:

Prof. Titular: Roberto Kant de Lima – UFF

Prof. Adjunto: Arthur Trindade Maranhão Costa – SOL/UnB

Profa. Adjunta: Cristina Patriota de Moura – PPGAS/UNB

Prof. Titular: Luis Roberto Cardoso de Oliveira – PPGAS/UNB

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

À minha avó, Dulce Cardoso. Sempre ao meu lado.

Ao meu Avô, José Pinto Cardoso.

Ao Thor, Baleia e Neguinha. Meus cães.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Agradecimentos

Não há nenhum exagero em dizer que esta tese não seria possível sem a intervenção de Lia Zanotta Machado, minha orientadora de mestrado e doutorado. Por isto, sou grato.

Sou grato a Lea Rocchi Salles, que me acompanhou em grande parte do percurso que culminou na escrita e defesa da tese.

O processo de escrita foi longo e penoso, mas não solitário. Nas madrugadas na katakumba tive a companhia de pessoas queridas. Júlia Brussi, Roger, Alda, Fabíola Cardoso.

Junia Marússia Trigueiro, que também estava presente nas madrugadas de escrita na katakumba, meu agradecimento especial. Neste processo se transformou em amiga e Irmã.

Aos colegas de turma, Gonzalo, João, Márcia, Luis e Gustavo, agradeço pelas estimulantes discussões em sala de aula. Assim como sou grato a todos os meus colegas de katakumba que conheci durante meus sete anos no PPGAS-UnB.

Aos professores, à Rosa, Adriana e Paulo, fica meu agradecimento.

Aos meus pais, Aldir e Tânia, e meu irmão Cristiano Cardoso, meu carinho e agradecimento.

Por último, ao CNPq, que financiou minha trajetória acadêmica.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Resumo

O presente estudo trata do impacto da implantação de um projeto de policiamento comunitário em duas favelas da cidade do Rio de Janeiro: Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Na tese, procuro demonstrar que as relações entre policiais e moradores são permeadas por demandas de reconhecimento e respeito, dentro de uma lógica de circulação de reciprocidades. A presença e atuação do policiamento comunitário foi responsável pela primeira experiência positiva que os moradores das duas favelas tiveram com a polícia. Os moradores das duas favelas se sentiram valorizados, tendo suas demandas pelo reconhecimento de dignidade, segurança, circulação e direitos atendidas. O desgaste do policiamento comunitário começou a se fazer antes de se completar um ano, quando a implementação, inicialmente exitosa, não conseguia mais assegurar um ambiente semelhante ao passado valorizado e há volta das práticas do tráfico que produzem diretamente medo e insegurança nos moradores.

Palavras-chave: policiamento comunitário, dádiva, favelas, tráfico.

Abstract

The present study approaches the impact of implementing in 2003, a community policing project in two *favelas* (slums) of Rio de Janeiro: Cantagalo e Pavão-Pavãozinho . The thesis seeks to demonstrate that relations between police and residents are permeated by demands for recognition and respect within a logic of movement of reciprocity. The presence and performance of the community policing was responsible for the first positive experience that the residents of the two slums had with the police. The residents of the two slums considered that they were valued: their demands for dignity, recognition, safety, circulation and rights were attended. The degradation of positive perception towards community policing begins before completing one year. The implementation, initially successful, couldn't continue to

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

assure an atmosphere similar to the valued past and there was turn of traffic practices producing direct fear and insecurity within the residents.

Keywords: community policing, gift, favelas, traffic.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Sumário

Introdução, 1

PRIMEIRA PARTE: A POLÍCIA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA TEMÁTICA

Capítulo 1

Polícia contra os pobres, 14

Um breve histórico: Concepções predominantes sobre a polícia e o serviço policial, 16

Polícia no Brasil, 21

O Governo Brizola e a introdução do paradigma dos Direitos Humanos e do Policiamento Comunitário, 29

A metáfora da guerra e os moradores de favelas como “classe perigosa”, 35

A Polícia contra os moradores de favelas, 37

Capítulo 2

As discussões sobre Policiamento Comunitário e a implantação do GPAE nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, 41

A Crise do Modelo Profissional e fortalecimento da filosofia do policiamento comunitário, 41

Policiamento Comunitário, 47

A crise na polícia brasileira e o fortalecimento de experiências de policiamento comunitário, 51

O GPAE nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, 58

Preparação e implantação, 62

SEGUNDA PARTE: AS FAVELAS DO CANTAGALO E PAVÃO-PAVÃOZINHO E SEUS DIFERENTES “TEMPOS”

Capítulo 3

Pavão-Pavãozinho e Cantagalo: História e Pessoas,

Pavão-Pavãozinho e Cantagalo ao longo das décadas, 67

As pessoas, 76

O Galo e o Pavão, 89

Capítulo 4

O Tempo da Comunidade, 93

Os tempos nas favelas, 95

Do tempo da solidariedade e da escassez, 99

Amizade, 111

Sobre respeito, 116

Comunidade e seu tempo, 127

As categorias. 131

Capítulo 5

O Tempo do Medo do Desrespeito, 139

Egoísmo e descompromisso, marcas de uma época, 141

O Medo da violência como questão, 145

Tiroteios e invasões: um novo momento nas favelas. 150

Do que se tem Medo: relações com o tráfico, 163

Desrespeito, 178

A força dos dois tempos, 192

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 6

“Um outro momento”. Questões sobre cidadania, respeito e reciprocidade, 194

Cidadania, consideração e (des)consideração, 195

Dádiva e consideração, 204

Outro momento, 210

O impacto da chegada do GPAE, 215

Gestos de indiretos de consideração, 228

Gestos diretos de consideração, 236

Consideração, cidadania e troca, 250

Capítulo 7

Da Esperança ao Descrédito, 264

Entre a desconfiança e a esperança, 279

Esperanças perdidas: 2004, 288

Capítulo 8

As favelas em três tempos, 302

Voltando ao “normal”, 302

Um intervalo, 314

Os tempos nas comunidades e o GPAE, 317

Conclusão

Como morre um projeto de Policiamento Comunitário, 319

Bibliografia, 325

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Introdução

A intenção fundamental desta tese é que a experiência dos moradores das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho possa contribuir para que futuras iniciativas inspiradas nos princípios do policiamento comunitário evitem incorrer nos equívocos ali cometidos, possibilitando que setores marginalizados da população tenham suas demandas por reconhecimento de direito e respeito a sua dignidade atendidos.

“Como morre um projeto de policiamento comunitário” é minha tentativa de lançar luz sobre os determinantes responsáveis pelo fracasso do policiamento implantado no Cantagalo e no Pavão-Pavãozinho, favelas situadas, respectivamente, nos bairros de Ipanema e Copacabana. A perspectiva assumida é a dos moradores das duas favelas. É a partir das suas narrativas que reconstruo os diversos momentos na relação entre policiamento e comunidades¹

O GPAE

O policiamento implantado nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho foi o GPAE, sigla para Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais. O GPAE foi idealizado para atuar em favelas sob os princípios filosóficos do policiamento comunitário. No entendimento dos seus idealizadores isso significava dizer que o GPAE atuaria de modo a desenvolver práticas que favorecessem o desenvolvimento de estratégias de prevenção ao crime estimulando a participação da comunidade

¹ Usarei o termo comunidade no lugar de moradores das favelas. Da forma que o uso, não se trata do uso conceitual tal como presente na literatura antropológica clássica como o oposto dicotômico do termo “sociedade”, ou seja, de uma organização social supostamente homogênea que se distingue do que seria a “sociedade”, pensada como heterogênea e complexa. Utilizo o termo “comunidade” pois permite fazer a referência ao uso do “nós”, tal como utilizado pelos moradores das favelas que analisei. Distinguem o “nós”, favelados, face aos outros, os do “asfalto”, pensados como preferencialmente, membros das camadas médias. Da mesma forma, o uso do termo “policiamento comunitário” também se refere ao modo como as políticas públicas se referem aos moradores de uma vizinhança, especialmente os referidos a “comunidades pobres” ou “comunidade de pobres”) , desde a implantação, que contou com a receptividade dos locais, passando pelo início do processo de desgaste até o momento no qual os moradores desenvolvem resistência insuperáveis em relação à presença do policiamento.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

assistida no processo de tomada de decisão sobre as prioridades que deveriam ser assumidas pelo policiamento. Como consta do documento onde foram expressas suas diretrizes, o policiamento atuaria de forma “essencialmente preventiva e, eventualmente, repressiva” priorizando a garantia dos pressupostos básicos dos direitos civis – como garantia à vida e à liberdade de trânsito – da população moradora de favela². Outro aspecto importante refere-se à instalação e presença do grupamento nas favelas de forma permanente. Haveria policiamento durante as vinte e quatro horas do dia nas comunidades que contassem com seus serviços³.

Como indicam alguns autores o GPAE foi a primeira experiência no Brasil de policiamento comunitário em favelas (Albernaz, Caruso, Patrício, 2007). Até então as experiências de policiamento comunitário no Brasil restringiam-se a áreas urbanizadas⁴. O primeiro GPAE foi implantado nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, no ano de 2000. Em 2002 a iniciativa foi replicada para as favelas do Formiga/Chácara do Céu/Casa Branca e Vila Cruzeiro e Cavalão⁵.

O GPAE que interessa nesta tese é o implantado nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Como apontei anteriormente (Cardoso, 2002; 2005) o evento responsável pela escolha destas duas comunidades, entre tantas outras, para receber o primeiro GPAE foi a eclosão de violento protesto ocorrido nas ruas do bairro de Copacabana e protagonizados pelos moradores das duas favelas. O estopim para o início do protesto foi o assassinato de cinco homens moradores do Cantagalo que,

² “O GPAE, no âmbito da prestação de serviços de segurança pública, destina-se à implantação e implementação de uma nova modalidade de policiamento interativo em comunidades populares e favelas. Baseia-se no esforço de desenvolvimento de estratégias diferenciadas de prevenção e repressão qualificada do delito a partir da filosofia da Polícia Comunitária. Constitui-se pressuposto básico da ação que será desencadeada pelo GPAE a integração dos serviços públicos, através da participação articulada das agências do Estado, da sociedade civil, além da própria comunidade. O GPAE destina-se à execução permanente e interativa das atividades operacionais de policiamento em comunidades populares e favelas. A atividade desenvolvida é essencialmente preventiva e, eventualmente, repressiva (DIRETRIZ, 2000).

³ No segundo capítulo apresento mais detidamente as diretrizes, princípios operacionais e estratégias de intervenção do GPAE.

⁴ Sobre as experiências à implantação de policiamentos comunitários no Brasil, ver primeiro o segundo capítulo da tese.

⁵ Albernaz, Caruso, Patrício (2007). Especificamente sobre o GPAE do Cavalão ver Souza e Silva (2006).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

segundo os moradores, foram executados por policiais. Segundo a versão policial, policiais foram recebidos a tiros quando realizavam uma incursão na favela e, para se defender, atiraram em direção aos agressores (Cardoso, 2005). A versão apresentada pelos policiais apresentava divergência em relação à dos moradores, como é possível inferir pela fala desta moradora:

“...quando aconteceu a morte de vários rapazes no Cantagalo (...) tudo bem, é do crime, mas foram mortos segundo as pessoas que estavam mais próximas, foi injustamente. Como pode um carro, um único carro, ser abordado por 14 pessoas que já estavam esperando esse carro (...) chegar esse carro e mata uma porção de pessoas e não saiu sequer um tiro? Se estão esperando esse carro o mais provável é que o carro seja atingido primeiro. Mas não. O policial consegue chegar, ir até onde estão essas pessoas, matar 3 ou 4, mas nem com o carro e nem com os policiais acontece nada. A história está mal contada. Aí os moradores desceram, quebraram, aconteceram e as pessoas que não tinham nada a ver com isso é que sofreram. Foi violência para todo o lado...” (Maria, moradora do Pavão-Pavãozinho, in: Cardoso, 2005)

Na sequência do protesto em Copacabana outros seis episódios de enfrentamentos entre policiais e moradores de favelas ou bairros pobres ocorreram em diversos pontos da cidade do Rio de Janeiro (Cardoso, 2005)⁶. A resposta do poder público foi o anúncio da criação de um grupamento de policiamento comunitário que atuaria nas favelas do Estado. Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, favelas onde os protestos se iniciaram, foram os locais escolhidos para instalação do primeiro GPAC.

⁶ Para ver descrição detalhada dos quebra-quebras ocorridos entre 15 de maio e 10 junho do ano de 2000 ver (Cardoso, 2005)

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Ao anunciar a criação do GPAE o Governo do Estado respondia a pressões que, neste momento, eram exercidas por diferentes setores da sociedade. Os populares protestavam contra ação arbitrária e violenta cometidas por policiais ao mesmo tempo em que demandavam por respeito aos seus direitos, enquanto os demais moradores da cidade pressionavam o Poder Público temendo serem vitimadas nos protestos dos moradores mais pobres.

Independente dos motivos que levaram ao anuncio da criação do GPAE, a proposta de criar um grupamento inspirado na filosofia do policiamento comunitário que atuaria em favelas para garantir a segurança e os direitos dos moradores destas áreas constitui-se fato relevante e, até então, único na história das instituições policiais no Brasil. Talvez pela primeira vez uma unidade policial passaria a atuar nestas localidades tendo como preocupação principal o bem-estar de seus moradores.

Como se verá com o desenvolver da tese, uma das demandas históricas dos moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho referia-se à consideração da sua condição de “pessoa de bem” e “cumpridora do seu dever”, logo, merecedora de respeito e atenção por parte dos policiais. Os moradores queriam e querem ser tratados como cidadãos e querem que a polícia, em suas ações nas favelas, reconheça e respeite a diferença entre os envolvidos e não envolvidos com a quadrilha. Em suma, querem que a polícia os proteja e os trate com dignidade⁷.

A visão que os moradores das duas favelas têm sobre a polícia é que ela existe para oprimir os pobres e garantir a segurança de quem detém recursos econômicos e poder político. É a polícia contra os pobres. Esta percepção encontra fundamento para além das fronteiras das favelas da cidade do Rio de Janeiro. Diversos autores consagraram a visão de que, internacionalmente, a criação das forças policiais profissionais se deu em contexto de intensificação das desigualdades

⁷ O termo quadrilha está sendo usado no termo “nativo” e não conceitual. Permite expressar a referência como aquele “outro” que não deve ser confundido com o “nós”, trabalhadores, que não pertencem a “quadrilha de traficantes”, geralmente aludidos como aqueles que fazem parte do “movimento”, como se mostrará presente na fala dos entrevistados.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sociais servindo como instrumento que garantiria, através do uso da força, os projetos dos que detinham poder do Estado⁸. No Brasil, ao que estudiosos indicam, não foi diferente. Em território nacional, as instituições policiais, ao longo da história, se dedicaram a combater o inimigo interno. Assim, as instituições policiais no Brasil se preocuparam mais em garantir a ordem impedindo a erupção de conflitos e impondo a “harmonia” em vez de se concentrar em prover segurança pública de forma universal⁹ (Kant de Lima, 1995), dando a impressão de que estas instituições se comportam como se houvesse uma oposição entre elas e a sociedade. Na percepção dos meus interlocutores não há dúvida neste ponto. A polícia serve para reprimi-los e não para protegê-los. Para eles o GPAE representa a primeira experiência que rompe com a forma tradicional da polícia agir nas favelas. No momento da implantação do GPAE e nos meses que se seguiram, a polícia foi vista como estando ali para protegê-los, para garantir a segurança e reprimir abusos contra eles.

Questões

Minha dissertação de mestrado foi uma longa e detalhada descrição sobre a presença do policiamento comunitário nas duas favelas. Nela quase não havia esforço de compreensão ou interpretação sobre o amontoado de informações que recolhi entre os anos de 2001 e 2004. Os dados extrapolavam em muito minha capacidade de entendimento e, quando escrevi a dissertação, acabei não dando conta de coisas importantes que estavam sendo ditas e que apresentavam chaves fundamentais para se entender os motivos pelos quais a presença e atuação do GPAE gozou de diferentes avaliações ao longo da sua permanência nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Diga-se, em minha defesa, que o quadro só se completa em 2007 quando ocorre, no meu entender, o fechamento de ciclo criado pelos próprios moradores.

⁸ Sobre a criação da polícia profissional ver primeiro capítulo.

⁹ Sobre as instituições policiais no Brasil ver primeiro capítulo.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Nesta tese a pergunta que me proponho responder, tendo isto em mente é: quais são os parâmetros acionados pelos moradores das duas favelas tratadas aqui para avaliar o policiamento como bem ou mal sucedido? Como ficará evidente, a resposta não é fácil e remete a questões para além da simples presença e atuação do GPAE a partir do ano 2000. O quadro mental ao qual o GPAE é inserido e a partir do qual é avaliado diz respeito a categorias empíricas, para citar Lévi-Strauss, arraigadas desde muito antes de sua presença. Procuro responder esta pergunta reproduzindo a ordem cronológica presente nas narrativas dos interlocutores. Por isso, para falar do GPAE, antes abordo questões fundamentais sobre a vida nas favelas antes da chegada do policiamento. Faço por acreditar que, sem apresentar este quadro, o perfeito entendimento sobre os diferentes momentos na relação do policiamento com os moradores fica prejudicado.

A resposta envolve a percepção local sobre tempos ou épocas e acionamentos de categorias como respeito, solidariedade, amizade e assim como os seus simétricos opostos; desrespeito, egoísmo e medo. Mas não é apenas isto. Na percepção local cada grupo de categoria representa épocas distintas. Estas categorias se reúnem dentro daquilo que é chamado de “tempos”. Surgem então o “tempo da comunidade” e o “tempo do cada um por si”, cada qual carregando consigo o conjunto de categorias referidas anteriormente. Cada “tempo” deste apresenta diferentes configurações sociais que envolvem modificações nas relações de poder, utilização de apropriação de espaços, relações hierárquicas. Como se verá, a maioria das narrativas sobre a atuação do policiamento comunitário tem como pano de fundo estes dois tempos. Meu argumento é o de que os diferentes momentos na percepção local sobre a atuação do GPAE ocorreram porque os moradores consideravam que o ambiente proporcionado pela presença do policiamento se aproxima mais de um “tempo” do que de outro.

Ou seja, quando os locais consideram que a presença do GPAE permitiu, de alguma forma, reviver aspectos presentes no “tempo da comunidade”, a avaliação

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sobre ele foi amplamente positiva. Agora, quando do contrário, quando sua presença não foi mais capaz de garantir os benefícios iniciais trazidos com sua presença e o ambiente das favelas foi identificado como sendo semelhante ao “tempo do cada um por si”, o GPAE passou a ser alvo de críticas que acabaram por precipitar o afastamento e desinteresse dos moradores em relação ao policiamento comunitário.

Outra questão fundamental para o entendimento da avaliação sobre o GPAE guarda relação com as discussões sobre reconhecimento e consideração, tal como tem sido abordado por Cardoso de Oliveira (2009, 2008, 2006, 2004, 1996a, 1996b). A discussão sobre consideração se articula com a anterior, sobre os tempos nas favelas, sobretudo quando se percebe uma das distinções principais entre os dois tempos é a presença ou não daquilo que os locais classificam como demonstração de respeito. A partir do quarto capítulo trato das intervenções policiais que classifico como sendo de gestos de demonstração de consideração diretos e indiretos.

Explico: entre os de consideração indiretos estão aqueles proporcionados pela presença policial sem que sejam frutos da relação direta entre policiais e moradores. Para ser mais claro, são os efeitos que a presença policial causou na relação entre moradores envolvidos com o tráfico e moradores não envolvidos. Como, por exemplo, proibição da exposição de arma de fogo, desarticulação do domínio territorial do tráfico e inibição de abusos cometidos contra os moradores. Por sua vez, os gestos de consideração diretos são aqueles provenientes da relação entre moradores e policiais, tais como disposição à escuta e demonstração pública de respeito. Os gestos de consideração são interpretados como o reconhecimento de que os moradores são sujeitos portadores de direitos e merecedores de tratamento que demonstram cuidado por parte da polícia. E neste ponto há articulação entre categoria local de respeito com percepções sobre cidadania e déficit de cidadania.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Inserção no campo.

Posso dizer que não sou uma figura completamente estranha para os moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. Estive nas favelas nos anos de 2001-2002, 2004 e 2007-2008. Nos últimos dois períodos aluguei uma moradia no Pavão-Pavãozinho e por lá fiquei.

Minha primeira incursão às favelas do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo aconteceu em janeiro de 2001, como estudante de ciências sociais e bolsista da FAPERJ na pesquisa desenvolvida pela organização não-governamental Viva Rio. Além de mim, mais três graduandos do IFCS-UFRJ e um graduando da UERJ estavam escalados para mapear as diversas instituições locais, governamentais e não-governamentais, entrevistar seus líderes, descobrir qual objetivo de cada uma, quantas pessoas eram beneficiadas e qual era o seu perfil, tempo de atuação, como operavam etc. Em um segundo estágio da pesquisa dever-se-ia mapear a percepção dos moradores das duas favelas sobre violência.

A entrada no campo foi antecedida pelo pedido de autorização feito ao então líder da associação de moradores do Pavão-Pavãozinho, Sebastião, e ao líder de moradores do Cantagalo, Paulo Bezerra. O presidente da associação do Pavão-Pavãozinho, à época, mantinha estreita relação com o Viva Rio, o que facilitou não só nossa entrada como também nossa permanência na favela durante os primeiros meses de coleta de dados. Junto a isso, o fato de os representantes do governo estadual demonstrarem interesse particular na pesquisa, mais especificamente no que poderia se tornar capital político para promover o governo¹⁰, também permitiu certa legitimidade da nossa presença em campo, pois era de interesse de Sebastião manter

¹⁰ O governador Garotinho havia sido eleito tendo com uma das suas principais bandeiras de campanha na disputa eleitoral a reformulação das polícias do Estado do Rio de Janeiro e a diminuição dos índices de criminalidade. Neste contexto, a atuação do GPAE nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, tornou-se um dos principais carros-chefe na propaganda do governo. Neste sentido, a pesquisa sobre os impactos trazidos com a atuação do GPAE interessava diretamente a setores do governo que queriam a chancela acadêmica para poder reverter seus resultados em capital político.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

boas relações com os diversos interlocutores que representariam, ao menos potencialmente, a destinação de recursos financeiros para a favela.

Nas primeiras semanas entrávamos com um crachá que continha o nome, a instituição a qual pertencíamos e o termo “pesquisador”. Naquele momento o crachá garantia uma circulação tranquila. É verdade que a maioria das ONGs e das instituições públicas que prestavam serviço para as favelas se encontravam em um único prédio que ficava no Cantagalo, o que permitia aos pesquisadores uma distância confortável do que se passava no interior das favelas. O que, no futuro, acabaria causando distorções na visão que os pesquisadores tinham da relação entre os moradores de favelas e o GPAE. Pois ao olhar para a favela de “fora”, através do “prédio das ONGs”, os pesquisadores que, por um motivo ou outro, praticamente nunca se dispuseram a realmente andar pelo seu interior, acabaram captando apenas o discurso e a percepção da situação a partir das instituições que recebiam dinheiro governamental para fomentar seus projetos. Eu estava interessado em outra experiência.

Entrávamos no campo no calor dos acontecimentos. O GPAE ocupava a favela desde novembro do ano anterior, há pouco tempo então. A presença da polícia diariamente no cotidiano da favela demandava novas estratégias de ocupação do espaço e de socialidade entre os moradores habituais, agentes do tráfico e os próprios policiais envolvidos no policiamento comunitário. Tanto o Pavão-Pavãozinho quanto o Cantagalo estavam em ebulição. Rapidamente perdi o interesse nas ONGs e nos seus projetos de regaste social.

Recusava-me a fazer uma sociologia de intervenção social, meu compromisso era com antropologia acadêmica. Egoisticamente, era o “*Anthropological Blues*”, de Damatta (1978), *Os Argonautas* de Malinowski (1978) e “Observando o Familiar” de Gilberto Velho (1978), que moldavam meus sonhos e expectativas e não a possibilidade de acesso à cidadania daquelas pessoas que me fazia continuar na pesquisa. Eram os dados que me interessavam, não as pessoas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

É evidente que hoje, ao olhar em perspectiva, acredito que não há necessariamente um conflito entre uma coisa e outra. Mas, naquele momento, as duas abordagens pareciam inconciliáveis e, diante disto, tomei posição. O que acontecia no chão das favelas, cada vez mais, me atraía. Passei a considerar irrelevante perguntar ao funcionário do Projeto Economia Solidária, ou do Projeto de Computação Solidária do Viva Rio o que eles faziam ali, a quem atendiam, quantas pessoas eles haviam “libertado” de um triste destino e o que eles achavam da presença da polícia nas comunidades.

Mapear os projetos sociais não fazia mais o menor sentido. Se era para perguntar a alguém o que achava do que estava acontecendo na comunidade, que a resposta fosse dada pelos moradores e no seu ambiente e não em um local onde eles recebiam dádivas do Estado ou de organizações não-governamentais. Era uma questão de estabelecer quem eram os meus *nativos*, os moradores das favelas ou os Projetos que ali atuavam.

Quanto a isso devo agradecer à Clara Mafra. Ainda que com receio pela minha integridade física ela entendeu minha inquietação e apoiou a mudança no foco da pesquisa. A partir de então eu percorreria as favelas tentando estabelecer relações com os moradores sem a intermediação das ONGs.

Pouco tempo depois, enquanto eu ainda cumpria a função de agendar e aplicar entrevistas com os coordenadores das ONGs, Clara me informou que havia um grupo de estrangeiras que prestavam serviços assistenciais aos moradores das duas favelas e que eu deveria encontrá-las a fim de obter uma entrevista¹¹. Estrangeiras de onde? Que tipo de serviço prestavam? Onde moravam? Pertenciam a algum grupo religioso? Nada disso eu sabia e, após algumas tentativas frustradas de encontrá-las, passei a acreditar que essas mulheres não existam. Crença desfeita quando, em uma

¹¹ Sobre as freiras estrangeiras líderes religiosas na comunidade do Pavão-Pavãozinho ver Cardoso (2002).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

tarde, com a ajuda do presidente da associação de moradores do Cantagalo, obtive a primeira informação concreta sobre essas mulheres.

Considerando que estas mulheres eram personagens importantes na configuração social e política local, desempenhando papel de liderança, decidi que apreenderia o cotidiano da favela a partir do ponto de vista dos católicos frequentadores da Capela da Anunciação, local onde aconteciam as missas e a distribuição de benesses por parte da Igreja e do Estado, por intermédio das missionárias.

Tendo decidido o grupo a ser acompanhado, procurei estabelecer relações estreitas entre as líderes locais e os demais fiéis católicos. Minha base de operação, por assim dizer, foi a Capela da Anunciação, conjunto arquitetônico que engloba diversos ambientes e onde as missionárias moram.

Minha pesquisa de campo ganhou substância quando as freiras me convidaram para participar da Pastoral da Criança. Ao assumir o trabalho voluntário, fazendo o levantamento da saúde das crianças, passei a andar por toda a favela visitando os moradores em suas casas. Passei a ser reconhecido tanto pelos católicos como pelos não-católicos como alguém que estava no Pavão-Pavãozinho, um voluntário vindo de Copacabana. A partir da minha integração à Pastoral tive acesso a pessoas que, provavelmente, não me atenderiam caso minha imagem não estivesse vinculada a projeto e, me valendo disto, construí minha relação com os moradores e garanti livre acesso ao Pavão-Pãozinho e ao Cantagalo até o dia do término de meu campo, em meados do ano de 2002.

Foi desta forma que começou minha relação com os moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. Em janeiro de 2004, retorno às favelas e, desta vez, alugo um quarto dentro da casa de uma senhora moradora do Pavão-Pavãozinho que conheci quando da minha primeira presença no campo. Permaneci nas favelas por um período de dois meses para dar continuidade a minha pesquisa e levantar dados para construção da dissertação de mestrado.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Meu último período nas favelas recobre parte do ano de 2007 se estendendo por dois meses do ano de 2008. Aluguei uma das casas de Maria, morador do Pavão-Pavãozinho que conheci quando do meu primeiro período em campo, no ano de 2001. Mudei-me para a favela em 25 de março de 2007 e por lá permaneci até o mês de setembro do mesmo ano. Como tinha a intenção de retornar à favela continuei pagando aluguel mesmo na minha ausência. Voltei ao Pavão-pavãozinho em novembro de 2007 até que finalizei o trabalho de campo em fevereiro de 2008.

O último período de campo, entre 2007 e 2008, foi marcado por dificuldades em obter entrevistas formais dos moradores das duas favelas. O medo de represálias por parte do “movimento” constrangeu os moradores que preferiam estabelecer conversas informais, sem uso de gravadores. Como reflexo, foram gravadas apenas 17 entrevistas. Por outro lado, as entrevistas e conversas informais ajudaram a suprir as lacunas deixadas pela recusa em falar diante do gravador. Junto as 17 entrevista gravadas e os depoimentos registrados no caderno de campo, somaram-se 34 entrevistas recolhidas entre os anos de 2001 e 2005.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

PRIMEIRA PARTE

A POLÍCIA E O POLICIAMENTO COMUNITÁRIO: CONTEXTUALIZAÇÃO

HISTÓRICA DA TEMÁTICA

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo I

A Polícia contra os Pobres

“A polícia serve pra isso, serve pra deixar o morador de favela controlado, porque quem tem grana fica com medo de uma revolta ou então fica com medo de ser roubado, sequestrado. E quem faz isso? Para eles quem faz isso é o favelado. Na visão da sociedade é tudo bandido. Se não é bandido, ajuda bandido. Então tem que meter o pau e pra não correr risco. E quem é que mete a mão na massa fazendo o serviço sujo?!”

O depoimento em epígrafe é de Agnaldo, morador do Cantagalo há quarenta anos. A narrativa ilustra a opinião deste senhor sobre o papel da instituição policial no Rio de Janeiro. O conteúdo do seu depoimento pode ser estendido ao conjunto da população que habita nas duas favelas. Os moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, a partir da experiência adquirida no cotidiano das comunidades, consideram que a Polícia trabalha de modo a reprimir-lhes com interesse de garantir a segurança da parcela da população detentora de posses econômicas e prestígio.

A ideia de que, tradicionalmente, a polícia atuou de modo a conter parcelas da população que supostamente representavam risco à ordem pública e aos interesses econômicos de quem detinha o poder não está deslocada da realidade. Pode-se dizer que, ao longo da história das instituições policiais no Brasil, as forças policiais, em muitos casos, foram concebidas e serviram a este fim. Visando combater o inimigo interno, estas instituições privilegiavam a busca pela imposição da ordem em detrimento da sua negociação, tal como aponta Kant de Lima (2001).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Para os moradores, a postura histórica da polícia nas duas favelas indica que os agentes desta instituição não os consideram como sujeitos portadores de direitos. Demonstrado em cada incursão realizada que eles não teriam, por assim dizer, o mesmo nível de cidadania do restante da população da cidade moradora dos bairros de classe média e alta. Como veremos nos capítulos seguintes, entre os locais há a clara percepção de que são tratados como subcidadãos e que, por isso, têm seus direitos negligenciados e violados. São acusações sobre abusos de autoridade, arbitrariedades e crimes contra a vida cometidos contra estes moradores por policiais sob alegação de que há um inimigo interno que deve ser combatido dentro de um cenário de guerra urbana.

A apresentação deste capítulo ajuda a compor um breve quadro histórico sobre a relação das instituições policiais com a parcela pobre da população. Isso permite entender os motivos pelos quais os moradores de favelas constroem uma imagem negativa sobre as polícias. Essa percepção, na prática, inviabiliza uma aproximação e cooperação entre as partes, aspecto fundamental para o funcionamento do policiamento comunitário.

A reconstrução histórica presente neste capítulo me permitirá demonstrar nos capítulos que se seguem que a percepção positiva sobre a atuação do GPAE, tal como ocorreu nas favelas trabalhadas por mim, está relacionada à quebra deste padrão. Assim como a posterior deterioração da relação entre o GPAE e os moradores deve-se ao retrocesso que a relação sofreu com o retorno de práticas associadas à forma tradicional que as polícias brasileiras tratam os moradores de favelas. Desse modo, esse capítulo me permitirá falar de como, para os moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, a implantação do GPAE representou uma ruptura muito bem recebida – à maneira tradicional com que se estabelecia a relação com a polícia.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Um breve histórico: Concepções predominantes sobre a polícia e o serviço policial.

Nas sociedades modernas a polícia foi projetada para ser uma instituição especializada dotada da capacidade do emprego legítimo da força, dentro de um determinado território, com a missão de identificação e ajuste emergencial de conflitos e desvio, buscando manter a ordem social. Dentro desta formulação a função da polícia seria o de promover a ordem por intermédio dos meios disponíveis de controle social.

O problema com esta definição é a imprecisão que carrega. O ato de policiar não é exclusivo da polícia, podendo ser executado por grupos sociais diversos. Policiamento, por sua vez, é a tentativa de manter a segurança por meio de vigilância e ameaça de sanção buscando preservar uma ordem social particular ou geral (Reiner, 2004; 22). Dentro desta definição se enquadram profissionais de seguranças privadas, guardas florestais, cidadãos voluntários e agentes estatais de segurança pública. Já a Polícia é uma instituição social, uma corporação especializada que detém a responsabilidade formal, mas não exclusiva, do uso legítimo da força com o intuito de preservar a segurança.

Segundo Reiner, as instituições policiais especializadas tiveram suas origens com o desenvolvimento das desigualdades sociais como instrumentos para proteção de sistemas estatais centralizados com o objetivo de proteger concepções dominantes de paz e propriedade em seus territórios (2004).

A formação das guardas reais armadas em diversos pontos da Europa Medieval com o objetivo de proteger os membros das classes dominantes, resultante da política de centralização dos meios de violência, é percebida como uma das origens do que posteriormente veio a se transformar nas instituições de policiamento

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

público estatal profissionalizado. Com a missão de proteger a classe dirigente e viabilizando, por meio do uso da força física, a implantação de políticas de governo projetada pelos membros desta classe, as guarda reais foram criadas para manter o controle social a partir de métodos coercitivos como mecanismo de repressão para impor seus interesses.

Ainda na Europa, durante o século XIX, com o progresso urbano industrial e o crescimento das grandes cidades, novos atores sociais surgiram tornando mais complexa a estrutura das sociedades. Se, anteriormente, havia a distinção básica entre os membros da sociedade a partir da divisão entre nobreza e plebe, no curso deste século, proletários e burgueses surgem com força no cenário europeu, tornando mais complexo o cenário social. Ainda que as instituições responsáveis pela manutenção da ordem e contenção do crime tenham tido que se adaptar a uma nova realidade que apresentava novos atores sociais, seu perfil de instituição que protegia o interesse das classes dominantes por intermédio de atuações repressoras se manteve. Neste momento, os recorrentes protestos populares à ação policial tinham como alvo a repressão às classes perigosas (Hobsbawn, 1995).

A ideia de criação de uma organização policial profissional moderna e estatal surge no final do século XIX. A criação desta polícia significou o monopólio dos instrumentos de violência pelo Estado na imposição de um modelo de ordem sob lei (Bitter, 2002).

Basicamente, encontram-se duas grandes narrativas sobre a criação da polícia estatal profissional: a ortodoxa e a revisionista.

Na narrativa ortodoxa a criação da polícia moderna foi uma resposta às ameaças à ordem social provocadas pelas revoluções urbana e industrial na Inglaterra. O sistema de policiamento anterior à implantação da polícia profissional

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

moderna era amador e incapaz de estabelecer mecanismos de aplicação da lei. Com o aumento da desordem pública e também pelo medo ao crime, gerados pelas rápidas mudanças vividas pela sociedade inglesa, foi necessário a elaboração de um novo sistema policial. Diante deste cenário, entre 1829 e 1856, foi criada a Nova Polícia baseada na filosofia de policiamento direcionado para patrulhamentos preventivos e regulares com o intuito de inibir o crime e a desordem. Para os adeptos desta perspectiva o impacto social da polícia foi amplamente favorável sendo capaz de, rapidamente, controlar os problemas com a criminalidade e desordem, trazendo paz à Inglaterra.

A partir da década de 1970 a visão ortodoxa sobre a história da polícia passa a ser contestada por meio de análises revisionistas. Neste tipo de análise o rápido crescimento urbano e o impacto da industrialização acentuaram a segregação entre as classes sociais. Os moradores das áreas mais populares das cidades inglesas, onde ocorriam a maioria dos distúrbios da ordem pública por melhores condições, passaram a ser caracterizados como “classes perigosas”. Diante deste cenário, uma nova burguesia industrial vislumbrou a necessidade de reformulação do modelo tradicional de policiamento para “reeducar” a classe trabalhadora. Na análise revisionista não se ignora que neste período houve um crescimento da desordem potencializado pelas revoluções urbana e industrial, as quais romperam laços sociais e antigas formas de relação entre patrão e empregado. Todavia, a criação da nova polícia estava mais relacionada à necessidade de se estabelecer uma força capaz de estabilizar as relações entre classes sociais conflitantes. A consequência da implantação de uma polícia burocraticamente organizada e profissional transformou a sociedade inglesa em uma sociedade policiada, tendo como um dos maiores beneficiados a burguesia emergente, a qual ganhou uma força policial para garantir as condições necessárias ao seu desenvolvimento (Reiner, 2004).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A criação da nova organização policial baseava-se no modelo militar e buscava legitimar o caráter profissional da atividade policial por meio da ênfase na disciplina, hierarquia de autoridade, formalismo e profissionalismo. Ao mesmo tempo em que tinha como seu papel conter a violência criminosa na Inglaterra, também era responsável por garantir o *status quo*, contendo as manifestações das massas. A polícia desempenhava o papel de disciplinador, educando a sociedade dentro de princípios normativos da ordem vigente (Paixão, 1991).

Ao longo das décadas a polícia profissional experimentou diferentes momentos no que se refere à percepção social de sua legitimidade. Se no momento de sua implantação houve resistência à sua ação e esta instituição foi profundamente contestada, enfrentando forte oposição da classe operária, na metade do século XX, a polícia gozava de grande legitimidade e havia se tornado um dos ícones da sociedade britânica.

A melhora significativa na avaliação da qualidade do serviço prestado por policiais teve relação direta com a imagem da instituição na sociedade inglesa. Via-se a polícia como uma organização burocrática formada por profissionais qualificados e disciplinados, honestos, sem compromisso com cores partidárias, que obedeciam a uma padronização operacional responsável pelo aumento da eficácia no cumprimento de suas funções. A eficácia da polícia em cumprir seu papel parece ser um elemento importante na avaliação da qualidade policial. Segundo Reiner, neste período a polícia inglesa desenvolvia estratégias que buscavam reduzir os temores em relação às ações desastrosas dos seus agentes. Todavia, o que realmente importava para a população era a capacidade de controlar o crime e manter a ordem (Reiner, 2004; 95).

Já a partir da segunda metade do século XX, a polícia voltou a sofrer forte contestação atingindo o ponto mais baixo de sua legitimidade. A partir deste período a imagem de organização eficiente, honesta e disciplinada sucumbiu diante de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

crecentes de denúncias sobre irregularidade dos seus quadros. Com o baixo valor dos salários, que foram se desvalorizando com a inflação, cada vez menos pessoas qualificadas se dispunham a compor os quadros das instituições e o padrão limitado de educação dos recrutados passou a ser recorrente. Com isso a visão de um efetivo qualificado foi se deteriorando.

Outro fator importante foi a deterioração da relação com a comunidade negra. As décadas de 1960 e 1970 marcaram a polícia como racista, responsável por ações violentas e prisões ilegais contra negros. A própria ideia de eficácia da polícia em prevenir o crime e manter a ordem foi abalada com o aumento das estatísticas que mapeavam o crime no Reino Unido.

Como aponta Reiner, o modelo de policiamento formulado e implantado na Inglaterra, a partir de parâmetros burocrático e profissional, serviu de modelo para as instituições policiais em todo mundo.

De forma geral, podemos considerar que a queda na legitimidade das instituições policiais em todo mundo, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, seguiu um padrão semelhante ao experimentado no Reino Unido. Entre os motivos podemos considerar a eclosão de movimentos contestatórios organizados por jovens que punham em xeque os valores tradicionais e que questionavam o papel da polícia, aumento da tensão a partir da reivindicação de grupos sociais politicamente minoritários que demandavam reconhecimento de direitos e aumento agudo das desigualdades sociais. A seletividade policial que reproduzia preconceitos, procedimentos abusivos, violentos e ineficiência na mediação de conflitos passou a ser contestada pelos cidadãos de diversos estados democráticos. A polícia não conseguia mais responder a expectativas da população e passou a ser vista como ineficiente e antiquada, colocando em xeque o paradigma que inspirava as diversas

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

polícias nestes países. A crise neste modelo forçou as autoridades públicas a repensarem as instituições policiais e o serviço prestados por elas.

Polícia no Brasil

No caso brasileiro a história das polícias guarda estreita relação com o papel de proteger os interesses do Estado e da classe social que o controla. Ao longo da história do Brasil couberam aos órgãos de policiamento garantir a ordem interna de modo a não prejudicar os projetos das classes dominantes, reprimido discursos e manifestações que expressassem descontentamento e revelassem o conflito. Coube à polícia impor uma ordem harmônica, mantendo sob controle os elementos classificados como pertencentes às classes perigosas.

No Brasil as determinações das polícias são regidas pela Constituição Brasileira que reconhece cinco instituições diferentes. Polícia Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Militares e Polícias Civis. Dentre estas instituições, as policiais militares e civis estão subordinadas aos Governos das Unidades Federativas (§6º), sendo atribuídas à Polícia Civil as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais (§4º), enquanto à Polícia Militar foi atribuída a função de manutenção da ordem (§6º).

No que concerne à estrutura da Polícia Militar, existe uma padronização, com poucas variações, nas diversas Unidades da Federação. As diretrizes gerais seguem o Decreto-Lei 667/69, originalmente editado em 2 de julho de 1969, tendo sua redação modificada em 12 de janeiro de 1983. No decreto original e em sua reformulação foram estabelecidas a estrutura hierárquica da organização e algumas regras básicas de funcionamento que deveriam ser complementadas pelos Estados, tendo como grande referência organizacional a estrutura do Exército, o que provocou um

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

desvirtuamento da sua função de polícia em detrimento dos interesses das Forças Armadas atuando de forma a garantir a “segurança interna”.

As Polícias Militares brasileiras tiveram sua origem durante o período imperial no Brasil, após a vinda da Família Real com o cerco Napoleônico. No Rio de Janeiro, em 1809, D. João VI, então regente do Brasil, criou a Divisão Militar da Guarda Real da Polícia da Corte, que atuaria no Rio de Janeiro (Barreto Filho e Lima, 1939). Segundo Paixão (1981), a polícia no Brasil foi inspirada em sua criação pelo modelo de organização policial da França e de Portugal. Enquanto no modelo Inglês a instituição policial estava fundamentada nos princípios da racionalidade, legalidade, impessoalidade, imposição da ordem e garantia do Estado de direito, no Brasil o modelo de policiamento se fundamentou em outros princípios. A Polícia brasileira evidenciou-se pelo caráter instrumental da organização a serviço do Estado e dos grupos dominantes fortalecendo o uso privado da violência contra a sociedade inibindo qualquer expressão de descontentamento das camadas populares brasileiras (Paixão, 1981, 1991).

A partir do entendimento de Paixão, se o modelo Inglês pode ser percebido como um modelo de polícia para a sociedade, o modelo brasileiro, ao contrário, é o da polícia contra a sociedade. Como aponta Bretas, na prática policial brasileira o cidadão é percebido como um sujeito potencialmente perigoso, inclinado à desordem pública ou ao crime. Como consequência, a abordagem policial se dá sempre com reservas quanto à verdadeira intenção ou caráter do cidadão, que estaria sempre ocultando seu verdadeiro interesse dos agentes policiais. A consequência disto é uma maior desconfiança entre cidadão e polícia (Bretas. 1977).

Apesar da origem da organização policial remontar ao século XVI, quando da nomeação de Francisco Fernandes para o cargo de alcaide-carcereiro por Estácio de Sá, é a partir dos 1800, com a transferência da Família Real para o Rio de Janeiro que

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sua consolidação começa a se desenhar com a criação da Intendência Geral da Polícia da Corte e do Estado do Brasil¹² (Filho, Barreto e Lima, 1939).

Ao cargo de intendente estavam associados poderes legislativos, executivos e judiciais, tendo liberdade para executar sentenças, prender, fiscalizar e determinar quais comportamentos seriam classificados como criminosos. Segundo Holloway (1997), foi por intermédio da determinação do primeiro intendente que, em 1809, foi criada a Guarda Real de Polícia, que desempenhava o papel de polícia de vigilância e tinha como atribuições reprimir crimes, evitar contrabando, combate ao fogo e captura de escravos fugidos¹³.

A chegada da Família Real proporcionou a intensificação do seu caráter mercantil e o crescimento econômico foi acompanhado pelo crescimento populacional, sobretudo em razão da intensificação do número de negros escravos provenientes do tráfico, negócio intimamente ligado ao crescimento da cidade. A criação da Intendência e da Guarda se deu neste contexto, motivado pelo receio de erupções de conflitos entre proprietários de terras e a massa de negros escravos e homens livres pobres que habitavam a cidade e representavam um risco aos seus interesses. Sendo assim, a criação das organizações de policiamento existiu, quase que exclusivamente para reprimir esta parcela da população.

O papel da polícia era o de proteger os interesses e manter a segurança da elite econômica residente na cidade e o grupo identificado como potencialmente mais perigoso era o composto por negros escravos (Holloway, 1997). Essa preocupação com a população negra se traduziu em números, visto que entre os anos de 1810 e 1821, dos casos julgados, 99% diziam respeito a negros fugidos e recém libertados. Como argumenta Silva (1981), a principal atividade exercida pela Guarda consistia na

¹² Foi D. João VI quem determinou a criação da Intendência por meio do alvará datado de 5 de abril de 1808 (Filho, Barreto e Lima, 1983).

¹³ A Guarda Real de Polícia foi fundada por determinação de Paulo Fernandes Viana e o primeiro comandante da corporação foi Miguel Nunes Vidigal (Holloway, 1997).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

captura de negros e destruição de quilombos e sua finalidade se confundia com o papel de “capitão do mato”.

De modo que, como aponta Holloway, o uso dos conceitos militares para compreender a polícia do Rio de Janeiro não se configura numa simples ilustração. Já nesta época a polícia se via como estando em guerra contra as classes perigosas, que, neste momento, eram compostas pro negros livres e escravos. Sendo assim sua função era a de defender os interesses dos membros da elite econômica, garantindo o melhor funcionamento de suas atividades econômicas:

“...a polícia era um exército permanente travando uma guerra social contra adversários que ocupavam o espaço ao seu redor. O contato com o inimigo advinha das ações guerrilheiras dos bandos de capoeira, dos atos subversivos como fugir ao controle de seu dono e recusar-se a trabalhar... ainda nos moldes de um exército permanente, concebia-se a força policial como instrumento coercitivo daqueles que a tinham criado e que a mantinham e controlavam. Todavia, diferente da guerra contra inimigos externos nos campos de batalha, o objetivo aqui não era exterminar ou eliminar o adversário. A meta era subjugar, manter um nível aceitável de ordem e tranquilidade que possibilitasse o funcionamento da cidade no interesse da classe que elaborou as regras e criou a polícia para fazê-las cumprir” (Holloway, 1997, p. 50).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O desconforto presente durante a regência de D. João VI com o crescimento da população negra, razão do medo da eclosão de revoltas por parte dos escravos, permaneceu sendo a principal preocupação dos órgãos de controle quando da instauração do Primeiro e do Segundo Reinado.

Durante o Primeiro Reinado, no ano de 1822, D. Pedro I criou o Corpo de Guarda Cívica que, assim como a Guarda Real, tinha como função controlar a população negra e pobre, e aos seus membros era permitida a prática de açoite de escravos fugidos após captura (Koerner e Andrej, 1999)¹⁴.

Com a outorga da Constituição de 1824 se estabelece a distinção entre cidadãos brasileiros ativos e não cidadãos, legitimando uma organização social onde o critério baseado na posse de propriedade determina aqueles que são portadores de direitos e os diferencia daqueles que não pertencem. Neste contexto cabia à polícia reprimir qualquer reivindicação por parte daqueles que não eram reconhecidos como detentores de direitos (Holloway, 1997).

Para o melhor controle desta parcela da população, em 1830 é instituído o Código Criminal que passa a guiar a atividade policial pelo intermédio do estabelecimento de princípios e normas de procedimento visando aprimorar o controle social sobre a população negra e pobre da capital (Holloway, 1997; Silva, 1981)¹⁵. Durante o Segundo Reinado a situação não se modifica e é criada a Guarda Urbana, que também cumpria o objetivo de exercer um rígido controle sobre a população negra da capital¹⁶. O negro continuava sendo o alvo principal da ação policial. Era para

¹⁴ Em sequência, durante o ano de 1825, se estabelecem as funções que cabiam ao responsável pela polícia e entre as principais estavam o impedimento de ajuntamento de negros independente de serem escravos ou livres.

¹⁵ Entre o período da edição do Código Penal e a crise institucional que provoca a abdicação de D. Pedro I, são criados a Guarda Municipal Civil e Guarda Nacional - de caráter não profissional, sendo compostas por cidadãos ativos - e a Guarda Municipal Permanente, de caráter profissional (Silva, 1981).

¹⁶ Idem, ibidem.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

reprimi-lo ou subjuguá-lo que os diversos policiamentos concebidos desde a colonização eram concebidos e operavam.

A partir da proclamação da República as forças de polícia sofrem modificações influenciadas, em grande medida, pela incorporação de discursos modernizantes inspirados em abordagens profissionais e cientificistas. Assim, inicia-se neste período o deslocamento do discurso que justificava a prática policial baseada na percepção de inferioridade jurídica do escravismo para a inferioridade biológica, supostamente sustentada por critérios científicos que identificavam traços característicos que permitiam conhecer indivíduos com tendência a praticar crimes.

Com a proclamação da República o alvo preferencial das forças policiais também se modifica incorporando novos grupos à categoria de classes perigosas. O crescimento urbano trouxe à capital, pessoas provenientes de diferentes lugares em busca de trabalho livre nos setores comerciais e industriais, provocando diversificação social e transformando o perfil da população com a incorporação de levas de imigrantes e migrantes. Com isso a polícia teve que se adaptar a esta transformação reestruturando seus métodos de identificação dos elementos perigosos (Neder e Naro, 1981).

Neste novo cenário o escravo ou negro recém liberto deixa de ser o alvo da preocupação e atuação por parte da força policial cedendo lugar ao operário, novo sujeito social que representa um perigo potencial à ordem pública com a difusão de ideologias que atentavam contra o interesse das classes dominantes (Koerner, 1999). A polícia, então, passou a ser utilizada para reprimir movimentos operários e perseguir suas lideranças, atacando eclosões de greves ou revoltas (Brandão, Mattos e Carvalho, 1981). Desta forma, se o grupo alvo da atenção policial se modifica, a abordagem continua a mesma: repressão e controle.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Como se vê, as reformas nas instituições policiais foram conduzidas a partir da atenção ao interesse de parcela da população que detinha o poder econômico. Se antes a polícia atuava garantindo a prevalência dos interesses dos senhores de escravos, com a mudança de sistema de governo e consolidação de uma classe burguesa, a polícia passou a reprimir àqueles que representavam algum tipo de perigo aos interesses do empresariado (Salem, 2007).

A metáfora da guerra interna para descrever o papel da polícia é ratificada mais uma vez com a promulgação da carta constitucional de 1934. Nela fica determinado que as polícias militares sejam instituições vinculadas ao exército, compondo sua reserva. Sendo assim, uma das suas funções principais seria garantir a ordem social. Em 1936 determina-se que o modelo de organização das polícias militares deveria seguir a estruturação utilizada pela infantaria e cavalaria do exército. Posteriormente, em 1946, acrescenta-se artigo que determina que as polícias militares operem como forças auxiliares que deveriam garantir a segurança interna e a manutenção da ordem. Em 1967, durante a ditadura militar, com a elaboração da Doutrina de Segurança, mais uma vez se reforça a função de polícia militar como órgão responsável pela promoção da segurança interna, devendo atuar no combate ao inimigo interno (Muniz, 1999). Desta forma, atuavam para controlar distúrbios atribuídos a atos subversivos inspirados na ideologia comunista (Muniz, 2001).

O alvo da polícia, neste momento, passa a ser o sujeito subversivo, infiltrado com interesses de desestabilização da ordem social. Esses sujeitos juntam-se aos pobres passando a ser alvo da preocupação policial. Mais uma vez a polícia cumpria o papel de garantidora dos interesses daqueles que detinham o poder político de modo que a sua função era inibir qualquer movimentação que pudesse prejudicar seus interesses econômicos e políticos. Assim, até este momento, as polícias nunca tiveram como preocupação a garantia da proteção ou segurança da totalidade da sociedade.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Como aponta Muniz (2002), as polícias militares, tradicionalmente, sempre desempenharam o papel de proteção dos interesses do Estado e das elites que o controlavam contra a sociedade. Na história das polícias brasileiras a sociedade nunca foi o alvo de sua atenção como sujeito a quem se prestavam seus serviços. A polícia sempre viu na sociedade uma fonte de perigo que deveria ser vigiada e controlada.

“Em outras palavras, desde que foram criadas, até mais ou menos a década de 1970, elas foram, por força de lei, forçadas a abandonar o seu lugar de polícia em favor de outro lugar, que é de instrumento de imposição da ordem vinda do Estado. O fazer polícia significando defender o Estado contra o cidadão é algo que é bastante claro na farta documentação histórica, legal e forma existente. Assim, o processo de afastamento da polícia com relação a sociedade se dá desde a fundação das organizações policiais” (Muniz, 2001: [S.p.]

É a partir da década de 1980, com a promulgação da Carta Constitucional de 1988, que se esboça a mudança de paradigma na política de segurança pública. Como argumenta Adorno (1997, 1998), a institucionalização dos direitos de cidadania e o reconhecimento do caráter universal da sua aplicabilidade geraram a necessidade de discussão sobre o papel da polícia e da justiça como instituições responsáveis por garantir a proteção aos direitos para todos os cidadãos brasileiros.

Pesquisadores como Kant de Lima (1995) e Muniz (2001), argumentam que a Constituição de 1988 representou um marco na reformulação das diretrizes das polícias, determinando que estas instituições focassem suas atividades no provimento de segurança pública, deixando de se preocupar com a produção de ordem

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

harmônica. Desta forma, questões como o controle externo da polícia, contendo práticas abusivas que desconsideravam os direitos civis, assim como a discussão sobre a eficácia da sua atuação para contenção do crime e garantia dos direitos dos cidadãos passaram a fazer parte das discussões sobre qual o papel que a polícia deveria assumir em estados democráticos (Paixão, 1988).

Todavia, na prática, pouco mudou no tratamento que a polícia dispensa à parcela pobre da população. Violência e desconsideração continuaram fazendo parte da experiência dos moradores de favelas. A partir da década de 1980, mais uma vez, há precipitação do pobre morador de favelas como representante das classes perigosas em razão da consolidação das quadrilhas de tráfico de drogas.

Mais uma vez, sob a desculpa de se estar travando uma guerra, tal como ocorria desde o período regencial, a polícia distorce procedimentos e desconsidera direitos civis básicos - tais como a garantia da vida - de modo a controlar esta parcela da população.

O Governo Brizola e a introdução do paradigma dos Direitos Humanos e do Policiamento Comunitário.

O primeiro mandato de Leonel Brizola como governador do Estado do Rio de Janeiro, entre os anos de 1983 e 1986, representou uma primeira tentativa de ruptura com o modelo de policiamento contra a sociedade. Foi a primeira tentativa de ruptura com o modelo de repressão e uso de violência contra as “classes perigosas”, categoria que, neste momento histórico, referia-se aos moradores de favelas.

Brizola, em sua gestão, intencionava transformar as Polícias do Estado em órgãos que, diferente da sua longa tradição, fossem guiados em suas ações pelos princípios da equidade, respeitando os direitos de todos os cidadãos do estado independente da sua condição socioeconômica.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Assim, o primeiro mandato do governador Brizola representa um marco na história nacional no que se refere à tentativa de mudança de paradigma nas políticas de segurança pública em razão do rompimento com a ideologia militarista e a adesão à ideologia de respeito aos direitos humanos.

Ao menos no que se refere à intenção do governador, a polícia, a partir de então, passaria a trabalhar para a sociedade, servindo-a em sua totalidade, deixando de destinar um tratamento violento, desrespeitoso e ilegal a parcela pobre dos habitantes do Estado.

Cristina Buarque de Holanda em seu livro intitulado “Polícia e Direitos Humanos” (2005), ressalta a importância da gestão de Leonel Brizola em seus dois mandatos como governador do Estado do Rio de Janeiro no processo de incorporação do reconhecimento dos direitos de cidadania da parcela pobre da população fluminense. Como demonstra, quando a experiência do autoritarismo ainda se fazia presente, Leonel Brizola colocou em prática uma política que privilegiava o respeito aos setores marginalizados socioeconomicamente, incluindo-os como sujeitos merecedores de consideração quando da elaboração de políticas públicas.

Brizola assume seu mandato indicando de forma explícita que a prioridade do seu governo seria garantir a essa parcela da população acesso a serviços públicos assim como tratamento condizente com os princípios democráticos, com o reconhecimento e respeito aos seus direitos. Não é leviano dizer que o respeito aos direitos sociais e a atenção, por parte das polícias, aos direitos civis básicos - como o direito à vida - não faziam parte da pauta de preocupação dos governos nos seus três níveis. Desta forma, a polícia, tradicionalmente acostumada a reprimir esta parcela da população, teria, a partir de então, que rever os procedimentos dispensados aos moradores de favelas e bairros pobres.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Com a intenção de promover profundas transformações nas Polícias do Estado, Brizola cria, em abril de 1983, o Conselho de Justiça, Segurança Pública e Direitos Humanos com o objetivo de garantir o respeito aos direitos desta parcela da população e elaborar projetos de atuação para promover projetos neste âmbito. Em reuniões mensais os membros do conselho apresentavam sugestões, recebiam da população demandas e reclamações, além de encaminhar discussões envolvendo questões sobre aplicação de políticas que indicassem o respeito aos direitos dos moradores do Estado. Como resultado das discussões foram criadas diversas comissões, tais como Comissão da Terra, Comissão Especial para o Grupo Tortura Nunca Mais, Comissão de Defesa Dos Direitos da Mulher e a Comissão de Discriminação Racial nos Condomínios (Buarque de Holanda, 2005; 91). A criação das comissões demonstra a sensibilidade do governo às especificidades das necessidades de diferentes grupos sociais.

Junto a isso, o governador imprime uma profunda reformulação nas Polícias do Rio de Janeiro extinguindo a Secretaria de Segurança e criando a Secretaria de Polícia Militar, tendo como seu primeiro secretário o coronel Nazareth Cerqueira. Com isso o governo rompe com o modelo tradicional de organização da polícia militar desvinculando-a do Exército e extinguindo a subordinação da polícia a esta instituição, possibilitando que um oficial de carreira assumisse seu comando. Algo que, desde 1835, com a fundação da Polícia Militar, só havia acontecido por 12 anos (Idem, 2005; 75). Junto a isso, o plano de carreira do exército não foi mais utilizado e se extinguiu a promoção por bravura, que gerava distorções na prática policial, visto que se contabilizava positivamente o número de mortos por policiais.

Em termos ideais, a partir de então, não seria mais tolerável na prática policial procedimentos de discriminação social que deixava evidente o filtro de classe que guiava suas ações e que reproduzia a discriminação social contra os pobres. Dentro da perspectiva do governo, tradicionalmente em sua prática cotidiana, a polícia

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

procedia privilegiando em suas ações aqueles que detinham poder econômico, agindo de maneira que demonstravam o reconhecimento dos direitos destes. Todavia, quando no trato com a população pobre, essa mesma polícia agia de tal forma que deixava claro o não reconhecimento dos seus direitos.

As medidas do governo indicavam que, a partir deste momento, incorporava-se na agenda política do Estado o discurso dos Direitos Humanos e de cidadania como orientadores da ação policial independente da pertença social dos indivíduos.

“O anseio por essa configuração filiar a polícia a um universo operacional não mais tolerante com o arbitramento de diferentes graus de humanidade a seus interlocutores. O escalonamento dos homens segundo hierarquias valorativas comporia o contra-modelo da política emergente anunciada.” (Buarque de Holanda, 2005; 83)

Para isso foram estabelecidas diretrizes que deveriam guiar a prática policial. Essas diretrizes apontam para a preocupação com a preservação da vida, necessidade de contenção no uso da força e pela utilização de estratégias que possibilitem a administração do conflito como alternativa à utilização da violência (Cerqueira, 2001).

O intuito era modificar o modelo de procedimento que até então marcava a prática policial no trato com o cidadão, sobretudo os pobres. Procedimentos como a recusa em aceitar qualquer justificativa para utilização de procedimentos não previstos em lei e a orientação para utilização de armas de fogo só em situações limites tinham como objetivo conter a Polícia e sua tradição de práticas arbitrárias e ilegais. A polícia passaria a agir dentro da legalidade e de maneira a prevenir o crime, redirecionando a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

filosofia de atuação policial do foco no combate ao bandido para o de proteção ao cidadão.

O Governo Brizola também foi responsável por introduzir projetos de policiamento comunitário no Estado do Rio. A filosofia do policiamento comunitário foi incorporada ao Plano Diretor da Polícia Militar tendo como referência a experiência dos Estados Unidos. Por meio de projetos de caráter experimental o governo do estado buscava aproximar comunidade e polícia promovendo reuniões entre comandantes da corporação e líderes comunitários de favelas.

Tendo consciência das dificuldades que enfrentariam em razão da resistência dos setores conservadores da Polícia Militar, o governo promoveu mudanças em postos de comando da polícia e modificou a estrutura de formação policial reformulando o currículo. Se o governo pretendia transformar a mentalidade policial era necessário retirar dos postos de comando oficiais que simbolizavam a antiga mentalidade da Polícia.

Neste período foi criado o Centro Integrado de Policiamento Comunitário, na Cidade de Deus, que juntamente com a presença policial, trazia a presença do Estado com a atuação de órgãos que prestavam serviço de assistência social e de apoio ao trabalhador por intermédio de convênios com as Secretarias Estaduais de Promoção Social e de Habitação e Trabalho. Também foi implantado um modelo de vigilância comunitária composto por voluntários que ajudavam os policiais do 18º Batalhão Policial Militar (BPM) a organizar campanhas de saúde, atividades culturais e esportivas dentro do batalhão. Em outras regiões foram instalados policiamentos de bairros que agiam a partir das demandas locais. A polícia estabeleceu parcerias com a Secretaria de Educação e policiais foram designados a ser “pais sociais”, ajudando na educação de crianças de 7 a 14 anos carentes matriculadas em escolas públicas. Em outro projeto batizado de Operação Integração Polícia e Povo, policiais se faziam

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

presentes nos transportes públicos com a intenção de gerar sensação de segurança à população (Cerqueira, 2001).

Com estas iniciativas o Governo do Estado apresentava à população uma nova possibilidade de se fazer policiamento além de declarar a necessidade de integração entre polícia e sociedade. Todavia, o descompasso entre a vontade do governador e a prática cotidiana da polícia criou dificuldade para a incorporação das novas diretrizes e a experiência de uma polícia respeitadora dos Direitos Humanos e do policiamento comunitário ficou mais no campo do discurso que na prática.

A valorização do pobre, o reconhecimento e respeito aos seus direitos não foram bem recebidos pelos órgãos de imprensa e pela sociedade carioca de forma geral. A bandeira dos direitos humanos, levantada por Brizola, foi duramente atacada e interpretada como indicativo de conivência com o crime. A recusa em adotar uma postura de repressão e enfrentamento contra o jogo do bicho e contra as incipientes organizações criminosas, que operavam a partir de favelas da cidade do Rio, foi vista como responsável pelo aumento da criminalidade e sensação de insegurança. Parte do efetivo policial, como era de se imaginar, também se voltou contra a política do governo. Os policiais alegavam que não podiam trabalhar por causa da imposição dos respeitos aos direitos humanos e expressões como “direitos de bandidos” passaram a ser utilizadas como uma forma de atacar a política do governo que tentava impor controle ao trabalho policial.

De modo que antes do final do mandato de Brizola já havia no Estado um clamor pelo recrudescimento da ação policial com mais repressão que culminou na eleição de Moreira Franco, em 1986, para governador do Estado, sob a bandeira de uma política pública de segurança baseada no aumento da repressão e combate ao crime para a diminuição da violência. A Segurança Pública havia se tornando tema central da disputa eleitoral e o candidato Moreira Franco atacava o discurso dos

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

respeitos aos direitos identificando-os como sendo a causa do aumento da violência, prometendo resolver a questão em um prazo de seis meses. O paradigma repressivo prevaleceu estigmatizando o discurso dos direitos humanos.

Apesar dos esforços empreendidos nos dois governos de Leonel Brizola o paradigma inspirado no respeito aos direitos dos cidadãos pobres do Estado representou um hiato nas políticas públicas das décadas de 1980 e 1990. O discurso que defende o recrudescimento das ações contra o crime encontrou grande ressonância na opinião pública que, de forma geral, considera admissível abuso e descon siderações de direitos em situações de combate ao crime, dentro de uma lógica que acredita que, numa guerra, determinados abusos acontecem e são válidos quando cometidos para garantir um bem maior. De modo que as baixas fazem parte do jogo, desde que, claro, elas se restrinjam geograficamente aos bairros pobres e às favelas do Estado. Desta forma o apelo a mais polícia e mais repressão ganha força, sobretudo com a consolidação das quadrilhas de tráfico de drogas.

A metáfora da guerra e os moradores de favelas como “classe perigosa”

Na década de 80 as favelas do Rio de Janeiro foram dominadas pelos grupos criminosos que passaram a operar de dentro das comunidades carentes impondo, por meio da coerção, regras próprias de sociabilidade (Zaluar, 1985; Peralva, 2000; Soares, 2000; Mafra, 1998; Leeds, 1998). Nas décadas anteriores podemos encontrar trabalhos que tentavam desconstruir a visão sobre as favelas como sendo um local de perigo e criminalidade, apresentando suas organizações locais, estratégias de pertencimento e de sobrevivência dos moradores, que passavam ao largo do imaginário que se tinha destas localidades (Perlman 1977; Valladares 1978; Leeds e Leeds 1978). A partir da década de 1980, as favelas apareceram mais uma vez como local fortemente associado à criminalidade.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Diante do cenário de aumento da violência, vários analistas, como Zuenir Ventura (1994) e Luiz César Ribeiro (1996), passaram a nomear o Rio de Janeiro como “cidade partida”, ao se referir ao rompimento do tecido social (Leite, 2001). Essa perspectiva acabou trazendo mais uma vez a imagem estigmatizada das favelas cariocas como território da pobreza, prostituição, marginalidade e deterioração dos laços sociais, reforçando a associação entre pobreza, favela e criminalidade, associação essa já duramente criticada anteriormente por Lícia Valladares (1991; 2000), Alba Zaluar (1985), Janice Perlman (1977) e Anthony e Elizabeth Leeds (1978).

A presunção de que a cidade estava partida e que era então necessário travar uma guerra contra o banditismo para que a cidade passasse a vivenciar um período de paz ganhou força no Rio de Janeiro no início dos anos de 1990. Os defensores desta percepção dos acontecimentos concentravam seus discursos na “metáfora da guerra” (Leite 2001). Uma corrente composta por parte significativa do aparato policial, políticos, mídia e moradores da cidade exigiam o recrudescimento da ação policial e clamavam por ordem e segurança, não aceitando a menor contemporização com políticas associadas aos direitos humanos (Zaluar, 1998, 2000; Belli, 2003).

A guerra era representada como sendo travada entre morro e asfalto, bandidos e policiais, sendo dessa forma facilmente aceitável e até desejado que o aparato policial agisse com violência contra grupos estigmatizados. Para se alcançar a paz era necessário travar uma guerra contra as favelas por meio de operações que suspendessem premissas de direitos e garantias face à situação inusitada (Leite, 2001).

As diversas manifestações contra a violência e pela paz realizadas na cidade do Rio de Janeiro que demandavam direitos à cidadania, na verdade, o faziam a partir de uma leitura dos direitos civis como direito de alguns de seus moradores. Nesse

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sentido, ações que violassem os direitos de criminosos ou de suspeitos não eram tematizadas como problema, sendo amplamente toleradas (Caldeira, 1996). Dentro dessa percepção, ações arbitrárias, torturas e execuções ganharam aura de necessidade, não só como justificativa dos próprios policiais para suas ações violentas, como também para parte da população do Rio de Janeiro que exigia da polícia, no máximo, que, em sua ação violenta, diferenciasse bandidos de cidadãos.

Na década de 1990, no contexto do fortalecimento da ideologia baseada na metáfora da guerra, o Rio de Janeiro presenciou vários episódios de violência cometidos por grupos de extermínio compostos por policiais. Em junho de 1990, onze moradores da favela de Acari foram assassinados. Em julho de 1993, sete menores de idade foram assassinados em frente à Igreja da Candelária. No mês de agosto do mesmo ano, vinte e um moradores de Vigário Geral foram assassinados. Todas as mortes foram perpetradas por grupos de extermínio que tinham envolvimento de policiais. Como aponta Leite (2001), destas chacinas, a única que produziu algum sentimento de revolta na sociedade foi a de Vigário Geral, onde as vítimas foram classificadas pela mídia como trabalhadores e estudantes. No mesmo período destes eventos, jornais locais enfatizavam o equívoco dos governos estaduais em praticar políticas de direitos humanos incompatíveis com as necessidades da segurança pública da cidade (Leite 1995).

A Polícia contra os moradores de favelas

Nas décadas de 1980 e 1990 a opção pelos pobres em seu viés perverso, mais uma vez prevaleceu na ação policial, devidamente legitimado pelos anseios dos moradores pertencentes à classe média da cidade do Rio.

As estatísticas oficiais sustentam a percepção de que a polícia tem entre os moradores de áreas pobres seu principal alvo de atuação (Lemgruber e Ramos 2004).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Segundo trabalho de Glaucio Soares (2002), os casos de homicídio entre jovens negros é significativamente maior do que a parcela da população branca da mesma faixa etária, chegando a uma diferença de 17,2%. Como aponta Luis Eduardo Soares (2003), está em curso um genocídio entre a população jovem negra e pobre do país, seja pelas mãos da polícia seja pelas mãos das quadrilhas de tráfico de drogas. No que se refere estritamente à morte que envolve atuação policial, Inácio Cano (1997), argumenta que aproximadamente 50% dos casos registrados pelo Instituto Médico Legal, onde os indivíduos foram vitimados pela ação policial, os corpos apresentavam perfurações na parte de traz do corpo, indicando, desse modo a intenção de abater as vítimas.

A ação policial não obedece somente a atenção a aspectos físicos, como cor de pele. As taxas de homicídios, como apontam trabalhos de Cano (2001) e Costa (2004a), atendem a um critério geográfico. O número de homicídios é mais alto em bairros pobres, concentrando-se nos bairros do subúrbio e na Zona Oeste, e menor nos bairros da Zona Sul da cidade onde o perfil socioeconômico do morador é mais alto.

Se a Constituição de 1988 reconhece o acesso universal aos direitos de cidadania, a prática cotidiana da polícia opera a partir da desconsideração dos direitos constitucionais da população pobre do país, guiada pela classificação hierárquica da sociedade brasileira, demonstrando, por intermédio de seus procedimentos, que na prática existem moradores com níveis distintos e que a consideração aos direitos está diretamente atrelada à condição socioeconômica do indivíduo, tal como demonstrou Costa (2004a, 2004b, 2006).

Como aponta Kant de Lima, a prática policial deixa clara a percepção de que o acesso a direitos se relaciona ao enquadramento do indivíduo dentro de critérios que consideram questões econômicas e de status social (1995). Assim, as técnicas de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

investigação policial operam de forma inversa ao que se supõe ideal, primeiro identificando suspeitos em vez de desvendar os fatos. O perfil do culpado está definido antes da instauração das investigações. De modo que os casos mais fáceis para a polícia são aqueles nos quais o estereótipo é confirmado.

Para confirmar seus estereótipos e proteger a sociedade, a polícia faz uso de métodos de investigação onde prática de tortura e fraude são procedimentos moralmente aceitos (Paixão, 1988) e que assumem uma dimensão estrutural no fazer policial (Kant de Lima, 1995).

Seus métodos são amplamente aceitos pela sociedade que vê os homicídios ocorridos em favelas como um desencadeamento natural de uma situação social equivalente à de guerra. Nessa lógica, vítimas são inevitáveis e métodos não democráticos são aceitos como meios necessários para se conter o crime.

Sendo assim, não é resultado da causalidade, como bem lembrou Inácio Cano (2001), que as violações dos direitos civis fundamentais ocorram justamente contra pessoas que já tiveram seus direitos de ordem socioeconômica, anteriormente, violados. É neste contexto que devemos perceber que a violência policial em favelas e o desrespeito aos direitos de membros das classes populares vêm sendo considerados excessos necessários para manutenção da ordem pública.

Como se vê, a percepção local sobre o papel da polícia, expressa na epígrafe do início do capítulo, encontra fundamento não só na experiência vivida pelos moradores de favelas nos últimos trinta anos, como reflete a opção histórica das instituições policiais de se organizar a partir da convicção de que seu papel é manter sob controle a parcela da população considerada como pertencente às classes perigosas. Ainda que, ao longo do curso da história, aqueles que compõem a classe perigosa tenham se modificado, as instituições policiais se dedicaram a identificá-los e reprimi-los de modo a que não ameçassem a ordem social harmônica. Desta forma

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

as instituições policiais têm negligenciado seu papel de negociador da ordem pública e provedor de segurança à totalidade da população (Kant de Lima, 1995), em nome do combate ao inimigo interno. Com isso a Polícia, de forma geral, é vista pelos moradores de favelas com desconfiança. Evitam aproximação e identificam os policiais como sujeitos perigosos e desrespeitosos. Se os policiais negligenciam os direitos dos moradores de favelas, estes, por sua vez, também negam a dignidade dos policiais considerando-os piores que os membros que compõem a quadrilha local.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 2

As discussões sobre Policiamento Comunitário e a implantação do GPAE nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.

Esse capítulo é uma continuação da discussão presente no primeiro capítulo. Aqui trato do enfraquecimento da ideologia baseada na metáfora da guerra como procedimento adequado capaz de proporcionar a diminuição dos índices de criminalidade e da sensação de insegurança e violência. A sua incapacidade em produzir resultados favoreceu o surgimento de outra perspectiva de intervenção policial baseada na ideologia do policiamento comunitário. No Brasil, durante a década de 1990, surgem diversos projetos influenciados por policiamento comunitário implantados no exterior e este no novo modelo passa a disputar legitimidade com a forma tradicional de se conceber o papel da polícia nas sociedades modernas. É dentro deste contexto que surge o GPAE, policiamento comunitário implantado nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. No decorrer do capítulo apresento o GPAE, seu contexto de implantação e princípios inspiradores.

Começo o capítulo descrevendo contexto de surgimento e fortalecimento de projetos de policiamento comunitário internacionalmente. Na sequência trato da crise do modelo profissional de policiamento no Brasil e o surgimento de projetos inspirados no modelo de policiamento comunitário, inclusive o GPAE.

A Crise do Modelo Profissional e fortalecimento da filosofia do policiamento comunitário

O fracasso do modelo tradicional de policiamento em várias partes do mundo, com as constantes críticas a sua eficácia em diminuir a criminalidade e sua truculência, abriu espaço para a contestação e para o surgimento de propostas de modelos de policiamento. Entre as novas propostas, as que alcançaram maior visibilidade foram a do “patrulhamento agressivo” e o policiamento comunitário.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O patrulhamento agressivo defende que a agressividade da patrulha produzia um número maior de prisões e taxas menores de furtos. Este modelo de patrulhamento foi implantando durante a década de 1970 em alguns distritos policiais nos Estados Unidos da América. Apesar deste modelo apresentar maior eficácia em relação à inibição do crime, a postura agressiva da polícia propiciou um significativo aumento da hostilidade da população em relação aos agentes de segurança pública (Reiner, 2004).

O Policiamento Comunitário foi outro modelo de ação policial surgido neste período. Neste modelo se enfatiza a importância fundamental da cooperação e engajamento da população na elaboração e implantação de estratégias policiais. A delimitação do que é, de fato, um policiamento comunitário é difícil, pois este termo tem sido usado para classificar as mais diferentes iniciativas. Apesar da dificuldade em delimitar o policiamento comunitário, os registros apontam que este modelo teve início na década de 1970, tanto nos EUA quanto no Reino Unido, sendo que foi nos anos da década de 1980 que ele ganhou força se legitimando (Reiner, 2004; Rosenbaum, 2002).

Segundo Rosenbaum (2002), os inúmeros distúrbios ocorridos nos EUA durante os anos de 1960 levaram as autoridades a recomendar um modelo de policiamento em grupo como meio de estreitar a distância entre agentes da polícia e a comunidade assistida, plantando a semente do Policiamento Comunitário. Durante a década de 1970, esse modelo foi estendido para muitos departamentos de polícia, sofrendo forte resistência por parte dos policiais, o que gerou problemas em sua implantação. A partir da década de 1980, com o acentuado crescimento da violência e com as recorrentes críticas à truculência policial, os responsáveis pela elaboração de políticas públicas na área de segurança viram-se obrigados, em razão da pressão da opinião pública, a repensar a ação policial e desenvolver estratégias mais eficazes de diminuição da criminalidade.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

De acordo com Jean-Paul Brodeur (2002), o policiamento comunitário nos EUA tem sua origem no policiamento em grupo. O policiamento comunitário teria surgido a partir da incorporação de três estratégias de atuação do policiamento em grupo que consistiam em: *atendimento na parte da frente da delegacia*, *patrulha a pé e vigilância comunitária do crime* (2002; 58). O experimento que serviu de modelo para o policiamento comunitário foi implantado primeiramente no Reino Unido, após a Segunda Guerra Mundial na Escócia, no condado de Aberdeen e no condado de Coventry, onde foram adotadas estratégias inovadoras de patrulhamento por ronda.

Apesar deste modelo de policiamento ter sido abandonado no Reino Unido no ano de 1963, neste mesmo período os EUA importaram o modelo de policiamento em grupo dos ingleses implantando-o no departamento de polícia de Tucson, no Arizona (Brodeur 2002; 60). Em 1967, após vários distúrbios da ordem pública, a Comissão Presidencial sobre Policiamento e Administração da Justiça recomenda aos departamentos de polícia norte-americanos a adoção de modelo de policiamento em grupo, privilegiando a ação conjunta entre policial e investigador nas rondas, com o intuito de facilitar as estratégias de atuação da polícia diante das ocorrências, além de outras medidas.

Posteriormente, este modelo se estende por várias localidades. Entraram em atividade projetos experimentais na Virgínia e Houston, com um policiamento direcionado à *solução de problemas* (Rosenbaum 2002). Na Califórnia foram implantados projetos nas cidades de Richmond e Los Angeles, em Massachusetts a localidade que recebeu o projeto foi Holyoke, o Estado de Nova York implantou o policiamento em grupo em Syracuse e em Nova York. Além destas localidades, Dayton, e Ohio, e em Detroit, no Michigan também desenvolveram modelos baseados nas recomendações da Comissão Presidencial (Brodeur 2002). No mesmo período, em cidades como Seattle, Philadelphia e Oakland, um outro tipo de policiamento, batizado de Vigilância de Bairro, foi usado. O aspecto fundamental deste modelo era

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

envolver os cidadãos na produção de sua própria segurança, garantido a eles assistência com equipamentos e informação.

Tanto Rosenbaum quanto Brodeur destacam que essas primeiras tentativas mostraram-se um fracasso por conta da má vontade dos policiais, principalmente aqueles envolvidos com a realidade cotidiana dos seus departamentos, que viam nas mudanças propostas uma ameaça ao seu poder. A partir da segunda metade da década de 1970, já com o fracasso do policiamento em grupo, a discussão sobre a necessidade de implementação de outro modelo de policiamento como solução para os problemas de criminalidade e da má relação entre população e a polícia reaparece. Neste contexto, antigas ideias como rondas preventivas e participação da comunidade na co-produção de segurança pública ressurgem rebatizadas de Policiamento Comunitário.

Desde então o policiamento comunitário tem aparecido de forma recorrente em debates sobre melhora do serviço prestado pela polícia por todo planeta. Sua implantação tem sido vislumbrada quase que como uma ação mágica, capaz de resolver todas as mazelas das instituições policiais, ainda que a maioria das pesquisas não tenha comprovado empiricamente a superioridade deste modelo de atuação policial sobre o modelo tradicional ou sobre o modelo de patrulhamento agressivo.

Um exemplo de experiência *baseado no modelo do policiamento comunitário* foi o *Programa de Oficiais de Patrulha à Comunidade* da cidade de Nova York, implementado no ano de 1984. Esse programa tinha como objetivo “*corrigir os problemas de crime nas ruas, drogas e desordem no nível do bairro; reduzir a ignorância mútua, a suspeição mútua e as mútuas diferenças entre a polícia e os cidadãos no nível do bairro; reduzir o medo e a insegurança que sentem nos bairros da cidade; e auxiliar as comunidades a utilizar seus próprios recursos no esforço de controlar os problemas locais de crime e desordem*” (Mcelroy, 2002).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Para alcançar estes objetivos foi criada a Oficina de Patrulha da Comunidade. A OPC consistia em designar um único policial para manter contato contínuo com uma determinada área orientando-o a estabelecer e estreitar laços com a população local, incluindo não só os moradores como também os donos e funcionários do comércio, com o intuito de elaborar estratégias de atuação em conjunto. O policial designado para a OPC estaria livre da função de atender chamadas emergenciais do tipo “190” para se dedicar exclusivamente à sua patrulha preventiva, que deveria ser realizada a pé e sozinho. Para realizar essa “nova” função o policial recebia oitenta horas de treinamento antes de iniciar sua operação (Mcelroy, 2002).

Se, nos EUA projetos como o de policiamento em grupo e policiamento comunitário surgiram a partir da pressão da sociedade civil que exigia do poder público reformas na polícia, no Reino Unido estas iniciativas surgiram em um contexto mais ameno. A elaboração de novas estratégias de atuação da polícia britânica, em especial o policiamento em grupo, teve como motivação o combate ao moral baixo e o tédio pelo qual passavam os policiais. Posteriormente, durante a década de 1970, projetos de policiamento comunitário passam a ser discutidos e implantados.

Segundo Bennett (2002), o policiamento comunitário no Reino Unido funciona muito mais como um princípio filosófico que norteia diferentes estruturas organizacionais e estratégias operacionais do que como um modelo definido e padronizado (de fato, podemos considerar que esta é uma característica presente tanto nos EUA quanto no Brasil). Sobre este guarda-chuva encontram-se patrulhas a pé, prevenção comunitária do crime e consulta comunitária.

Ao tratar do tema da avaliação de projetos baseados no policiamento comunitário, Bennett expõe algumas pesquisas empíricas, com dados concretos, realizadas com policiais sobre o funcionamento desta modalidade de policiamento. Em uma pesquisa realizada em 1991 por Reiner, com todos os chefes de polícia na

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Inglaterra e País de Gales, baseada em entrevistas semiestruturadas, se descobriu que 55% do efetivo apoiavam a noção de policiamento comunitário, enquanto 45% consideravam que se tratava de uma “expressão vazia de significado”. Em outra pesquisa realizada em 1992, descobriu-se que, para os policiais, o policiamento comunitário em ronda era impopular.

Esta modalidade de policiamento era descrita como “*maçante, sem graça e desligada do policiamento real*” (Bennett, 2002; 147). A maioria dos policiais entrevistados argumentou não desejar nenhum contato próximo com a comunidade. Segundo a pesquisa, a maioria absoluta dos entrevistados disse que “*o policiamento era visto como um esforço coletivo, dirigido à restauração da lei e da ordem mais do que a servir as necessidades particulares das comunidades individuais*” (Bennett, 2002; 147).

Em outras pesquisas que buscavam avaliar o envolvimento do público no policiamento comunitário percebeu-se que a população tem pouco interesse em participar de reuniões com o efetivo policial e que a maioria dos participantes já faziam parte de grupos ativistas. Neste sentido, os “*resultados parecem indicar uma forte apatia geral do público a se envolver em arranjos formais de conselhos no nível da comunidade*” (Bennett 2002; 153). Da mesma forma, quando o assunto é participação da população na vigilância de bairro, os moradores locais não se mostram interessados.

Policiamento Comunitário

O que a população, de modo geral, espera da polícia é que ela seja capaz de realizar de forma eficaz suas funções, atuando de maneira equitativa e justa, garantindo os direitos e a segurança da totalidade da sociedade. Mas as instituições policiais não têm sido capazes de cumprir as expectativas que recaem sobre ela,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

provocando pressão por sua reestruturação de modo que possa melhor cumprir aquilo que se espera dela.

Os questionamentos sobre o modelo tradicional de prestação de serviço policial são de diversas ordens e envolvem denúncias sobre desvios tais como abusos de poder, arbitrariedades, critério seletivo baseado em questões étnicas e econômicas, além da incapacidade em lidar com a violência crescente e os distúrbios de ordem pública (Brodeur, 2002). O descontentamento com o modelo tradicional de policiamento abriu a possibilidade de que perspectivas alternativas pudessem se fortalecer dentro das discussões sobre a melhor estratégia para superar a crise nas polícias e oferecer serviços mais eficazes e condizentes com os princípios que regem os estados democráticos.

Foi nesse contexto de busca de soluções para o aprimoramento do serviço policial que a filosofia do “policiamento comunitário” veio à cena como possibilidade de superar o paradigma dominante de “aplicação profissional da lei”, que, a partir da década de 1960, entrava em processo de descrédito em países da Europa Ocidental e Estados Unidos da América (Moore, 2002).

O chamado policiamento comunitário é uma filosofia de atuação, uma estratégia de intervenção e uma modalidade de policiamento baseada no estabelecimento de parcerias entre policiais e comunidades buscando resolver problemas, prevenir o crime e garantir a segurança local. Via de regra os projetos que podem ser chamados de policiamento comunitário são aqueles que estabelecem policiamento orientado para a comunidade, onde, por meio de parcerias, busca-se garantir a segurança local, e/ou projetos de policiamento orientados para a identificação e resolução de problemas da comunidade. De forma geral projetos de policiamento comunitário apresentam um ou mesmo estes dois procedimentos.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

As diferenças entre as diversas iniciativas se justificariam pela necessidade de adequação do policiamento às características e demandas de cada localidade atendida de modo que as estratégias se adéquem a cada realidade encontrada. Todavia, diversos autores argumentam que o termo policiamento comunitário vem sendo utilizado de forma indiscriminada para designar diversos procedimentos policiais que não necessariamente apontam para novas práticas policiais¹⁷. Como é o caso de se nomear procedimentos e programas tradicionais de ações policiais com o rótulo de policiamento comunitário, ou o caso de adoção de algumas práticas específicas que por si só não são suficientes para que sejam caracterizadas como policiamento comunitário.

Sendo assim, especialistas propuseram que, para que policiamentos sejam considerados comunitários, eles devem respeitar alguns parâmetros que permitam distingui-los de outras modalidades de policiamento. Assim, ainda que a definição do que seja o programa de policiamento *comunitário não obedeça a um modelo único e uniformizado, eles devem possuir, para que seja caracterizado como tal, a participação ativa da comunidade* (Rosenbaum, 2002).

A necessidade de se promover a participação ativa da comunidade colaborando de alguma maneira como os policiais envolvidos nos projetos é um dos elementos fundamentais que permitem diferenciá-lo em relação ao modelo tradicional. A busca pelo estabelecimento de parceria entre policiais e comunitários para buscar soluções para problemas locais está no cerne da concepção de policiamento comunitário. Nesta concepção, se não houver a participação efetiva dos membros da comunidade, a eficácia da ação policial estará fadada ao fracasso, visto que considera-se que, sem a integração e parceria entre polícia e comunidade, a tarefa de melhorar a vida da localidade e prestar um bom serviço policial fica prejudicada.

¹⁷ Jerome Skolnick e David Bayley (2002), Jean-Paul Brodeur (2002), Robert Reiner (2002), Wesley Skogan (2002), Trevor Bennett (2002), Mastrofski (2002), Moore (2002) e (Skolnick e Bayley, 2002).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Em outras palavras, dentro desse paradigma, policiais e cidadãos passam a atuar como “co-produtores” de segurança pública, já que o papel destes últimos passa a ser exercido de forma mais ativa na busca da produção de segurança (Skolnick e Bayley, 2002).

Um policiamento comunitário, então, partindo da premissa do comprometimento de todos com a “co-produção” de segurança deve atender a quatro normas procedimentais: organizar a prevenção do crime tendo como base a comunidade; reorientar as atividades de patrulhamento enfatizando os serviços não-emergenciais; aumentar a responsabilização da polícia e das comunidades locais; descentralizar o comando (Skolnick e Bayley, 2002:19).

Com reordenação das atividades de patrulhamento deseja-se que os policiais em serviço passem a privilegiar um modelo de atuação que promova uma relação próxima, baseada na confiança, com os moradores dos bairros assistidos. Deixando assim de atuar a partir de um modelo reativo, onde a polícia age diante de chamadas emergenciais. Assim, deixa-se de atuar a partir de um modelo reativo e adota-se um modelo preventivo. Nesse modelo o atendimento a emergências e o controle do crime são deixados em segundo plano enquanto as ações não-emergenciais passam a ser o objetivo principal do policiamento (Rosenbaum, 2002), pois dessa forma os eventuais problemas são resolvidos em seus estágios iniciais a partir da colaboração local em identificá-los (Skolnick e Bayley, 2002).

Em conjunto com a adoção do modelo preventivo de atuação há a necessidade de descentralizar os locais de atuação policial. Os policiais devem ficar distribuídos em diversos postos dentro da comunidade. Esse procedimento possibilita uma maior eficiência dos serviços prestados pela polícia.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A descentralização do comando também configura-se numa medida fundamental para que se garanta o perfeito funcionamento de projetos inspirados no modelo de policiamento comunitário. Essa medida faz com que o policiamento tenha um caráter mais dinâmico, visto que desta forma há a possibilidade de gerar respostas mais rápidas às necessidades locais. A descentralização do comando proporciona uma flexibilidade maior na formulação de estratégias, potencializando as vantagens obtidas nas estratégias formuladas em conjunto com a comunidade. Esse princípio operacional permite ao oficial responsável agir com maior liberdade na tentativa de ajudar a resolver os problemas locais.

Por último há a necessidade do aumento qualificado da comunicação entre policiais e comunitários assim como na responsabilização de todos os envolvidos estimulando a produção conjunta de soluções para problemas e elaboração de estratégia conjunta de intervenção. Este estímulo proporciona a criação de laços a partir do estabelecimento da “reciprocidade na comunicação” (Skolnick e Bayley, 2002). Por meio da criação de conselhos ou comitês consultivos os dois lados envolvidos discutem e elaboram em conjunto estratégias de combate a problemas recorrentes na localidade. Esse aumento qualificado da comunicação implica numa responsabilização maior das partes envolvidas com a promoção de segurança pública. Para o policiamento comunitário é fundamental a consideração sincera das participações espontâneas da comunidade. À população deve ser dado o espaço para avaliação das atividades da polícia e de indicação dos fatores locais de insegurança. Ela não só deve ser consultada como também deve ter o poder de influir nas decisões sobre as prioridades do policiamento, determinando-as localmente. Por intermédio desta relação também se abre o canal para o controle externo da polícia.

O policiamento comunitário, respeitando esses quatro princípios operacionais, seria capaz de melhorar a eficácia na prevenção de crimes produzindo comunidades mais seguras, além de ajudar a melhorar a percepção da polícia. Com o esforço de co-

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

produção de segurança, em tese, os índices de criminalidade tendem a diminuir. Com a participação efetiva dos policiais no cotidiano da comunidade, conversando, discutindo, explicando suas ações, eles passam a ser vistos como defensores que estão interessados com a segurança dos moradores locais, implicando numa outra percepção do trabalho policial (Skolnick e Bayley, 2002; Rosenbaum, 2002).

Apesar de o policiamento comunitário ter surgido como solução para as deficiências do modelo tradicional de policiamento, segundo seus próprios defensores admitem, a avaliação dos programas de policiamento comunitário não tem conseguido captar modificações substanciais na sua comparação com outros modelos de policiamento (Skolnick e Bayley, 2002:95). Sua difusão está mais ligada à esperança e ao desejo de aperfeiçoamento do serviço prestado pela polícia do que na sua capacidade efetiva de se mostrar superior a outros modelos (Skolnick e Bayley, 2002:128).

A crise na polícia brasileira e o fortalecimento de experiências de policiamento comunitário

A partir da década de 1980, com o fortalecimento das quadrilhas de tráfico de drogas e o aumento dos índices de violência e crime no Rio de Janeiro, o discurso do combate ao “inimigo interno” encontrou ressonância na sociedade de modo que, mais uma vez, os órgãos policiais encontram legitimação dos seus métodos de “enfrentamento” da criminalidade. Discursos sobre respeito aos Direitos Humanos e direitos de cidadania foram considerados despropositados, visto que se vivia uma situação de guerra contra o crime e, em momentos como estes, a preservação dos direitos perde importância diante da gravidade da situação.

Como aponta Márcia Leite, a percepção de que a cidade do Rio de Janeiro estava em guerra provocou ambiguidade no que se refere à questão do reconhecimento de direitos, visto que, para os demais moradores da cidade, o respeito

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

aos direitos dos moradores de favelas era incompatível com a manutenção da segurança pública (Leite, 2001).

Desta forma, como afirma Beato Filho (1998), o caráter combativo e ofensivo que marca a identidade das polícias, reflete, em grande medida, os anseios da população que concebe as organizações policiais como tendo a função exclusiva de controle da criminalidade. Dentro desta lógica a avaliação do seu serviço, a percepção de que as estratégias de combate ao crime são adequadas se restringem exclusivamente ao aumento ou diminuição das taxas de criminalidade.

A população, diante do aumento das taxas de crime no Rio, reclamava por mais polícia e mais repressão, independente de abusos cometidos contra seus co-cidadãos que moravam em bairros pobres ou favelas. Ações ilegais de polícias em favelas, assassinato de moradores sem envolvimento com o tráfico e execuções de membros das quadrilhas eram vistos como excessos necessários no cenário de guerra, consequências inevitáveis diante da gravidade da situação.

Todavia, nas últimas décadas, sobretudo a partir dos 1990, a maneira tradicional de atuação policial tornou-se alvo de questionamentos motivados pela dúvida da sua capacidade real de controlar a criminalidade e garantir a segurança. Os principais questionamentos dirigidos às polícias têm relação com duas preocupações básicas: eficácia e problemas de adequação de procedimentos policiais em regime democrático.

A Constituição de 1988 apontava para a necessidade de mudança de paradigma na filosofia das instituições policiais (Muniz, 2001). Com a institucionalização de direitos de cidadania e a defesa do seu caráter universal, abrangendo toda a população brasileira, houve o reconhecimento de que as polícias deveriam modificar seus procedimentos, que até então estavam baseados na busca de manutenção da ordem por meio da utilização da força e no combate ao inimigo

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

interno. Estes procedimentos não condiziam com os desejados em regimes democráticos (Muniz, 2002). Era necessário repensar as polícias para que estas instituições se tornassem mais eficazes e equânimes (Adorno, 1997, 1998), já que havia o reconhecimento de existência de defasagem entre os métodos policiais predominantes e o exercício da cidadania (Musumeci, 1996).

Todavia, durante a década de 1980 e meados da década de 1990, o reconhecimento da necessidade de adequação da prática policial à nova realidade nacional não implicou em mudanças significativas na relação entre esta instituição e a população pobre da cidade do Rio de Janeiro. O reconhecimento, por intermédio da Constituição, de direitos a todo o universo da população brasileira não inibiu práticas abusivas e ilegais contra moradores de favelas. Nem tampouco este reconhecimento constitucional sensibilizou, provocando manifestações de repúdio das camadas socioeconomicamente média e alta da população quando da constatação de abusos aos direitos civis de moradores de favelas.

A polícia passa a ser mais sistematicamente questionada quando vai se tornando evidente a incapacidade em conter a criminalidade. Quando a ação policial deixa de ser capaz de manter a violência circunscrita à geografia dos bairros pobres e favelas e passa a interferir mais diretamente no cotidiano da classe média da cidade, é quando a estratégia de atuação policial passa a sofrer críticas mais contundentes.

De modo que, somente quando o crime ultrapassa os limites estruturais no qual está tradicionalmente vinculado é que ele torna-se uma preocupação dos governantes e da população pertencente à classe média (Beato Filho, 1998). Como a opção pela abordagem de combate ao crime dentro da lógica de guerra e como o aumento da letalidade da polícia tem se mostrado ineficaz para redução das taxas de criminalidade e na diminuição da insegurança vivida pela população do Rio de Janeiro,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

novas abordagens começaram a ganhar espaço na tentativa de contar a sensação de insegurança relacionada ao crime.

Junto à constatação de ineficiência do modelo de policiamento profissional inspirada na ideologia da guerra e combate ao inimigo interno, nos últimos anos a linguagem do direito tem se difundindo entre as classes populares que passaram a cobrar melhor atendimento no serviço público oferecido pelas três esferas de poder. Reivindicações por melhor atendimento nos hospitais públicos (Machado, 2003) e respeito na relação com a polícia (Cardoso, 2005).

Desta forma, ainda que as ações baseadas na metáfora da guerra encontrem forte apelo popular, aos poucos outro paradigma de policiamento baseado na busca da produção de serviços policiais voltado para resolução de conflitos e negociação da ordem pública passou a ganhar espaço e legitimidade nos debates sobre segurança pública. É o caso de projetos inspirados na filosofia do policiamento comunitário que, a partir da década de 1990, são implantados em diversos estados da federação.

Apesar dos projetos inspirados nos princípios do policiamento comunitário só tenham ganhado repercussão a partir da década de 1990, sendo considerado como alternativa para o enfrentamento da crise enfrentada pelas instituições policiais, alguns projetos de caráter inovador esboçaram uma tentativa anterior de modificar a filosofia de atuação historicamente incorporada às instituições policiais.

É o caso, por exemplo, da já iniciativa do Governo do Rio de Janeiro, durante a gestão de Leonel Brizola que introduziu diversas modalidades de policiamento que tinham como princípio operacional a integração com as comunidades atendidas (Cerqueira, 2001). Também nesta década, no ano de 1985, o Governo de São Paulo criou Conselhos Comunitários de Segurança, onde delegados da Polícia Civil e representantes da Polícia Militar se reuniam com representantes comunitários para discutir questões referentes à segurança dos bairros. Desta forma, apesar das

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

dificuldades enfrentadas, foi a partir do governo Brizola que a diversificação da ação policial, deixando de operar apenas baseado no princípio da repressão, foi aventada como possibilidade e testada como alternativa. No Plano Diretor da Polícia Militar, o governo do estado, deslocou o foco da defesa interna para a promoção da segurança pública a partir de uma concepção da ordem pública que estimulava a colaboração e integração comunitária (Cerqueira, 2001).

Todavia, estas iniciativas foram vítimas da resistência de setores conservadores das forças policiais e de políticos que resistiram à ideia, se posicionando contra políticas de revisão das polícias (Cerqueira, 1993), impedindo mudanças, fazendo com que prevalecesse a estratégia de policiamento tradicional (Mesquita, 1999).

Somente na década seguinte, quando a crise na segurança pública torna-se mais aguda mostrando-se evidente o fracasso das estratégias baseadas na política de mais polícia e mais repressão é que o policiamento comunitário ganha força como uma possibilidade para o enfrentamento do problema.

Segundo Cerqueira (2001), o marco nas discussões sobre Policiamento Comunitário foi a realização do 1º Congresso Internacional de Polícia Comunitária, organizado pelo governo de São Paulo no ano de 1991. A partir de então vários passos foram dados em direção ao reconhecimento da filosofia do policiamento comunitário como um modelo alternativo de policiamento profissional tradicional. Durante o ano de 1996, o relatório do Programa Nacional de Direitos Humanos indicava a necessidade de implantação do policiamento comunitário nos estados brasileiros. Na sequência, em 1997, o Ministério da Justiça organizou a Conferência Nacional sobre Justiça, Segurança e Cidadania que, em suas discussões, indicava a necessidade de reforma na polícia sugerindo o comprometimento das secretarias de segurança pública com o modelo do policiamento comunitário. No mesmo ano, o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Governo Federal, criou a comissão especial para avaliar o sistema de segurança pública que recomendou a ampliação desta modalidade de policiamento nos estados da federação. Em 2000, novamente o Governo Federal, a partir do Plano Nacional de Segurança Pública, decidiu investir na capacitação do policiamento comunitário.

Os projetos introduzidos desde então em diversos estados diferem entre si em muitos aspectos, desde definições doutrinárias a objetivos e estratégias de atuação. Mas todos eles, de alguma forma, buscavam promover segurança a partir da relação colaborativa entre polícia e comunidade. Assim, a partir da década de 1990, as unidades da federação criaram programas que estimulavam a integração entre polícia e comunidade. É o caso das experiências do Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e mais outros nove estados (Cerqueira, 1998). Em São Paulo, no ano de 1997, foi implantado projeto de policiamento comunitário em todo o estado com a instalação de 42 bases comunitárias de segurança.

Em 1990, foi implantado em Belo Horizonte o policiamento distrital. Nele, os policiais militares seriam responsáveis na atuação contínua de determinadas áreas da capital mineira esperando com isso aumentar a proximidade entre efetivo policial e comunidade assistida (Souza 2002). Em razão dos vários problemas, tais como falta de efetivo e resistência do comando da Polícia Militar, o projeto fracassou. Em 1993, mais uma vez, se tentou implantar um projeto semelhante em Belo Horizonte, agora sob o nome de policiamento comunitário, mas como o anterior a experiência fracassou. Um dos motivos do seu fracasso foi que, na perspectiva da população da cidade, o policiamento comunitário foi identificado como uma forma de transferir a responsabilidade da polícia para os cidadãos (Souza, 2002).

Em 1999, ganha força no Estado a ideia de Polícia de Resultado. Esta nova política de atuação buscava englobar a participação comunitária com uma melhor gestão da atividade policial. Vinte e quatro conselhos de segurança pública foram

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

criados buscando maximizar a eficiência da ação policial, além de envolver a comunidade no processo de execução de ações visando diminuir os índices de criminalidade (Beato Filho, 2002). Essa experiência também se mostrou limitada e, posteriormente, se criou o GEPAR – Grupamento Especial para Áreas de Risco, também inspirado no modelo de policiamento comunitário.

Outra experiência de policiamento comunitário foi a implantada no Distrito Federal. A primeira experiência ocorreu em Samambaia, em 1995. Em 2002, outra cidade Satélite, o Guará, recebeu um projeto batizado de *Conselho Comunitário de Segurança Pública Local*. No início das operações o projeto se fez presente em oito quadras do Guará. O efetivo escolhido para participar do projeto recebeu treinamento de uma semana, antes de iniciar a operação. Já nas ruas a orientação era para que os policiais realizassem patrulhas a pé ou em bicicletas, se dedicassem mais ao acompanhamento das áreas comerciais e estabelecessem contato direto com a comunidade assistida fornecendo números dos telefones móveis dos agentes à comunidade (Canário de Oliveira, 2005). Os problemas vivenciados por essa experiência não são diferentes dos recorrentes em quase todas as outras experiências; falta de interesse do público alvo, falta de interesse dos policiais e dúvida em relação à eficácia deste modelo de policiamento.

No Rio de Janeiro, mais especificamente em Copacabana, a implantação do GPAE não foi a primeira experiência de policiamento voltado para a comunidade. Em 1995, um projeto do policiamento comunitário foi implantado pelo 19º BPM em parceria com a ONG Viva Rio. Todavia, a iniciativa não encontrou ambiente institucional nem apoio da população, e, com isto, antes que completasse um ano de funcionamento, o policiamento comunitário foi cancelado sob pretexto de urgência da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

necessidade da utilização de estratégias de enfrentamento ao crime organizado¹⁸(Musumeci, Muniz, Larvie, Freire, 1997).

É neste contexto de descrença no modelo tradicional de prestação de serviço policial e de pressão por medidas capazes de dar resposta adequada à questão da criminalidade, violência e à garantia universal aos direitos de cidadania que o GPAE – Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais -- foi criado.

O GPAE nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho

É neste contexto de crise e insatisfação, por um lado, e de demanda por uma nova postura policial por outro, que surge o GPAE. O anúncio da criação do GPAE foi feito no momento em que o Governo do Estado recebia críticas na área de segurança pública, sendo pressionado pela classe média e pela população moradora de favelas. Em maio de 2000, após uma suposta ação criminosa cometida por policiais no Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, os moradores das favelas protagonizaram violentos protestos nas ruas do bairro de Copacabana, em um evento marcado pela depredação de patrimônio de propriedade pública e privada (Cardoso, 2005). Após este protesto, o Rio de Janeiro presenciou uma reação em cadeia, onde diversos episódios da mesma ordem eclodiram em diferentes bairros da cidade num período de um mês¹⁹.

¹⁸ Colocar nota: O termo “crime organizado” vem sendo utilizado na literatura sobre violência e policiamento, referido a todas as formas em que os crimes não se realizam individualmente, mas participam de toda uma rede social. Em geral, se referem ao tráfico de drogas, dada a sua visibilidade da vida urbana contemporânea, especialmente, na constituição de territórios preferenciais de ocupação e comércio.

¹⁹ No dia 21, moradores da favela do Jacarezinho, na Zona Norte, fecharam a Avenida Dom Hélder Câmara, atacaram motoristas de carros particulares que passavam pelo local, incendiaram ônibus públicos e enfrentaram policiais com paus e pedras. A revolta eclodiu após a suposta execução de um homem de 19 anos por parte de policiais militares. No mesmo dia, os moradores da Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste da cidade, também protagonizaram cenas de enfrentamento com policiais, incendiaram pneus velhos e interditaram o trânsito nas ruas próximas à favela. No dia 23 de maio, continuando a série de enfrentamentos entre policiais e população favelada, os moradores da favela Praia da Rosa, na Ilha do Governador, e os moradores da favela Morro do Engenho, em Pilares, protagonizaram cenas de conflito e violência em suas localidades. No dia 10 de junho, foi a vez dos moradores

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O então governador Garotinho havia sido eleito prometendo fazer uma profunda transformação na segurança pública do Estado promovendo mudanças nas Polícias Militar e Civil. A série de quebra-quebras aumentou a cobrança sobre seu governo. As cobranças vinham dos moradores de favelas da cidade, indignados com o tratamento dispensado pela polícia, e também por parte dos demais moradores do Rio de Janeiro, que temiam ser atingidos pelas ações violentas que eclodiam em diversos pontos da cidade.

Como resposta à série de eventos violentos e às pressões por medidas que diminuíssem a sensação de medo e insegurança, o governo do Estado anunciou a criação do GPAE. O Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais foi criado tendo como inspiração a filosofia do policiamento comunitário e atuaria de forma interativa e permanente em áreas pobres desenvolvendo estratégias diferenciadas de prevenção ao crime. O GPAE atuaria de forma permanente, se fazendo presente vinte e quatro horas por dia nestas localidades, e de forma interativa, estimulando a participação dos moradores na promoção de estratégias de segurança local (Cardoso, 2002, 2005; Novaes, 2003). O GPAE prestaria serviço de polícia ostensiva, tendo como preocupação principal a preservação da ordem pública garantindo a segurança dos moradores de favelas. Para isso atuaria de forma preventiva, inibindo eventos que colocassem a vida dos membros da comunidade em risco. Também atuaria como facilitador na busca de integração entre órgãos do governo e ONGs com a comunidade.

O principal objetivo que conduziria a atuação do GPAE era “a preservação da vida em toda a sua dimensão e a garantia da ordem democrática, com rígido respeito aos direitos civis” (Blanco, 2003; 103) da população assistida pelo policiamento. Assim, em consonância com os principais objetivos declarados em diversos modelos

da favela Bateau Mouche, no bairro de Jacarepaguá, protestarem, incendiarem ônibus e interditem ruas, acusando policiais de violência, arbitrariedade e corrupção (O Globo – 22/05/2000 - 24/05/2000 - 11/05/2000).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de policiamento comunitário, o GPAE atuaria para garantir a vida e a liberdade de expressão e trânsito dos moradores de favelas que, desde a consolidação das quadrilhas de tráfico de drogas, havia sofrido comprometimento. Desta forma, nas palavras de seu comandante, entre suas funções se destacariam procedimentos que promovessem a:

“1) prevenção do crime, com ênfase nas situações de risco pessoal e social, que afligem crianças e adolescentes;

2) redução do medo, através do esforço contínuo (regular e interativo) empreendido pela ação do policiamento ostensivo, em neutralizar o domínio territorial armado exteriorizado pela dinâmica do tráfico de drogas;

3) a repressão qualificada do tráfico e do uso de drogas, nas hipóteses de flagrante delito ou em cumprimento de mandato judicial;

4) prevenção e a repressão de eventual conduta irregular praticada pelo policial, nas hipóteses de cometimento de transgressão disciplinar e de crime.” (Blanco, 2003;108-109).

Para cumprir tal propósito, as ações cotidianas do policiamento buscariam constranger o poder do tráfico, inibindo suas ações sem que, com isso, provocassem uma situação de conflito que expusesse os moradores ao risco de morte. Ao mesmo tempo, exerceria um rígido controle interno de modo a desestimular procedimentos violentos e/ou criminosos por parte dos policiais envolvidos no projeto. Desta forma, o GPAE basearia suas ações cotidianas na “não tolerância em relação à presença de armas de fogo circulando no interior das comunidades; a não tolerância em relação à presença de crianças envolvidas em dinâmicas criminais de qualquer natureza e; a não tolerância em relação à presença de policiais, civis ou militares, no interior das

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

comunidades cometendo ações violentas arbitrárias, abusos de poder, ou atuando de forma conivente com as práticas criminais” (Blanco, 2003; 103).

Acreditava-se que a ação conjunta das duas primeiras diretrizes teriam o potencial de provocar a diminuição do alcance do poder do tráfico e da sua capacidade de se reproduzir e se expandir. É por meio do porte de arma, na sua utilização ou na sua possibilidade de utilização que os grupos criminosos impõem seu controle nas comunidades. É o porte da arma que sustenta o seu domínio territorial, controla e impõe medo, pratica arbitrariedades.

Por sua vez, segundo o comandante, em termos ideais, a coibição de recrutamento de adolescente, em longo prazo, levaria ao enfraquecimento das quadrilhas visto que o seu quadro não seria renovado (Idem, 2003; 104). Por meio desta preocupação o GPAE mostrava estar atento à dinâmica de reprodução do tráfico, alimentada pelo sonho de jovens e adolescentes fascinados com a possibilidade de deter poder e de ascensão social local.

Como a prioridade do policiamento seria garantir os direitos dos moradores de favelas, o combate ao crime por intermédio da captura de suspeitos deixa de estar nas prioridades dos policiais.

Em entrevista concedida à Regina Novaes, Rubem César Fernandes, diretor da ONG Viva Rio, apontou o policiamento de Boston como modelo que serviu de inspiração do GPAE. Segundo ele, após enviar representantes aos Estados Unidos, o Viva Rio elaborou uma proposta de policiamento comunitário que foi apresentada ao coronel Josias Quintal, secretário de segurança pública do governo Garotinho.

Na proposta apontava-se a necessidade de criar uma unidade de polícia que atuasse exclusivamente nas favelas, especializada no trato com moradores destas localidades visando garantir sua segurança. Era necessário criar uma unidade e uma cultura operacional, assim como ocorre com o BOPE. Até então a ação nas favelas

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

não era feita por grupamento especializado, mas sim pelo batalhão responsável pelo patrulhamento de área territorial mais ampla, e que tinha como estratégia de ação nas favelas o confronto armado. Junto a isso, outro princípio inspirado no policiamento de Boston é a necessidade de deslocamento do comando do grupamento de um batalhão para o interior das favelas para que a instância superior de decisão, no que se refere às estratégias de atuação, passasse a ser elaborada por quem conhece o cotidiano local. A mudança de foco da repressão ao porte de arma e não na repressão ao comércio de drogas inibindo a ocorrência de enfrentamento que expõe ao perigo os moradores locais também se constitui num importante princípio operacional. Por último há a necessidade de integração entre serviço policial e outros serviços estatais oferecidos pelo Estado de modo a garantir aos moradores acesso a serviços médicos, de seguridade social e de inclusão social.

Preparação e implantação

Dentro do período de preparação para implantação do policiamento comunitário questões referentes a espaço físico adequado para instalação dos Postos de Policiamento Comunitários e processo de seleção de policiais interessados e com perfil para compor o grupamento foram questões que surgiram como obstáculos que tiveram que ser contornados antes do início do seu funcionamento.

A ideia inicial era estabelecer um critério de seleção baseado no voluntariado e depois o treinamento e constatação da adequação do candidato à nova proposta de trabalho policial. Ou seja, além de mostrar interesse em participar do grupamento, o candidato deveria passar por um processo de treinamento visando capacitá-lo a prestar esta modalidade de policiamento. Porém, ao contrário do desejo do oficial designado para comandar o grupamento, estes critérios para seleção não foram atendidos. Segundo o Major Carballo, oficial comandante designado para o posto de chefia do GPAE, algumas reuniões foram realizadas com o Comandante Geral da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

PMERJ tendo como pauta a questão de treinamento e a seleção dos candidatos, onde ele teria recomendado que houvesse um processo de seleção com base no voluntariado, tendo em vista que era necessário que os policiais envolvidos com o projeto tivessem o perfil adequado em consonância com os objetivos do GPAE.

Ao contrário disto, foram convocados para compor o GPAE policiais remanejados do 14º Batalhão de Polícia Militar. A recusa em estabelecer um processo de seleção aos policiais que serviriam ao grupamento foi o primeiro obstáculo que o GPAE teve que superar. Decidido de onde viriam os policiais que participariam do policiamento comunitário foi estabelecido que seu efetivo seria composto por 102 policiais militares entre eles 99 sargentos, cabos e soldados, 1 major que atuava como oficial superior comandante, 1 major que ocupava a posição de oficial superior subcomandante e 1 capitão que ocupava a posição de oficial intermediário.

Mas esse não foi o único contratempo enfrentado antes do início das atividades do policiamento. A questão do espaço físico onde se construiriam os postos dentro das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho também impôs dificuldades ao GPAE. Inicialmente não havia local dentro das favelas com estrutura adequada para instalar a sede do grupamento. Com isso, contrariando a premissa de que o comando do policiamento deve estar na comunidade assistida, o GPAE, em um primeiro momento, ocupou provisoriamente parte das instalações físicas do batalhão situado no bairro de Botafogo (Blanco, 2003). O distanciamento físico do comando do GPAE em relação às comunidades assistidas poderia comprometer as vantagens advindas da descentralização do comando. Posteriormente, o GPAE superou o problema da falta de espaço e transferiu seu comando para dentro de uma escola pública no interior da favela.

Ainda neste período, com o objetivo de informar a população das duas favelas sobre a instalação do GPAE e colocá-los a parte das propostas, objetivos e procedimentos do policiamento, foram realizadas reuniões nas favelas do Cantagalo e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Pavão-Pavãozinho, onde participaram os oficiais do grupamento e os moradores locais. As duas reuniões ocorreram em clima de tensão com acusações por parte dos moradores a respeito da violência e da arbitrariedade de policiais que costumavam agir nas favelas, terminando com o compromisso do comandante de que seus policiais agiriam de forma diferente e que reuniões seriam realizadas periodicamente entre moradores e policiais para avaliar a atuação do policiamento.

A implantação do GPAE ocorreu no dia 22 de setembro de 2000. Foram instalados quatro PPCs que funcionavam como bases de apoio operacional e ocupavam pontos-chave no interior das duas favelas. Um posto ficou localizado próximo à primeira entrada, de Copacabana à favela do Pavão-Pavãozinho, quase ao lado de uma igreja católica, já no interior da favela. Este posto policial, posteriormente, ficou conhecido na favela como PPC – posto de policiamento comunitário - “Praça do Caô”. Este posto, que antes servia de guarita e ponto de venda de drogas da quadrilha local, está localizado em espaço privilegiado que permite visão panorâmica do acesso à favela do Pavão-Pavãozinho. O segundo posto, que foi batizado pelos moradores como “PPC da lixeira”, foi posicionado na entrada da Avenida Pavãozinho, próximo à estrada do Cantagalo. Este fica, exatamente, no ponto de divisa entre as duas favelas e onde também funcionava um dos pontos fixos de venda de droga das duas favelas. O terceiro posto chamado “PPC 200 do Cantagalo” é o único que não está situado no interior das comunidades, funcionando num trailer da PM em um dos acessos às favelas, na rua Saint Roman, nº 200. O quarto, e último posto de policiamento comunitário, ficou localizado sob a quadra de esportes do Centro Integrado de Educação Pública – CIEP, conhecido como “PPC do CIEP”. Geralmente, os grupos de patrulha eram divididos em quatro policiais para cada um dos postos, onde cada grupo executava a “ronda preventiva” no interior das favelas, em horários alternados, durante os períodos de serviço.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

SEGUNDA PARTE: AS FAVELAS DO CANTAGALO E PAVÃO- PAVÃOZINHO E SEUS DIFERENTES “TEMPOS”

Capítulo 3

Pavão-Pavãozinho e Cantagalo: História e Pessoas

Este capítulo tem como objetivo apresentar, em linhas gerais, a história das duas favelas onde o GPAE foi implantado. Demonstro que as duas favelas possuem histórias distintas e que constroem sua identidade através da oposição à comunidade vizinha, marcado assim a sua singularidade e, ressaltando a fronteira entre cada uma delas. Todavia, quando se trata da relação com órgãos “de fora”, surge uma noção de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

unidade e a percepção sobre “nós” e “eles” se modifica. Isso em parte se deve à consciência de que é mais fácil ter suas demandas atendidas quando atuam em conjunto. A forma como os diversos governos, em seus três níveis, se relacionou com as duas favelas reforça a estratégia local de perceber como vantagem a articulação como unidade na sua relação com estas instituições. Este é o caso do GPAE. O policiamento comunitário trata as duas favelas como um complexo e, por sua vez, os moradores das duas favelas se relacionam com o GPAE desta mesma forma. Mais que isso, apesar das diferenças identitárias das duas favelas, os diferentes momentos GPAE na percepção dos moradores obedecem a um mesmo padrão nas duas favelas, demonstrando que existe uma mesma percepção sobre sua socialidade.

Pavão-Pavãozinho e Cantagalo ao longo das décadas

Cantagalo e Pavão-Pavãozinho situam-se no coração da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro entre os bairros de Copacabana, Ipanema e Lagoa. O acesso preferencial à favela do Cantagalo se dá por Ipanema através das ruas Antônio Parreiras e Barão da Torre. Por sua vez, a favela do Pavão-Pavãozinho encontra-se por detrás das ruas Saint Roman e Sá Ferreira, em Copacabana.

Apesar de ocuparem o mesmo terreno rochoso, o que pode trazer dificuldades em determinar onde começa uma favela e termina outra, confundindo aqueles menos acostumados com a geografia local, as duas favelas possuem identidade, histórias e dinâmica cotidiana própria.

A ocupação no local remete ao início dos anos 1900 a partir do Cantagalo, e, posteriormente, ainda nas primeiras décadas do século XX, entende-se pela encosta do morro do Pavão, formando outra comunidade²⁰. Os primeiros registros apontam

²⁰As favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho ocupam os terrenos rochosos batizados de morro do Cantagalo e morro do Pavão. Cantagalo é o nome dado ao terreno rochoso onde

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

que durante o ano de 1907 já havia barracos no morro do Cantagalo sugerindo que a presença de residências no local é anterior a esta data (Seth, 1985). Anos após o primeiro registro público que apontava a ocupação no morro do Cantagalo, durante a década de 1920, foram identificados 16 barracos no morro do Pavão (Guimarães, 1953).

A favela do Pavão-Pavãozinho deve seu nome à criação de pavões nas casas de classe média localizadas na encosta do morro. Apesar dos registros oficiais indicarem a existência de ocupação, somente a partir da década 1930, a memória local registra a presença de moradores na favela. É a partir desta data que a história do Pavão-Pavãozinho, com eventos marcantes e seus personagens, passa a ser contada pelos locais e por seus vizinhos da favela do Cantagalo²¹.

A ocupação teve como ponto original o morro do Pavão a partir do local onde durante anos encontrava-se a quadra do Unidos do Pavãozinho (bloco carnavalesco organizado pelos moradores), localização que possibilitava acesso facilitado à Rua Saint Roman e, por conseguinte, aos bairros de Copacabana e Ipanema (Ribeiro, 2003).

Neste momento as construções eram erguidas com madeiras retiradas em obras nas redondezas de Copacabana assim como de latas recolhidas no comércio local. Durante muitas décadas as casas mantiveram esse padrão de construção, erguidas a partir da coleta e utilização desses materiais, em razão não só à fragilidade financeira dos moradores como também à proibição de construções de alvenaria imposta pelo Exército.

foram construídas as habitações das favelas do Cantagalo e a expansão da favela do Pavão, batizada de Pavãozinho.

²¹Os relatos que acionam a memória local sobre a favela do Pavão-Pavãozinho iniciam-se na década de 1930. Na memória dos moradores do Pavão-Pavãozinho e na memória dos moradores do Cantagalo as histórias sobre a ocupação do morro do Pavão remetem a este período. Tanto a partir dos meus questionamentos quanto de outros pesquisadores que por lá passaram (Cássia e Ramalho, 2003; Ribeiro, 2003), não foi possível encontrar uma única narrativa que indicasse uma ocupação anterior a este período.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

As vias internas e o acesso à favela foram construídos a partir da capinação do matagal que tomava conta do morro e caracterizavam-se por serem estreitos e forjados no barro. Não havia luz elétrica e a iluminação das residências era feita por lamparinas que potencializavam o risco de incêndio devido ao matagal e aos materiais utilizados na construção dos barracos. Para conseguir água era necessário descer o morro carregando latas e contar com a colaboração dos moradores de Copacabana que disponibilizavam bicas que supriam a falta de estrutura de abastecimento na favela.

Neste mesmo período foi construído o Hotel Belvedere e um cassino na encosta do morro que tinha como anexos “bangalôs” espalhados pelo bosque entre os prédios. Um plano inclinado articulava o empreendimento com os “jardins que compunham a sua fachada diante da Avenida Nossa Senhora de Copacabana” (Ribeiro, 2003:46). Todavia, apesar do grande investimento realizado na construção do complexo, na década seguinte, com a proibição de jogos de azar no Brasil²², o empreendimento entrou em decadência sendo vendido e transformado em pensionato. A mudança no perfil do serviço oferecido não foi capaz de assegurar a manutenção da estrutura que demandava custos altos em razão de seu tamanho. Com isso, o pensionato também faliu e o hotel se transformou em cortiço para aqueles que buscavam dormitórios baratos. Posteriormente, o empreendimento foi invadido e em seu terreno foram construídos barracos. As instalações internas do hotel cassino foram invadidas de forma que os prédios foram incorporados definitivamente à favela Pavão-Pavãozinho. Ainda hoje em dia a estrutura do antigo Hotel é usada como moradias pelos moradores do Pavão-Pavãozinho.

As décadas de 1930 e 1940 também marcam o fortalecimento do discurso que denunciava o crescimento do número de favelas e de sua população no Rio de

²² Foi o presidente Eurico Gaspar Dutra que em 30 de abril de 1946 proibiu o jogo de azar no Brasil.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Janeiro²³. Em 1930 Alfred Agache é contratado para elaborar um plano de remodelação da cidade. Neste plano as favelas apresentam-se como um dos males a serem extirpados. Posteriormente, em 1937, por meio da instituição do Código de Obras, passa a ser proibida a construção de barracos em morros ou encostas (Valladares, 2000:12). A partir de então e de forma recorrente as favelas tornaram-se alvos de discursos e ações que visavam a transferência da sua população para áreas na periferia da cidade (Valladares, 1978).

Preocupados com a possibilidade de perder suas casas, após as remoções ocorridas na Praia do Pinto, Catacumba e Pasmado durante a década de 1940, os moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo organizaram-se e fundaram uma associação que tinha como objetivo impedir que o governo promovesse a remoção das favelas (Ribeiro, 2003:46). A mobilização surtiu efeito e as favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho passaram ao largo da onda de desapropriação pela qual foram vitimadas outras comunidades. Não só a favela do Pavão-Pavãozinho não foi vitimada como, com a ação do governo durante a década de 1950, inicia-se um processo de intensificação do número de habitações e um progressivo aumento da população local chegando, neste período, ao número de 1.460 habitantes (Guimarães, 1950). Esse processo consolida-se na década seguinte com a intensificação da migração de nordestinos em busca de melhores condições de vida.

Durante os anos de 1960 o Pavão-Pavãozinho recebe a primeira intervenção significativa dos órgãos públicos. Essa intervenção expressa a ambiguidade com que o governo do estado da Guanabara tratava a questão das favelas. Foi no período do governo Lacerda que se desencadeou o processo de remoção de doze favelas com a transferência de seus moradores para conjuntos habitacionais distantes do centro da

²³Foi durante a década de 1920 que as favelas tornaram-se alvos de denúncias de caráter médico-higienista e estético reformista. Neste contexto destacou-se Mattos Pimenta que, em seus discursos, ressaltava a analogia entre a favela e o câncer (Valladares, 2000). Ainda é a partir da década de 1930 que a discussão sobre remoção das populações residentes em favela ganha fôlego.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

cidade (Valladares, 1978; Zaluar, 1994; Perlman, 1977; Leeds, 1978). Porém, no caso do Pavão-Pavãozinho o governo, em vez da ameaça de remoção, propiciou a chegada, de forma parcial, de água e eletricidade. Bicas d'água foram instaladas e a partir de então não foi mais necessário o deslocamento para fora da favela para buscar água. Junto a isso, foram instaladas algumas redes de esgoto e dois escoadouros de lixo foram construídos. É também nesta década, mais precisamente durante o ano de 1966, que os moradores sofrem com o deslizamento de terra que destrói alguns barracos, prenúncio da grande tragédia que se abateria sobre os moradores nos anos de 1980 (Ribeiro, 2003).

Já durante a década de 1980, a favela sofre com o desabamento da caixa d'água que vitimou vários moradores no natal de 1983, deixando um número ainda maior de desabrigados. Foi também nesta década que a favela vivenciou outra série de melhorias significativas na estrutura local. No ano de 1981 foi realizada uma pesquisa questionando quais eram as prioridades que os moradores identificavam como necessárias para a melhoria da vida na favela. Em uma ordem de prioridade, a principal demanda foi a obtenção do título de propriedade. Em sequência, os moradores indicaram a necessidade do fornecimento de luz a partir do serviço da LIGHT, melhorias no sistema de fornecimento de água e escoamento de esgoto, pavimentação dos acessos à favela (IPLANRIO, 1981). O Governo Brizola, que toma posse em 1983 com sua política de levar cidadania às favelas, promoveu a regularização de terras por meio de um programa que tinha como objetivo distribuir mais de um milhão de títulos de terras, a começar pelo Cantagalo e pelo Pavão-Pavãozinho, em um projeto que posteriormente não se concluiu, batizado à época de "Cada Família um Lote".

Como resposta ao desabamento que deixou aproximadamente 200 famílias desabrigadas o governo estadual construiu dois blocos de apartamentos na encosta da favela para acolher as vítimas do desastre. Também construiu um bonde elétrico

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

que ligava Saint Roman ao ponto mais alto da comunidade, facilitando o deslocamento dos moradores. A rede de iluminação pública, demanda dos moradores, foi implantada possibilitando a iluminação local de forma mais eficaz do que a que havia sido implantada no governo Lacerda. Junto a isso, foi implantando o PROFACE (Programa de Favelas da CEDAE²⁴) responsável pela reorganização e melhoria do fornecimento de água e do sistema de esgoto sanitário. Também a COMLURB²⁵ passou a atuar no interior da favela recolhendo o lixo produzido localmente.

Com os sinais vindos por parte do governo estadual de que a política de remoção de favelas não fazia parte dos planos de intervenção urbana, a população local, se sentindo mais confiante, passou a investir na estrutura das moradias. Aqueles que já possuíam casas assim como aqueles moradores que estavam construindo sua primeira moradia na favela se sentiram estimulados a reformá-las utilizando materiais de alvenaria. É, partir do Governo Brizola que as moradias passam a ser erguidas com a utilização de tijolo e cimento modificando o perfil das construções em favelas, (Ribeiro, 2003).

A história do Cantagalo ao longo das décadas do século passado tem muitos pontos em comum com a história do Pavão-Pavãozinho. Isso se explica pela geografia na qual as duas favelas estão inseridas e que permite, por exemplo, aos diversos governantes da cidade aplicar políticas públicas ou obras, tais como de saneamento ou pavimentação, de forma conjunta para as duas localidades. Neste sentido, muitos dos eventos narrados sobre o Pavão-Pavãozinho, tal como as iniciativas do governo Brizola, a reação à política de remoção durante as décadas de 50 e 60, disponibilização de bicas públicas ou a mudança no padrão das construções para um

²⁴Sigla para Companhia Estadual de Águas e Esgoto. Como é possível inferir a partir do nome da companhia, ela é responsável pela prestação do serviço de fornecimento de águas e coleta de esgoto sanitário no estado do Rio de Janeiro.

²⁵COMLURB é a sigla para Companhia Municipal de Limpeza Urbana, empresa responsável pelo recolhimento de lixo do estado do Rio de Janeiro.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

modelo de casa de alvenaria, encontram paralelo nas narrativas sobre o Cantagalo, não sendo necessário, dessa forma, repeti-los aqui.

Um acontecimento importante que pertence exclusivamente à história do Cantagalo é a formação do Grupo de Trabalho da Igreja, popularmente chamado entre os moradores locais de GTI, movimento constituído em 1978 por jovens moradores vinculados à Igreja Católica de Ipanema. Inicialmente o GTI pretendia-se um suporte à Associação de Moradores a partir da mobilização dos jovens por meio de ações como mutirão para limpeza e construção de instalações públicas. Todavia, rapidamente os membros do grupo reelaboraram o papel do GTI e sua relação com a Associação, discordando da condução política na favela e considerando “que estava na hora de mudar com o movimento jovem que seria esse grupo que veio para somar através da Igreja Nossa Senhora de Fátima do Cantagalo” (Cássia e Vital, 2003; 35). Entre as ações do movimento destacam-se a construção da Igreja no Cantagalo e de uma creche:

“a construção da igreja e da creche foi a nossa maior realização porque a igreja é a referência da comunidade. É ali que você reza por dias melhores, a fé que precisamos ter. Já a creche era um sonho antigo, uma necessidade para que as mães pudessem ter um local seguro para deixar seus filhos enquanto trabalhavam, com a certeza de que estariam sendo cuidados e alimentados... Fizemos uma série de consertos nas instalações elétricas e hidráulicas da comunidade, limpeza da grande caixa d’água que abastece o morro, assim como a coleta de lixo e pontes improvisadas até que algo melhor pudesse ser feito definitivamente. Depois, anotávamos os números dos

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

postes que estavam com as lâmpadas queimadas, dificultando muito a visão do morador, e entregávamos à Associação para que ela cobrasse da Light.” (Cássia e Vital, 2003; 36)

Com a postura ativa do movimento político não foi surpresa que na eleição seguinte para Associação de Moradores os envolvidos com o GTI, tendo se apresentando com uma chapa, ganhassem o pleito por dois processos eleitorais. Após alguns anos de participação ativa dentro do Cantagalo o grupo se desmobilizou e o GTI deixou de existir. Ficando na memória de seus moradores os feitos do grupo que servem ainda hoje no argumento local como um exemplo do espírito comunitário predominante no cotidiano da favela.

Outro acontecimento importante relacionado ao Cantagalo e que guardou, durante um período, independência em relação à história cotidiana do Pavão-Pavãozinho foi a construção de um hotel de luxo batizado de Hotel Panorama Palace de 40.000 metros quadrados no alto do morro do Cantagalo. O empreendimento data do final da década de 1960 com a intenção de atrair os turistas oferecendo, a partir de sua estrutura, a vista da praia de Ipanema e da Lagoa Rodrigo de Freitas. Entretanto, o projeto não foi concluído e, em sequência, o espaço foi vendido e transformado no Berro d'água, bar restaurante panorâmico que acolhia turistas que eram conduzidos a um elevador que percorria quarenta e cinco andares até chegar às suas dependências. Todavia, ainda durante a década de 1970, quando a expansão da ocupação da favela sofreu uma aceleração aumentando consideravelmente o número de moradias no Cantagalo, a proposta de funcionamento de um restaurante de luxo no local perdeu sua capacidade de atração e fechou suas portas. Com a saída do restaurante o prédio foi cedido para a TVRIO até que em 1986 o governo Brizola

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

transformou as instalações no CIEP João Goulart que atende, ainda hoje, crianças e jovens do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. É a partir deste período que o espaço imaginado e projetado para ser um hotel de luxo e que durante algumas décadas estava associado, sem ser desfrutado²⁶, unicamente à população do Cantagalo, passa a fazer do cotidiano dos moradores também do Pavão-Pavãozinho.

Posteriormente, no segundo governo de Leonel Brizola (1991-1994), o prédio também passou a abrigar, em conjunto com o CIEP, o Centro de Comunitário de Defesa da Cidadania. O CCDC foi criado com o objetivo de oferecer aos moradores de áreas socialmente vulneráveis serviços públicos básicos, buscando desta forma, introduzir nestas localidades outras faces, menos repressoras, do Estado. Desta forma, entre os serviços oferecidos pelos CCDC encontravam-se atendimento odontológico, médico e assistência jurídica. Junto a isso, eram emitidas carteiras de identidade e profissional, serviço de correios e ajuda de custo em caso de sepultamento de familiares residentes nas duas favelas (Almeida, 2003).

Em 2000 o GPAE passa a atuar nas duas favelas tendo como sede e centro de operação o espaço do CIEP. Em 2001 é inaugurado o Espaço Criança Esperança oferecendo aos moradores das duas favelas atividades como cursos de informática, brinquedoteca, espaços de convivência de jogos, cursos de formação profissional, piscina e biblioteca²⁷ (Coutinho, 2003).

Devido à presença do Estado e de organizações não-governamentais prestando diversas modalidades de serviços a partir da estrutura física do CIEP a simbiose entre as duas comunidades se intensificou não permitindo que se pense ou fale sobre políticas públicas sem se considerar as duas favelas como um complexo.

²⁶ Isso porque até o governo transformar o espaço em escola pública os moradores do Cantagalo não tinham autorização para frequentá-lo.

²⁷ Projeto de iniciativa da Rede Globo de Televisão apoiado pela UNICEF.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

As pessoas

“Primeiro quem veio foi meu pai. Ele veio atrás de trabalho porque lá na cidade não dava mais. Mas ele não veio logo. Primeiro ele foi para Fortaleza e ficou uns quatro meses lá. Acho que foi isso. Não tenho certeza porque eu era pequena e lembro mais das histórias que eles me contavam (os pais). Então ele ficou um tempo em Fortaleza, mas lá também não tinha nada e ele teve que juntar dinheiro dormindo na rua para poder vir para o Rio. Foi depois que ele veio pro Rio em um “pau de arara” e veio só com o dinheiro para viagem. Minha mãe não queria que ele fosse embora do Ceará porque ela conta que muita gente ia e não voltava. Ou morria na viagem ou simplesmente desaparecia e não mandava mais notícia. Então ela não queria, mas não tinha como. Quando ele chegou teve que ficar um tempo dormindo na rua, ali perto da rodoviária. Mas como “paraíba” não tem medo de trabalho ele logo arrumou um bico numa obra e se mudou para um quarto no centro (da cidade). Foi no trabalho que um outro cara disse para meu pai que tinha um lugar para morar. Ele já tinha construído um barraco aqui no Pavão e falou com meu pai. Foi aí que ele veio para cá. Só depois de dois anos que ele já tava aqui que eu e minha mãe viemos. Acho que ele não queria, mas minha mãe veio meio que na marra. Ela mandou avisar por parente que também estava vindo, que ela também viria, de qualquer jeito. Então ele mandou o dinheiro e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

nós viemos. Eu lembro que isso aqui era só mato e barro. Não tinha nada. Luz, água, nada. Depois de muito tempo, quando a coisa melhorou, meu pai chamou o irmão dele para trabalhar numa obra grande que ia ter em Copacabana. Então com o tempo, três irmãos do meu pai vieram pra cá e também ficaram aqui”

Relatos sobre a chegada de nordestinos para morar na favela do Pavão-Pavãozinho fazem parte da história local. O deslocamento e posterior ocupação local por parte de indivíduos ou grupos desta região do país configura-se em uma das principais características distintivas da favela, sobretudo em comparação ao Cantagalo.

Como conta seu Salomão, durante as primeiras décadas de ocupação da favela, aqueles que se aventuravam a sair de sua terra natal rumo à cidade do Rio de Janeiro para morar no Pavão-Pavãozinho cumpriam o trajeto dentro dos “paus de araras”, caminhões que deslocavam os retirantes vindos do nordeste brasileiro que estavam à procura de emprego para as capitais da região sudeste.

“Era um pessoal pobre que vinha fugindo da seca. Carregavam uma caixa de madeira que era a mala deles e traziam alguma muda de roupa, uma rede para deitar, uma alpargata e chapéu de couro na cabeça... Naquela época, as coisas eram bem mais difíceis. Após dias de viagem, eles saltavam no ‘Arara porto’, como era conhecido o Campo de São Cristóvão. Era lá que eles aterrissavam” (seu Salomão *in* Cássia e Ramalho, 2003)

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Após o estabelecimento daqueles vindos do nordeste, criava-se uma ponte entre indivíduo pioneiro no deslocamento e seus familiares. De acordo com o nível de necessidade e, eventualmente, com oportunidades de emprego surgidas, o pioneiro tornava-se a referência, abrigando os recém-chegados. Com isso, a presença de nordestinos no Pavão-Pavãozinho é facilmente perceptível aos que por lá passam, sendo que a favela é conhecida, justamente, por ser o reduto dos “paraíbas”.

Com o passar dos anos, com o adensamento da ocupação, esse processo foi intensificado a partir das redes familiares que alojam provisoriamente os que chegam. Segundo estudo de Ribeiro (2003), ainda hoje a chegada de nordestinos continua a ocorrer tendo como principal indutor, assim como ocorria no passado, empregos já encaminhados por parentes já estabelecidos. Com tempo essas pessoas “melhoram sua inserção social, em bom número por meio de casamentos com filhas de famílias já estabelecidas”, assim, continua ele, “obtem uma laje e constroem sua própria casa. A partir daí, entram na rede de apoio dos conterrâneos conhecidos para se instalar no morro e arranjar emprego” (Ribeiro, 2003: 47). A dinâmica presente nas redes familiares apontada por Ribeiro fica evidente a partir da fala de Ricardo, morador do Pavão-Pavãozinho.

“... Foi por causa do Antônio que eu estou aqui.

Aquele irmão que eu te disse que morreu atropelado. Ele veio atrás de trabalho. Já tinha um conhecido do nosso pai que estava aqui e um dia, não sei porquê, acho que o chefe dele perguntou se ele não tinha alguém para indicar para uma obra, e assim o Antônio, que tava querendo ‘fugir’ de uma mulher que tava querendo amarrar ele, rapidinho aceitou. Ele já chegou tendo trabalho e não demorou nada pra ele me chamar. Eu estava sem trabalho. Ficava sem fazer nada o dia

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

inteiro... Aí ele falou para minha mãe me mandar para cá porque aqui eu já ia trabalhar. Foi assim que eu entrei aqui. No começo eu fiquei com ele na casa desse amigo do meu pai. Depois a gente, com a grana que a gente juntou, compramos uma barraco que nem dava nós dois ao mesmo tempo de tão pequeno que era... Depois a gente começou a não dar certo morando junto. Até que um dia ele me deu a minha parte (do dinheiro empregado na compra da casa) e eu comprei essa casa. Claro que não era assim. Era um barraco de madeira. Mas com o tempo eu foi melhorando. Foi assim que começou tudo aqui. Depois muita gente passou aqui e na casa do Antônio. Primo, sobrinho. Quem ficou foi o meu primo, ele também se chama Antônio. Ele morava aqui também. Mas depois se mudou quando casou com uma mulher que morava na Rocinha. Ele se separou depois, mas continuou na Rocinha” (Ricardo, morador do Pavão-Pavãozinho).

No Pavão-Pavãozinho estórias sobre a chegada e o estabelecimento provisório de parentes que se deslocam de sua terra natal para a favela em busca de “uma vida melhor” são recorrentes. O argumento de busca por uma vida melhor, tal como se encontra presente na maioria das falas que justificam a necessidade de mudança ou partida do nordeste em direção ao Rio de Janeiro e, mais especificamente, à favela do Pavão-Pavãozinho, é indissociável da ideia do sujeito corajoso que se lança em uma aventura incerta e por vezes perigosa. Neste sentido a percepção local sobre si mesmo (individualmente e enquanto coletividade) é a de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

empreendedorismo, de pessoas que, na busca por melhoria de vida, não temem se arriscar e, principalmente, não temem o trabalho duro, seja qual for.

Durante as primeiras décadas após o início da ocupação a principal fonte de emprego para os moradores do sexo masculino estava relacionada a serviços na construção civil, principalmente como “peão de obra”. No caso das mulheres os empregos estavam relacionados a serviços de empregadas domésticas (Ribeiro, 2003). A partir da década de 1970 ocorre uma maior diversificação da ocupação profissional com a incorporação nos setores comerciais e de serviços, tais como de “*office-boy*”, motorista, porteiro e segurança (IPLANRIO, 1981). De qualquer maneira, independente da ocupação, a auto-imagem que os moradores têm de si é a de sujeitos trabalhadores, como é possível avaliar a partir das seguintes falas:

“Essas pessoas chegam procurando algo melhor na vida, sabe?! Uma mão na frente e outra atrás só com a esperança de melhorar, juntar uma grana e depois voltar. É só olhar aqui nessas biroscas. Tem muita gente que junta um pouco (de dinheiro) e monta seu próprio negócio. O que não falta aqui é boteco, salão (de beleza), barbeiro. O que for. Isso só mostra que quem vem para cá vem mesmo para melhorar da vida e faz o que tiver que fazer. Quem vem não tem medo de trabalho e se vira como pode.” (João Carlos, Pavão-Pavãozinho).

“É um pessoal sofrido e trabalhador. Chegam como quem não quer nada, mas logo se arrumam” (seu Salomão *in* Cássia e Ramalho, 2003).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Com o Pavão-Pavãozinho constituindo-se em “centro de apoio aos migrantes nordestinos” (Ribeiro, 2003; 47) e com a intensificação deste processo a partir da década de 1980, com o adensamento e início do processo de verticalização nas construções (Idem, ibidem; 49), ocorreu na favela uma pressão sobre a demanda local por imóveis, o que, conseqüentemente, provocou o aquecimento do mercado imobiliário. Segundo os dados do IPLANRIO, o processo de adensamento do assentamento tem crescido década a década. Durante os anos de 1950 contavam-se 1.460 habitantes. Durante a década de 1970 a população local foi contabilizada em 3.000 pessoas (IPLANRIO, 1981) e, posteriormente, já nos anos de 1990 a população local é estimada, de forma imprecisa, entre 10 mil e 15 mil pessoas.

Com o aumento da população, sobretudo a partir da década de 1980, houve muita procura por habitação em razão da boa localização da favela no bairro de Copacabana. Isso provocou o fortalecimento da prática de locação de quartos. Somando-se a isso, com a falta de novos espaços para novas construções, durante as duas últimas décadas, potencializaram-se os negócios envolvendo o mercado imobiliário local. Segundo Ribeiro (2003), essa pressão por novas unidades habitacionais no interior da favela elevou o preço do aluguel dos quartos aos patamares cobrados para quitinetes de Copacabana, o que tem penalizado a aquisição de imóveis por parte dos moradores com menos de 10 anos de favela. Um bom exemplo da dinâmica imobiliária local foi o vivenciado por mim. Durante meu último período em campo, tive que esperar mais de 2 meses para conseguir uma casa. Quando consegui, tive que desembolsar a quantia de R\$ 350,00/mês por um apartamento de quarto, banheiro e cozinha, o que demonstra o grau de aquecimento deste mercado no interior da favela.

Se, como vimos, o início da ocupação e do posterior adensamento populacional do Pavão-Pavãozinho se dá a partir da chegada de migrantes oriundos do nordeste brasileiro, sobretudo do estado do Ceará, no caso da favela do Cantagalo

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

a ocupação ocorre a partir do deslocamento de famílias oriundas de regiões mais próximas à cidade do Rio de Janeiro.

O caso de dona Nazareth, atualmente com 74 anos e moradora do Cantagalo desde os seus 17 anos, é um bom exemplo. Essa senhora mudou-se para a favela vinda da Região dos Lagos, no interior do estado, após um dos seus tios receber solicitação de uma moradora de Copacabana que estava à procura de faxineira.

“ Vim para cá com 17 anos. Antes morava em Araruama com meus pais... Meu tio lembrou de mim porque, além de sobrinha, sou madrinha da filha dele. Por ser da sua confiança, vim e estou aqui até hoje... Era um barraco de tábuas, não tinha conforto nenhum. Não tinha água, não tinha luz, não tinha nada... A luz era de querosene. A gente pedia água nas obras e tinha gente que dava, mas outros respondiam mal. No final, a gente sempre acabava conseguindo.” (Nazareth Nascimento *in* Cássia e Ramalho, 2003: 26).

Como Dona Nazareth, que se deslocou do interior do estado do Rio de Janeiro, grande parte dos moradores do Cantagalo que não nasceram na favela advém de municípios do interior do estado do Rio de Janeiro ou das regiões fronteiriças entre o Rio e de Minas Gerais.

“Eu cheguei aqui (Cantagalo) depois que conheci a Maria. Na época uma tia dela morava em Volta Redonda, perto da casa dos meus pais. Ela ia sempre lá, mas eu nunca tinha reparado. Ela também não. Um dia a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

gente tava na mesma festa, ela me paquerou (risos) e depois desse dia a gente começou a namorar. A gente ficou um ano namorando. Mas, você imagina a luta que era. Volta Redonda é longe demais daqui e eu saía de lá todo final de semana só para ficar com ela. Era cansativo demais. Mas eu logo vi que a gente ia dar certo e não demorou, um ano e pouquinho eu já tava aqui morando com ela na casa do seu Gerardo. Meu sogro. Só depois de um tempo que a gente juntou dinheiro suficiente para se mudar para o nosso canto. Foi assim que eu parei aqui no Cantagalo. O seu Gerardo também não é daqui. Ele era de São Gonçalo e se mudou para cá atrás de trabalho” (Pedro).

Assim como ocorreu no Pavão-Pavãozinho, a fixação por parte de migrantes no Cantagalo está diretamente relacionada à procura por melhores oportunidades de emprego. Como não poderia deixar de ser, a inserção no mercado de trabalho é semelhante ao verificado no Pavão-Pavãozinho. Desta forma, tal como já mencionado anteriormente quando descrevi as modalidades de emprego oferecidas aos moradores do Pavão-Pavãozinho, em um primeiro momento, à população do Cantagalo eram oferecidos empregos na área de construção civil e ou como porteiros e prestadores de serviços gerais em prédios residenciais da região, havendo, posteriormente, um alargamento das modalidades de emprego oferecidas a partir das décadas 1970 e 1980.

“... Foi melhor pra mim vir pra cá porque aqui tinha mais chance de arrumar um coisa melhor. Naquela época não tinha quase nada em Volta Redonda. Agora é diferente. Agora você pode viver lá sem sair porque é

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

uma cidade grande. Mas antes não. Então eu vim pra cá por causa de Maria e porque aqui era mais fácil achar trabalho. A mesma coisa com seu Gerardo. Ele veio já com um trabalho encaminhado por um conhecido dele e por aqui ficou. Naquela época, lá, não tinha muito o que fazer e quando tinha o dinheiro era pouco” (Pedro).

Entre os moradores a maior oferta de emprego disponibilizado nos bairros de Ipanema, Copacabana e adjacências, junto à facilidade de deslocamento para os locais de trabalho, como por exemplo, deslocamento para a região central da cidade figura como um dos principais motivos dentro aqueles que justificam sua permanência na favela. Desta forma, entre a maioria absoluta das pessoas com quem conversei, a possibilidade de mudança, seja para um bairro da zona norte da cidade, seja para uma cidade no interior do estado não é levada em consideração. Quando essa hipótese surge, questões como transporte, acesso ao lazer, oportunidades e qualidade dos empregos oferecidos são elencadas como motivos suficientes para desconsiderar uma mudança.

Não é raro, inclusive, escutar comentários que afirmam não trocarem suas casas por nenhum bairro fora da zona sul, ainda que lhes fossem oferecidas casas ou apartamentos.

“Vou sair daqui pra onde? Pra Madureira!? Pra Cascadura!? Nem pensar. Até onde sei não tem praia lá (risos). Sério, nem que me desse uma casa que fosse três dessa aqui. Eu tô a 2 minutos da praia. Vou andando pra Ipanema. Tem cinema, bar, tem o que você quiser aqui. Tem ônibus pra tudo que é lugar, o tempo todo. Emprego é o que não falta. É cheio de lojas e elas estão

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sempre precisando de gente pra trabalhar. Não. Aqui é melhor em tudo. Eu só saio daqui pra ir lá pra baixo e não é em qualquer lugar não. Eu não troco essa minha casa que tem tudo por uma quitinete, pra viver espremida que nem sardinha. Não mesmo. (Fátima)

Esse desejo de permanência entre os filhos daqueles que se deslocaram para o Cantagalo é ao mesmo tempo responsável e consequência por uma das principais, senão, a principal característica local valorizada pelos moradores. A saber: o caráter comunitário que os moradores do Cantagalo auto-atribuem à favela.

Uma das características da favela constitui-se no baixo índice de “moradores estranhos” residentes nela, o que acaba por refletir no ritmo de adensamento populacional e ocupação do espaço. O adensamento local parece ter seu ritmo diminuído ao longo das últimas décadas e a chegada de moradores estranhos ocorre de forma mais esporádica, sobretudo quando comparado com o ocorrido na favela do Pavão-Pavãozinho. Segundo os relatos locais isso se deve ao fato de que a maioria das novas construções ocorre como demanda de indivíduos ou grupos familiares que já habitam a favela, mas que motivados pelo estabelecimento de laços maritais, com a necessidade de abrigar um novo núcleo familiar, erguem novas casas.

“... eu sempre morei aqui. Meu pai se mudou pra cá antes de conhecer minha mãe e eles acabaram se conhecendo no trabalho... Então eu cresci aqui. Conheço todo mundo e todo mundo me conhece. Aqui é assim, quase todo mundo se conhece porque toda a gente foi tudo criado junto. É difícil entrar aqui sendo de fora. Quando uma casa vaga já tem gente daqui que está de olho para um filho que mora aqui mesmo. Isso é porque

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

ninguém quer sair daqui porque aqui é tudo meio uma família só. É um clima de comunidade. Então, quando tem uma casa, a própria pessoa prefere vender para alguém de dentro para não estragar isso. Para não ficar aquela zona que é no Pavão, onde todo dia tem gente estranha vinda de não sei onde. Então, como eu ia dizendo, eu cresci aqui e até casar eu morava com meus pais e meus irmãos. Mesmo depois que eu e a Judite ficamos juntos a gente veio morar aqui. Aí com o tempo a gente teve condições de fazer um “puxadinho” e meu pai deixou a gente construir em cima da casa dele. Foi só então que nós tivemos o nosso canto. Depois, quando Antônio (um dos irmãos) casou, ele construiu a casa dele em cima da nossa. Mas aí foi um trabalho porque teve que reforçar as estruturas para não acontecer uma desgraça” (Agnaldo, morador do Cantagalo).

Segundo argumentam, como a maioria das habitações disponíveis acaba vendida ou alugada para pessoas que já moram na favela, o fluxo de pessoas desconhecidas que se estabelecem no Cantagalo é pequeno, sobretudo, quando se compara com o Pavão-Pavãozinho. Essa prática reverbera na visão construída e reafirmada em cada narrativa onde o Cantagalo é descrito como uma “comunidade” ou uma “família” onde todos os moradores se conhecem. Esse aspecto que sugere certo grau de romantismo é ressaltado em oposição ao perfil dos moradores da favela vizinha, onde, segundo os moradores do Cantagalo, *“é um entra e sai de gente a toda semana e ninguém sabe que tipo de pessoa é seu vizinho”*. Essa auto-identificação construída a partir da comparação com o Pavão-Pavãozinho fica evidente a partir da fala de Renato.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“Se você está andando por lá também, você sabe do que eu vou falar. O Pavão é uma bagunça. Aqui não. Aqui é mais limpo porque a gente sabe cuidar do lugar. E não é só isso. Como todo mundo mora aqui de verdade o povo toma cuidado. Cuidado com o lixo, com sujeira mesmo. Com bagunça. Aqui não tem estranho. Tem, você sabe o que eu estou querendo dizer! É que a maioria aqui se conhece. Eu conheço meu vizinho. Meu pai conhece o pai do meu vizinho. É isso que estou querendo dizer. Lá é meio dormitório, né?! O pessoal chega atrás de emprego, mas não tem uma relação com a comunidade. Aqui não. Aqui tem essa coisa de comunidade. De conhecer um ao outro e de gostar de onde se mora. E quem gosta tem mais cuidado.”

Assim como na fala de Aroldo:

“...é o seguinte: eu moro no Galo. Gosto daqui. Meus filhos nasceram aqui e o Gustavo (filho mais velho) quando casou ficou aqui. Então não tem essa. Quando me perguntam onde eu moro eu digo sem vergonha nenhuma. E como eu é muita gente. Quando é assim as pessoas cuidam. Agora, estes paraíbas aí do lado! Não é todo mundo que é assim. Mas a maioria deles são uns porcos. O Pavão para eles é só um lugar pra dormir. Não têm nenhum sentimento com o lugar. É, nem tem como ter porque é um tal de entra e sai de gente todo o dia. Não é brincadeira. Todo dia mesmo.”

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O caráter comunitário ou familiar auto-atribuído pelos moradores do Cantagalo se manifesta, segundo a explicação local, através da maneira com que ocorre a ocupação e a utilização do espaço. De fato, sem que eu possa oferecer dados estatísticos sobre isso, a impressão que se dá é que há um crescimento maior do número de habitações na favela do Pavão-Pavãozinho por meio, sobretudo, de construções verticalizadas, dando um aspecto mais desordenado em sua arquitetura. A utilização do espaço também reverbera o caráter comunitário ressaltado pelos moradores do Cantagalo. De uma forma geral, na visão local, em comparação com o que ocorre com o Pavão-Pavãozinho, enquanto a circulação de pessoas, assim como a presença delas em bares e demais comércios locais nesta favela, é intensa, tanto durante o dia quanto a noite, no Cantagalo, tanto o trânsito quanto a presença de moradores nestes estabelecimentos se dá de forma consideravelmente menos intensa. Esse caráter distintivo da vida cotidiana das duas favelas também se faz perceber quanto se trata de considerar, especificamente, a vida noturna. O número de estabelecimentos abertos e intensamente frequentados pelos moradores é maior do que o que se pode encontrar no Cantagalo. O reforço do uso apropriado da categoria de comunidade parece apontar para uma maior estabilidade dos moradores, uma menor intensidade de circulação das pessoas e a um crescimento mais ordenado.

O Galo e o Pavão

A partir dos anos 2000, com a implantação do GPAE e a revitalização do espaço do CIEP por meio do funcionamento de projetos sociais governamentais e de ONGs, a favela do Cantagalo teve seu cotidiano modificado. Mais pessoas “estranhas” passaram a frequentar a favela, o que se intensificou ainda mais em 2001 a partir da chegada do projeto Criança Esperança. Com isso o trânsito no interior da favela se intensificou, seja em razão da constante visita de não moradores que desejam conhecer os projetos do governo ou a atuação das ONGs, seja porque, a partir de então, a presença dos moradores da favela do Pavão-Pavãozinho que vão em direção

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

ao CIEP, para participar das atividades oferecidas pelas ONGs, também se intensificou. Desde então, invariavelmente, quando ONGs e Poder Público ofereceram serviços, eles o fizeram com o objetivo de atender às duas comunidades, tratando-as como se fossem uma única comunidade, ou como pertencendo a um complexo, o complexo do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.

Acredito que com o que foi dito até este momento tenha ficado claro que as favelas têm suas histórias particulares e que, ao longo das décadas, seus moradores tenham construído suas identidades coletivas, valorizando os aspectos distintos entre si. Os moradores das duas favelas, em suas narrativas, fazem questão de marcar a singularidade que há entre elas, ressaltando aspectos positivos da sua favela e os negativos da favela vizinha.

De modo que não há como não considerar que os moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo negam a existência de uma identidade única entre as favelas. Isso fica evidente quando atentamos para as categorias de acusação e desqualificação utilizadas pelos moradores de cada uma das favelas. Os moradores do Cantagalo e se auto-intitulam comunitários, higiênicos, cuidadosos com a favela e acusam seus vizinhos de descompromissados e os chamam, pejorativamente, de “paraibas”. Por sua vez, os moradores do Pavão-Pavãozinho se veem como empreendedores e corajosos. Ao tratar de seus vizinhos tentam desqualificá-los chamado-os de “pretos” e “fedorentos”.

Todavia, apesar da hostilidade declarada, quando se trata da relação com órgãos públicos, sobretudo a polícia, surge por meio das falas dos moradores, um discurso sobre unidade, ou conjunto. Neste caso é o Galo e o Pavão, seja para criticar a polícia, seja para tratar de demandas por prestação adequada de serviços públicos, como é o caso de questões envolvendo abastecimento de água, fornecimento de luz e serviços de correio.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Esta postura reforça o tratamento dispensado por ONGs e governo que, em suas intervenções, atuam de modo a atender o Cantagalo e Pavão-Pavãozinho como se fosse uma única comunidade. Este é o caso do GPAE. Não foi criado um GPAE para o Cantagalo e outro para o Pavão-Pavãozinho. Era uma unidade do policiamento comunitário para as duas favelas. O policiamento comunitário atuava nas duas favelas de forma conjunta e articulada, concebendo-as como um complexo, o que fica evidente a partir da fala do seu comandante em artigo publicado em 2003 (Blanco, 2003). Os postos bases, os postos de policiamento comunitário estavam distribuídos nas duas favelas, mas era por meio da base fixada no CIEP, dentro do Cantagalo, que se encontrava o comando de operação do GPAE. De modo que, caso um morador do Pavão-Pavãozinho quisesse falar com o oficialato teria que se deslocar até o Cantagalo. Isso não representava um problema para os moradores, visto que, a base de comando do GPAE se localizar no Cantagalo em nenhum momento surgiu como uma questão negativa na fala dos moradores enquanto da minha presença em campo.

O que ficou evidente para mim foi que o “nós” entre os moradores das duas favelas é relacional. Ou seja, existe a percepção de um “nós” em contraponto a “eles”, entre os moradores quando se trata de falar de si, da sua história, do seu cotidiano e da relação com seus vizinhos. Neste caso, nenhuma aproximação identitária para além de serem moradores de favelas é possível. Todavia, o quadro se modifica quando se trata da relação com ONGs e órgãos públicos. Neste caso, é o “nós”, que engloba as duas favelas em distinção a “eles”. Desta maneira, a conquista de demandas fica mais fácil, alegações sobre a quantidade de pessoas que moram nas duas favelas que podem ser atendidas por benefícios trazidos por ONGs ou por algum tipo de iniciativa estatal.

Por parte do GPAE, existia uma abordagem que tratava as duas favelas como sendo uma única comunidade e, da mesma maneira, as percepções que os moradores tinham sobre o GPAE eram muito semelhantes. Como ficará evidente no

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

próximo capítulo, apesar das diferenças declaradas, a maneira como os moradores do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo se referiam ao GPAE, as diferentes etapas na avaliação do policiamento, as categorias acionadas para justificar sua avaliação e a forma como as narrativas eram construídas eram idênticas entre os moradores das duas favelas. Isso demonstra que o acionamento de categorias relativas aos padrões de relações sociais considerados positivos e negativos obedece a um mesmo princípio, mostrando para além das diferenças de identidades de cada favela, a sua pertença a uma mesma percepção de sua socialidade.

Isso permite que o pesquisador trate da questão do policiamento comunitário, traçando uma avaliação que considere a relação do GPAE com as duas comunidades de forma conjunta sem a preocupação de estar cometendo um equívoco em sua análise. Assim, quando se trata de policiamento comunitário, ou mesmo de outras iniciativas estatais, pode-se falar do Galo e Pavão como um complexo que guarda muito mais semelhanças do que diferenças.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 4

O Tempo da Comunidade

Analisando as entrevistas e conversas que mantive com meus interlocutores sobre a presença do GPAE nas duas favelas percebi que parte significativa das narrativas apresentava um mesmo padrão em sua construção. Ao se falar sobre a vida cotidiana nas duas favelas, concepções acerca de noções tais como comunidade, respeito, amizade e solidariedade apresentam-se como elementos estruturais das narrativas, independente da época em que se trate, antes ou depois da presença do policiamento comunitário no local.

Posteriormente tomei consciência de que a percepção sobre a presença do GPAE era mediada por essas noções e era através delas que os moradores construía suas avaliações sobre o caráter positivo ou negativo da sua atuação. Na construção discursiva dos moradores não só a percepção sobre a relação com o GPAE era mediada por essas noções, como também a relação com a Polícia (de forma geral) e com os membros da quadrilha local também obedecia ao mesmo padrão.

Solidariedade, comunidade, respeito e amizade representam valores que são cultivados e em torno dos quais se espera que as condutas cotidianas sejam orientadas. Mas não apenas isso. Dentro das narrativas, fica evidente que, para os moradores, essas noções ultrapassam uma idealização das relações e configuram-se em práxis amplamente difundida dentro daquilo que eles chamam de passado.

A junção entre passado, solidariedade e as demais noções apontadas compõe o chamado “tempo da comunidade”. Os moradores se utilizam de suas memórias e recorrem a exemplos do passado ao tratar de questões do presente dentro de um jogo de oposições que buscam fundamentar seus argumentos. Essas narrativas eram construídas de forma que ficasse claro para mim que, no presente, as

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

relações sociais estabelecidas no interior das favelas apresentassem pouco ou nenhum resquício das noções que informam as relações do passado, mas que para meus interlocutores, ainda representavam importante referencial de conduta.

A evocação insistente do “tempo da comunidade” por partes dos meus interlocutores quando tratavam de eventos da atualidade me fez perceber que só seria possível compreender os diferentes momentos que marcaram a relação entre os moradores das favelas e o GPAE se eu buscasse entender os motivos pelos quais esse regresso era realizado.

Para realizar esta tarefa foi necessário ficar atento aos eventos do passado que me eram apresentados através do acionamento da memória dos meus interlocutores. Sendo assim, neste capítulo utilizo a memória dos moradores para reconstruir o passado das favelas. Essa não foi uma estratégia escolhida arbitrariamente, mas uma imposição do campo, pois foi por meio do acionamento do passado que os meus interlocutores falaram do presente. Foi essa estratégia discursiva que me chamou a atenção para a importância das categorias locais como chave para se compreender como a população local percebia e interagia com o policiamento comunitário nos diferentes momentos que eu estive nas favelas.

Só é possível ter acesso ao tempo da comunidade a partir das narrativas resultantes do acionamento da memória social local. Através dela é que o passado é reconstruído a partir da comparação com o presente. Ao se trabalhar com memória é preciso ter em mente que ela não se configura em um ato espontâneo. Nas Ciências Sociais e na História é consenso que a elaboração da memória sobre o passado se dá tendo como referencial para sua construção narrativa as relações sociais no presente. Ou seja, são as preocupações ou interesses do momento que constituem elemento de estruturação da memória (Halbwachs, 1976, 1990; Pollak, 1989, 1990, 1992; Bosi, 1987; Ortiz, 1994; Woortmann, 1998, 2000, 2001; Godoi, 1999). A memória é sujeita a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

flutuações que se articulam com o momento no qual ela é expressa e aquilo que é mantido ou ocultado na narrativa está relacionado a interesses e experiências que influenciam o processo de lembrança. Neste sentido, a memória é construída dialogicamente, opondo de forma explícita ou implícita épocas distintas para realçar aspectos positivos ou negativos, seja do passado ou do presente. Desta forma, a memória não é um dado objetivo, estando sujeito a percepções dos sujeitos que lembram e a estímulos das suas vivências na atualidade. Ou seja, narrativas fundamentadas no acionamento da memória social podem ser atos políticos que pinçam eventos do passado que lhes ajudam realçar questões que envolvem o presente.

Todavia, ainda que o acionamento da memória obedeça à dinâmica descrita acima, ela não deve ser reduzida a um simples ato interessado. Através da memória se tem acesso às representações sociais que expressam visões de mundo, é possível perceber a centralidade das noções que serão aqui tratadas e de como, essas noções funcionam como princípios que orientam a conduta dos moradores em sua relação com o policiamento comunitário. O que emerge das memórias são visões de mundo que não só dão sentido a eventos como, ao mesmo tempo, participam da sua construção.

Os tempos nas favelas

O tempo do pesquisador não é o mesmo dos seus interlocutores do campo. Sua pressa em obter respostas e presenciar eventos que acredita reveladores, sua briga de galo particular que lhe abrirá portas (Geertz, 1978) - as concretas e as da imaginação teórica -, faz com que os ponteiros no relógio e os dias no calendário assumam uma velocidade que, de vez em vez, traz uma leve sensação de pânico àqueles que são regidos pelos prazos institucionais. Do outro lado, por sua vez, seus interlocutores estabelecem, de acordo com seus interesses particulares, qual o ritmo

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

que a relação entre eles e o pesquisador irá seguir, o que quase sempre implica em uma morosidade maior do que gostaríamos. Nossos relógios trabalham em ritmos diferentes e não há o que se fazer a não ser se submeter ao tempo e capricho dos nossos interlocutores. Porém, não é só o tempo como sequência de repetições padronizadas socialmente que serve de referência (Elias, 1998) que marca a divergência de percepção dos envolvidos.

Fui ao campo em três momentos distintos. Como consequência disto, minha primeira percepção sobre as transformações ocorridas nas favelas acabou sendo diretamente influenciada por esse marco temporal que foi determinado arbitrariamente por mim a partir da minha presença no local. Como pude observar, cada um destes períodos remete a diferentes configurações sociais locais tais como mudanças nas relações de poder entre grupos e modificações na percepção e utilização dos espaços físicos. Minha primeira interpretação apontava para quatro cenários distintos nas favelas do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo durante os anos de 2001-2002, 2004 e 2007. Posteriormente esse enquadramento temporal se revelou mais produto da imaginação do antropólogo do que da classificação dos moradores sobre os acontecimentos. O modelo temporal organizado por mim e o modelo nativo guardavam certa semelhança aparente. Porém, é justamente no que eles se diferenciam que se encontrarão as chaves interpretativas para entender o que aconteceu com o GPAE nas duas favelas.

A noção de tempo, sua categorização e os contextos de seu acionamento configuram-se em elemento central na organização do pensamento e do discurso local. É por meio desta noção que as relações sociais entre os habituais moradores com os traficantes e dos moradores com a polícia são significadas trazendo, por consequência, implicações na interação cotidiana entre os envolvidos.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A problematização sobre o tempo, para além do recorte que os cientistas da física efetuam, encontra ressonância nas ciências sociais e na filosofia. No que cabe à antropologia, interessa-nos em como o tempo é pensado e como essa percepção sobre o significado do tempo é atualizada na interação da vida ordinária de grupos específicos (Evans-Pritchard, 2002; Leach, 1974; Ramos, 1990). Ou seja, gostamos de pensar como determinados grupos pensam o tempo em uma incursão perspectivista, seja ela “viveiriana” (Viveiros de Castro, 2002) ou não. Noutra dimensão problematizamos o tempo como processo histórico a partir da tensa relação entre eventos sincrônicos e diacrônicos (Van Gennep, 1978) ou em outros termos, entre mito e história (Lévi-Strauss, 1962, 1962b, 2000, 2008; Leach, 1965; Ramos, 1990; Sahlins, 1986, 1994). Em qualquer destas abordagens parte-se do princípio que o tempo é um fato social (Durkheim, 2001), um construto da produção simbólica dos seres humanos e, desta forma, para além de ser um dado da natureza ou uma forma inata da experiência humana, ele é uma padronização social de sequências de acontecimentos que servem de medida para os grupos humanos (Elias, 1998) a partir de parâmetros gerados localmente.

No caso dos moradores das duas favelas o tempo surge como sinônimo da junção entre a ideia de época, eventos e relações sociais. Como tal, obedece outra ordenação que não corresponde à minha experiência. Ela está diretamente relacionada a modelos de relações que são informados pelas categorias locais como *comunidade*, *solidariedade*, *amizade* e *respeito*. A partir do acionamento destas categorias é que o tempo nas duas favelas é organizado. O que estou querendo dizer é que as épocas são diferenciadas localmente a partir das relações sociais e de sua proximidade ou do afastamento das noções que dão sentido a estas categorias. Não é o período cronológico determinado por calendário que marca os tempos das favelas. Na verdade, acredito que estamos próximo daquilo que Evans-Pritchard (2002) chamou de tempos estruturais, onde os determinantes para sua diferenciação são

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

modificações nas relações sociais entre grupos. Com isso, diferente da forma convencional de se determinar e apreender os eventos como pertencentes a uma ordem cronológica onde a marcação dos dias, meses e anos dentro de calendário permite pensar o tempo como um contínuo, nas narrativas locais, o que se apresenta é uma determinação dos tempos a partir de construções dicotômicas, relacionais e em oposições, ou seja, como alternância de contrários (Leach, 1974). Ao afirmar isso estou apontando que a percepção temporal ocorre em nível múltiplo e possui grande complexidade, não só na comparação entre diferentes culturas, mas também entre populações urbanas industrializadas e ocidentalizadas. Não é apenas entre os sanumá, por exemplo, que o tempo tem múltiplas faces (Ramos, 1990) e é equivocado imaginar que o único referencial de marcação de tempo entre os ocidentais é o modelo padronizado a partir do referencial europeu (Elias, 1998) de marcar dias, horas e anos.

Localmente a temporalidade é definida a partir da relação do que podemos chamar de “tempo da comunidade” e o “tempo do cada um por si” ou do tempo do “respeito” e “solidariedade” e o do “desrespeito” e do “egoísmo”. Ao contrário do que imaginava, os moradores estabelecem nas suas narrativas quatro momentos diferentes nas favelas, mas apenas três tipos de tempos: 1) o tempo da comunidade; 2) o tempo do cada um por si; 3) a chegada do policiamento; 4) o retorno do tempo do cada um por si. Cronologicamente o primeiro remete a um período anterior à década de 1980. O segundo remete às décadas de 80 e 90. O terceiro remete à atuação do GPAE nas favelas durante o ano de 2000. Nas narrativas locais existe a marcação do período de 2001 em diante. Porém ele apresenta-se como o retorno ao tempo do cada um por si não constituindo mudança no padrão das relações sociais locais. O que, em última análise, determina a percepção local sobre o tempo²⁸ é o padrão das relações sociais locais.

²⁸ É neste aspecto que meu modelo se diferenciava do modelo local. Enquanto eu compreendia as favelas a partir de quatro momentos diferentes devido à influência direta da minha

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A distinção entre esses períodos está diretamente relacionada a modificações nas relações sociais nas duas favelas e essas modificações são pensadas localmente a partir do acionamento das categorias; respeito, solidariedade e amizade. Elas compõem o *tempo da comunidade*.

Do tempo da solidariedade e da escassez.

Sentando em sua poltrona tendo por trás dos seus ombros fotos de filhos e netos, seu Augusto falava há uma hora sobre como sua casa tinha sido erguida. Falava sobre a dificuldade em subir o morro com o material da obra, o quanto teve que trabalhar para juntar a quantia necessária e como teve a ajuda de parentes e vizinhos. Seu Augusto chegou ao Pavão-Pavãozinho na década de 1960, com 22 anos. Antes de mudar-se para a favela morou três anos em Niterói até que conseguiu emprego como auxiliar de serviços gerais em um prédio no bairro de Copacabana. Daí, para mudar-se para o morro que ficava próximo ao trabalho não demorou. Viúvo e pai de cinco filhos - três homens e de duas mulheres -, seu Augusto conduz a entrevista como lhe convém enquanto o pesquisador, um pouco contrariado, não entende o porquê de este senhor contar a história da construção de sua casa se a pergunta inicial era o que ele achava da presença do policiamento comunitário no Pavão-Pavãozinho nos dias atuais. Afinal, por que seria necessário voltar à construção da sua casa para falar de hoje em dia? Em perspectiva fica evidente que este senhor entendeu perfeitamente a pergunta.

Como conta seu Augusto, a vida não era fácil. Não havia escadas e as ruas dentro da favela, assim como nos seus acessos, eram de terra batida que dificultavam o deslocamento dos moradores. Quando chovia os problemas se potencializavam e o morro era tomado por um grande lamaçal. Sujar a roupa de lama era o menor dos problemas, pois a chuva trazia consigo uma grande tensão provocada pelo medo de

percepção sobre a modificação das relações sociais locais, os locais o faziam a partir de um modelo explicativo que considerava apenas três tempos.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

deslizamentos de terra e desabamento das casas, que naquele momento eram todas feitas de madeira. Porém, quando um barraco não suportava a força das chuvas e desabava, prontamente os vizinhos ajudavam a família vitimada. Como as casas eram erguidas por madeiras de caixote de feira e latas raramente ocorriam acidentes graves que vitimavam as pessoas. Não havia luz elétrica e as casas eram iluminadas com lampião. Só se conseguia água descendo o morro para buscá-la ou recorrendo a alguns poucos moradores que tinham o privilégio de ter água em casa. O sistema de esgoto, se é que podemos denominá-lo assim, consistia em realizar suas necessidades em um penico e jogá-las nas valas próximas. Havia poucas casas e muito mato que, eventualmente, pegava fogo e causava pânico aos moradores. Mas como procura reforçar seu Augusto, neste caso, toda a *comunidade* se juntava para ajudar a apagar o fogo. Após alguns anos morando de aluguel esse senhor, enfim, teve condições de comprar um lote. Sua casa foi construída com a ajuda dos vizinhos, como a grande maioria das casas na época. Funcionava um sistema de dádivas e obrigações onde homens e mulheres contribuía da forma que podiam para levantar um barraco, esperando que, no futuro, quando fosse a sua vez de levantar e reformar a sua casa, aqueles que anteriormente foram ajudados, retribuíssem. Desta forma, regados por almoços e cervejas, as casas eram erguidas com a ajuda de toda a *comunidade*.

Até aqui, seja ao falar sobre a construção de sua casa e da casa dos vizinhos, seja ao falar de como todos se ajudavam em caso de dificuldade financeira, em caso de falecimento de moradores, ou ao falar dos temores causados pela chuva ou das dificuldades de se habitar um lugar sem luz nem água, em todos os casos, seu Augusto sempre colocava em destaque dois aspectos: como por um lado era duro viver em razão da ausência de infra-estrutura na favela, mas, por outro lado, como havia um sentido de solidariedade entre os seus habitantes. Era um tempo de austeridade e de dificuldades. Certamente, do seu ponto de vista, não era o tempo da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

fatura ou tempo das facilidades em se ter acesso a recursos básicos. Mas, também, era o tempo da comunidade, como diz:

“Não tinha nada. Mas tinha o que importava. Tinha amizade. Para tudo um dependia do outro. Quando faltava comida, faltava dinheiro, quando tinha que fazer uma reforma, nós nos juntávamos. Éramos uma comunidade. Então ninguém ficava na mão. Vida dura não quer dizer que ela seja ruim. Era uma época feliz, pois o mais importante não faltava.”

Seu Augusto continuava a falar das dificuldades vividas em sua juventude e maturidade e de como foi criar seus filhos no Pavão-Pavãozinho. O nascimento, praticamente em sequência, de quatro dos seus cinco filhos trouxe a necessidade de malabarismo financeiro. Mais uma vez, a comunidade, esse ente que a todo o momento emerge em sua fala, aparece como sendo fiador de solidariedade que era expressa através de ajuda de compra de alimentos (quando o dinheiro ganho não era suficiente) e de outras modalidades de cuidados, como levar um dos seus filhos ao hospital ou levá-los à escola. A criação da prole era um tema importante para este senhor. Seus olhos, os músculos da face, a posição do corpo na poltrona, tudo se modificara. Após falar da criação de suas crianças, um breve silêncio. Suas mãos conduzem até sua boca a xícara contendo café. Após o gole, mais do silêncio que indicava o peso afetivo contido em suas memórias, lembranças que remetiam não só a pessoas, mas a relações sociais. A pausa é interrompida por um profundo suspiro imediatamente sucedida pela frase que indicava a mudança de foco da narrativa: *“Aquilo sim era comunidade. Hoje nós não temos comunidade”*

Seu Augusto acabara de fazer a passagem do passado para o presente e essa passagem foi significada a partir da oposição entre o tempo da comunidade e o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

tempo *do cada um por si*. O tempo presente é representado como sendo marcado pelo egoísmo e falta de solidariedade. Mas não é só isso. Pela degradação das relações sociais que têm entre seus maiores exemplos a falta de respeito dispensada aos moradores pelos jovens, sobretudo, àqueles que atuam na quadrilha local. A dissolução dos laços sociais contrasta com a melhoria da condição de vida no Pavão-Pavãozinho, que conta na atualidade com luz e água e até, como destaca seu Augusto, TV a Cabo.

“Isso aqui está uma tristeza. Como eu te disse, antes nós não tínhamos nada, vivíamos no aperto e esquecidos por todo mundo. Agora tem de tudo. Olha como não tem mais rua de barro. Você vê aí as casas todas de alvenaria. Às vezes falta água e luz, mas não dá nem para comparar. Para você ver, aqui em casa tem TV a Cabo. Não é mais aquele aperto de antigamente. Mas eu te digo, tudo piorou muito. É cada um por si. Ninguém é mais amigo de ninguém. Noutro dia eu passei mal, e se meu filho não chegasse para me levar ao hospital, eu tava morto. Por que ninguém quer saber de ninguém. Se morrer o problema é seu. Não se dá mais nem bom dia. Principalmente essa garotada [traficantes]. Eles acham que são os donos do mundo e não respeitam ninguém. Nem cabelo branco. Respeito é uma coisa que não existe mais. Imagina no meu tempo eu tratar mal um velho. Isso não existia.”

De acordo com o desenvolvimento do seu argumento uma série de oposições é construída e tem como eixo fundamental o tempo da *comunidade/solidariedade/respeito/amizade* em contraste com o tempo do *cada um*

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

por si/egoísmo/falta de respeito/medo. Essa oposição está associada à outra que põe de um lado o tempo da *dificuldade*, onde não há acesso a serviços públicos básicos nem a bens materiais, e de outro lado o tempo das *facilidades*, onde a favela e seus moradores têm acesso a estes serviços e aos bens de consumo. Impressionou-me perceber que o acionamento da memória, organização do pensamento e construção do discurso se aproxima do modelo levi-straussiano de lógica binária de pares em oposição (1967, 1962c, 1969, 1993, 2004, 2008b, 2008c) onde comunidade se opõe a cada um por si, dificuldade a facilidade e daí por diante. Todavia, ao aceitar uma aproximação entre a forma de organização do pensamento e do discurso nativo do modelo desenvolvido por Lévi-Strauss - é importante que fique claro -, não pretendo reduzi-los a uma lei, mas sim utilizar a fórmula do antropólogo francês como uma ferramenta que possibilita ressaltar determinados aspectos etnográficos que nos põem em contato com a maneira como os moradores das duas favelas estruturam seus argumentos e nos oferecem um entendimento sobre sua percepção, sobre os acontecimentos do passado e do presente. Como disse Strathern, é mais uma técnica do que é método²⁹.

Voltando para seu Augusto, para além de ser um resquício saudosista de sua memória, o binômio *dificuldade-solidariedade* como marca do passado e entendido como um período feliz aparece de maneira recorrente nas falas dos moradores mais antigos das favelas do Pavão-Pavãozinho e do Cantagalo, ultrapassando, desta forma, o caráter de lembrança individual e revelando-se elemento central da memória coletiva deste grupo de pessoas. O passado das favelas é representado dentro de um contexto de escassez material e de perigos provenientes da natureza local e da falta de infraestrutura. Ausência de sistema de abastecimento de água, ausência de sistema público de fornecimento de luz, ausência de sistema mínimo de escoamento de esgoto, junto com o perigo iminente de incêndios de grandes proporções e

²⁹ Strathern, Marilyn. No limite de certa linguagem. Entrevista a Viveiros de Castro e Carlos Fausto. In *Mana*. 5(2): 157-175, 1999.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

desabamentos decorrentes de fortes chuvas aparecem como elementos constitutivos deste momento dentro das favelas. Em contrapartida, é neste período que supostamente as relações sociais atingem contornos quase ideais, onde a ausência e o perigo acima referidos são suplantados por vínculos sociais fundamentados em práticas solidárias que unem os moradores e fornecem sentido à vida comunitária. Por vezes contra a dificuldade, por vezes apesar dela, por vezes independente dela, para os moradores, a ideia de solidariedade se materializava em ações tais como organização de mutirões para construções de moradias, organização de mutirões para viabilizar velórios e sepultamentos, organização de mutirões para financiar os grupos carnavalescos e cooperação na educação dos filhos.

Invariavelmente o termo solidariedade é um elemento presente na construção das narrativas sobre o passado na favela. Mais que apenas uma palavra, podemos considerá-la, de fato, como uma categoria que remete ao mesmo tempo a um tipo ideal de conduta elaborado localmente e a tipos específicos de relações sociais ocorridos supostamente em determinado período da história local, fundamentalmente quando se trata de marcar distinção entre os padrões de relações sociais entre o presente e o passado. Desta forma, não seria equivocado dizer que solidariedade constitui-se aqui naquilo que Lévi-Strauss nas “Mitológicas” qualificou de categorias empíricas (2004) perceptíveis no nível concreto da vida ordinária³⁰. Acionar a categoria solidariedade implica em recorrer a episódios específicos. Ou seja, ao falarem de solidariedade estes moradores o fazem com referência às experiências concretas vivenciadas individualmente ou coletivamente. Quando dizem, por exemplo, que hoje em dia não há solidariedade - como o fazem repetidamente -, os moradores não ignoram a ocorrência de compromissos mútuos assumidos entre pessoas ou grupos nos dias de hoje. Todavia, eles significam tais acontecimentos como sendo

³⁰ Solidariedade é tratada por mim como uma categoria empírica de importância central para os locais. É neste seu caráter de conceito vivido que ela me interessa, e não dentro de uma discussão sobre solidariedade concebida como um princípio ou um modelo externo à realidade etnográfica, e sim uma categoria etnográfica.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

eventuais ou pontuais. Diferente do que acreditam, ocorria no passado, onde quando a solidariedade surge como marco de um período e elemento organizador da vida coletiva. Ou seja, a categoria local solidariedade remete à junção de uma percepção de um tipo ideal de conduta elaborado localmente, de relações sociais estabelecidas entre os moradores e sua inserção dentro de período histórico específico. Como veremos mais à frente, por vezes, solidariedade pode confundir-se com outras categorias locais tais como amizade e comunidade.

Em entrevista concedida a Cristiane Ramalho e Rita de Cássia, Milton Preto, que à época tinha 66 anos de vida e 60 de Cantagalo, aciona lembranças que, em grande medida, correspondem à narrativa de seu Augusto. Ao falar de sua infância Milton lembra que quando chegou à favela com seus pais o exército proibia a construção de imóveis de alvenaria e todos os moradores viviam com muita simplicidade e dificuldade devido à falta de infra-estrutura.

“Era uma política para que o pobre continuasse na miséria. Alguns tinham condições de viver com mais dignidade, só que não deixavam. Nós tínhamos que ir ao Forte do Leme. Vinham pessoalmente delimitar o espaço que deveria ser usado para qualquer obra. Se fosse de tijolo, derrubavam ... Todos viviam com muita humildade, o meu barraco só tinha dois cômodos... Nós dormíamos na esteira e o chão era de barro batido. Quem tinha dinheiro a mais comprava lata de vinte (20 kg) de banha para cozinhar. Depois que a banha era retirada, o morador abria a lata e com ela improvisava o seu telhado. Escada não tinha. Os caminhos eram todos no barro. Em época de chuva, a gente fincava o pé no chão para não cair. A gente ficava feliz quando tinha lua cheia porque

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

clareava tudo. Quando não tinha a gente se virava com lanterna. (Cássia e Ramalho, 2003a).

Apesar das adversidades de se viver na favela do Cantagalo, Milton conta que ainda que existiam “muitas facilidades”, falta algo nas relações sociais que fazia a vida na favela durante sua juventude mais prazerosa. Ele conta que quando tinha 11 anos sua casa pegou fogo e a família perdeu o pouco dos bens que possuía, mas com a ajuda da comunidade eles puderam se reerguer.

“Hoje o morador tem acesso ao poder público e a todos os serviços que a favela precisa. No passado, minha relação com a associação de moradores era maior porque ali só tinha sofredor e amigos muito próximos a mim. A gente fazia mutirão, limpava os esgotos e as mulheres faziam a comida e comemorávamos o sucesso do trabalho juntos. Hoje, se você pede ajuda a alguém a primeira coisa que perguntam é quanto vão ganhar... Se você olha para o passado e compara com os dias de hoje, vai ver que a coisa mudou muito... Quando a casa pegou fogo tivemos que começar do zero. Os vizinhos nos ajudaram a construir o barraco. Eles só não tinham comida e roupa para oferecer. Não tinha bem para eles direito, coitados. Mas ajudavam na mão-de-obra e por isso a casa foi logo levantada. Considero que hoje as pessoas são muito interesseiras. Os moradores mais antigos são mais solidários” (Cássia e Ramalho, 2003a).

Como conta, a ajuda entre vizinhos era prática recorrente no passado da favela. Uma das suas expressões mais notórias, junto com o mutirão para construir

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

casas, ocorria quando da morte de algum morador. Nestas ocasiões os moradores recolhiam dinheiro entre os vizinhos e organizavam uma grande festa para que, ao mesmo tempo em que se ajudava a família com a custa do enterro, também se celebrava a memória do morto com fartura de bebida e de comida.

O exemplo de Dona Nazareth, de 85 anos e moradora do Cantagalo reforça a ideia da favela como local de solidariedade. Esta senhora também fala com satisfação de outra época na favela. Depois de mudar-se aos 17 anos para o Cantagalo tornou-se figura importante da comunidade. Ela tomou para si a responsabilidade de ajudar o bloco carnavalesco por meio de reuniões promovidas para arrecadar dinheiro. Como resultado de tanta dedicação Nazareth foi conduzida à diretoria da Escola de Samba do Cantagalo, cargo que ocupa até hoje. Sua casa, assim como as demais, foi construída a partir de madeiras recolhidas em obras e a água e lenha eram conseguidas nas ruas de Ipanema. As dificuldades eram compensadas pela solidariedade entre os vizinhos. Assim como a maioria dos entrevistados por mim, Nazareth, ao falar do passado, o faz por meio de comparações entre tempos distintos da comunidade. Se no presente a favela está estruturada, com acesso à água e à luz, por outro, falta a solidariedade e a tranquilidade no cotidiano da favela, que, segundo ela, marcavam o passado.

“quando morria alguém na comunidade, todos ajudavam a sepultar. Nós vínhamos com uma lista e batíamos na porta de um e de outro. Pedíamos para a pessoa assinar um papel pela contribuição. Só sei que o morto não ficava em cima da terra... A gente perguntava: você vai ao gurufim [velório] hoje? Hoje tem gurufim em tal e tal lugar. A gente prestava homenagem servindo café e lanche. Se não tivesse roupa para botar no morto, a gente dava... Naquela época era bom, a gente podia

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

dormir de porta aberta, podia sair à vontade, a gente não ouvia tiro, a gente não via nada, nada disso!” (Cássia e Ramalho, 2003b).

Como apontei no início desta seção, a solidariedade da qual falam os moradores das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, ao mesmo tempo em que remete a um tipo ideal de relação social (pois serve de modelo de comparação com o presente), refere-se também a ações específicas tais como ajuda na construção da casa ou a ajuda na organização do velório de um fulano ou sicrano concreto que, de fato, foi ajudado em um determinado momento. Esse aspecto revelou-se de forma mais aguda quando, estimulado pela recorrência da referência à solidariedade nas estórias, passei a interpelar os interlocutores provocando-os a elaborar uma narrativa específica sobre ela. Ao questionar seu Augusto sobre o que era essa solidariedade presente no tempo da comunidade, este senhor recorreu a exemplos que remetiam a eventos vivenciados por ele ou por seus vizinhos, tais como a mobilização entre antigos amigos quando um dos seus filhos iniciou a construção da casa para onde se mudaria com a esposa. Ou como quando da internação de sua falecida mulher, diante da impossibilidade de fazer-lhe companhia na integralidade do tempo, duas vizinhas se prontificaram a permanecer na sala de espera não deixando que ela ficasse um só minuto sozinha no hospital. Ou quando ele próprio ajudou a reformar a casa de outro vizinho que até então só era conhecido de “bom dia”.

Junto a isso se reforça a ideia de que não são apenas gestos solidários, mas o espírito de uma época. Como destaca este senhor, a solidariedade era espontânea e norteava todas as ações dentro da favela do Pavão-Pavãozinho, o que, em termos antropológicos, chamaríamos de ethos de uma época.

Porém não podemos dizer que a caracterização deste período ocorre de forma aleatória e sem outra referência temporal. Pelo contrário. Solidariedade deixa de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

ser apenas uma palavra e passa a ser uma categoria quando, de forma explícita ou implícita, relaciona-se em oposição ao modelo de relação social da atualidade. Outro caso significativo que reforça o argumento que procuro sustentar é o de dona Ana, moradora do Pavão-Pavãozinho desde a década de 1960. Diante da pergunta sobre o que era solidariedade da qual ela se referia, dona Ana respondeu da seguinte forma:

“Era como tudo funcionava naquela época. Não se perguntava se estava precisando de ajuda. A gente via que alguém estava necessitado e logo ajudava. É diferente de hoje que a pessoa evita até dar bom dia para não dar oportunidade de a outra pessoa pedir alguma ajuda. Hoje todo mundo passa olhando para o chão para não ter que ajudar a carregar uma sacola. É assim que é, pois as coisas mudaram muito e aquele sentimento de parceria, de preocupação não existe mais. Era uma coisa da época, sabe? Eu, por exemplo, para subir com a compra tenho que pagar. Agora veja, tem um monte de gente na entrada do morro sem fazer nada. Mas só ajudam se der um trocado. Não acho que seja por maldade. É uma coisa de hoje em dia. É pelo dinheiro ou então é **cada um por si**. Mas antigamente não era necessário nem pedir. Eu já te contei a estória de quando minha casa pegou fogo. Eu ia perder tudo que eu tinha. Fiquei desesperada e comecei a gritar. Rapidinho todo mundo apareceu para ajudar a apagar o fogo. Era balde com água de tudo que é lado, passando de mão em mão. Se não fossem essas pessoas eu tava perdida. Eu acho que se fosse hoje, quem visse que não tinha perigo para

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sua casa não ia é ficar vendo eu perder tudo. Mas isso não é uma coisa combinada. Não é que eu te pedia ajuda e você ajudava. Tinha isso também. Mas era uma coisa de estar sempre pronto para ajudar...” (grifo meu)

Do que foi exposto até aqui podemos ver que solidariedade é uma categoria importante para os moradores das duas favelas. Ela organiza as narrativas servindo de eixo estruturante onde os acontecimentos e relações sociais são classificadas pelo grau de aderência a ela. Desta forma a solidariedade é percebida como sendo tão intrínseca àquele período das favelas que o próprio período é por vezes chamado de o tempo da solidariedade. Porém, como já observamos, os moradores distinguem atos solidários e indivíduos solidários da solidariedade que é marca de um tempo. Cabe agora retornarmos à questão da escassez e falta de infra-estrutura nas favelas para tentarmos entender o porquê da valorização da sua relação com o tempo da solidariedade. Acredito que tenha ficado evidente que parte da construção narrativa sobre o passado combina a percepção de uma época como marcada pela solidariedade e escassez. Acredito também que tenha ficado claro que esse par é elaborado sempre em oposição com o presente.

Não é difícil concluir que, para os moradores, na comparação entre os tempos, as dificuldades provenientes de fatores ambientais, geográficos e de infra-estrutura são, em larga medida, compensados com o caráter das relações sociais e dos vínculos estabelecidos e mantidos por elas nas décadas passadas. O raciocínio lógico que se segue é que o acesso a bens materiais e melhoria dos serviços públicos básicos nas favelas não é capaz de compensar o que, para os moradores, configura-se na dissolução dos vínculos sociais de solidariedade. Mas dizer isso não basta. Sobretudo porque em muitos casos a própria ideia de escassez expressa em termos

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

locais como dificuldade, é valorada positivamente. Minha sugestão é que não há nada de paradoxal nisto, pois ao destacar nas narrativas passagens que relatam grandes dificuldades, aqueles que acionam as recordações estão destacando também o seu valor pessoal como sujeito que as superou e progrediu a partir do seu trabalho e a partir das relações solidárias estabelecidas com os moradores. Desta forma, ao relacionar de forma destacada, a positividade das relações sociais e a superação dos obstáculos das mais diversas ordens, os moradores estão, de fato, marcando a identidade do grupo. Neste caso, menos (acesso a recursos) é mais (valor individual)³¹.

Amizade

Outra noção acionada recorrentemente quando se trata de comparar as vidas nas favelas a partir do parâmetro passado/presente é amizade. Assim como a categoria exposta na seção anterior, esta também opera em oposição a um aspecto que a população considera como marca da atualidade, a saber: o medo.

Ao contrário do que ocorre com solidariedade, a noção de amizade possui maior complexidade podendo apresentar significados diferentes de acordo com o contexto de fala. Como apontou Leach (1965), a complexidade do campo pode superar as possibilidades gramaticais de se construir um argumento linear, fluido e coerente. As categorias locais podem não estar, e acredito que na maioria das vezes assim o estejam, cristalizadas a ponto de não guardarem contradições desconfortantes para o pesquisador. Apesar da sua fluidez, não caio no erro de simplesmente me dar por satisfeito em classificá-lo como tal. Isso, como bem aponta Strathern, configurar-se-ia em um fracasso descritivo (1999) que me esforço em me afastar procurando

³¹ Não ter acesso à água e ter que descer a favela para buscá-la ou ter que passar as noites no escuro por conta da ausência de um sistema público de iluminação, e ainda assim conseguir fazer emergir o que há de melhor em cada um dos moradores por intermédio de ações coletivas é “falar sobre” a força de caráter destas pessoas, principalmente, e, sobretudo, quando estão em oposição os moradores mais novos e suas relações na contemporaneidade.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

mostrar como uma categoria que seja potencialmente plural ganha sentido muito claro quando se está atendo ao contexto do seu acionamento. Este é o caso de amizade que pode ser traduzido de duas formas distintas, de acordo com o contexto de fala. Por carregar em si uma ambiguidade, a única forma de se acessar o seu significado é colocá-lo no contexto etnográfico no qual foi acionado.

Dentro daquilo que interessa a este trabalho podemos distinguir dois níveis de referencialidade. Em um nível, amizade é acionada quando se trata de indicar o estabelecimento de relações sociais do tipo associativas morais que, em muitos casos, se confundem com a noção de solidariedade. Neste caso, a noção surge em oposição a situações onde há deterioração de laços de comprometimento moral com a comunidade, como por exemplo, a falta de preocupação geral com o bem-estar de outro morador. Não é raro escutar sua utilização em situações como a de ausência de mobilização para ajudar determinados moradores que estão passando por dificuldades tais como falecimento de parentes ou falta de dinheiro para se comprar alimentos. Neste sentido, podemos considerar que, muitas vezes, não há diferença significativa entre as categorias de amizade e solidariedade. A fala de João, morador do Cantagalo, de 76 anos, ilustra perfeitamente a utilização da noção de amizade tendo como sentido solidariedade:

“... Hoje, ninguém tem amizade com o outro hoje em dia. Se você precisar de alguma coisa é a mesma coisa que estar perdido. Quando o meu filho ficou desempregado eu fui pedir na Associação para botar ele na lista da bolsa alimentação para ele não passar mais aperto. Eu ajudo ele, mas não é muito que eu posso dar. Mas lá eles ficaram com má vontade porque ele é novo e só tem mulher. Disseram que como ele não tem filho ele não precisa muito. Eu, várias vezes fui lá pedir, falei com

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

todo mundo, mas ninguém tá muito interessado no problema dele. Então porque ele não tem filho ele pode passar fome? Quando eu era novo a associação ajudava todo mundo. Não interessava a quem era, pois todo mundo está na mesma situação e uma hora ou outra você vai precisar de ajuda.”

Neste nível as relações sociais associadas à amizade não guardam nenhuma relação com sentimentos de pertencimento associativo do caráter afetivo presente em relações privadas. Sendo assim, em contextos como esses, a noção de amizade surge como sinônimo de solidariedade.

Em outro nível, amizade é acionada para referir-se a relações sociais do tipo associativas-afetivas que envolvem práticas de sociabilidade alocadas estritamente no domínio privado da vida social (Allan 1989; Rezende 2001, 2002). Neste contexto amizade tem uma grande importância e é percebida como um dos traços significativos do passado nas favelas. Geralmente sua recorrência está associada a eventos tais como práticas de ajuda na criação das crianças filhas de pessoas mais próximas, eventos que mobilizavam parte dos moradores tais como festas, formação de agremiações esportivas, convivências nos bares locais e presença física e afetiva em momentos de sofrimento ou alegria. Se solidariedade remete a “obrigações” morais tais como preocupação com o bem-estar de todos os moradores que implicam em práticas sociais como a ajuda no erguimento de casas ou no enterro de determinada pessoa - independente do grau de proximidade entre os envolvidos -, dentro da categoria amizade encontramos vinculações pessoais, íntimas, entre (supostamente) grupos mais restritos de pessoas que compartilham experiências ou interesses da ordem do ordinário.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O paradoxal neste caso fica por conta da abrangência da rede de amigos que os moradores diziam existir ao mesmo tempo em que afirmavam que a amizade se refere a vinculações particularizadas. Ou seja, ao mesmo tempo em que os interlocutores acionam amizade para falar das relações sociais afetivas mais próximas, eles argumentam que o círculo de amizade no passado era mais amplo e abrangia parte significativa dos moradores das duas favelas. Sendo assim, podemos concluir que, se amizade é intimidade e se, grande parte dos moradores compartilhavam sentimentos de amizade, todos eram íntimos. Em outras palavras, como querem me fazer crer, todos eram amigos. Seja como for, a ideia presente no argumento é que os moradores gozavam de um alto grau de coesão social e interdependência que era vivida a partir de uma experiência afetiva positiva.

Por exemplo, pelo que contam, as práticas como compartilhamento de obrigações na criação de crianças e adolescentes era recorrente no passado das favelas. Geralmente o procedimento seguia a lógica da relação entre necessidade e disponibilidade. Se uma mulher arrumava emprego ela precisava de outra pessoa disponível para cuidar de suas crianças. Essa necessidade surgia, sobretudo, quando o núcleo familiar não tinha um filho ou filha mais velha que pudesse cuidar dos irmãos mais novos. Quando uma mulher que era mãe arruma um emprego que a obrigava a se ausentar da favela por boa parte do dia, impossibilitando assim de cuidar de suas crianças, ela acionava sua rede de relações para que outra mulher com quem mantivesse laços de amizade exercesse as atividades consideradas à época como obrigações de mãe. Com isso, durante os dias a amiga vizinha ficava responsável por levar e buscar as crianças ao colégio. Junto a isso, ela ficava responsável por oferecer às crianças a alimentação anteriormente preparada pela mãe biológica. Outro papel da amiga era o de regular o tempo fora de casa e as relações de amizade que a criança estabelecia. Esta prática, ao mesmo tempo em que estreitava os laços de amizades entre vizinhos, criava, a longo prazo, uma relação respeitosa entre a vizinha e a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

criança e reforçava a hierarquia baseada na relação de gerações. Como consequência, durante várias fases da vida deste indivíduo, suas ações estavam sujeitas à regulação e crítica dos adultos que ajudaram na sua criação.

O acionamento desta categoria obedece ao mesmo padrão da solidariedade. Ou seja, opondo tempos nas favelas onde o passado é representado positivamente sempre em contraste ao presente. Todavia, ainda que amizade apareça, por vezes, em oposição à sua ausência, é importante destacar que sua maior recorrência está associada à noção de medo como norteador das relações sociais na atualidade. Em casos como estes argumenta-se que, no passado das favelas, todos tinham coragem de dizer o que pensavam para os demais moradores, pois como eram amigos estava subentendido que as repreensões e alertas cumpriam o papel de preservação ou correção de rumo da pessoa aconselhada. Desta forma, as diversas relações sociais que a categoria remete, tais como encontro em bares e pertencimento a agremiações, implicavam em vínculos que permitiam a alguém não só ser prestativo, mas também ser sincero e crítico para com seu amigo guiado sempre pela intenção de ajudá-lo a corrigir eventuais erros de conduta. Neste sentido, devido ao ambiente de comprometimento, os moradores se sentiam autorizados para, na expressão deles, “dar ideia”.

Em contrapartida, no presente, em razão da consolidação do narcotráfico, os moradores se sentem intimidados com a presença de homens e adolescentes armados no interior da favela e, desta forma, ficam temerosos de aconselharem e repreenderem indivíduos que são membros da quadrilha local, mesmo sendo eles criados e nascidos na favela. Com isso rompe-se com a tradição local onde as relações sociais estavam fundamentadas em um sistema de hierarquia geracional, que foi substituída pela hierarquia estabelecida pela posse de armamento de fogo. Se, anteriormente, um sujeito se sentia na obrigação em “chamar para uma conversa” aquele companheiro com quem ele cresceu junto na favela, hoje, o fato de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

eventualmente ter se estabelecido relações de amizade na infância ou ainda o fato de ter sido criado com a ajuda de outra família não é suficiente para que se intervenha na vida daqueles que são considerados perigosos, sob risco de espancamento ou assassinato.

A partir do que foi dito até este ponto é possível afirmar que a amizade – assim como solidariedade – tal como é significada pelos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo remete à relação de um tipo ideal de comportamento com relações sociais concretas dentro de um período específico nas favelas. Se a solidariedade era espontânea, era amizade que permeava as relações sociais do período. Neste sentido, amizade também aparece como constitutiva da vida social das favelas em seu passado, juntando-se, desse modo, a solidariedade e a escassez como marcos de um período. Em um nível analítico não seria absurdo afirmar que a categoria amizade relaciona-se com a ideia e a prática de “falar a verdade” ou “chamar para conversar”, que, em certa medida, pode ser entendida como liberdade para se expressar. De forma diametralmente oposta temos a categoria medo que se relaciona a impossibilidade de se expressar por conta dos constrangimentos causados pela implicação da presença do tráfico. Neste sentido amizade está para o medo como solidariedade está para cada um por si. Características de épocas que não só se diferenciam, mas sim, se opõem para dar sentido às próprias épocas como visceralmente diferentes. Para além das categorias nativas, essas oposições sugeridas nos discursos apontam para a percepção de épocas a partir da oposição entre laços sociais coesão/dissolução dos laços sociais nas duas favelas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Sobre respeito

Assim como as categorias tratadas nas seções anteriores, a categoria respeito também é cercada por ambiguidades que exigem atenção do antropólogo sobre o contexto do seu acionamento³². Basicamente ela refere-se a: 1) formalidade de tratamento entre moradores; 2) expectativa sobre a relação com os membros da quadrilha, e; 3) expectativa na relação com agentes da polícia. Desta forma, tal como é acionada localmente, respeito surge, assim como as demais categorias expostas até aqui como marca das relações sociais que compunham o passado das duas favelas em oposição aos dias atuais onde as relações sociais estariam sobre o signo do desrespeito.

No primeiro caso a significação respeito é a mais formal e de menor potencial explicativo dentro da discussão deste trabalho. São as regras de etiquetas que implicam em cumprimentos quando do encontro entre duas ou mais pessoas. Ela é a que mobiliza com menor intensidade as paixões dos moradores quando comparam tempos e/ou reclamam do presente. Em termos sociológicos, podemos dizer que a desatenção, proposital ou não, a essas regras indica a falta de interesses em se estabelecer ou manter laços associativos básicos. Os alvos preferenciais sobre quem pesam essas acusações são os jovens moradores, independente de pertencerem à quadrilha ou não. Segundo a percepção local este fenômeno é mais resultado de uma contingência histórica, algo como a marca de uma época, do que do aumento do poderio do tráfico e suas consequências. A desconsideração a essas regras de etiquetas geram desconfortos e pequenos desentendimentos nas favelas que, eventualmente, aumentam em proporção provocando discussões. Todavia, ele não possui potencial para mobilizar a percepção local como um procedimento determinante que explica a mudança nos padrões de relações sociais. Como

³² O mesmo argumento sobre a necessidade de ultrapassar o jargão antropológico e mergulhar nos vários sentidos presentes em diferentes contextos que as ideias nativas são acionadas buscando apresentá-las etnograficamente da melhor forma possível se encaixa nesta seção quando trato da categoria local de respeito.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

argumentam, no passado, a situação era outra. Escutavam-se e respeitavam-se os mais velhos, cumprimentava-se a todos, demonstrava-se interesse sobre o bem-estar e outros gestos que interlocutores escalaram como indicativos que demonstram que ser respeitoso era o procedimento padrão do período.

Entretanto as ocasiões em que respeito aparece com maior peso são na relação entre traficantes e demais moradores e entre moradores e a polícia. O respeito do qual falam é o respeito no tratamento e que envolve atos que preservam ou sublinham a dignidade dos interlocutores na relação. Nos dois casos, respeito envolve demanda por reconhecimento ou consideração expresso por meio da postura dos traficantes ou polícias quando em sua relação com os moradores. Quando estão falando de respeito, apontam que, no passado, sobretudo na relação entre eles e os envolvidos com o crime, havia o reconhecimento de que os demais moradores que não tinham envolvimento com o banditismo não deviam ser alvos de constrangimento. Em certo sentido o que os moradores indicam é que a atitude respeitosa consistia em saber diferenciar os envolvidos dos não envolvidos e reconhecer que estes últimos não deveriam ser importunados justamente porque pertenciam ao tipo de pessoas honestas que não sucumbiram à sedução de uma vida fácil. Neste sentido, ao que me parece, os moradores apontam que, no passado, havia o reconhecimento do status de não ser bandido, o que fazia deles pessoas que não deveriam ser importunadas.

Na relação com os traficantes o deslocamento do tratamento respeitoso para o tratamento desrespeitoso representou o convívio mais frequente do que se gostaria com episódios que envolvem insultos e agressões que expõem os moradores à humilhação pública, ferindo assim sua dignidade. Diante deste cenário os moradores mais antigos evocam histórias do passado que sugerem que, anteriormente, aqueles que estavam envolvidos com a criminalidade se portavam de forma respeitosa nas favelas. É a ideia do bom bandido que muitas vezes aparece como sujeito que não lesava a comunidade, que não cometia atos violentos contra moradores, que impedia

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

a incidência de pequenos furtos e que protegia os moradores. Para reforçar tal percepção os moradores assinalam que no passado até os criminosos respeitavam as regras de sociabilidade que valorizavam os moradores mais velhos. Dona Ana oferece uma narrativa que nos permite perceber como a ideia do bom bandido também está presente no imaginário sobre o passado nas favelas.

“Meu filho, veja como são as coisas, agora esses meninos ficam fumando aí na porta aqui de casa, eu chego a passar mal. Como é que eu posso falar alguma coisa se depois eu posso sofrer alguma coisa? Eles nem fazem por mal, mas vivem fumando e fazendo outras coisas piores que se sabe lá se eles podem estar doidos, ficarem com raiva e fazer alguma coisa. Eu fico até com medo de ir na janela e eles pensarem que estou vigiando... Antigamente você circulava livremente sem medo de nada. Os meninos não eram assim não. O chefe daquela época era o Tarcísio. Ninguém tocava em ninguém e a gente ia trabalhar e ninguém tocava no que é seu. Agora tem que ter mil segurança para ter que ir ali na esquina. O Tarcísio... ali onde é a igreja hoje, era só matagal, não tinha nada. Então ele pegava a meninada e botava todo mundo pra trabalhar. Era engraçado de ver. A garotada que ia descer pra praia, só podia descer depois que fizesse alguma coisa. Você estava aqui e resolvesse ir à praia, duvido que você passasse por ali sem fazer alguma coisa, duvido que você fosse à praia. Você tinha que dar sua contribuição, ele dava enxada na mão, mandava capinar e depois mandava juntar o mato e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

queimar. Aí sim você podia ir à praia. Não se podia nem fumar nos caminhos, ele não deixava. Quando eles fumavam era à noite e escondido porque Tarcísio não deixava que fizesse na frente dos outros. Agora é todo mundo aí fumando.”

No caso das duas favelas tratadas nesta tese pode-se afirmar, a partir do relato de seus moradores, que a arma na cintura foi responsável por um duro golpe na autoridade dos homens e mulheres adultos. Diante deste cenário, quando meus interlocutores recorrem de forma saudosa às lembranças de um tempo onde, segundo contam, o respeito fazia parte do cotidiano das duas localidades, de forma consciente estão falando sobre passado como o “local” das relações sociais positivas entre os diversos moradores das duas favelas.

No que se refere à polícia, o passado que destaca um tratamento respeitoso destes para com os moradores não existe. Com a polícia o que se tem independente do período, é a experiência do desrespeito. Diferente da expectativa pelo reconhecimento de um caráter diferenciado que demanda um tratamento respeitoso, tal como na relação com os traficantes, no caso da polícia, respeito surge como uma reivindicação pelo reconhecimento do seu estatuto de cidadão. Ou seja, enquanto no primeiro caso os moradores julgam-se diferentes e por isso merecem ser tratados com respeito, no segundo caso eles acionam o discurso de cidadania ao demandarem tratamento respeitoso por parte da polícia.

Ao referirem-se a respeito como tal, os moradores nem sempre o fazem de forma explícita ou mesmo consciente do aspecto jurídico-legal presente nas suas concepções, o fazem a partir de uma noção difusa da ideia de direito. O fazem a partir de uma relação entre cumprimento de deveres, tais como pagar conta de água e luz, e, querem em contrapartida, atenção aos seus direitos, que, basicamente, significa

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

não tornarem-se vítimas de arbitrariedades e violência policial. Todavia, seria um equívoco afirmar que há, em determinado nível e, sobretudo, para aqueles não envolvidos com a política comunitária, uma percepção bem clara do aspecto jurídico-legal presente na noção de respeito, tal como é acionada localmente. Neste caso, se fala, de forma solta, e quase nunca de forma precisa, de respeito e de questões constitucionais relacionadas a direitos civis e humanos e sobre o seu não cumprimento por parte dos policiais e seus desejos de serem tratados, como imaginam que ocorram com os demais moradores da cidade que não vivem em favelas.

Em certa medida estamos diante de uma situação muito semelhante a encontrada por Lia Zanotta Machado (2003) quando a antropóloga, inspirada no Ensaio de Mauss, trata da relação médico-paciente no sistema público de saúde, onde pacientes demandam por tratamentos atenciosos que demonstram o reconhecimento do seu prestígio e dos seus direitos, dentro de um modelo de interação social que opera a partir da circulação recíproca de prestígio e reconhecimento do status do interlocutor.

No seu caso etnográfico, os pacientes percebem haver a deterioração da sua relação com os médicos, quando estes últimos não demonstram a importância e a singularidade do paciente, sem oferecer a devida atenção aos seus casos. Isso provoca uma incongruência entre o que os pacientes esperam receber e o que lhes é destinado causando insatisfação e provocando conflitos, dando *start* a uma circulação de expectativas negativas que são o oposto do desejado pelos pacientes. A percepção de que seu status não foi reconhecido gera aquilo que Machado indicou como sendo a circulação de dádivas negativas por meio de trocas de acusações que se estruturam a partir do modelo positivo de circulação de dádivas.

A maneira como Machado (2003) trata a relação médico-paciente, atentando para a centralidade da circulação recíproca de prestígio e de direitos como expectativa dos pacientes, permite entender essa relação não só em sua face positiva, mas também em sua negatividade, abrindo espaço, desta maneira, a se entender a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

conflitualidade derivada de questões relacionadas ao compartilhamento de expectativas.

Não apenas as coisas materiais circulam, mas as expectativas e as próprias categorias circulam. É o caso dos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo em sua relação com a polícia. Mauss permite pensar como as categorias ou valores sobre respeito, desrespeito, amizade, medo circulam, isto é, são acionadas nas relações. Visto que a dádiva não fala somente de classificações/categorias, fala de como estas categorias circulam. Assim, para haver categorias comunitárias, elas devem ser pensadas como circulantes. O que os moradores deixam evidente é que não apenas estas categorias circulam como há a expectativa de que elas continuem circulando, perpetuando um tipo de socialidade desejada. Existe a demanda local por tratamento respeitoso e pelo reconhecimento de direitos, todavia, a partir das ações policiais, fica expresso, no ponto de vista local, que não há possibilidade de compartilhamento das expectativas. Mais que isso, a polícia, em suas ações nas favelas, anuncia que não considera os moradores como sujeitos “para se trocar”, interrompendo a circulação de reconhecimento e abrindo espaço para a conflitualidade.

Voltando à etnografia, de uma forma ou de outra, em ambos os casos, as ideias de respeito e de direitos se aproximam muito, podendo servir de sinônimo a direito e de respeito à cidadania.

“Isso aí não tem jeito. Eles não querem saber se você faz parte [da quadrilha local] ou só está passando por ali na hora errada. Tratam todo mundo como bandido e não respeitam ninguém. Às vezes eles sabem que você não é do esquema, mas eles querem humilhar e te fazem passar vergonha, te desrespeitam na frente de qualquer um, não querem nem saber se teu filho está do lado e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

que vai ver o pai ser tratado como um porco. Eles não podem fazer isso. Não podem. Agora todo mundo paga luz, tem que pagar IPTU. Eu nunca deixo de pagar. Eu e a maioria das pessoas daqui. Então a gente tem que ser tratado direito, porque eu estou pagando igual a você e igual a qualquer um lá debaixo. Então não deveria ter essa de mandar eu deitar no chão, me dar tapa na cara, só porque eu moro na favela.” (2007)

Da mesma forma:

“Eu e minhas filhas trabalhamos duro. Nós pagamos tudo direitinho, luz, [TV] cabo. A diferença agora com o pessoal da rua é que a gente mora no alto e a polícia não respeita a nossa casa nem nossa vida. Nós pagamos igual a qualquer um, mas ainda somos tratados como bicho. Como bicho não, como gente da pior espécie, porque bicho todo mundo trata bem.” (2007)

Nestas falas, como se nota, uma relação direta é construída entre o fato de se pagar impostos e ter direito a ser tratado com respeito. Imagino que esteja claro que o respeito referido pelos moradores guarda relação de significado com a noção de direito à cidadania. Mais que isso, é interessante atentar que na percepção dos moradores encontra-se cristalizada a percepção de que a população não-moradora de favela recebe um tratamento diferenciado da polícia, principalmente quando se trata de incursões em bairros da zona sul da cidade e, sobretudo, nas casas destas populações. Neste sentido, pagar imposto significa se colocar em pé de igualdade com os demais moradores da cidade e, por consequência, demandar o tratamento que imaginam que eles recebam da polícia. Ainda que a noção de direito à cidadania não

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

esteja perfeitamente clara, em última análise trata-se desta demanda. Ainda que as falas que destacam mais explicitamente questões dos direitos encontrem-se presentes, a maioria absoluta dos moradores, ao menos a maioria daqueles com quem convivi, tratam este questão a partir da relação entre pagamento de impostos e direito a um tratamento respeitoso.

Se a demanda é por respeito, a experiência concreta cotidiana com a polícia é caracterizada pela ideia e por práticas classificadas de desrespeito. A partir dos relatos dos moradores percebe-se que a experiência com a polícia no presente, assim como no passado, sempre foi marcada por arbitrariedades e violência, atos que são caracterizados a partir da construção local como desrespeitosos. Então, diferente da construção, por exemplo, dos traficantes nas favelas, onde aqueles que atuavam no passado seriam atenciosos às demandas locais e respeitosos com os moradores, quando o assunto é polícia, não há um passado idealizado. Não há lembranças positivas sobre a polícia, o que implica, quase sempre, em sentimentos de desconfiança que refletem na forma como a polícia local estabelece relações com os membros desta instituição. Neste sentido a polícia, na maioria das vezes, aparece nas falas como aquele elemento presente no seu cotidiano que envolve um maior perigo potencial. No policial não se confia, e ponto final.

“bem ou mal, esse pessoal do esquema não quer confusão. Então você não perturbar a ordem das coisas e não se meter com eles, você vive mais ou menos tranquilo. Falo isso porque quando eles cismam com alguém não tem o que fazer. Não interessa quanto tempo você more aqui, vai ter que sumir um tempo. Mas fora isso é só não atrapalhar o negócio deles. Agora, esses frustrados [os policiais], com eles não têm conversa. Eles botam pra quebrar e não quer nem saber se você tá envolvido. Não dá pra confiar mesmo. Até

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

porque os dois lados são a mesma coisa...Toda hora tão aí para pegar dinheiro. Eles são muito piores porque eles deveriam é te sentando o couro, mas é tudo o mesmo esquema. Eles chegam botando para quebrar só para mostrar que está na hora de receber.” (2004)

Desta forma os moradores sempre evitam ao máximo estabelecer e manter contato com policiais seguindo de forma geral dois procedimentos: quando os policiais chegam a um determinado ambiente as pessoas se retiram ou simplesmente ignoram completamente sua presença agindo como se eles não existissem. Evidentemente não deve se desconsiderar que tal postura também possui relação com o fato de que os agentes do tráfico estão sempre de olho, vigiando possíveis delatores, o que tem o potencial de inibir uma possível aproximação entre policiais e demais moradores. Todavia, também é verdade que a percepção destes moradores sobre o trabalho policial e sobre os próprios policiais é cercada de desconfiança e ressentimento, o que implica numa postura que prefere, já a priori, manter distância à aproximação. Desta forma, quando uma situação implica necessariamente em estabelecer algum tipo de diálogo entre as partes, predomina amplamente uma relação formal cercada de desconfiança de ambos os lados. Sendo assim, de maneira geral, não se espera da polícia nada semelhante às ideias de solidariedade, amizade e consideração.

Aqui é necessário ressaltar um aspecto que informa de maneira bem clara a visão que a população local tem sobre a polícia. O respeito, que surge a todo o momento como demanda local, até por vezes como uma exigência, representa mais um desejo ou uma expectativa do que uma esperança de que a relação entre as partes sofra uma mudança. Ou seja, gostaria que isso acontecesse, gostaria que a polícia passasse a respeitar os moradores, porém, na maioria dos casos, quando estes mesmos moradores são perguntados sobre a possibilidade disto acontecer, eles afirmam que não acreditam em tal mudança.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Os meandros da significação de respeito na relação com a polícia não param neste ponto. A complexidade envolvida requer atenção para outro aspecto presente na percepção local sobre isto. É importante destacar que para a maioria dos interlocutores a consideração ou o reconhecimento - percebido de forma difusa como demanda pelo seu direito à cidadania - não representa o ideal para vida nas localidades. É a verdade aquilo que lhes resta e o mais próximo do possível. Na concepção de mundo local o ideal que um dia existiu, mas que não é mais possível de ser alcançando, pertence ao tempo da comunidade.

Desta forma, ao falar de respeito o que estão demandando é o estabelecimento de relações sociais que os reconheçam como cidadãos, assim como os demais moradores da cidade. Se não é possível retornar ao tempo da comunidade onde os vínculos sociais estavam permeados por sentimentos de consideração ou reconhecimento, procura-se então valorizar a ideia de cidadania e de direitos. Desta forma não se procura estabelecimento de uma relação diferenciada em termos jurídicos ou mesmo pessoalizada com os agentes da polícia, mas assim sua inclusão dentro do ideário do estado de direito. Porém, as percepções distintas do que significa respeito e das relações sociais às quais elas se referem, não permanecem estanques quando se trata da relação entre moradores locais e policiais. É justamente por acreditarem que uma delas, a baseada na consideração, é impossível de ser estabelecida, que a outra percepção, inspirada numa noção difusa de direito, ganha espaço e torna-se objeto principal de demanda local.

Com isso pode-se afirmar que existe uma série de procedimentos que remetem à ideia de respeito que envolve os de dentro e outra série de procedimentos relacionados a esta ideia que diz respeito à relação dos de dentro com os de fora. Mas não é só isso. Respeito aparece como a demanda possível de ser efetivada nas relações sociais na atualidade, seja na interação com os traficantes seja na interação com a polícia. Se solidariedade e amizade são categorizadas como sendo do passado,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

o respeito é pensado como constituinte do passado nas favelas, mas que, apesar de não ser efetivado nas relações sociais da atualidade, é possível de ser demandado, já que faz parte do seu direito.

Todavia, não se busca mais ou não se tem mais esperança em estabelecer antigos padrões de vínculos sociais, mas procura-se fazer emergir relações sociais que tenham como parâmetro o respeito, configurando-se, assim, na principal demanda dos moradores das duas favelas na atualidade. Neste sentido, a categoria respeito é da maior importância para minha tese geral por fornecer um importante referencial em função da qual são construídas as expectativas sobre as relações sociais no interior das favelas. Pois é a partir de sua demanda que podemos entender os diversos momentos da relação entre os moradores e o GPAE. Assim, se no passado ela compõe um cenário concreto, na atualidade ela ocupa o lugar central na percepção local sobre o tipo ideal de relações sociais que se gostaria de se estabelecer nas favelas.

Comunidade e seu tempo

Empiricamente, como foi anteriormente assinalado no capítulo 3, Pavão-Pavãozinho e Cantagalo são percebidas como comunidades distintas, ocupadas por pessoas com características diferentes que utilizam o espaço e estabelecem padrões internos de sociabilidade de forma diferenciada. Neste sentido, quando um determinado morador refere-se à comunidade ele está falando especificamente da favela onde mora. Em suma, de maneira alguma o termo comunidade é utilizado por um morador, dentro de um contexto normal, para referir-se às duas favelas como unidade.

Mas se os moradores das duas favelas se identificam como comunidades distintas, com suas características e identidades próprias, as referências que compõe o que eles classificam por comunidade são semelhantes. Desta forma, a concepção

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

local de comunidade, como imagino ter ficado claro, ultrapassa questões geográficas/ territoriais e remete a concepções morais que dialogam com outros conceitos que ganham significado localmente, tais como amizade, solidariedade e respeito. Buscar compreender as feições dadas às noções-conceitos (gerados localmente) fora do contexto no qual elas são acionadas acaba por esvaziá-las de significado. Sendo assim, quando seu Augusto fala de comunidade, apesar de considerar também as delimitações territoriais, ele trata, sobretudo, do caráter afetivo que o conceito remete. Ou seja, ao falar de comunidade os moradores acionam lembranças de pessoas, espaço e de relações sociais específicas dentro de uma época específica. Não é noção abstrata de comunidade, mas sim da comunidade a qual eles pertenciam.

Tal como aparece na sociologia elaborada pelos locais podemos dizer que quando se trata de traçar os parâmetros que delineiam o que é comunidade, são levadas em consideração para sua caracterização aspectos tais como laços de parentesco, relações primárias fundadas em laços de confiança pessoal e conhecimento direto e, como foi possível perceber a partir do que foi dito nas seções anteriores, padrões de sociabilidade bem definidos. Junto a isso, os aspectos territoriais aparecem com importante delineador de marcação de identidade dos moradores, sobretudo quando se trata de diferenciarem-se dos vizinhos ao lado. Todavia, o que se verifica é que os laços sociais, o sentimento de pertencimento e percepção de compartilhamento de valores que emergem localmente e que se ligam nas diversas narrativas que compõem e determinam o que é e quem é da comunidade (a forma de qualificar o tempo da comunidade a partir das categorias de respeito e solidariedade). Sendo assim, não seria equivocado afirmar que a percepção do compartilhamento de sentimentos de estima, solidariedade, respeito e confiança proporcionam a sensação de acolhimento que delimita as fronteiras da comunidade para os locais além de uma identidade para seus moradores.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A categoria comunidade pode traduzir-se, a partir do referencial quando do seu acionamento, em três significados diferentes, ainda que guardem relação de identidade entre si. Uma delas remete a delimitações geográficas que, apesar de serem resultado de elaborações que não ignoram a simbiose entre espaço físico e pessoas do lugar, no sentido do seu acionamento destaca o primeiro em detrimento do segundo significado. É o sentido geográfico da categoria que está dando sentido ao argumento. Sendo assim, quando se fala comunidade devemos entender: pessoas que constroem e habitam casas nas quais os referenciais geográficos delimitam a fronteira entre os que são de dentro e os de fora, não implicando necessariamente em sentimentos de pertença moral ou afetiva (Elias, 2000). Por exemplo, quando se fala que um determinado político subiu a favela do Pavão-Pavãozinho utilizando-se a expressão “ele foi à comunidade para falar com o presidente da associação de moradores” ou no caso em que falam da incursão de policiais na favela do Cantagalo utilizando-se da expressão “eles entraram na comunidade atirando sem se preocupar se tinha gente de bem passando”, o termo comunidade refere-se à percepção que privilegia o sentido geográfico. Neste caso a categoria comunidade é utilizada sem que haja conexão com referenciais de tempo podendo ser utilizada tanto para retratar episódios do passado quanto do presente. Seu significado se afasta da percepção que me interessa na tese.

Em outras situações a noção de comunidade surge como sinônimo de solidariedade e compromisso da coletividade diante dos desafios que se apresentam cotidianamente. Neste nível, comunidade remete a padrões de comportamentos valorizados localmente tais como, por exemplo, mutirões para erguimentos de edificações. O valor de tal procedimento não advém da construção de casas, mas da mobilização coletiva e dos vínculos criados e reafirmados nestes eventos. Os exemplos dados por seu Augusto ilustram perfeitamente a percepção da comunidade como sinônimo de solidariedade como quando sua esposa esteve internada no

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

hospital e se junta com outras falas tais como “a comunidade toda se reuniu para pagar o enterro” ou “toda a comunidade se juntou para apagar o fogo”. Comunidade, neste contexto, surge como compromisso moral que reflete em ações concretas onde os indivíduos se comprometem coletivamente.

Por último temos a comunidade como expressão e marca de um tempo. Neste caso comunidade incorpora a questão geográfica e o sentido de solidariedade, ultrapassando-os e agregando as noções de amizade e respeito como elementos exclusivos a pessoas específicas e a uma determinada data no calendário. Desta forma ela é, necessariamente, o somatório de valores sociais idealizados localmente que informavam as práticas cotidianas das duas favelas. Desta forma, para os moradores, há comunidade quando se encontram sentimentos e práticas que impliquem em solidariedade, amizade e respeito, da maneira como foram formuladas pelos interlocutores. Como observamos, tais valores e práticas associadas, segundo a percepção local, não fazem parte do cotidiano das favelas no presente. Consequentemente podemos chegar à conclusão, anteriormente assinalada por seu Augusto, de que “hoje não tem comunidade”. O que tem, como posteriormente ele frisa, é o cada um por si. A expressão cada um por si apresenta-se como o simétrico oposto do tempo da comunidade onde as relações sociais estão em processo de degradação e os valores sociais anteriormente importantes como referência de conduta não repercutem mais.

É importante destacar que a percepção do passado como o tempo da comunidade, da solidariedade e do respeito faz parte da memória coletiva das duas favelas e ecoa também entre os moradores de faixas etárias mais diversas. Mesmo entre os moradores que têm entre 20 e 30 anos encontram-se narrativas que remetem ao tempo do respeito e da solidariedade. Geralmente entre estes, o processo de construção da narrativa obedece a uma ordem inversa. Destacam-se muito os pontos negativos do presente como a violência, o medo, o desrespeito e o egoísmo e, ao

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

fazê-lo, acionam a memória do local sobre o passado para ressaltar como a situação se modificou para pior. Quando fazem isso, mesmo sem terem vivido esse momento narrado pelos moradores mais velhos, eles utilizam e reforçam as categorias acionadas por estes últimos demonstrando a importância local para ideais de solidariedade e respeito. As histórias sobre o passado e sobre o presente são costuradas a partir do grau de capilaridade destas categorias locais.

As categorias

Ao discutir os conceitos de classe e hierarquia entre os kachin gumsa, Leach alerta o leitor para o potencial reinterpretaivo nas narrativas sobre o passado que seus informantes impingem em suas histórias de modo que, segundo o antropólogo, a versão sobre os eventos possam beneficiar o indivíduo que conta, assim como o grupo ao qual pertence. Apesar disto, continua, é impossível determinar com exatidão qual o grau de consciência presente neste processo.

“É claro que em cada geração cada facção rival dentro de um grupo reinterpreta as tradições do passado em seu próprio benefício. Até onde um indivíduo percebe que está em curso esse processo de ‘reinscrever a história’, é impossível dizê-lo” (216).

Ao demonstrar cuidado na análise das narrativas que desnudavam as categorias locais devido a um possível jogo de interesses que permeava as histórias, Leach, ainda que não afirme categoricamente, parte do pressuposto que a memória não é um ato espontâneo, livre de fatores externos. Neste sentido, o autor corrobora com alguns teóricos dedicados ao estudo da memória coletiva, que refutaram as explicações naturalistas sobre este processo. A memória, como afirma Halbwachs (1976), não pertence, nem ao campo da condição humana, nem tampouco é resultado de um mecanismo mental que, automaticamente, traz à tona acontecimentos do

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

passado. A memória é resultado de representações coletivas construídas no presente, o que implica dizer que, necessariamente, o material presente na lembrança só é acionado, resgatado da multidão de acontecimentos vividos, devido a demandas cotidianas do presente. Concordando com esta perspectiva deve-se considerar então o ato de organizar o passado através da memória e expressá-la nas narrativas como atos interessados, sujeitos à manipulação, que estabelecem relação com as disputas por poder e status social em um determinado contexto.

No caso do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo a referência ao passado como um “lugar” da solidariedade, amizade e respeito, ou seja, da comunidade, faz parte de um mecanismo de fixação da construção social que lhe permite reencontrar o prestígio e status social de outrora (Daou, 1999; Ansart, 2001). A inclusão da arma de fogo no repertório das quadrilhas de narcotráfico foi responsável pela inversão na hierarquia nas favelas, deslocando o centro de poder das mãos dos moradores habituais, passando a pertencer aos jovens envolvidos no crime organizado. Com isso a autoridade dos moradores mais antigos, sua capacidade para elaborar e decidir sobre caminhos dentro das favelas, fundava-se no fato deles se considerarem um modelo moral para os demais moradores. Sem querer sugerir a existência de homogeneidade, em grande medida, de acordo com o que indicam as narrativas, os moradores mais velhos eram assim representados pelos demais moradores das duas favelas.

A construção das narrativas por meio de oposições que valorizam as pessoas e as relações sociais do passado em contraste com pessoas e relações sociais do presente, não representa apenas uma estratégia, consciente ou não, daqueles que se viram diante de um cenário onde perderam status dentro das favelas. Como aponta Veena Das, a linguagem produz realidade que corrobora com a construção da identidade do grupo do qual pertence.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“the function of language here is to create an optical illusion between contemporaneity and its other. Language functions more to produce a particular reality than to represent it... Rather, these are identities being produced a new in every period, and narratives of the past are a part of the process of producing these identities.” (Das, 1995: 121)

Desta forma:

“In such narratives the contemporary Sikh community is defined with reference to certain key events of the past which emphasize the building up of the community on the basis of its heroic deeds. The construction of memory is here strongly tied up with the construction of a concrete identity...In others words, the Self is given shape and form by opposing it to Other/s.” (Das, 1995: 121)

A oposição entre passado e presente nas narrativas dos moradores das duas favelas reflete, em certo nível, uma oposição entre um tempo onde os habituais moradores ocupavam uma posição de destaque na dinâmica interna das favelas e um tempo onde esses moradores, sejam os mais velhos ou os mais novos, estão sujeitos às vontades, impostas pela coerção por meio da intimidação com armas de fogo, pelos agentes do tráfico local. Falar da amizade, respeito ou solidariedade do passado é falar das qualidades das pessoas que eram responsáveis por organizar a vida comunitária local. Em certa medida, estas qualidades não se referem apenas àqueles

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

moradores mais velhos que viveram o passado local, mas também, por um nível de associação, que do mesmo modo acaba por englobar os moradores mais novos das favelas que não estão envolvidos com o tráfico. Nesta significação, vemos ressurgir mais uma oposição, que, em certo sentido, perpassa implicitamente todas as outras que foram tratadas; a oposição entre os moradores não envolvidos com o tráfico e os traficantes.

Partindo do pressuposto que a construção da identidade é um processo dialógico que se dá através da oposição ao “Outro” e como essa identidade pode ser expressa e construída a partir da (re)elaboração de um discurso sobre o passado, pode-se considerar que, os moradores das duas favelas tratadas na tese, ao destacarem eventos e padrões morais que compunham o passado das favelas, estão, de fato, construindo uma narrativa que lhes permitem falar sobre sua própria identidade. Ou seja, ao falar de percepções e práticas relacionadas a valores como solidariedade, amizade e respeito, os moradores das duas favelas estão sugerindo que estes valores compõem sua identidade. Essa identidade é afirmada em oposição a outros, sobretudo aos traficantes, que baseariam suas ações no mundo a partir de valores – na verdade, para os moradores seria correto dizer “não valores” – dissociativos e desintegradores como egoísmo e violência, por exemplo.

Imagino que tenha ficado claro, que todas as referências nas narrativas dos moradores às insuficiências, ou a desvios dos padrões de socialidade no presente, são apontados por eles como marcas derivadas da consolidação local do tráfico e da sua ascensão ao papel de principal ator político nas localidades.

Todavia, pode-se afirmar, com certeza, que o elemento que serve como eixo condutor das narrativas é a diferenciação entre aqueles que moram na favela e não estão envolvidos com o tráfico e aqueles que são membros da quadrilha. O evento responsável pelo reordenamento da percepção local é a consolidação do tráfico de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

drogas na década de 1980. A partir deste evento, os moradores das favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, assim como todos aqueles que viviam em favelas se viram diante de um cenário que demandou novas significações sobre valores, práticas sociais, identidade e status social.

Tanto é verdade que a ordenação do tempo feita por meio da oposição entre *o tempo da comunidade* e *o tempo do cada um por si*, assim como todos os valores relacionados a esta distinção, também está presente na fala daqueles moradores mais novos, até mesmo de jovens, filhos de moradores mais antigos da favela. Desta forma, esta oposição fala, sobretudo, sobre valores que marcam uma época em que quem detinha o poder dentro da favela eram os moradores participativos e comprometidos com a melhoria local em relação a uma época na qual quem detém o poder de arbítrio são os jovens traficantes.

A ordenação em narrativas a partir do acionamento da memória coletiva local é, desse modo, um ato de construção e afirmação da identidade dos moradores não envolvidos com o tráfico ao mesmo tempo em que expressa, em certo nível, a insatisfação local com a re-elaboração dos papéis e status social nas favelas. Mas o ordenamento da memória nas narrativas não pode ser considerado apenas um “ato político”, no sentido de um ato meramente forjado utilitariamente para alcançar um objetivo político. É uma narrativa que pode ser entendida como uma ação política no sentido de forjadora de uma identidade (Das, 1995) e porque forjadora de um futuro desejado, mas não é uma fala “meramente arbitrária” porque busca seus fundamentos na memória. A memória remete a representações sociais do grupo que expressa os modelos classificatórios locais. Como construção simbólica que são, é perfeitamente possível acionar por intermédio dela a cosmologia.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Desta forma, as categorias locais tratadas neste capítulo pertencem a uma percepção de mundo dos moradores e, por meio dela, é possível compreender como essas pessoas agem no mundo e significam novos eventos ocorridos nas favelas.

Não é novidade em antropologia que o ato de classificar se estende a todos os fatos da vida e caracteriza-se por ordenar em grupos distintos entre si através de construções relacionais bipartidas que são elaboradas em oposições simétricas ou distintas (Lévi-Strauss 1967). A função classificatória, nos parâmetros elaborados por Durkheim, possui três qualidades que a caracteriza. Como argumenta Luis Duarte (1997), o ato de classificar consiste em um sistema de distinção, é um sistema hierarquizado, além de ser um sistema que pressupõe uma totalidade³³.

Para Durkheim o ato de classificar não é inato e é externo ao indivíduo (Durkheim e Mauss, formas primitivas, 2000:403). Classificar, segundo o sociólogo francês, não está sob influência do empiricismo da experiência individual, nem tampouco pertence à razão individual, mas pertence à experiência do ser coletivo. Em sua busca por demonstrar que a classificação pertence ao campo do sociológico e não psicológico ou biológico, Durkheim acaba por impor-se uma dificuldade no que tange à problemática da individualidade e da identidade ao sustentar que a classificação é uma qualidade abstrata. É Lévi-Strauss quem resolve a questão referente à explicação de como o ato classificatório pertence à condição humana, sendo desta forma universal, transportando esta operação para o campo das estruturas inconsciente por meio da construção dos pares de oposições binárias (Estruturas elementares). Apesar da diferença entre Durkheim e Lévi-Strauss no que concerne à fonte ou origem do

³³ Apesar de destacar três características que marcam o ato de classificar na perspectiva durkheimiana, Duarte, argumenta que as duas últimas qualidades, em última análise, são um desdobramento da primeira: “A qualidade hierárquica da classificação não passa, porém de uma reiteração da lógica linear da distinção contrastiva porque se refere às arborescências de subdivisões inclusivas” (1997:73) (...) “a qualidade totalizante, por sua vez, tampouco se afasta da linearidade do ‘quadro classificatório’ plano, representando apenas a ideia dos seus limites extremos, da demarcação do seu espaço da atualização” (1997:73).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

processo classificatório, ambos concebem a classificação como fenômeno dotado da capacidade de permanência no tempo, pois estão para além da agência do indivíduo.

As categorias solidariedade e amizade expressam valores e percepções que são valorizados localmente. Por meio delas os moradores constroem significados sobre as relações sociais entre eles e os traficantes e com os policiais. Ao mesmo tempo em que expressam valores também denunciam a sua ausência das práticas sociais inspiradas nos valores que estas categorias carregam consigo. Os gestos que materializam estas categorias, por sua vez, ultrapassam o caráter de iniciativa individual e aparecem como expressão, como traço distintivo do passado, estando presentes como um valor da coletividade. Dentro deste quadro o tempo cumpre a função de eixo organizacional onde as categorias são contextualizadas. Solidariedade e amizade, por exemplo, marcam o tempo da comunidade e aparecem, tanto no passado quanto no presente, com a mesma rede de significados. Ou seja, no seu acionamento, independentes do contexto temporal na quais são destacadas, estas duas categorias não sofrem um deslocamento de seu significado.

O respeito, outra categoria fundamental, quando trata de expressar a relação entre os moradores e a polícia, sofre uma modificação de significado. A referência manifesta deixa de ser a de consideração e reconhecimento e adquire contornos de uma noção legal baseada, ainda que de forma difusa, em um discurso legalista. Respeito é uma categoria que não expressa uma oposição que se contextualiza a partir da distinção dentro de um eixo temporal. Ela opera em oposição à categoria local de desrespeito que tem como contexto, como eixo, o presente. Neste caso podemos considerar que houve uma reavaliação funcional das categorias (Sahlins, 1994). Como demonstra Sahlins, às categorias, os conceitos culturais são utilizados de forma ativa para engajar no mundo e, seus acionamentos em contextos empíricos específicos, acabam por “sujeitar os significados a reavaliações práticas” (Idem, 1994: 181). Neste sentido, justamente porque os signos são engajados por interesses dentro

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de relações temporais, que seus valores são avaliados a partir de cada performance (Tambiah, 1985).

A teoria da Dádiva de Mauss (2003) nos inspira para entender a expectativa positiva da circulação comunitária das categorias/valores do respeito e da amizade e a expectativa negativa da circulação das categorias/valores do desrespeito e do medo. A consolidação do tráfico de drogas nas favelas e a introdução de novos conflitos colocam em jogo a circulação do respeito e da amizade.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 5

O Tempo do Medo e do Desrespeito

Neste capítulo eu reconstruo, a partir das narrativas dos moradores, o período posterior ao “tempo da comunidade” chamado aqui de “tempo do cada um por si”. Este período, que, segundo os moradores, é marcado pela deterioração dos laços sociais e dos valores comunitários, refere-se ao espaço temporal que se inicia, de forma imprecisa, nos primeiros anos da década de 1970 até sua interrupção no ano de 2000, quando foi introduzido policiamento comunitário nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.

Este período representa uma ruptura com o passado idealizado expresso pelos moradores e seu surgimento nas narrativas dos mesmos. Operando de maneira simultânea com passagens do período anterior, permite aos moradores significar cada experiência vivida no presente. Desta forma, a partir da etnografia, foi possível perceber que os acontecimentos nas favelas são significados pelos locais como sendo bons ou ruins a partir da sua aproximação com um dos dois “tempos” destacados por eles.

Neste período ainda não há policiamento comunitário nas favelas. Todavia, sem retratá-lo, o trabalho de compreensão dos motivos que levaram o GPAE a vivenciar diferentes momentos na relação com os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho ficaria dificultado. Não há como entender a boa avaliação depositada no policiamento comunitário nos primeiros meses de atuação e sua posterior perda de credibilidade sem que se considere sua relação com os dois “tempos” dentro das favelas. É por interromper práticas que serão descritas neste capítulo fazendo com que os moradores vislumbrassem a possibilidade de se, de alguma forma, retomar a experiências anteriores ao “tempo do cada um por si” que permite ao GPAE gozar da aceitação local. Da mesma maneira, quando ele deixa de proporcionar esta

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

experiência, fazendo com que as práticas que marcavam o segundo momento descrito nas narrativas dos moradores retornem ao cotidiano, o policiamento comunitário deixa de ser considerado de forma positiva.

Diante disto julguei necessário apresentar este período, tal como os moradores o fizeram para mim, de modo a possibilitar perceber a profundidade do impacto causado pela chegada do GPAE ao mesmo tempo em que valoriza o processo pelo qual se dá a construção da percepção sobre a relevância ou perda de importância do policiamento comunitário entre os locais.

Como se verá, as queixas sobre este período expressam o desconforto com o sentimento de medo e de desrespeito do qual os moradores se julgam vítimas. Também se referem à percepção de que a vida local perdeu seu aspecto integrativo comunitário, deixando de lado ações classificadas como solidárias ou de amizade, cedendo lugar a condutas marcadas pelo egoísmo, descaso e desinteresse. Em resumo, para os moradores, é o tempo da perda de valores e da presença de práticas que expressam sua degeneração.

Como ficará claro, a inserção no cotidiano de uma permanente sensação de medo e da experiência do desrespeito são as transformações responsáveis pela percepção negativa deste período. Desrespeito e medo são articulados nas referências dos moradores das duas favelas ao novo tempo. A presença destes dois novos elementos se deve ao surgimento e consolidação da quadrilha de tráfico de drogas.

Este capítulo está estruturado da seguinte maneira: primeiro enquadro as narrativas dos moradores dentro de um processo de ruptura das formas tradicionais de socialização e que geram desconforto àqueles acostumados ao estilo de vida comunitário, como os moradores das duas favelas dão a entender, era o caso. Com isso não desqualifico a experiência local, negligenciando sua singularidade, mas a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

relaciono ao processo de transformação que vem ocorrendo dentro das sociedades contemporâneas.

Depois apresento uma breve discussão sobre a questão do medo derivado da ameaça de violência e seu impacto na vida dos moradores das duas favelas. O objetivo é contextualizar suas experiências dentro das perspectivas que têm direcionado a discussão sobre o tema no Brasil. Na sequência passo a tratar das experiências que os moradores classificam como produtoras de medo. Como será possível, perceber o medo do qual os moradores falam, deriva das consequências da presença do tráfico. Depois de abordar a questão da sensação de medo, passo a tratar do outro elemento constitutivo da experiência do “tempo do cada um por si”. Trato daquilo que os moradores qualificam como episódios de desrespeito e suas implicações no cotidiano das favelas. Encerro voltando à questão do “tempo do cada um por si” em sua relação com o “tempo da comunidade” demonstrando que esta comparação expressa o desejo de restaurar as práticas sociais anteriores à experiência vivida durante os anos que se iniciaram na década de 1970.

Egoísmo e descompromisso, marcas de uma época

Como é possível perceber a partir do que foi exposto no capítulo anterior, as comparações entre os “tempos” nas favelas operam de modo a indicar a ocorrência de um processo de perda de importância de valores e o enfraquecimento dos laços sociais relacionados à prática e valores de cunho comunitário, que envolvem solidariedade, amizade e respeito. Em seu lugar surgem na experiência cotidiana práticas que alimentam o sentimento de medo, insegurança, desrespeito e egoísmo. Imagino que os exemplos trazidos pelas falas dos moradores das duas favelas, ressaltando os aspectos positivos deste passado distante ajudam a compreender o que se diz faltar no tempo do “cada um por si”. O depoimento de um dos moradores dizendo que por pouco não morreu após passar mal e nenhum vizinho acudi-lo é

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

apenas um dos exemplos do que vem sendo chamado aqui de egoísmo e desinteresse. Nas reclamações surgem acusações de preocupação excessiva dos indivíduos com suas questões particulares de modo que nada que não envolva seu interesse direito é considerado. Para os moradores, gestos como estes são de tal ordem impactantes, a ponto de gerar uma modificação no cotidiano, a ponto dos moradores passarem a ordenar as experiências deste momento em oposição ao passado das favelas, traduzindo esta percepção a partir da ideia de tempo do “cada um por si”.

Esse desconforto expresso pelos moradores no que se refere ao egoísmo e ao “fechamento em si” não traduz a singularidade da experiência cotidiana das duas favelas.

A atenção à tendência de fechamento em si e ao imperativo do interesse individualista nas grandes cidades não é recente nas ciências sociais, assim como também não é recente a percepção de que a vida moderna nos grandes centros urbanos é cercada por incertezas e inseguranças de modo que seus habitantes estão sujeitos a situações conflituosas precisando, desta forma, estabelecer estratégias para enfrentá-las. Como apontava Simmel (1983), o conflito configura-se em uma forma, dentre outras, de sociabilidade na vida moderna. Por meio dele há a exposição das diferentes posições entre indivíduos e grupos de modo que essa modalidade de relação social contribui na regulação e consolidação de ideias que envolvem noções de justiça e respeito.

Não apenas o conflito faz parte das relações sociais, configurando-se em uma das marcas da vida nas metrópoles, como o próprio fechamento em si por meio de gestos que indicam indiferença, apresenta-se como postura necessária em contextos como este. Como a vida na metrópole impõe experiências cotidianas de mudança e descontinuidade é necessário que os indivíduos desenvolvam comportamentos

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

capazes de garantir-lhes um bem-estar psíquico. A atitude *blasé* (Idem, 1979) permite ao indivíduo se preservar em situações onde os estímulos promovidos pelo contato com pessoas estranhas ocorrem com frequência não sendo possível categorizar cada um deles, tal como seria possível em cidades pequenas. Como resultado, nas grandes metrópoles, até vizinhos podem ser estranhos entre si. Resumindo, reserva, aversão, desconfiança, não apenas fazem parte da vida nas cidades como sem elas permeando as relações entre os indivíduos a vida na metrópole, com todos os seus estímulos, não seria viável (Ibidem. 1983).

A contribuição de Simmel nos permite enxergar como a vida nas grandes cidades produziu uma ruptura com as formas tradicionais de socialização trazendo novos modelos de comportamento e de interação social. Que o conflito e atitude individualista são posturas indissociáveis da vida moderna não resta dúvida. Mas qual a consequência do processo de intensificação dessas características para as relações sociais na contemporaneidade?

Segundo Maffesoli, na contemporaneidade está em processo a segunda fase do individualismo onde o modelo ideológico coercitivo que estruturava a noção de indivíduo é substituído por outro modelo baseado na busca pela realização pessoal. Esse processo implica no gradativo declínio da moral universal que informava ideologicamente as sociedades modernas a partir do século XVIII e o surgimento e fortalecimento da ética estética caracterizada pela ausência de obrigações morais coletivas (Maffesoli, 1996). Isso significa dizer que na alta modernidade tem-se a passagem do individualismo regulado, onde o indivíduo internaliza o controle, tal como apontado por Elias (1994, 2001), para o individualismo narcísico onde há a tendência de priorizar o aumento da carga emocional na esfera particular em detrimento de engajamentos no espaço público.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Outra face deste mesmo processo é a intensificação da ideologia do consumo onde é o desejo de adquirir bens materiais que permite demarcar distinções sociais que norteiam a aquisição de bens materiais desvinculando, desta forma, a relação entre consumo e necessidade. Como consequência há a tendência do processo de construção do *self* ocorrer a partir da valorização do interesse privado e individualista formando um sujeito avesso às interações sociais no seu modelo tradicional, imprimindo a tendência de que os sujeitos sociais se fechem em torno de si e dos seus interesses egoístas.

Desta forma, quando os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho expressam ideias que apontam para a percepção de que hoje é o tempo do “cada um por si”, eles demonstram sua sensibilidade para perceber as transformações nas formas de socialidade que estão em processo na contemporaneidade. Parte da sensação de desconforto expressa por eles relaciona-se a suas experiências concretas do cotidiano, mas que estão relacionadas com um conjunto de transformações que ultrapassam suas fronteiras. Egoísmo, desapego, individualismo, ausência de laços sociais estreitos e duradouros não são apenas marca deste tempo na favela, mas a marca de um período histórico. Todavia, reconhecer isto não implica negligenciar o desconforto que essas mudanças provocam nem tampouco ignorar o impacto delas no cotidiano das favelas.

Para os moradores, a ausência de valores e práticas estruturadas em noções como amizade, respeito e solidariedade tornam a vida na favela mais difícil e menos prazerosa. Segundo alegam, justamente a presença e articulação destas noções informando as relações sociais é que produziam um sentimento de comunidade.

Ao mesclar queixas que envolvem acusações sobre egoísmo, falta de comprometimento com a comunidade, desinteresse com o bem-estar do próximo e ausência de comportamentos que expressem solidariedade com inúmeras passagens

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sobre mutirões e outros gestos de afins, os moradores demonstram que, na sua percepção, a vida na favela hoje em dia é marcada pela falta. Pela ausência ou déficit de gestos e comportamentos que são valorizados localmente apesar de fazerem mais parte do cotidiano das relações.

Todavia, a partir do que pude perceber no campo, a ausência de comportamentos que expressam valores como solidariedade e comprometimento ocupam, na verdade, importância secundária diante da inclusão do medo e do desrespeito no cotidiano destas pessoas. Os moradores não demonstram dúvida em apontar o medo e o desrespeito como sendo os fatores de maior impacto, os principais responsáveis na modificação para pior da vida no cotidiano destas pessoas

O conjunto destes fatores expressa um novo momento das favelas e compõe aquilo que pejorativamente pode ser classificado como “tempo do cada um por si”. As implicações desse novo momento nos padrões e expectativas nas relações sociais indicam que tanto o individualismo egoísta quanto o medo encontram-se presentes na vida cotidiana dos moradores. Se de um lado supostamente há uma valorização dos projetos individuais em detrimento do desinteresse pela coisa pública, expressos por meio da ausência de atos de solidariedade, amizade e respeito. Do outro, reforçando a tendência do fechamento em si, há o medo de ser tornar vítima de violência.

O Medo da violência como questão

Insegurança, ansiedade e medo, como apontam alguns autores, são sensações que compõem o mal-estar na contemporaneidade (Bauman 2001, 1997; Giddens, 1991). Segundo Bauman, a preponderância desses sentimentos nos tempos atuais está relacionada ao dismantelamento dos alicerces que sustentavam a busca pelo controle sobre o mundo social e natural na modernidade, gerando, desta forma, medos de diversas ordens. Em linhas gerais, de acordo com o sociólogo, o medo surge como resposta a estímulos como ameaças ao corpo e à propriedade, ou como

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

resultado de ações que desnudem a vulnerabilidade da ordem social ameaçando a hierarquia social, colocando em risco o lugar de indivíduos ou grupos no mundo (Bauman, 1997).

No que diz respeito ao medo proveniente da violência e ameaça à integridade física, podemos dizer que essa sensação se encontra democraticamente difundida nos diversos grupos socioeconômicos do país sendo uma das principais preocupações dos moradores das grandes cidades brasileiras (Machado da Silva, 2004a). No Brasil a população tem medo de ser assaltada, teme-se ser baleado em confrontos entre membros de quadrilhas rivais ou entre traficantes e polícias. Teme-se também ser vítima de bala perdida ou de sequestros, entre outras tantas modalidades de violência que compõem o que vem sendo convencionalmente classificado de forma imprecisa de violência urbana.

O sentimento de medo motivado por esses fatores possui duas raízes. A mais óbvia deriva de experiências individuais ou de pessoas próximas. Pessoas que foram expostas de forma direta a atos violentos relacionados à criminalidade. A outra raiz da qual o sentimento de medo deriva não resulta de experiências concretas. Neste caso, é a sensação de insegurança, sem causa específica, que gera o sentimento de medo difuso.

No que se refere ao medo difuso, pesquisadores chamam atenção para relação entre a representação social da violência e do medo com a abordagem midiática apontando os órgãos de comunicação como um importante veículo de sua propagação destes sentimentos. A mídia escrita e televisiva desempenha um importante papel na propagação da sensação de insegurança alimentando, devido ao caráter de sua abordagem usual, os sentimentos de medo da população. Veiculação massiva de imagens e discursos sobre a violência seriam responsáveis por um descompasso entre níveis estatísticos de criminalidade violenta e a percepção sobre

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

seus níveis e alcances. Neste caso o medo seria mais resultado de um sentimento de insegurança com raízes difusas produzindo sensações de angústia sem vinculações com experiências pessoais (Machado da Silva, 2004b).

A produção da sensação de insegurança geradora de medo seria alimentada, entre outras coisas, pela utilização recorrente do termo violência urbana. Como tem apontado Michel Misse (2006), é um equívoco reforçar e legitimar uma concepção unificada sobre violência urbana tendo em vista que este termo tem englobado uma pluralidade de atos que não devem ser considerados como tendo uma mesma natureza, visto que possuem motivações distintas. Desta forma, como Misse argumenta, ao acionarem cotidianamente, para as mais diversas modalidades de acontecimentos, a expressão violência urbana, os órgãos midiáticos produzem e/ou intensificam uma sensação de medo difusa, sem raízes concretas colocando a população em um estado permanente de paranóia.

Sobre outro ângulo, mas apontando para a mesma direção, Porto (2002), alerta para o caráter mercadológico e empresarial que regem as empresas de comunicação e suas consequências para produção de notícia em um ambiente de concorrência. A busca por dramaticidade nas imagens e nas narrativas que a descrevem passa a fazer parte de uma estratégia para atrair a atenção do telespectador. Dentro desta lógica, uma das principais mercadorias a ser consumida são casos que envolvem violência e criminalidade. Com isso, como destaca a socióloga, ao mesmo tempo em que a violência é consumida através de sua veiculação nos meios de comunicação, essa veiculação participa, por meio de representações, de seu processo de produção (Idem, 2002:164). Como consequência, o medo associado a estes episódios também obedece à mesma dinâmica. Ele é consumido ao mesmo tempo em que seu consumo interfere na interação social cotidiana potencializando o sentimento de medo.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A dramaticidade no trato das imagens e sua repetição massiva acabam por produzir o aumento da sensação de insegurança e medo. Eventos isolados ocorridos em determinado ponto da cidade ou do país, através de sua veiculação em vários canais de comunicação e por várias vezes ao dia, tornam-se uma experiência de todos os telespectadores servindo, desse modo, para alimentar o crescimento destas sensações. O impacto do tratamento da questão pela mídia, então, pode gerar um descompasso entre os índices de criminalidade e o sentimento de vulnerabilidade da população. Ou seja, indicadores podem apontar para um estacionamento ou redução de determinadas modalidades de crimes ao passo que, para a população, o sentimento de insegurança e medo esteja aumentando (Sento-Sé, 2003), naquilo que Luiz Eduardo Soares chamou de cultura do medo (1996).

Todavia, ainda que a representação social sobre a violência desempenhe um importante papel na proliferação e intensificação da sensação de medo e que, neste cenário, a mídia jogue um papel importante, não é possível perder de vista que essa sensação, de forma alguma, apresenta-se dissociada da realidade presente no cotidiano da população brasileira residente nas grandes cidades.

Ainda que a mídia tenha seu papel na propagação de sentimentos de medo e insegurança e que por meio das repetições exaustivas de episódios desta ordem ela sedimente uma sensação de vulnerabilidade, não é possível eleger os órgãos midiáticos como únicos ou principais responsáveis pelo sentimento de medo nas grandes cidades. Como ressaltou Luiz Eduardo Soares (2003), mais recentemente o medo da sociedade não pode ser considerado simplesmente resultado de uma ilusão alimentada pela manipulação midiática e à magnitude das taxas de criminalidade, assim como a intensidade da violência envolvida nela não permite ignorar que este sentimento possui raízes sólidas na experiência cotidiana das grandes cidades a partir da década de 1980 (Peralva, 2000; Caldeira, 2000).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

No caso dos moradores das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, como eles próprios fazem questão de sublinhar, o sentimento de medo a que se referem não tem raiz difusa e não é proveniente da repetição de imagens veiculadas nos canais de televisão. Seus medos têm raízes concretas e resultam de suas experiências cotidianas.

A sensação de medo da qual falam tem fonte facilmente reconhecível para eles: a presença de quadrilha de traficantes de drogas. Os mais diferentes medos relatados possuem como elemento comum o impacto que a presença do tráfico de drogas impôs no cotidiano e obrigou os moradores a elaborar novas estratégias de sociabilidade nas localidades, modificando formas tradicionais de sociabilidade que englobam desde abandono de áreas comuns, passando por enclausuramento dentro de casa, até a dissolução de modelos associativos tradicionais.

O medo de ser vitimado em confronto entre traficantes rivais ou entre traficantes e policiais, o medo de ser confundido como informante da polícia, o medo de ser equivocadamente considerado um traficante pelos policiais, o medo de ter um filho envolvido com o tráfico, o medo de virar alvo de inimizade de algum traficante, todos esses medos não pertencem à categoria medo difuso. Fazem parte da realidade de cada morador das favelas tratadas aqui.

Os medos elencados pelos moradores apresentam, em grande medida, relação com a ascensão de uma nova cultura da violência onde há a valorização da agressão gratuita e que configura-se numa das consequências do processo de transformação presente na chamada alta modernidade. Como indica Lia Zanotta Machado (2001, 2004), as sociedades contemporâneas vivem um período de mal-estar característico da alta modernidade onde a expansão do individualismo e do consumismo apresentaram resultados perversos como perda do sentimento de pertença social e solidariedade. Segundo Machado, estamos vivendo um período onde

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

há um excessivo valor do estilo do sujeito exteriorizado e performático que vem acarretando na desconsideração da alteridade enquanto valor. Nesse cenário onde os sujeitos procuram sua auto-exaltação por meio de imagens espetaculares, atos violentos, como assassinatos e espancamentos, não precisam encontrar mais razões além da exibição e afirmação do poder da violência. É a violência pelo prazer de causar dor ou de humilhar.

Tendo consciência da gratuidade da violência, da ausência de um motivo provocador para desencadeá-la, os moradores desenvolvem estratégias de ocupação do espaço e modificam formas tradicionais de interação social no interior das favelas de modo a domesticar o medo e diminuir o perigo de tornarem-se vítimas.

O medo do qual os moradores falam tem sua fonte, como já foi dito, da presença e atuação do tráfico nas favelas. Eles referem-se à relação direta com o tráfico ou das consequências de sua presença. Neste último caso enquadram-se eventos como tiroteios com a polícia ou com quadrilhas rivais, eventos estes que ameaçam a vida de todos que moram nas favelas, traficantes ou não. É sobre este medo que trato na sequência.

Tiroteios e invasões: um novo momento nas favelas

Nas narrativas dos moradores, tal como apontei no capítulo anterior, o passado das favelas como lugar da comunidade, respeito, solidariedade e amizade se opõe ao período marcado, entre outras coisas, pelo medo, desrespeito e egoísmo que sucedeu o período descrito como “tempo da comunidade”. Essa transformação é percebida como parte de um processo que se iniciou durante a década de 1980 e aos poucos foi modificando o cotidiano nas favelas até se chegar aos dias atuais. O elemento desencadeador da transformação foi o fortalecimento da quadrilha de tráfico de drogas no interior das duas favelas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A presença do tráfico foi responsável pela instauração do medo e da insegurança, seja de forma direta com seu domínio local por meio de intimidação e coerção física, seja de forma indireta, em razão dos recorrentes tiroteios entre invasores (interessados nos pontos de venda de drogas) e bandidos locais, ou entre estes últimos e a polícia. Com isso, segundo as falas dos meus interlocutores, as favelas deixaram de ter um ambiente tranquilo tornando-se lugares onde o cotidiano passou a ser cercado de apreensão.

Esse foi um fenômeno que abrangeu a maioria absoluta das favelas cariocas. A consolidação do crime organizado especializado na comercialização de alucinógenos a partir da ocupação de favelas no Rio de Janeiro é um fenômeno que data da década de 1980. Neste período ocorre a internacionalização do tráfico de drogas a partir de relações comerciais estabelecidas entre os cartéis de drogas colombianos com grupos criminosos de diversos países (Soares, 2000; Zaluar, 2000). O acúmulo de capital proporcionado pela modificação da droga comercializada na cidade do Rio de Janeiro coincidiu com a explosão do tráfico internacional de armas de fogo que, a partir do incremento tecnológico em sua produção, teve seu custo barateado, tornando-a acessível aos grupos criminosos (Zaluar, 1994, 1998, 1999, 2000; Leite, 1998; Santo Sé, 1997, 1998; Soares, 2000). Com o incremento dos seus lucros as quadrilhas tiveram condições de acessar o mercado negro internacional em busca de armamentos sofisticados, se fortalecendo e consolidando o domínio territorial em suas áreas de atuação.

De forma resumida, esse processo envolveu incremento da tecnologia de armamento, organização internacional do tráfico de drogas e armamentos e mudança no perfil da droga comercializada e produziu transformações profundas, não apenas no cotidiano dos moradores da cidade do Rio de Janeiro, como, especialmente, entre aqueles que vivem em favelas. Desta forma, o narcotráfico, ao mesmo tempo em que

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

reformulou estruturas globais de poder (Villaveces-Izquierdo, 2000)³⁴, também reformulou práticas sócio-culturais que articulavam a vida no cotidiano das favelas. Aproveitando a ausência do poder público, as quadrilhas passaram a organizar-se e operar de dentro das favelas utilizando-se da coerção e estabelecendo regras próprias de sociabilidade para os demais moradores (Peralva, 2000; Mafrá, 2000; Leeds, 1998).

A partir de então e cada vez de forma mais intensa, as favelas na cidade do Rio de Janeiro foram submetidas aos humores das quadrilhas locais que impuseram sua autoridade por meio do uso ou da possibilidade de uso de violência contra os moradores. Se não bastasse isso, o risco de se tornar vítima de violência se potencializou para esses moradores em razão dos recorrentes confrontos que passaram a ocorrer entre quadrilhas rivais que têm como motivação a disputa por novos pontos de venda de drogas.

Com altos ganhos envolvidos, algumas favelas tornaram-se alvo de cobiça devido à sua localização privilegiada para comercialização entorpecentes. Assim, se já não bastasse conviver com o medo advindo da presença do tráfico na favela, passou-se a temer também que sua comunidade fosse invadida por quadrilhas rivais. Além, claro, do receio de que a polícia provocasse confrontos com a quadrilha local na tentativa de subir as favelas.

Nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho são muitos os casos de confrontos inscritos na memória local e registrados pela imprensa carioca que foram motivados por disputa de ponto de venda de drogas. Alguns casos merecem ser destacados por ajudar a compreender o contexto de recorrentes confrontos aos quais estavam submetidos os moradores das duas favelas antes da chegada do GPAE.

³⁴ Em perspectiva fica claro que o fortalecimento das quadrilhas locais envolvidas com o narcotráfico apresenta-se como um das facetas da intensificação da interdependência presente no sistema mundial (Castells, 1999; Sterling, 1997; Velho, 1994, 2000; Marcus, 1991).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

No mês de janeiro do ano de 1997, mais precisamente no dia 20, traficantes sob o comando de seu líder, identificado pela imprensa como Magno, tentaram invadir a favela do Pavão-Pavãozinho entrando em confronto com a quadrilha local. A imprensa contabilizou como resultado do confronto a morte de dois homens além de outros dois feridos³⁵. Seis meses depois, o jornal O Globo publicou outra notícia relacionada a confrontos entre quadrilhas no Pavão-Pavãozinho. Um homem de 19 anos havia sido assassinado durante confronto entre traficantes rivais na tentativa de invasão da favela do Pavão-Pavãozinho³⁶.

Entre novembro de 1997 e janeiro de 1998, ocorreu outra série de enfrentamentos de grandes proporções e com implicações dramáticas para os moradores das duas favelas. Membros das quadrilhas que comandavam o tráfico de drogas nas favelas da Mangueira e do Jacarezinho, situadas na zona norte da cidade, infligiram sucessivos ataques às duas favelas até que conseguiram ocupá-las. A conquista territorial conseguida pelos invasores não significou fim dos conflitos que perduraram por intermédio da resistência armada que ainda ocupava alguns pontos no interior das favelas, além das incursões de aliados da quadrilha local deslocados de favelas próximas visando a reconquista do território perdido. A polícia que, segundo os moradores, tinha se omitido durante a invasão, depois da conquista das favelas por parte do grupo rival, imprimiu incursões frequentes que resultaram em mais tiroteios.

Para os locais essa série de enfrentamentos compõe um dos episódios mais marcantes da história recente das duas favelas. Como contaram, durante estes dias, muitos moradores recolheram os pertences passíveis de ser transportados e deixaram as favelas. Chegando, inclusive, ao ponto dos traficantes locais percorrerem as favelas anunciando aos demais moradores os dias que ocorreriam os confrontos e sugerindo que abandonassem suas casas.

³⁵ Matéria veiculada pelo jornal O Globo de 22/01/1997.

³⁶ Matéria veiculada pelo jornal O Globo de 9/07/1997.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“... Mas o pior de todos foi o que aconteceu quando um pessoal lá da Mangueira decidiu tomar aqui. Aí não teve jeito! Rapaz vou te dizer... Isso não é vida não. Eles já estavam tentando fazia algum tempo, mas não conseguia subir. Era de vez em vez até que no final do ano, acho que foi 1996, ou foi em 1997? Não, acho que foi em 1997, não faz muito tempo não... Até que eles decidiram que ia subir. Depois que a coisa ficou feia todo mundo foi embora. As pessoas pegavam o que podiam e durante o dia desciam o morro e iam pra casa de parente. Na primeira noite braba mesmo, eu, Ailton e meu outro filho, o Antônio, a gente ficou debaixo da cama por causa do tiro. Eu nunca tinha visto daquele jeito, era muito tiro mesmo, tinha até explosão. Era tiro que vinha de cima e que vinha de baixo. No dia seguinte, o “pessoal” daqui avisou que ia ter de novo. Eles mesmo falaram pra gente ir embora porque o bicho ia pegar. Mas quem ia querer ir embora? Ninguém queria deixar as coisas aqui com medo de ser roubado. Se você abandona a casa pode vir alguém e pegar o que é seu. Bem... aí à noite aconteceu de novo todo aquele tiroteio. No dia seguinte nós três resolvemos ir embora para casa da ex-mulher do Antônio, que mora na Rocinha. Ela deixou a gente ficar lá até as coisas acalmarem.

Mas demorou pra acalmar. Muita gente morreu, muita gente mesmo. Eles quando conseguiram subir pegaram as famílias de quem tinha lutado com eles e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

estupraram, bateram e teve gente que eles até botaram fogo. Não foi fácil não.” (Adalberto, 2001).

Parte das famílias que decidiram permanecer em suas casas, quando avisados da eminência do confronto, desciam as favelas e ocupavam as ruas próximas até que ele cessasse, dormindo, desta forma, nas ruas de Copacabana e Ipanema. Aqueles que decidiram ficar em suas casas, trancavam-se e escondiam-se em baixo de camas torcendo para não terem suas casas invadidas. O importante era que eles não estivessem transitando pela favela durante o confronto. Até porque, por recomendação dos traficantes, todos os acessos às favelas, assim como as ruas no seu interior deveriam estar vazias para que se pudessem identificar seus opositores mais facilmente, como podemos destacar da fala de um dos moradores:

“Não gosto nem de falar nisso. Isso que você tá gravando é pra quê mesmo? Olha pra onde isso vai parar hein!... Quando um pessoal invadiu aqui nesse caso que eu te falei, durante o dia eles avisavam todo mundo pra ir embora ou se trancar dentro de casa. Diziam: quem saísse ia morrer. Eles queriam o lugar vazio pra saber quem era que tava subindo. Eu não queria ir embora porque tinha as minhas coisas, minha televisão, minha geladeira, meu gás, mas também não dava pra ficar. Eu tentei ficar, na primeira noite parecia o fim dos tempos. No outro dia, quando já era quase noite, eles avisaram que ia acontecer novamente e aí eu peguei as crianças e desci. Fiquei lá na Sá Ferreira com uma porção de gente. A comunidade toda desceu e dormiu na Sá Ferreira e nas outras ruas. Sabe, foram os piores dias da minha vida,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

mas fazer o quê, a gente não tem pra onde ir e ninguém dá um fim nisso. Só rezando mesmo.” (Elizabeth, 2001).

Após sucessivos ataques, aqueles que intencionavam invadir as favelas obtiveram sucesso e passaram a ocupá-las. Entretanto, os confrontos tiveram continuidade, agora entre os novos ocupantes e a polícia da cidade do Rio de Janeiro.

Segundo matérias veiculadas por jornais, a continuidade dos confrontos devia-se à dificuldade que a quadrilha recém-chegada enfrentava para vender drogas já que a polícia passara a realizar patrulhas constantes nos acessos às favelas³⁷. Matérias com títulos que aludiam a uma situação de guerra destacavam a situação de medo que os moradores de Copacabana e Ipanema – e não os moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho – estavam submetidos devido aos recorrentes enfrentamentos entre traficantes e a polícia³⁸.

³⁷ No dia 16 de janeiro de 1998 o Jornal do Brasil publicou matéria com o título “Dia de Medo no Front de Ipanema” no qual narra o tiroteio ocorrido na entrada da favela do Cantagalo e suas consequências nefastas para os moradores do bairro citado no título da matéria. Tais como pânico das pessoas que passavam pelo local no momento e carros e prédios perfurados por projéteis. Reproduzo a matéria: *Não parecia uma Quinta-feira comum em Ipanema, bairro charmoso e tranquilo da Zona Sul da cidade. E nem podia. Na véspera, as ruas Barão da torre e Teixeira de Melo – nas proximidades de um acesso ao morro do Cantagalo – serviram de cenário para o maior tiroteio entre policiais e traficantes já visto pelos moradores. Foram duas horas ininterruptas de disparos, dizem alguns, os zunidos das balas vararam a madrugada. No balanço dos estragos, serviram como alvo paredes e prédios*

Ocupando há um ano e meio um apartamento de quarto e sala no número 81 da Teixeira de Melo, Lina de Souza, decidiu dar um basta. Acordou com a ideia fixa de se mudar, abriu os classificados, encontrou o apartamento que queria, visitou o imóvel e hoje leva a documentação para os últimos detalhes. ‘Não aguento mais esta tensão. Este foi o maior barraco dos últimos tempos’, contou Lina, que assustada com o tiroteio, dormiu de Quarta para Quinta-feira em um colchonete no corredor que liga a cozinha ao banheiro. ‘Mesmo não estando na linha de fogo, a gente fica com medo. O jeito é dormir no corredor e ficar sentada no chão encostada na parede’, acrescentou.” (Jornal Do Brasil 16/01/1998).

³⁸ Jornal do Brasil 21/01/1998 sob o título de Invasão Atiça a Violência. “A tensão no Morro do Cantagalo, em Ipanema, começou há dois meses, quando traficantes da Mangueira (Zona Norte) ocuparam a favela da Zona Sul. Interessados na boca-de-fumo em local privilegiado, os bandidos não pensavam, no entanto, que a polícia iria manter, dia e noite, uma operação asfíxia no comércio de droga para impedir o acesso dos viciados. O tráfico, sob o comando dos bandidos da Mangueira e Jacarezinho, também tem a sua estratégia para expulsar a polícia da área: agredir e amedrontar os PMs que fazem o controle dos acessos à favela. O primeiro incidente aconteceu há três semanas, quando um PM do patrulhamento em frente à escada da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Também os anos de 1998, 1999 e 2000, nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, foram marcados por enfretamentos. Durante estes anos os jornais da cidade deram espaço a inúmeros conflitos entre traficantes pela disputa dos pontos de venda de drogas ou entre os traficantes locais e a polícia, tal como o ocorrido no dia 13 de junho de 1998, quando em incursão à favela do Pavão-Pavãozinho a polícia militar apreendeu drogas e armas (O Globo, 16/06/1998). Ou como o ocorrido no dia 10 de janeiro de 1999, confronto que vitimou um homem e deixou outros dois feridos (O Globo, 10/01/1999). Ou ainda o ocorrido em março de 2000, quando policiais militares, ao se tornarem, supostamente, alvo dos traficantes locais quando da realização de uma patrulha, responderam ao ataque que teve como consequência a morte de cinco homens (Cardoso, 2005).

Os vários episódios expostos aqui nos permitem visualizar a distinção que os moradores procuram sublinhar em suas falas entre o que era morar nas favelas no passado e durante este período. Se antes, segundo sugerem, o sossego fazia parte da

Rua Teixeira de Melo foi baleado por um bandido que o seguiu até a rua Visconde de Pirajá. No Sábado, foi a vez de uma patrulha da PM ser alvejada com 11 tiros de fuzil de uma sentinela do tráfico na entrada do morro, na mesma rua. O cerco aumentou há um mês, quando o comando da PM decidiu que três vezes ao dia policiais do 23º BPM e do 19º BPM fariam incursões relâmpago na favela. O resultado, além de prejudicar o movimento financeiro do tráfico, foi aumentar a violência dos traficantes no morro e nas ruas próximas.” (Jornal do Brasil 21/01/1998b). Em outra matéria ... Título: Quadrilha que tomou o morro é do Jacarezinho. Subtítulo: Guerra pelo controle do tráfico começou com a chegada de um 'bonde'.

“Lambari, Ceará, Cavalo e Robinho da 45. Apesar de o “quartel general” deles ficar a cerca de 20 quilômetros do Morro do Cantagalo, em Ipanema, os quatro chefões do tráfico na Favela do Jacarezinho, na Zona Norte, estão por trás da guerra pelo controle das bocas-de-fumo no morro da Zona Sul. A briga pela hegemonia no complexo Cantagalo-Pavão-Pavãozinho começou há dois meses, quando um "bonde" (comboio de carros com bandidos) do Jacarezinho invadiu o Cantagalo, expulsando os remanescentes do bando do traficante Piu, que deixara o morro em julho passado.

Aliados à quadrilha do Morro da Mangueira - hoje chefiada pela dupla Zé Renato e Quinho - os bandidos do Jacarezinho só não contavam com a reação da PM, que passou a ocupar locais de acesso ao morro para dificultar a venda de drogas. Revoltados com os cercos do 19º BPM (Copacabana) e do 23º BPM (Leblon), batizados de Operação Asfixia, os traficantes decidiram contra-atacar, atirando contra PMs que passam pelas entradas daqueles morros” (Jornal O Globo 22/01/1998 a).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

vida cotidiana, posteriormente, com a modificação deste cenário, a intranquilidade, o receio e postura de alerta tornaram-se elementos permanentes deste cotidiano.

A presença do tráfico provocou uma reestruturação no padrão de socialidade e de ocupação dos espaços no interior das duas favelas. Com a coerção exercida a partir da utilização de violência física ou da possibilidade de sua utilização, e, somando-se a isso, o risco de ser vitimado durante os tiroteios, o viver em uma das favelas ganhou contornos ainda mais perversos. Desta forma, a partir da década de 1980, a entrada e consolidação do poder territorial das redes do tráfico de drogas deram lugar aos assassinatos por execução e às mortes resultantes de tiroteios entre gangues e entre a polícia e as gangues. Assim, estas localidades se transformaram em ambiente de insegurança, medo e desrespeito. A partir de então a forma como os espaços no interior das favelas eram utilizados se modificou e os moradores tiveram que se adaptar a isso:

“Quando meus filhos eram crianças ainda era diferente. Não tem tanto tempo assim, mas era outra coisa. Eles brincavam despreocupados. Tinha o perigo do lugar, sabe? Tinha mato, lixo. Não tinha muito espaço desses pra criança mesmo. Mas pobre dá um jeito e pra criança tudo é festa. Eu não ficava muito preocupado porque tava aqui e se eu não tivesse de olho algum vizinho estava. Não tinha muito erro. Com meus netos já mudou tudo. Tem que tá sempre ligado. Eles brincam, jogam bola, ficam soltos por aí. Mas eu fico preocupado porque não tem hora pra tiroteio. Até tem. Acontece mais à noite. Mas se a polícia cismar, é qualquer hora. E aí não interessa se você é do movimento. A polícia chega atirando e quem tiver no caminho que se vire. Eu mesmo

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

já disse pra eles pra brincar mas pra ficar ligado, prestando atenção pra não ser pego de surpresa.”

Como os próprios moradores argumentam, com a presença do tráfico nas favelas os demais moradores não deixaram de transitar, frequentar bares, se reunir na porta de suas casas, nem tampouco as crianças deixaram de correr por suas estreitas passagens, nem pararam de jogar bola ou brincar de pique. Todavia, a ocupação do espaço, o trânsito e o lazer tiveram que se adaptar a uma realidade à qual os moradores não estavam habituados. A partir de então, tiroteios, tentativas de invasão, ações policiais passaram a compor o repertório do que implicava viver numa das favelas.

No período anterior às décadas de 1980 e 1990, abandonar suas casas e ter que dormir em casas de parentes, correr ou se esconder para não ser pego no meio de um tiroteio, ou ter que se esconder debaixo da cama quando ele se inicia, não fazia parte do cotidiano do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo:

“Isso aqui já foi tranquilo. As confusões que tinham era coisa de vizinho ou briga de malandro. Agora é brabo. Você aí todo mundo na rua. Mas aqui todo mundo é curtido. A gente aprende a sentir o cheiro da merda que tá pra acontecer. Aí todo mundo vaza. Quem é que não tem medo de morrer? E de bobeira por causa da treta dos outros. Eu tenho medo. Sempre fico ligado quando tô subindo a ladeira pra não ser pego no meio do caminho.”

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O receio em transitar em espaços públicos devido ao medo de tornar-se vítima de agressões e alvo de outras modalidades de crimes é um das consequências mais palpáveis da sensação de insegurança relacionada à criminalidade. O resultado disto pode refletir numa conduta que busque evitar transitar nestes espaços e a modificação no caráter das relações sociais entre as pessoas (Eckert, 2007). E este é o caso nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho, onde os moradores desenvolveram sensibilidades e estratégias para garantir sua integridade física. Perceber quando a favela “está quieta demais”, quando a movimentação dos traficantes se modifica, evitar permanecer em certos ambientes que representam perigo são algumas das habilidades e estratégias incorporadas por eles para lidar com o ambiente de incerteza e insegurança.

Mas como lidar com medo se não é possível erguer muros e contratar equipamentos de segurança ou se não é possível deixar de transitar por determinados lugares? Este o caso dos moradores do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho. Manter-se atento, desenvolver sensibilidade para perceber se há uma situação de perigo eminente, se divertir com amigos nos bares ou jogando bola ao mesmo tempo em que se está atento à movimentação das pessoas, passam a compor as habilidades de quem morra nas localidades.

Trata-se do desenvolvimento entre os moradores das favelas, do que chamo de uma “*sensitividade territorial ao perigo iminente*”, tal como pude interpretar a partir das falas e atos dos meus interlocutores. Muito distante das formas de reação ao sentimento de insegurança e de medo presentes em várias formas de “*retração do uso do espaço*”, com efeito na “*separação territorial*” tal como analisado por Bauman relativamente às classes médias. Os moradores das favelas continuam a utilizar espaços de bares, de lazer e de comércio, que sabem ser perigosos, mas se obrigam a interpretar constantemente a mudança nas formas de movimentação das pessoas, buscando prever um perigo iminente.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Em seus trabalhos, Bauman (1997), sugere que, como resultado do medo de tornar-se vítima de violência, os indivíduos têm modificado o espaço urbano e a forma de se relacionar dentro dele gerando um rompimento nas formas tradicionais de sociabilidade. Com o medo de ser tornar vítima da criminalidade violenta, o que tem se visto é uma retração das pessoas no que se refere ao trânsito em determinadas áreas representadas como perigosas, o enclausuramento dentro de casa e os altos investimentos em segurança privada. As sensações de medo e insegurança (Bauman, 1999a), desencadearam estratégias que promoveram a separação territorial buscando evitar o contato entre diferentes segmentos da sociedade. Desta forma, Bauman aponta a tendência da criação de guetos voluntários (2003) onde a classe média opta pelo isolamento em áreas restritas com forte aparato proveniente dos serviços de segurança privada.

Esse fenômeno não é estranho às grandes cidades brasileiras. A busca por residências em condomínios particulares, o fechamento de ruas com grades e guaritas em diversos bairros da cidade, tal como Tereza Caldeira apontou em seu trabalho na cidade de São Paulo (2000), alimentam sentimentos de intolerância produzindo segregação ao mesmo tempo em que estimulam a paranoia dos habitantes da cidade. Assim, aqueles que possuem meios financeiros para tal, investem quantias consideráveis em segurança privada, seja na contratação de pessoal ou em compra de equipamentos de vigilância com o objetivo de manter os estranhos potencialmente perigosos distantes (Cano 1997; Paixão; 1991; Eckert, 2007). Desta forma, se mantém o “perigo” do lado de fora dos muros.

No que concerne à ocupação de áreas públicas o sentimento de medo resultante de uma sensação de insegurança relaciona-se diretamente com a percepção de falta de controle destes espaços. O medo da violência induz ao afastamento de localidades que são representadas como espaços onde a possibilidade de ser vitimado é alta (Rosenbaum, 2002). Ao mesmo tempo a ocupação

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

intensa de áreas por parte de determinado grupo social que, segundo a percepção da população, representa algum tipo de perigo, é responsável pela resignificação deste espaço como sendo um “local perigoso” e que deve ser evitado em razão de sua associação com a marginalidade e ao crime. Esse processo ocorre independente da pertença socioeconômica da população como demonstra o trabalho de Marcos Alvito, em seu estudo sobre a favela de Acari (2001) e, Márcia Leite (2001), com sua pesquisa com os moradores de classe média do bairro do Grajaú. Ambos os estudos demonstram que aqueles que habitam áreas próximas a pontos representados como perigosos ou pertencentes à criminalidade são, dentro da possibilidade de cada um, evitados.

Entendo que, além das similaridades da reação ao medo das classes médias e das populações faveladas, é necessário mostrar a profunda diferença nas condições de possibilidade, entre os moradores das favelas, de evitar, de maneira permanente, os locais considerados perigosos. Desta maneira, como minha etnografia permitiu apontar, entre os moradores das favelas se desenvolve a “sensitividade ao perigo iminente”: a atenção contínua às movimentações das pessoas que possam indicar perigo iminente. O medo não se relaciona apenas à sensação de insegurança, mas à sensação de perigo iminente devido à constância dos atos de violência nos espaços das favelas derivados dos conflitos de poder territorial do tráfico e de sua repressão.

Do que se tem Medo: relações com o tráfico

Neste cenário não é por acaso que o medo aparece como uma categoria fundamental com a qual os moradores das duas favelas elaboram seus discursos e organizam suas vidas. Como destaquei no capítulo anterior, ao compararem épocas, os moradores marcam como características distintivas entre elas, um período marcado pela amizade e outro marcado pelo medo. Se, por um lado, amizade tem um significado plural, diretamente relacionado ao contexto no qual está sendo acionado, o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

medo, por sua vez, é indissociável à presença das quadrilhas de tráfico de drogas, na forma que este se organizou a partir da década de 1980.

Se por um lado há o receio de ser surpreendido no meio de troca de tiros, por outro, há o medo das consequências da relação direta entre traficantes e demais moradores. Neste caso, trata-se do temor de que, por um motivo qualquer, os membros da quadrilha elejam o sujeito como antagonista, alguém que atrapalhe o funcionamento do comércio de entorpecentes ou represente uma ameaça à hierarquia, tornando-se assim um alvo potencial dos traficantes sujeitos a represálias físicas de diversas ordens.

“... A gente acorda com medo e dorme com medo. Não tem pra onde correr porque a gente mora no meio do rolo. E quem tá aqui é porque precisa, porque não tem outro lugar para morar que seja bom, perto do trabalho e que não seja lá no fim do mundo. Então tem que se acostumar. Qualquer hora você pode levar um tiro e morrer e nem saber que morreu (risos). É verdade! E pode vir de qualquer lado. Pode ser da polícia quando vem pegar a corrupção deles. Pode ser no meio de um tiroteio. Ou pode ser só por esporte. Se por diversão desses daí (traficantes). Vai que um deles cisma com você? Acontece. Não pense você que porque eles moram aqui eles respeitam a gente. Se um deles cismar ou você fica e morre ou você foge correndo e deixa tudo seu. Para viver aqui tem rezar para eles gostarem da sua cara, para polícia não cismar com você, para não ser pego no meio do tiroteio. Só Jesus na causa.”

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O medo do qual fala Renato (e que é apenas um exemplo dentre tantos outros depoimentos) é desencadeado por um perigo concreto e que pertence ao cotidiano de todos os moradores. Não é um medo difuso, alimentado pelos órgãos midiáticos e, sim, um sentimento que se justifica a partir da experiência de vivenciar recorrentemente as consequências da presença do tráfico.

Estratégias para convivência são estabelecidas buscando ao máximo não se envolver com questões que possam gerar divergências com os interesses comerciais ou estratégicos dos membros do movimento. Desta forma, por vezes, os moradores põem em prática condutas que indicam seu desejo de passar despercebido ou ao menos não ser percebido como um causador de problemas para os traficantes. Com isso desejam viver suas vidas, descerem o morro para trabalhar, voltar do trabalho, visitar amigos dentro das favelas, sem que com isso tenham que estabelecer relações mais profundas do que cumprimentar os traficantes quando passam pela boca de fumo ou quando se cruzam pelo interior das favelas.

Por outro lado, e paradoxalmente, pode ser perigoso se manter indiferente à presença dos traficantes. Ser um desconhecido, neste caso, pode representar não ter a quem recorrer em caso de desentendimento com algum membro da quadrilha. Fica-se exposto. Então busca-se certa proximidade segura que permita ser conhecido e “considerado” pelo tráfico sem que, com isso, se estabeleça uma relação de intimidade com eles.

“...Aqui é assim. O sujeito é obrigado a ser esperto. A vida te obriga a ser sagaz que nem aquela música do Zeca. Camarão que dorme a onda leva. Já escutou? Então, é isso mesmo. Isso quer dizer que não pode ficar de boabeira. Tem que ser político. Eu falo com todo mundo, aperto a mão pergunto como tá a família e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sigo meu caminho. Assim eu evito qualquer confusão pro meu lado. Se um dia eu precisar de um deles é só falar de boa e aí, quem sabe, eles possam resolver a treta” (Borges).

Seja qual das duas estratégias se adote - tentar se passar por invisível ou por amigo - ambas representam respostas, soluções, diante da preocupação de se tornar um alvo de implicância por parte dos traficantes. Ainda que a vida nas favelas aconteça para além da quadrilha que ocupa o local, que as pessoas trabalhem, durmam, bebam em bares e conversem em frente à porta de suas casas, os moradores não ignoram o fato de que a presença da quadrilha local exige adequação de sua forma de viver na favela.

E é o medo de ser tornar uma vítima do crime organizado que motiva a avaliação da melhor forma de se portar dentro da favela. Com isso, mesmo que não se possa eliminar a preocupação e o sentimento de medo do qual falam, podem ao menos tentar diminuí-lo ou controlá-lo. Já que, na maioria das vezes, não há outra opção que não a de morar em um local que tenha a presença do tráfico.

Todavia, “ser esperto” tornando-se amigo de um traficante, ou fingindo ser um, ou tentar passar despercebido não significa que se terá sucesso. Seja qual for a conduta escolhida, ela não anula a possibilidade de, por um motivo alheio à sua vontade, o sujeito ou uma família entrar no “radar” dos traficantes tornando-se alvo de violência física ou moral.

Um exemplo disso foi o “concurso” que houve no Pavão-Pavãozinho para escolher a namorada do chefe do tráfico local. Tomei conhecimento deste acontecimento por quatro pessoas. Três mulheres de uma mesma família e Renato. O que descrevo na sequência foi contato por este último e, posteriormente, confirmado pelas outras três pessoas. Na segunda metade da década de 1990, o chefe da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

quadrilha local, de dentro do presídio, decidiu que precisava de novas companheiras, apesar de, naquele momento, já ter duas mulheres. Pois bem, a partir disto seus subordinados fizeram chegar ao conhecimento dos moradores das duas favelas que novas amantes seriam escolhidas e que, para tal, as jovens deveriam entregar a eles fotos trajando biquínis. Aquelas que caíssem no gosto do líder seriam posteriormente informadas e, a partir de então, frequentariam o presídio em dias de visita íntima.

O acesso a bens materiais, tais como roupas de marca, tênis, eletrodomésticos, além do status local que a posição garantia fazia com que a possibilidade de se tornar amante de alguém tão importante fosse percebida como uma oportunidade para algumas mulheres. Desta forma, segundo Renato, não faltaram candidatas interessadas na possibilidade de se transformar em mulher do chefe do tráfico.

Por outro lado, outras tantas jovens moradoras, ao saberem do concurso, declinaram do convite por não ter interesse em envolver-se com traficantes. É justamente o drama vivido pela família de uma adolescente que se recusou a enviar sua foto que Renato descreveu.

Ainda nos primeiros dias, enquanto os traficantes faziam circular a informação sobre o “concurso”, uma adolescente de aproximadamente 16 anos foi abordada por traficantes que costumavam cuidar do ponto de venda de drogas próximo à sua casa. Eles avisaram-na do que estava acontecendo e sugeriram que ela tirasse uma foto sua com biquíni e entregasse a eles. Patrícia morava numa casa com um irmão mais novo e seus pais, ambos vindos do interior do Ceará. Sua mãe era dona de casa e seu pai trabalhava como padeiro no centro da cidade do Rio.

A jovem ignorou “concurso” e manteve sua rotina que consistia em estudar pela manhã e trabalhar em uma loja de roupas situada na Rua Nossa Senhora de Copacabana durante à tarde. Para Renato a jovem era “vistosa” e chamava a atenção

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de todos na favela, tendo “rosto e corpo de atriz de novela”. Outra característica que carregava era a de não frequentar bares e bailes, limitando-se a visitar as casas de amigas quando estava na favela.

Digo quando estava na favela, pois passava boa parte do dia fora do Pavão-Pavãozinho. Partia para a escola pela manhã, por volta das 6 horas e 30 minutos. Após as aulas, retornava à sua casa para almoçar junto com sua mãe. Antes das 2 horas da tarde já havia descido o morro e se dirigido à loja, onde trabalha como vendedora. Aos Sábados a rotina consistia em ir para a loja às 10:00 horas da manhã voltando para casa às 18:00 horas.

Em suas horas vagas ela frequentava ambientes fora das duas favelas. Desta forma, a favela do Pavão-Pavãozinho, para Patrícia, era um local onde dormia e compartilhava a companhia dos familiares e poucos amigos. Enquanto morava na favela, ela nunca havia se interessado por membros da quadrilha. Na verdade, evitava-os, nunca tendo namorado um destes rapazes. Desta forma, a possibilidade de tornar-se uma das mulheres de um traficante não suscitou seu interesse.

Sua recusa em providenciar as fotos e seu desinteresse em ser mulher de traficante não foi bem aceita. Depois do primeiro convite feito a ela outros tantos se seguiram até que o convite transformou-se em recomendação. Avisaram-na que “seria melhor para ela” que enviasse as fotos, pois o líder da quadrilha havia tomado conhecimento da sua recusa ao mesmo tempo em que tinha se interessado em ver suas fotos, já que seus subordinados haviam lhe falado da sua beleza.

A recomendação recebeu por parte dela o mesmo tratamento dado ao convite. Foi ignorado. A persistência na recusa provocou interpelações mais invasivas por parte dos traficantes. Passaram então a provocá-la com frases ofensivas e, em seguida, passaram a cercá-la, intimidando-a, quando chegava do trabalho ou se

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

encaminhava para escola. Como a decisão de Patrícia não se modificou após estas abordagens, ela e sua família tornaram-se alvo de ameaça de morte.

Até que em um determinado dia, eles foram avisados que tinham 24 horas para pegar seus pertences e partir da favela. Após este prazo, nenhum deles deveria reaparecer no Pavão-Pavãozinho, nem para pegar o que ficara para trás nem para visitar vizinhos e amigos, sob risco de serem assassinados. O argumento - se é que na posição e com a postura que costumam adotar em sua ocupação na favela argumentos que fundamentam suas decisões são necessários - foi que se Patrícia era “boa demais para enviar a foto, ela era boa demais para morar na favela”. Ou seja, se ela se considerava especial o suficiente para recusar um namoro com o chefe do tráfico local, morar no Pavão-Pavãozinho também não seria condizente com sua importância. O resultado desta história foi a fuga da família que, levando tudo o que havia acumulado durante a vida, se viu obrigada a abandonar sua casa e o morro onde havia morado durante várias décadas.

Essa história exemplifica bem uma das fontes do medo que cerca o viver em favela. É o temor de ser tornar “alvo de implicância” por parte dos traficantes. Os motivos que desencadeiam a implicância são variados e incluem, além de casos como o relatado acima, casos de cismas pessoais de infância, desejo de desapropriar moradores para tomar para si imóveis, desavenças em bares ou simplesmente ser “pego para Cristo”. Ser pego para Cristo significa tornar-se alvo da implicância dos traficantes simplesmente porque este sujeito tornou-se violento devido ao consumo de entorpecentes. E, sob o feito da droga, imaginam ser desafiados por um dos moradores ou simplesmente desejam exercer seu poder local vitimando pessoas aleatoriamente.

“É bom você nem olhar muito. Porque mesmo que ele seja amigo, se tá doido não tem jeito. O cara tá

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

trincado e pode cismar que você olhou torto pra ele. Aí não tem jeito. Se ele não fizer nada na hora, às vezes, depois esquece. Mas também tem vez que o cara fica com aquilo na cabeça. Acha que tu tirou onda com ele e vai querer tirar o prejuízo. Aí tem que sumir por um tempo até o diabo sair do corpo dele.” (Cláudia, moradora do Cantagalo).

Também se teme ser confundido com colaborador da polícia, os popularmente chamados x-9s. Ser considerado x-9 implica, necessariamente, em uma sentença de morte precedida por práticas de torturas que consistem em espancamento, queimadura e mutilação daqueles que são capturados. Deste modo, um dos motivos pelo qual a maioria dos moradores evita estabelecer contato ou relação com agentes policiais é medo de ser considerado informante³⁹.

Outro medo que surgiu no discurso de alguns moradores é o provocado pela adesão ou possibilidade de adesão de filhos ou parentes na quadrilha local. O caso de Janaína, senhora moradora do Pavão-Pavãozinho há mais de 30 anos e mãe de três filhos.

Quando fui apresentado a esta senhora, durante o ano de 2001, dois dos seus filhos integravam a quadrilha local. Esses dois jovens haviam acabado de participar da execução de seu primo, também morador do Pavão-Pavãozinho, que estava jurado de morte em razão de sua dívida com o movimento.

Quando consegui entrevistá-la havia se passado, aproximadamente, quatro meses da morte de Marcos, seu sobrinho. Durante nossa conversa ficou evidente que o fato de seus filhos pertencerem à quadrilha local era motivo de preocupação para esta senhora e que boa parte das crises nervosas que a acometiam naquele período

³⁹ Junto com a desconfiança permanente que se tem destes agentes.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

tinha relação com isto. O seu medo não era resultado apenas de preocupação de mãe que sabe dos riscos que envolvem de serem traficantes. Risco de ser baleado em confronto com policiais ou com grupos rivais. Certamente essa era uma de suas preocupações e temia pelo dia que saberia por intermédio de vizinhos que um ou até mesmo os dois filhos estavam mortos e seus corpos estariam largados em um dos acessos à favela.

Mas isto não era o que provocava, naquele momento, suas crises de pânico. Duas possibilidades lhe causavam temor. Uma era que seu filho mais novo, em 2001 com 10 anos, seguisse os passos dos irmãos e aderisse ao tráfico. A outra era tornar-se alvo de represália da quadrilha local por causa de desvios dos seus dois filhos mais velhos.

Devido ao medo de que seu filho caçula se sentisse interessado em fazer parte da quadrilha local, Janaína procurava preencher o tempo do filho com atividades para que ele passasse pouco tempo ocioso no interior da favela. Para isso, além do colégio, havia inscrito Alexandre no futebol de areia e vôlei de praia, atividades esportivas oferecidas por projetos sociais nas areias de Copacabana. Além disso, também havia matriculado Alexandre no curso de capoeira oferecido por uma ONG na favela do Cantagalo. Com o seu dia quase todo ocupado por atividades extracurriculares Janaína esperava que Alexandre não sofresse a influência de ter, em sua casa, dois irmãos traficantes.

Ela demonstrava certeza sobre o que aguardava o futuro dos seus outros filhos. Morte. Seja na mão da polícia, de traficantes rivais ou até mesmo de seus amigos. Ela contou que já havia sofrido muito, perdido muitas noites de sono, rezado, pensado em se mudar da favela em desespero pela escolha dos filhos mais velhos e que não teria estrutura psicológica para passar por tudo novamente. Infelizmente, para Janaína, seus esforços para afastar Alexandre da quadrilha não surtiram o efeito

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

desejado e em 2005, quando da minha volta às favelas, o rapaz, agora um adolescente, havia seguido os passos dos irmãos e tornara-se um de seus membros. Um dos medos de Janaína, motivo de sua ansiedade cotidiana, havia se concretizado.

Ou outro provocador de ansiedade em Janaína era o temor de que seus filhos mais velhos cometessem alguma espécie de falta para com a quadrilha local e que ela e seu marido arcassem com as consequências. Histórias como esta, onde todos da família pagam pelos erros de um único indivíduo não eram raras. E no caso de Janaína, tal enredo compunha, de fato, parte da história familiar.

Como mencionei anteriormente, seus dois filhos participaram do assassinato de Marcos, sobrinho dela. A história de Marco inclui uma adesão retardada ao tráfico – visto que o adolescente já tinha 16 anos quando entrou para a quadrilha – dependência química em um período menor do que um ano, dívida devido à dependência, prisão em órgãos para menores infratores, fugas e, por fim, execução.

Como me contou a mãe de Marcos, dona Ângela, em história posteriormente confirmada por Janaína, após adquirir dívida com o tráfico pelo consumo de cocaína, o adolescente passou a cometer furtos na tentativa de juntar o valor necessário para saldar sua dívida. Todavia, o valor adquirido por meio de furtos era sempre insuficiente para cobrir a dívida que crescia por conta de seu consumo. Em razão de furtos mal sucedidos Marcos havia sido preso por três vezes. Da última vez, conseguindo fugir do órgão prisional e, como sua situação com a quadrilha apresentava-se deteriorada, ele se escondeu em uma clínica de desintoxicação conseguida com a ajuda da comunidade católica local. Porém, sabendo da fuga de Marcos o chefe do tráfico decidiu que, se o rapaz não se entregasse à quadrilha, sua mãe e suas duas irmãs, também moradoras do Pavão-Pavãozinho, seriam executadas em seu lugar. Diante disto, Marcos retorna à favela onde foi torturado e executado por seus antigos colegas, entre eles seus dois primos.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Com o ocorrido, além de dona Ângela, que estava em tratamento psiquiátrico em razão do quadro de depressão quando da minha presença durante o ano de 2001 na favela, Janaína, sua irmã, mãe de dois dos executores, também se encontrava perturbada. Ela se sentia envergonhada e com medo. Medo que em um futuro próximo ela pudesse encontrar-se numa situação semelhante à de sua irmã. Sendo ameaçada de morte ou tendo que abandonar sua casa na favela e seu trabalho de doméstica em um apartamento de Copacabana para que não fosse assassinada por conta das dívidas ou erros de seus filhos. Temia que um dia, sem aviso, invadissem sua casa ou o bar que pertencia a seu marido e os torturassem ou que tomassem seu filho mais novo como refém até que uma dívida fosse quitada.

O caso da família de Patrícia ou os medos expostos por Janaína indicam em que medida a situação dos moradores envolve sensação de vulnerabilidade. Basicamente tem-se medo de morrer, ser torturado e de perder bens, que foram necessários anos de trabalho para juntá-los, tais como a casa.

Segundo os locais, esse medo retrai os moradores, desmotiva e desestrutura organizações comunitárias tradicionais. Com o desnivelamento nas relações entre os envolvidos no crime organizado e os não envolvidos, estes últimos temem as consequências do caráter instável que rege esta relação e que pode transformar a vida de um sujeito de uma hora para outra. Porém não há muito que fazer com esse sentimento a não ser controlá-lo a partir de estratégias de conduta que minimizem os riscos tornando-o tolerável. Todavia, tornar o sentimento tolerável ou se acostumar com as implicações de se dividir o espaço com o tráfico não significa anulá-lo.

A percepção de vulnerabilidade, incerteza e a sensação de medo que ela desencadeia imprimiram modificações profundas no cotidiano das favelas. O ambiente regido pelo medo representa uma ruptura como a antiga maneira de se relacionar com o espaço e de interação entre os vizinhos que havia nas favelas. Meus interlocutores

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

não perdem a oportunidade de sublinhar o contraste entre um ambiente descontraído, integrado e com fortes laços associativos e outro que é regido pela insegurança e medo. Por inúmeras vezes essa estratégia discursiva foi acionada e o passado com “suas qualidades” surgia reforçando o da percepção negativa sobre o presente.

Esse contraste é feito, no caso do medo, justamente para reforçar a ausência de uma noção importante que se fazia constitutiva das relações sociais do presente. Falar de medo provocado pela presença do tráfico e de suas consequências para o cotidiano das favelas é falar da ausência de sentimentos de amizade que informavam os gestos e as relações sociais no passado.

A oposição entre amizade e medo pode causar problemas de sentido caso não se leve em consideração qual a relação estabelecida entre a prevalência da noção de amizade e seu impacto no ambiente e nas relações sociais. Ao falar que amizade representava um forte valor no passado das favelas, os moradores estão falando da relação de vínculo afetivo difundindo no período que gerava comprometimento entre os moradores. Mas não é apenas isso. O que não está tão óbvio é a relação entre representação desta noção e as descrições que se vinculam a ela ressaltando um ambiente de descontração e de liberdade.

“Aqui era todo mundo próximo porque a gente crescia todo mundo junto, né. Nossa, como eu tenho saudade daquela época. Todo mundo se dava bem e o que tinha de desentendimento era de um dia e, no outro, já estava resolvido. Todo mundo se conhecia. Uma coisa de saber quem mesmo que é, todo mundo conhecia a família de todo mundo e isso dava uma tranquilidade porque como não tinha ninguém que não fosse conhecido a gente ficava numa boa. A criançada toda amiga, os

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

adultos eram tudo compadre e comadre. Não tinha erro. Não tinha essa coisa que tem hoje de ficar de olho no movimento pra saber se tranquilo. Não tinha essa tensão, essa tranquilidade falsa que qualquer hora explode. O clima era outro. Quando se tá no meio de amigo a gente fica relaxado, não é verdade?! É porque você não é daqui, então não percebe. Tá todo mundo aí fora, no bar, a criançada brincando, mas com olho aberto. Quando eu era moleque não era assim, era muito sossegado. Ficava no morro tranquilinho, sem preocupação nenhuma porque muito raramente acontecia alguma coisa grave. Brincava de pique aqui que perdia a hora. Depois ia tomar um refrigerante, qualquer coisa e pronto, sem problema sem medo de tiroteio (Macedo, Cantagalo, 2007).

O depoimento de Macedo sugere essa conexão entre a amizade e a utilização do espaço de forma descontraída. Amizade funcionava como um tipo de clima ou ambiente que permitia aos moradores se relacionar com o espaço físico e com as pessoas, e não apenas uma modalidade de interação restrita a grupos fechados. Ao afirmar que *“quando se está no meio de amigo a gente fica relaxado”* Macedo vincula a relação próxima entre todos na favela vivenciada por ele e um sentimento de segurança presente na época. E, continuando sua linha de raciocínio, esse senhor opõe esse clima de amizade do passado com a necessidade de se desenvolver uma postura de alerta e atenção que o ambiente tenso da favela impõe hoje dia. Neste contexto faz sentido que amizade não se oponha à inimizade e, sim, à medo, pois o que está em questão não é o sentimento em si, mas sim o ambiente que a noção de amizade proporcionava.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O outro sentido ao qual a noção de amizade corresponde é o de liberdade. Existe uma relação próxima entre descontração e liberdade, posto que esta última também vincula-se à percepção da segurança na utilização do espaço. Todavia, é quando a noção de amizade se vincula a práticas como “dizer a verdade” ou “dar ideia” que a sua vinculação com liberdade faz mais sentido.

Se, para os moradores, o sentimento de medo se opõe ao de amizade é porque na concepção local o que diferencia um do outro é a liberdade de “dar ideia”. Em relações reguladas pelo sentimento de amizade, imaginam, tem-se a liberdade de dar conselhos, discutir francamente e confrontar ideias. O oposto acontece em relações mediadas por sentimento de medo. Neste caso, falar, expressar opinião ou dar uma ideia pode desencadear intimidações e agressões físicas e, como as relações dentro das favelas encontram-se desniveladas pela possibilidade de coerção dos traficantes, o melhor a se fazer é não correr o risco. Sobretudo se levarmos em consideração as falas dos moradores sobre a possibilidade real de tornarem-se alvos de violência gratuita. Como suas falas indicam, a agressão e humilhação não fazem parte apenas de um processo disciplinador que, no caso das favelas, visa reforçar cotidianamente o poder dos traficantes sobre os demais moradores. Agora ela pode ser desencadeada sem que haja motivadores além do simples desejo dos traficantes em causar constrangimento e dor. Desta forma, o melhor a fazer é se calar, como fica claro na fala de Renato:

“Já tive muito amigo de infância que morreu ou está preso. Era uma turma. Íamos pra praia, pra balada. Nessa quadra aí, a gente jogava bola todos os dias. Só que a vida leva cada um pra um lado. Aí não tem jeito porque se afasta mesmo. Tem outros interesses faz outras amizades e aquele elo forte que tinha vai sumindo. Bem no começo a gente ainda falava: não se mete nisso.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Ou então tentava fazer o cara voltar, chamando pra ir para balada fora da favela, ou pra ir pra praia. Mas não tem jeito, quando entra nessa onda você acaba sendo puxado mais pro fundo. Aí não tem jeito porque o cara não sai mais. Ele pode até continuar meio amigo. Sabe?! Te cumprimenta, cumprimenta seus pais. Mas não se mete na vida dele porque aí o couro come. Eu sei bem porque meus amigos de infância se tornaram barra pesada aqui. Não tem mais nenhum, mas quando eles estavam aqui eu não me metia na vida deles (2007).”

A experiência de seu Antônio, morador do Pavão-Pavãozinho caracteriza bem o que procuro demonstrar:

“Eu não vou falar o nome do ‘santo’ mas posso te contar o que me aconteceu. Eu fui criado com um amigo desde que éramos moleques. A gente era do mesmo time [futebol] daqui da quadra, íamos sempre à praia depois do colégio. Vivíamos juntos. depois cada um casou e continuamos jogando bola juntos e tudo mais. O filho dele, eu praticamente fui um segundo pai. Vivia aqui em casa brincando com meu filho. Depois por essas coisas que acontecem esse menino foi para o outro lado [quadrilha local] e mudou totalmente. De um menino educado virou um sujeito perigoso. O pai dele até se afastou de todo mundo por vergonha. Esse garoto que eu cuidava, dava presente e tinha muito carinho virou uma das piores pessoas daqui porque se meteu com gente da pesada. Então um dia eu decidi ir falar com ele, dizer que

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

o pai dele tava muito triste que vi crescer e que ele não era para aquilo. Ele tava muito doido, acho. Ele disse assim: tio, o negócio é o seguinte. Eu já matei muita gente só porque me olhou torto. Se alguém falá comigo assim eu mato logo. Mas você é gente boa e então eu vou te dar uma chance de ir embora. Porque esse papo tá me deixando puto. Então não se mete na minha vida e vira de costas e vai embora antes que eu mude de ideia.” (Antônio, Pavão-Pavãozinho, 2007).

A partir da fala dos moradores, o que fica claro é que a possibilidade de argumentação é próxima de nula. O poderio bélico dos traficantes e a forma com que estes exercem o domínio local inibem as tentativas de contraargumentação ou de questionamento, sob o risco de sofrerem coerção. Desta forma, a própria liberdade de expressar, de emitir opinião sobre determinada questão ou de “dar ideia” naqueles que estão envolvidos com o tráfico fica comprometida. Discutir com um traficante ou contrariá-lo pode resultar na morte ou expulsão da favela.

Desrespeito

Se a oposição entre medo e amizade pode causar dificuldade de sentido em um primeiro momento, a oposição estabelecida entre respeito e desrespeito não oferece dificuldade para seu entendimento. Como apontei no capítulo anterior, a noção de respeito refere-se a uma postura que envolve o reconhecimento do direito de tratamento digno entre os interlocutores (Cardoso de Oliveira, 2001, 2004, 2009).

A ideia básica é a de que, no passado, as pessoas tinham valor ou eram percebidas como o tendo e que por isso se tratavam respeitosamente. O valor ao qual se referem tinha três fontes diferentes: a idade, o trabalho e “ser de família”. Ser mais

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

velho, ou reconhecido como uma pessoa batalhadora, com disposição para o trabalho, ou ainda uma pessoa ligada aos valores familiares qualifica o indivíduo como merecedor de tratamento respeitoso.

Os atos de desrespeito, por sua vez, implicam em desconsideração das três condições. O desrespeito é concretizado cotidianamente por meio de agressões morais e físicas que submetem os indivíduos à humilhação pública ou os coloca em posição de invisibilidade que não lhes permitem ter suas demandas consideradas. Eles desqualificam, diminuem e oprimem pessoas que se julgam merecedoras de outra forma de tratamento.

Os gestos e palavras que os moradores classificaram como desrespeitosos e que são um registro deste período, do tempo do “cada um por si”, eu interpreto como pertencente àquilo que Luis Roberto Cardoso de Oliveira chama de atos de desconsideração (2004) e que remetem ao não reconhecimento do valor do interlocutor como sujeito portado de direitos ou de consideração. Aqui é necessária uma ressalva. Cardoso de Oliveira tem tratado como insulto moral e manifestações de desconsideração atos que apresentam dificuldade de enquadramento jurídico justamente porque não são passíveis de materialidade. O cerne parece ser a questão da expectativa de tratamento que, por sua vez, remete ao reconhecimento do outro como um interlocutor legítimo.

No caso da relação entre traficantes e moradores locais avaliei pertinente ampliar o alcance das manifestações que configuram atos de desconsideração e que são localmente classificados como desrespeito incluindo atos de violência física com o objetivo de submeter a vítima à humilhação pública diante da sua comunidade. Sugiro que a categoria local desrespeito possa ser aproximada da categoria sociológica desconsideração na medida em que ambas possam referir-se a insultos morais,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

agressões físicas que impliquem em humilhação, sendo um ataque público à dignidade do sujeito.

A oposição entre respeito e desrespeito, na minha interpretação, deixa claro o desconforto com a forma de tratamento destinada aos moradores que não são envolvidos com o tráfico ao mesmo tempo em que revela uma demanda por reconhecimento do seu status de sujeitos dignos e, conseqüentemente, do seu direito ao tratamento que julgam respeitoso.

Por hora destaco episódios que contribuem para entendermos etnograficamente o que os moradores consideram atos de desrespeito. O caso de Patrícia, com o assédio, seguido por insultos, intimidação e posterior ameaça de agressão, além de demonstrar a vulnerabilidade dos moradores e o domínio por intermédio de intimidação física, também é um exemplo claro de um caso de desrespeito. Neste episódio, por conta do desejo do chefe local, uma jovem tornou-se alvo de insultos e intimidações que culminaram na necessidade de fuga da família que morava há décadas no local. Sua vontade não foi respeitada e desencadeou episódios de ofensa que terminaram com a fuga da família. O fato de sua família viver há anos na favela e de seus filhos terem sido criados ali não foi suficiente para que a escolha da jovem fosse considerada ou para que houvesse uma flexibilização na decisão dos membros da quadrilha. A família teve sua história na favela ignorada, tornando-se vítima da humilhação e do medo. A maioria das falas sobre desrespeito chama atenção pela recorrência da inconformidade demonstrada com o fato de pessoas sem relação com a quadrilha serem alvos desse tipo de tratamento. Sendo assim, para os moradores, desrespeito está relacionado a esse tipo de tratamento para com as pessoas não envolvidas com o tráfico. O que significa dizer que não é o ato em si que configura o desrespeito e, sim, para quem ele é dirigido.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“...Uma coisa é procurar confusão e fazer uma merda, outra é você está na tua, não mexer com ninguém, ser uma pessoa legal e a confusão bater na tua porta. O caso dessa família é isso. Pessoal trabalhador, gente de bem, ninguém tinha nada pra reclamar deles. Ficavam na deles mesmos. A menina então, a gente quase não via aqui em cima. E não é que ela era esnobe não, era de boa mesmo, educada... Aí tem que sair fugido pra não morrer. Isso errado. Se é alguém que tá devendo, a gente entende. Se assusta, não gosta de ver, sente pena mas você entende, mas o cara procurou. Mas quando não, aí é um abuso, um desrespeito com quem é certo. É não querer saber de nada e colocar todo mundo no mesmo saco. Mas não tem jeito porque se um deles, um só, cisma contigo, já era” (2004).

Casos como o de Patrícia não são tão frequentes como episódios de humilhação pública que vão desde xingamentos, intimidações, agressões leves ou espancamentos e que possuem outros tipos de motivação. Por exemplo, um jovem frequentador da igreja católica do Pavão-Pavãozinho e que pediu para que não gravasse a entrevista contou-me que há cerca de três anos ele vivenciou uma situação tensa que envolveu humilhação pública. Ele conta que, na época, costumava jogar futebol na quadra da favela com frequência e que num determinado dia, dentro de uma partida, ele, considerando-se vítima de uma entrada faltosa reclamou pedindo a marcação da infração. Seu adversário, que supostamente havia cometido a falta, ignorou seu pedido e deu continuidade ao jogo. Henrique não se conformando com a continuidade da partida e o pouco caso que seu adversário havia demonstrado, iniciou uma discussão enquanto a partida se desenvolvia. O clima esquentou e ele, em suas

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

palavras, passou a “fazer marcação homem a homem” também usando de virilidade nas divididas de bola. Completando o cenário, neste dia um grupo de meninas assistia à partida e entre elas estava a namorada do outro rapaz. Como os ânimos não se acalmaram o jogo foi interrompido momentaneamente e Henrique deixou a quadra abandonando a partida.

Henrique conta que sabia que o outro jovem fazia parte do “movimento”, mas, como o sangue estava quente, não conseguiu se conter. Junto a isso ele não considerava que uma desavença, um “estranhamento normal numa pelada”, pudesse provocar repercussões para além daquele dia e para fora da quadra. Estava equivocado. A partir do dia seguinte sua vida “virou um inferno”. Henrique virou alvo de insultos verbais tais como “Tá olhando o quê?!", “É bom passar rápido olhando pra baixo”, “vai lá seu otário”. Como Henrique tinha que passar pela boca de fumo sempre que descia o morro para ir à escola, esses episódios aconteciam com certa recorrência. Rapidamente seus amigos mais próximos passaram a evitar descer o morro em sua companhia devido ao constrangimento e por medo de, por serem vistos juntos, também se tornarem alvos de inimizade. O ápice do constrangimento foi quando seu desafeto postou-se na sua frente e começou a provocá-lo com xingamentos enquanto os outros membros da quadrilha riam. Por sua sorte, como ele mesmo qualificou o desfecho da situação, a cena foi interrompida com o aviso através do rádio que a polícia estava subindo a Sant Roman. Com isso a atenção do grupo de traficantes que o interpelavam foi redirecionada e Henrique pôde seguir seu caminho. Depois deste episódio ele se retraiu passando boa parte do dia dentro de casa e deixando de jogar futebol e circular despreocupadamente na favela. Henrique conta que só após quase dois meses do incidente é que ele pôde voltar a circular sem sentir medo e sem passar por constrangimento. Isso após seus pais procurarem o gerente do tráfico e pedir para que ele intercedesse a favor de Henrique. Em sua opinião, a intenção do seu desafeto não era matá-lo. Se fosse isso ele teria feito. Para Henrique,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

o objetivo era humilhá-lo na frente dos seus amigos e namorada, fazê-lo passar pelo constrangimento diário de ser insultado sem que pudesse reagir.

Em graus diferentes histórias como as de Henrique são mais frequentes do que se pode imaginar. Casos de agressões públicas a homossexuais, bêbados ou à desafeto se repetem, sobretudo quando os traficantes se encontram em estado alterado pelo consumo de cocaína. Para os moradores, “estar doido”, sob efeito das drogas, aumenta a agressividade e a paranóia dos traficantes, potencializando a chance de incidentes desta natureza.

“Olha eu acho que é a droga. É, ela deixa mesmo mais violento e imagine juntar ela e uma arma. Não pode dar certo. Não vou ser hipócrita e falar pra você que eles são ruins, que fazem isso ou aquilo. Não são. Tem os que vêm de fora e com eles é mais complicado porque não foram criados aqui, não conhecem todo mundo. Isso deixa eles mesmos mais cabreiros porque eles não sabem quem tá passando ali. Agora quem é daqui é outra história. Se você não atrapalhar eles não mexem com você. Mas isso é quando eles tão limpos. Porque depois que cheira aí eles ficam alterados mesmo e só de você olhar pode dá confusão. Quando acontecem uma coisa ruim aqui pode ter certeza que é por causa do vício e acaba sobrando pra quem não tem nada com isso”

De forma geral, os moradores conseguem diferenciar com certa clareza quais são os atos de desrespeito daqueles que não são. Ainda que episódios de insultos agressões leves ou espancamentos sejam considerados atos brutais e que choquem,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

independente do seu alvo. Quando são cometidos contra pessoas envolvidas com o tráfico, sejam eles pertencentes à quadrilha ou viciados, são significados como da ordem do acerto de contas. Todavia, quando esses tratamentos são interpretados àqueles que não têm envolvimento com o tráfico, sua interpretação se modifica e tais atos são classificados como sendo uma demonstração de desrespeito, um ataque à dignidade do “morador de bem”.

Conceber que há os que podem ser tratados desta forma e os que não deveriam receber tal tratamento implica conceber que há tipos de pessoas com qualidades diferentes dentro das favelas.

Os moradores, conscientemente, distinguem valorativamente quem é da quadrilha de quem não é e, nesta distinção, eles se colocam numa posição moralmente superior aos traficantes. Não é só a crença de que não merecem sofrer constrangimento, já que não atrapalham o lucrativo negócio da quadrilha, mas também a percepção de si como diferentes e melhores. Que fizeram uma escolha (não aderir ao tráfico) que os coloca numa posição moralmente diferente e que por isso deveriam ser respeitados por meio de tratamentos educados.

Quando Renato comenta a história vivida por Patrícia e critica o tratamento dispensado pelos traficantes que não respeitam “as pessoas de bem” e “trabalhadoras” e colocam “todo mundo num mesmo saco”, ele está indicando uma insatisfação generalizada sobre o não reconhecimento da diferença entre os membros da quadrilha e os demais moradores por meio da desconsideração do valor daqueles que trabalham. Com isso o desconforto com o tratamento destinado pelos traficantes e o desejo que eles se dessem de outra maneira correspondem a suas demandas por reconhecimento. Primeiro o **reconhecimento de que são diferentes** e em segundo que **o quê os faz diferente merece ser valorizado a ponto de provocar procedimentos mais respeitosos por parte dos traficantes.**

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Essa distinção valorativa de que os moradores do Pavão-Pavãozinho estabelecem encontra eco em outras localidades onde quadrilhas de tráfico de drogas se fazem presentes. Em trabalho sobre a Cidade de Deus, Alba Zaluar demonstra que as categorias locais “trabalhador” e “bandido” desempenhavam papel fundamental para a construção da identidade dos moradores e que estes últimos qualificavam a disposição para o trabalho como um elemento que indica sua superioridade moral em relação àqueles que optaram pelo crime.

Assim como no caso da Cidade de Deus, nas favelas do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo esta oposição expressa um conflito entre uma ética do trabalho responsável pelo provimento material e satisfação moral do trabalhador e outra ética, a ética do bandido, marcada pela indisposição em trabalhar honestamente. Desta maneira, na perspectiva dos moradores que não estão envolvidos com o tráfico, essa relação com o trabalho coloca-os numa posição moralmente diferente em relação aos traficantes.

Em certa medida o que temos é um desconforto com o não reconhecimento da diferença que há entre as partes envolvidas e a indignação com as implicações dessa desconsideração. O que há é a percepção de que as pessoas de bem não deveriam ser objeto do mesmo tipo de tratamento dispensado a viciados e a outros delinquentes.

“Quando é entre eles está certo. Quem manda se meter com bandido? Agora, quando acontece com quem não tem nada a ver com esse rolo, aí é sacanagem. O sujeito trabalha pra sustentar a família e ainda é esculachado do nada. E vai fazer o quê?”

Desta forma os atos de desrespeito elencados pelos moradores oprimem e humilham por meio de ataques à dignidade, assim como também representam um golpe à sua auto-imagem provocando a desconfortável sensação de diminuição de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

valor do indivíduo. Mas o que os moradores classificam como desrespeito não se resume a tais episódios onde há humilhação pública e, por consequência, desconsideração da identidade do interlocutor por atos que ferem sua dignidade. Expressar opinião ou fazer algum tipo de reclamação também pode gerar constrangimentos e intimidações. O caso de Dalva é um exemplo.

Ao perceber que uma das paredes da sua casa estava com infiltração intensa e constatando que a infiltração se devia ao excesso de lixo que se encontrava encostado na parede de fora da sua casa, essa senhora e seu marido foram à associação de moradores e pediram providências. Alguns dias depois um homem armado bate na porta de Dalva e avisou que ele era o responsável pelo acúmulo de lixo e que o lixo continuaria sendo jogado ali. Complementou o diálogo com uma ameaça sugerindo que se Dalva e seu marido tivessem algum problema com isso que fossem reclamar diretamente com ele. Como se não bastasse, durante um período curto, sacos de lixo foram rasgados e seu conteúdo espalhado em frente a sua casa. Dalva, se sentindo intimidada, simplesmente teve que aceitar a situação.

Episódios como os vividos por Dalva sugerem outra modalidade de atos classificados localmente como desrespeitosos. São aqueles que envolvem uma percepção de que foram tratados com descaso, de que não possuem voz para que suas demandas sejam escutadas. Neste caso a noção de desrespeito não está necessariamente ligada a atos de humilhação. O sentimento de que foram desrespeitados, aqui, envolve o desconforto de perceberem que suas demandas como moradores foram ignoradas. Caracterizando-os como pessoas sem valor suficiente para que suas demandas sejam ao menos consideradas.

“Eu fui falar na Associação pra ver se eles faziam alguma coisa, mas era mais pra vê se arruma de tirar o lixo. Não foi pra falar de vizinho ou pra arrumar

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

confusão. Eu nunca arrumei confusão com vizinho nenhum pra nada. Eu também não sou boba e sei que é tudo a mesma coisa (referindo-se a uma possível ligação entre a quadrilha e a Associação de moradores). Eu só queria que eles tirassem o lixo dali (...) depois foi isso que te contei. Eu moro aqui tem uns trinta anos. Um pouco menos. Primeiro foi num barraco lá pra cima. Só depois que o Edgar (marido) foi juntando um dinheirinho e com muito esforço pra gente comprar essa casa. E não era desse jeito, a gente e que reformou tudo. Aí acontece isso. Não custava nada jogar o lixo em outro lugar. E não querem nem saber. É como se a gente não existisse. A gente não importa. E depois ainda bate na porta da minha casa pra dizer que não vai parar. O problema é da gente. A gente mora no mesmo lugar, não tem jeito. Então podia ao menos escutar e não chegar logo ameaçando. E isso é de agora porque já vi coisa aqui que você não acredita. Já vi esses meninos ajudarem a trocar caixa da água, carregar sacola de compra, já arruma dinheiro pra ajudar uma família a enterrar um parente. Já foi o tempo. Hoje, se tiver sorte, você se vira sozinho.”

(2001)

Episódios como o vivenciado por Henrique, Patrícia e Dalva que envolvem provocações, ameaças, desconsiderações, insultos e humilhações anulam suas vítimas e permite-nos compreender sem nenhuma dificuldade o que os moradores estão identificando como desrespeito. Enquanto nos dois primeiros fica evidente o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

componente de humilhação, no último prevalece o sentimento de desconsideração na forma de descaso.

Todavia, existe outro contexto onde a noção de desrespeito é acionada. Neste caso, apesar de poder haver relação com gestos considerados humilhantes ou de descaso, o que parece conduzir as narrativas são desconfortos provenientes de questões que envolvem *status* e hierarquia de poder.

É a questão do *status* de autoridade local que está em jogo neste momento. Em casos como estes a referência central dos argumentos ancora-se na ideia de respeito aos mais velhos e suposta autoridade e lideranças que estas pessoas exerciam nas favelas. Ser idoso, como dizem, representava *status* local que permitiam aos moradores interferir não só nas decisões da comunidade, como também estabelecer parâmetros de conduta dos mais novos.

“Quando eu era moleque não tinha esta coisa de não respeitar os outros. Todo mundo tinha respeito por todo mundo. Quando era um mais velho, então que se baixa a cabeça e dizia sim senhor. Só de passar um velho a gente tinha que cumprimentar e torcer para ele não implicar ou mandar a gente fazer alguma coisa. Qualquer coisa. Outra coisa que acontecia era que eles organizavam tudo aqui em cima. Diziam se podia ter festa e quando ia ter. Não tinha essa de responder ou de dizer não e virar a costa. A gente tinha que ficar quieto e escutar. Na própria associação era assim. Eles decidiam sobre obra, sobre quem iria ser ajudado em mutirão. Hoje não preciso nem dizer como é. Aqui, agora é uma bagunça e ninguém respeita seus cabelos brancos. Eles

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

toleram a gente só esperando morrer para dar lugar para outro. Experimenta falar alguma coisa que na hora te xingam. Ninguém chega e pensa: esse senhor tem muito tempo de comunidade. Vou perguntar pra ele o que ele acha de tal coisa. Hoje velho não serve para nada. Ser velho é menos que nada. Como eu te disse, respeito hoje é uma arma na cintura. Com ela ninguém tem coragem de dizer nada. É aí que eles abusam.” (Pedro, Cantagalo).

Otília moradora do Pavão-Pavãozinho desde 1948, ao falar sobre sua infância faz questão de abordar mais o tema do respeito e da solidariedade da época do que das dificuldades de infra-estrutura da favela. Como conta, quando era mais nova ela chegava a levar algumas repreensões físicas das vizinhas amigas de sua mãe e era obrigada a realizar tarefas domésticas como arrumar a casa ou ajudar a nas compras do mês para estas pessoas. Estas tarefas ajudaram, segundo ela, a torná-la uma pessoa trabalhadora e responsável, preocupada com o bem-estar da comunidade e dos seus moradores. Também ensinaram a respeitar a *experiência de comunidade* que implica em saber o que é melhor para a localidade pelo tempo que o morador vive na favela.

“... Você sabe o que é respeito? Respeito é uma coisa que não se aprende na faculdade. Você pode até achar que sabe. Mas não sabe não. Você só tem mais informação que estes que estão aí, mas respeito você não sabe o que é, pois você também é um garoto. Vou te contar. Isso é uma coisa que se tinha antigamente. Eu apanhava de vara da minha mãe quando não respondia a um velho. Era só sim senhor. Os mais velhos tinham uma

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

visão maior e então se preocupam com o que você faz. Na hora você resmunga e não entende. Mas depois, quando vai ver, percebe que eles estão certos. Isso é experiência da comunidade. Eu tenho mais tempo de vida que você então quem você acha que sabe mais? Antigamente os pais ensinavam isso para gente para que a gente não desrespeitasse os mais velhos. O que falavam a gente tinha que escutar... Agora é assim. Ninguém respeita os mais velhos, ninguém ouve a gente. Antigamente a gente sabia quem devia respeitar, passava pelos mais velhos e dizia boa noite, bom dia! Eles falavam e a gente obedecia. Agora esses aí [os jovens] não querem saber disso. Não respeitam ninguém. O que a gente vai fazer? Agora eles podem e quem obedece são os velhos. Agora diz para mim, quem deve ser respeitado?" (2001)

Se anteriormente era o fator idade e tempo de favela que determinava seu *status* local, na atualidade, é o porte de arma de fogo e pertencimento à quadrilha que se configura em fator relevante na estruturação de hierarquias e estabelecimentos de padrões de conduta no interior das duas localidades.

Para destacar esta mudança os moradores constroem suas narrativas sobre o passado ressaltando como as relações sociais eram cercadas por procedimentos que valorizavam a vida em comunidade por meio de valores tradicionais que norteavam as relações entre moradores que pertenciam à mesma geração ou a gerações diferentes, mesmo os envolvidos com o crime organizado. Na mesma direção da fala de dona Ana sobre o comportamento dos envolvidos com o crime no passado, a fala de seu Augusto também permite perceber como para os moradores as

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

relações sociais no presente não guardam a menor relação com valores como o respeito.

“... Gente com gosto para o que é errado sempre existiu. Não é uma coisa de agora e quem disser que antigamente não tinha isso tá querendo te enganar. O que é de agora é a falta de limite. Eu te digo que era impossível um rapaz te desrespeitar antigamente. Primeiro é que eles aqui em cima ficavam pianinho e não contavam ‘foba’ com ninguém. Porque quem mandava não deixava e também eles não queriam ser os donos do morro. Era sempre à base de bom dia e boa noite e o que valia era o respeito aos mais velhos. Lá embaixo não. Lá embaixo eles aprontavam. Eu lembro quando um deles ficava mais saidinho, os próprios comparsas davam um corretivo. Agora, hoje, é diferente. Começa porque muitos deles não são daqui e aí não conhecem ninguém e é mais fácil não respeitar. Outra coisa é que eles vivem doidos e você imagina um homem doido com arma na mão. Eles agora fazem o que querem como querem. Se você não gostar é melhor ir embora...” (2001)

Estas e outras narrativas apontam para o reconhecimento de um fenômeno supralocal decorrente da consolidação do crime organizado especializado no narcotráfico. A partir da efetivação do domínio territorial por meio da coerção instrumentalizada pela utilização de armamento de fogo, as favelas da cidade do Rio de Janeiro tornaram-se palco de reconfigurações das relações sociais entre seus diversos habitantes. Fenômeno perceptível pela fala dos moradores das favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A partir de então jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica passaram a compor os quadros locais das quadrilhas responsáveis pela efetivação da venda de drogas na cidade (Alvito, 2004; Zaluar, 1985, 1994; Velho, 1998). Junto com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho em razão da falta de qualificação profissional e do preconceito com o fato de serem moradores de favelas⁴⁰ esses jovens foram e são seduzidos pela possibilidade de ganho econômico e ascensão social que eventualmente a adesão ao crime organizado possibilita. Dentro deste cenário os jovens moradores de favelas são tentados diariamente pelo efeito demonstração (Zaluar, 1985) ao conviverem com os jovens pertencentes às quadrilhas que transitam vestidos com roupas e tênis de marca populares entre a juventude. Diante deste cenário, estes jovens são os alvos preferenciais das quadrilhas compondo o efetivo armado dentro das favelas.

Junto a isso, o porte de arma de fogo e sua explicitação no cotidiano das favelas – assim como sua efetiva utilização - proporcionaram a modificação da estrutura de poder no interior destas comunidades, anteriormente regidas pela hierarquia baseada na relação entre gerações. A partir de então o poder e *status* transferiu-se destes moradores mais velhos para jovens traficantes que, por meio da coerção baseada na ameaça à vida, passaram a determinar o que é ou não permitido.

A força dos dois tempos

A passagem do “tempo da comunidade”, para o “tempo de cada um por si” (o “tempo do medo e do desrespeito”) está associada à presença da quadrilha do tráfico de drogas nas duas favelas. Sua consolidação provocou mudanças profundas no cotidiano. A forma de ocupação do espaço e o trânsito nele, as relações sociais, a atenção a noções tidas como importantes foi alterada e o sentimento de medo e a

⁴⁰ Como Alba Zaluar destacou anteriormente (1994), os membros de classes populares são vítimas da sua própria condição de pobreza ao procurarem emprego. Sobre eles pesa estigma de serem vistos como perigosos mesmo antes de efetivamente o serem, o que lhe impõem uma condição de desvantagem profunda na hora de procurar emprego.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

experiência do desrespeito passaram a fazer parte da experiência cotidiana dos indivíduos.

Como eles apontam, a modificação foi profunda. Passar de um ambiente de amizade, companheirismo e tranquilidade para outro onde vivem em um clima de tensão e insegurança com medo de serem alvos de violência de ação de traficantes ou de polícias, de se verem no meio de troca de tiros, tendo que modificar sua relação com o espaço e sujeitos a humilhações e agressões físicas. Além de se ver desvalorizados sem serem reconhecidos como sujeitos dignos de tratamento respeitoso. Todas essas novas experiências geram um sentimento de profundo desconforto e inconformidade com este novo cenário.

As oposições construídas destacando que no passado havia amizade, solidariedade, respeito e espírito de comunidade sublinham como no período tratado aqui das relações sociais assim como a vida nas comunidades apresentam caráter negativo. Neste sentido esse período chamado de “tempo de cada um por si” tem como sua marca a ausência de valores e práticas sociais representadas como ideias para a vida em comunidade. Essas oposições também demonstram um desejo de que esse quadro se modifique, talvez retornando ou se aproximando do que eles imaginam como o ideal.

Inspirando-me em Mauss (2003), concluo que a fala nativa do “tempo de cada um por si” aponta para a presente circulação recíproca e hierárquica do medo e do desrespeito que se contrapõem à desejada e vulnerável circulação do respeito e da amizade. Esta fala nativa da oposição entre dois tempos permite entender que a circulação recíproca constante e simultânea, dos valores positivos esperados do respeito e da amizade, estão profundamente afetados pela circulação constante e simultânea dos valores negativos advindos da imposição do medo e do desrespeito. A construção nativa de duas qualidades ou de duas formas de socialidade, não como

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

simultâneas, mas como **separadas pela marca de dois tempos distintos: um passado e um presente**, busca reforçar a possibilidade de reinstaurar as formas de socialidade em torno do respeito e da amizade. Elas se tornam possíveis, porque já foram presentes e reinantes.

Inspirando-me em Austin (1975), entendo que a fala nativa dos dois tempos se trata de uma “expressão condutiva” locucionária que realiza, ao mesmo tempo, a ação performativa ilocucionária de tornar factível e desejável trazer o passado para o presente. Interroga a sociedade mais ampla e o Estado. Uma fala que, como ação, pretende alcançar uma mudança.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 6

“Um outro momento”. Questões sobre cidadania, respeito e reciprocidade.

A presença do policiamento comunitário reconfigurava as relações sociais nas comunidades, diminuindo a influência do tráfico de drogas no local, e, por conseguinte, diminuindo episódios envolvendo seus desmandos, arbitrariedades, violência e humilhações. A presença do GPAE, desta forma, proporcionou aos moradores experimentar viver em um ambiente onde experiências produtoras de medo e desrespeito não faziam mais parte do cotidiano. Além disto, a forma como o GPAE procedia na sua relação direta com os moradores também representava uma experiência nova.

A presença do policiamento no local permitiu aos moradores ver atendidas suas demandas por reconhecimento aos seus direitos. A polícia, através da inibição da atuação do tráfico e por meio do tratamento respeitoso destinado aos locais, indicava que, a partir deste momento, considerava os moradores das duas favelas como sendo sujeitos portadores direitos, assim como os demais moradores da cidade do Rio de Janeiro.

Com isso os moradores se sentiram valorizados fazendo com que expressassem sua satisfação com a presença do policiamento nas favelas. O GPAE, então, era percebido como o indutor das mudanças positivas que viam ocorrendo no local.

Ao interferir na relação entre tráfico e morador, impedindo que os primeiros continuassem a submeter os moradores ao seu domínio, o GPAE demonstrou considerar o morador como sujeito merecedor de proteção policial, em gestos classificados por mim, de demonstração de consideração indireta. Gestos de consideração indiretos porque o policiamento recebia o crédito por não permitir os

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

desmandos do tráfico, intercedendo na relação entre eles. Na relação entre policiais e moradores, mais uma vez o policiamento demonstrava, por meio dos seus procedimentos, que os moradores eram considerados merecedores de respeito e que eram portadores de direitos. Desta forma, na relação entre GPAE e os locais, a boa avaliação do policiamento por parte destes últimos, deveu-se aos gestos de consideração direta.

Com isso os moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo viram suas demandas por reconhecimento de direitos atendidas pela primeira vez, em relação à polícia. Demandas essas que indicavam o desejo pelo reconhecimento dos seus direitos de cidadania.

Desta forma, por interferir no poder do tráfico e por modificar a forma tradicional em que se dava a relação entre moradores de favelas e policiais, a presença do GPAE e suas consequências no cotidiano das favelas provocaram a percepção de que estavam vivendo outro momento em sua história. Sem medo e desrespeito por parte dos traficantes e policiais.

Cidadania, consideração e (des)consideração.

A discussão sobre cidadania ganha sua versão moderna a partir das contribuições de T. H. Marshall. O sociólogo britânico desenvolve sua reflexão a partir do questionamento sobre a legitimidade das reivindicações dos trabalhadores ingleses por acesso a um “padrão de vida civilizada”, assim como o papel que Estado deve cumprir diante desta demanda. O pano de fundo de sua discussão ancora-se no desenvolvimento do capitalismo, da luta de classes e do Estado democrático, assim como a tentativa deste último em garantir coesão social e integração política sem que se afetem as desigualdades sociais estruturais que marcam as sociedades capitalistas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Em sua concepção a ampliação do direito à cidadania provocaria a diminuição desta tensão, garantindo a manutenção da ordem capitalista ao mesmo tempo que proporcionaria aos trabalhadores acesso a um padrão de vida digno. Desta forma, a ampliação e o respeito aos direitos do cidadão operariam como uma espécie de “arcabouço da desigualdade social legitimizada” (1967:62) visando diminuir as tensões provenientes da relação entre mercado e luta de classes.

Para tal, Marshall se apropria da abordagem clássica sobre o tema, acrescentando ao reconhecimento e respeito aos direitos civis e políticos - que correspondem aos direitos de primeira geração – os direitos sociais, enquadrados como pertencendo aos direitos de segunda geração.

Entre os direitos civis, conquistados durante o século XVIII, estão os relacionados à liberdade, à propriedade e à vida, preocupações presentes na concepção liberal clássica. Eles correspondem à formalização dos direitos relativos à liberdade individual, tais como, a liberdade de expressão, de culto e pensamento que se somam às liberdades econômicas, impondo limite à atuação e autoridade do Estado. O segundo elemento da cidadania são os direitos políticos, conquistados no século XIX, com o alargamento das franquias eleitorais para segmentos cada vez mais amplos da sociedade a partir do Reform Act de 1832 e, posteriormente, da lei de 1918. Esses direitos dizem respeito, basicamente, o direito ao voto, à associação sindical, reunião e organização política.

Por último, o terceiro elemento da cidadania são os direitos sociais, conquistados no século XX, como resultado das lutas do movimento operário. São os relativos à garantia do acesso à educação, saúde e demais serviços sociais que permitem ao cidadão um “padrão de vida civilizada”.

Na perspectiva de Marshall, o processo de ampliação dos direitos assim como a incorporação de novos segmentos tenderia a ser um movimento continuado

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

em razão do papel da negociação política e das conquistas de direitos. Cada vez mais grupos teriam representação política e com isso suas demandas alcançariam a esfera pública disputando legitimidade. A mediação das instituições jurídico-políticas diante das disputas entre diversos interesses privados desencadeariam a expansão dos direitos de cidadania.

A experiência histórica do processo de consolidação da cidadania transcendeu o território inglês e as conquistas advindas da pressão por ampliação do alcance do padrão de bem-estar social serviu de modelo para as classes trabalhadoras em diversas partes do mundo gerando diversos modelos responsáveis pela implantação.

A expansão das demandas por direito social para além das fronteiras da Europa Ocidental e da experiência do *Welfare State* obedeceu a dinâmicas internas de cada Estado Nacional, como apontou José Murilo de Carvalho (2001). No caso brasileiro a cidadania foi implantada ignorando o princípio presente no modelo inglês no que se refere à procura por sua universalização.

O Estado brasileiro instaurou o acesso diferenciado aos direitos sociais, vinculando estes ao direito do trabalho a partir dos anos de 1930. Ao fazê-lo, estabeleceu níveis de cidadania entre a população de modo que o princípio da equidade fosse reconhecido apenas aos indivíduos incorporados legalmente ao mercado de trabalho. Com isso criou-se uma hierarquia entre as categorias profissionais que, de acordo com sua capacidade de produzir pressão, - pelo tipo de serviço prestado - conseguiam ver suas demandas atendidas.

Assim, o Estado brasileiro instaurou a cidadania regulada vinculando direitos sociais às diferentes posições no mercado de trabalho distribuindo, desta forma, desigualmente os direitos (Santos, 1987), cooptando seletivamente os cidadãos, diferente do modelo inglês, que tinha como princípio, a universalização dos direitos,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

(Carvalho, 2001). Assim a expectativa de expansão dos direitos sociais no Brasil fundava-se na promessa de que haveria uma progressiva incorporação da comunidade nacional a partir das classes trabalhadoras. Ainda neste caso, a parcela da população sem emprego formal estava excluída deste processo.

A reforma na Carta Constitucional promulgada em 1988 representou um esforço para corrigir as distorções e expandir o acesso a direitos sociais à toda a população brasileira. Como argumenta Carvalho, havia a esperança de que a democratização das instituições provocaria uma mudança no Estado e na sociedade brasileira trazendo profundas transformações na realidade social nacional (2001).

No que concerne aos direitos sociais, a Constituição de 1988, foi elaborada sob a influência do tema do bem-estar social de inspiração social-democrática a ponto de ser batizada de “Constituição Cidadã”. Em seu texto, no Capítulo II, artigo 6º, encontram-se definições sobre segurança, proteção à maternidade, proteção à infância, educação, trabalho, lazer, saúde. Nos artigos subsequentes encontram-se as definições sobre os direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, à liberdade de associação profissional, direito à greve.

O que importa destacar aqui é que os direitos sociais foram concebidos a partir do princípio da equidade. Neste sentido, em termos formais, estava garantida à toda população o acesso e atendimento a serviços públicos oferecidos pelo Estado.

Vinte e dois anos após a promulgação da Carta Constitucional de 1988, a experiência brasileira permite-nos dizer que existe uma distância entre ter direitos reconhecidos formalmente e sua efetiva aplicação na vida da população.

A constatação da dissintonia entre formulação, promulgação de leis e sua incorporação ou não no cotidiano das relações sociais está amplamente registrada em trabalhos como os do cientista político Wanderley Guilherme dos Santos (1987), do

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

historiador José Murilo de Carvalho (1987, 2001) e do antropólogo Roberto Damatta (2000).

Referente ao descompasso no que concerne à experiência da cidadania no Brasil, Cardoso de Oliveira tem chamado atenção para a relação entre a dimensão legal e a moral na análise destes direitos (2002). Considerando a contribuição de outros pesquisadores sobre eventuais hiatos entre leis e práticas cotidianas (Santos, 1987 ;Kant de Lima, 1995), Cardoso de Oliveira incorpora a esta discussão as noções de atos de consideração e desconsideração e o impacto deles na relação entre indivíduos e o Estado ou entre grupos e o Estado.

O cerne do seu argumento consiste em colocar os princípios de justiça e solidariedade, como princípios fundamentais a serem considerados e equilibrados, para que haja o atendimento dos direitos de cidadania. Em contrapartida, em experiências que não ocorrem a devida atenção a estas duas esferas, configura-se a existência de um déficit de cidadania que é expresso por meio de atos de desconsideração classificados como insulto moral (2002).

Solidariedade não é um elemento exógeno à concepção de cidadania. A contribuição de Marshall à discussão está, sobretudo, em recolocar a solidariedade como fundamental para consolidação e expansão dos direitos entre as diversas camadas da população.

Todavia, neste caso, solidariedade adquire um caráter formal, como princípio inspirador de políticas do Estado. Cardoso de Oliveira, ao apontar os limites que esse tipo de tratamento dado ao princípio da solidariedade impõe, sugere recolocar a questão da cidadania a partir da experiência concreta dos indivíduos, atentando para dimensão substantiva da solidariedade. Com isso Cardoso de Oliveira recoloca o tema da cidadania a partir da sua dimensão moral e aponta a necessidade de equilíbrio entre o princípio dos direitos, universalizáveis e generalizantes onde o indivíduo

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

aparece como entidade abstrata, e a consideração à pessoa concreta, portadora do direito à cidadania (1996).

Falar de consideração em sua demanda por direito é falar de reconhecimento do estatuto de cidadania entre os interlocutores. Para isto, Cardoso de Oliveira utiliza-se dos trabalhos de Charles Taylor (1994) sobre o papel do reconhecimento e da noção de dignidade que ele envolve para se entender atos representados como atentados à cidadania ou atos de desconsideração experimentados indivíduos envolvidos numa determinada relação.

Taylor se debruça sobre as discussões de reconhecimento ressaltando sua importância para autor-realização dos sujeitos e para a construção da justiça social. Desta forma sua teoria do reconhecimento incide sobre as lutas voltadas para construção da cidadania percebendo os conflitos sociais como meios para se alcançar a consideração intersubjetiva de sujeitos e coletividades. Assim, por meio de lutas simbólicas, busca-se o reconhecimento da identidade e o respeito à diferença. Para o autor, reconhecimento implica, necessariamente, em consideração da dignidade entre interlocutores.

Para Cardoso de Oliveira ainda que Taylor esteja tratando dos dilemas de cidadania em contextos onde há disputas por reconhecimento de identidades em um ambiente de multiculturalismo, a abordagem do tema do reconhecimento a partir da noção de dignidade, possibilita tratar os dilemas da cidadania no Brasil e em outros contextos nacionais, como é o caso dos EUA, levando em consideração a dimensão substantiva de solidariedade que ela envolve.

“Isto é, a ideia de que a implementação e/ou o reconhecimento dos direitos em pauta depende, em alguma medida, da consideração mútua da dignidade das partes enquanto membros legítimos de uma comunidade

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

ou totalidade determinada, com a qual se identificam através da comunhão de valores e visões de mundo minimamente compartilhados (...) na medida em que sugere a necessidade do reconhecimento de especificidades socioculturais para que grupos e/ou parcelas determinadas dos cidadãos de uma nação possam ter sua dignidade respeitada, sem que isto provoque iniquidade em relação aos demais cidadãos, que não compartilham as características socioculturais eventualmente reconhecidas. Como veremos, o resgate da dimensão substantiva da solidariedade demanda o reconhecimento de especificidades ou de identidades particulares, isto é, social e culturalmente balizados' (Cardoso de Oliveira, 1995: 3).

Isso implica dizer que para haver reconhecimento da cidadania é necessário que haja a percepção compartilhada sobre o reconhecimento do estatuto de igualdade entre as partes envolvidas (2001). A recusa em reconhecer o valor do interlocutor como um sujeito portador de direitos, implica na explicitação da negação da sua dignidade trazendo consequências negativas no que se refere à forma de tratamento dispensado ao sujeito, visto que ele não é percebido como um igual ou merecedor de um tratamento respeitável.

Em casos onde não há o compartilhamento do reconhecimento do *status* dos interlocutores com a recusa do reconhecimento de identidade de uma das partes envolvidas na relação, por considerar atos desta natureza como insultos morais, Cardoso de Oliveira prefere deixar de lado o termo falta de reconhecimento e falar de desconsideração. Isso porque, segundo ele, tratar atos desta natureza como sendo do campo da desconsideração torna mais evidente o caráter de insulto à dignidade e à

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

moral do sujeito. Desconsideração, desta forma, opera como o reverso do reconhecimento, e sua constatação por um dos lados da relação é vivida como um insulto que expressa a desvalorização ou a negação da sua identidade (2009).

Aprofundando na especificidade brasileira, Cardoso de Oliveira argumenta que, por aqui, nas relações sociais que acionam a necessidade de atenção na relação entre leis universais e demonstração de consideração, ocorre um desequilíbrio em direção a este último, gerando dificuldade para a universalização do respeito aos direitos básicos de cidadania (2009). A forma seletiva como se dá a expressão de consideração no Brasil, dificulta a separação entre o que é interesse público e privado e provoca um déficit de cidadania, pois aqueles que não são percebidos como merecedores de consideração ficam alijados de seus direitos. Sobre este ângulo, é correto dizer que as demonstrações de consideração no Brasil implicam em atos de desconsideração generalizados por se configurarem em atos que afrontam o princípio da universalidade dos direitos e do acesso, em igualdade de condições, a serviços prestados por órgãos públicos.

Desta forma, a excessiva importância dada aos atos de consideração à pessoa e a forma seletiva como isso ocorre no Brasil, discriminando grupos sociais e indivíduos, é um dos fatores que impede a experiência plena de cidadania para o conjunto da população.

Diante disso, Cardoso de Oliveira argumenta que a aplicabilidade dos direitos de cidadania depende menos de promulgação de leis e mais de modificação no campo dos valores, expandindo o alcance das atitudes de solidariedade, tornando-as menos seletivas em direção à sua universalização. Desta forma, os atos de reconhecimento deixam de reger apenas as relações informadas pelos interesses privados e passam a compor a totalidade das relações sociais.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

De toda forma, a maneira seletiva que os atos de consideração e, por consequência, os de desconsideração são experimentados no Brasil reverbera na relação que o Estado estabelece com parcela da população, por meio da prestação de serviços públicos.

No caso específico tratado por mim, o tratamento que os policiais dispensam aos moradores de favelas configura-se em atos de desconsideração que fazem aflorar a percepção de que são desrespeitados a cada operação empreendida nas localidades, deixando evidente que, na visão da polícia, e por consequência do Estado, os moradores de favelas não possuem o estatuto de cidadania equivalente à parcela da população que não vive em morros.

Desta forma, para essa parcela da população, o respeito aos seus direitos sociais está comprometido, visto que a elas não é respeitado o princípio da aplicabilidade universal garantido constitucionalmente. Ainda que os moradores de favelas tenham acesso à polícia, não o tem como cidadãos portadores de direitos e usuários deste serviço público. O acesso à polícia se dá por meio de demonstrações permanentes de que a eles não está garantindo, na prática, o respeito, não apenas aos direitos sociais, como também aos civis. É uma camada inteira da população que é desconsiderada na sua relação com o Estado.

Todavia, como apontou Lia Zanotta Machado, a percepção de direito a acesso adequado aos serviços públicos nas camadas populares está em processo de consolidação. Esse é o caso dos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo na sua relação com a polícia. Os moradores reivindicam consideração aos seus direitos e pressionam para que sejam tratados da forma que consideram mais adequada, demonstrando que estão conscientes do dever que o Estado tem para com eles.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Dádiva e consideração

Para alcançar a solidariedade substantiva, tal como se propõe, Cardoso de Oliveira recorre à noção de reciprocidade. Reconhecendo os limites da contribuição de Habermas, Cardoso de Oliveira (1995) propõe a utilização da noção de reciprocidade elaborada por Mauss como instrumento capaz de articular a esfera normativa da esfera dos valores (1995), argumentando que no Ensaio sobre a Dádiva, o antropólogo francês demonstra o papel fundamental que os valores sociais desempenham no equacionamento dos direitos que estão presentes nas trocas analisadas. Seu argumento é o de que a participação em trocas recíprocas implica, necessariamente, no reconhecimento da condição moral do seu interlocutor. O ato de se recusar a participar da troca, desta forma, é percebido como indiferença ou como não reconhecimento da condição do Outro como interlocutor legítimo capaz de se estabelecer e manter relações sociais.

Foi Mauss o responsável pela primeira tentativa de explicação mais ampla do fenômeno que engloba o ato de dar, receber e retribuir. Seu interesse sobre a temática do *dom* ganha sua versão consagrada com a publicação, em 1925, do *Ensaio sobre a Dádiva* (2003). Neste artigo, Mauss estabelece um marco na sociologia francesa ao dar o passo seguinte à obra de Durkheim, renovando a teoria da coesão social e tendo como problematização conceitual a aliança e a natureza do simbólico (Caillé, 1998). Ao mesmo tempo ele se afasta da filosofia e estabelece uma metodologia comparativa a partir da análise de diversas etnografias (Lanna, 2000) que lhe permitem analisar o sistema de trocas das sociedades primitivas.

A partir de dados recolhidos por outros pesquisadores, Mauss se interessa por um padrão presente nas mais diversas relações entre grupos sociais. As trocas, entre estes grupos sociais, aparentemente voluntárias, são regidas, na prática, por uma obrigação imposta aos donatários, onde estes são impelidos a retribuir a coisa

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

dada⁴¹. Por meio das trocas dádivas instauram-se relações sociais entre grupos baseadas em sentimentos de solidariedade e de superioridade.

A grande questão presente no artigo passa então a ser o que impele diferentes grupos sociais, nos mais diversos cantos do planeta, a estabelecerem e perpetuarem relações sociais, sejam elas cercadas de antagonismo ou não.

Mauss observa que não apenas o donatário está obrigado a retribuir como, em longo prazo, a própria coisa dada retornará ao seu doador e ao solo de onde surgiu. Isso porque o objeto trocado está dotado de um espírito próprio que carrega algo da essência do seu proprietário original. Ainda que sejam ritos, esposas, alimentos e o que mais pudermos imaginar que se apresente como termo da permuta, de fato, o que se está trocando, o que circula nestas relações é uma matéria espiritual presente na coisa dada responsável pelo ato de dar, receber e retribuir (Mauss, 2003; 202).

Posteriormente, como aponta Dumont (1971), a questão da aliança, esboçada de forma não sistemática por Mauss, torna-se central na antropologia francesa. É da noção de aliança e dádiva que Lévi-Strauss fundamenta *As Estruturas Elementares do Parentesco* (1967). Lévi-Strauss credits a Mauss o esforço de transcender a observação empírica e alcançar realidades mais profundas. Todavia, Mauss, argumenta Lévi-Strauss, ao considerar o *hau* como razão última da troca foi incapaz de superar o nível das elaborações conscientes, de modo que não conseguiu superar

⁴¹ Sobre o caráter simultaneamente obrigatório e gratuito, Bourdieu argumenta que a contradição inerente à dádiva é ocultada pela instauração do intervalo de tempo entre o ato de dar e a retribuição (1996). Ainda sobre gratuidade da dádiva, Mary Douglas, argumenta que a percepção da gratuidade da dádiva constitui-se em um engano, visto que, seu circuito vincula as pessoas em compromissos permanentes (1976).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

as categorias nativas sobre o “espírito da coisa dada” e, desta forma, alcançando os universais gerais presentes nas estruturas mentais inconscientes⁴².

Segundo Lévi-Strauss as obrigações de dar, receber e retribuir expressam uma única obrigação relevante: a troca (1982). O estímulo originário da troca seria a proibição do incesto que impeliria a formação das alianças. Neste contexto o casamento apresenta-se como uma ocasião favorável para o estabelecimento de ciclos de trocas generalizados. Por intermédio dele diferentes grupos estabelecem vínculos sociais e forjam alianças onde a vida social é a expressão de movimento de trocas permanentes (1982).

Godelier chama atenção para o fato de que Lévi-Strauss desloca a explicação sobre a razão última das trocas recíprocas do “espírito da coisa” para o *“big-bang do aparecimento da linguagem e na origem simbólica da sociedade humana”* (1996:36). Para Godelier, o que faz movimentar as trocas é a vontade de produzir e perpetuar relações sociais que combinam *“solidariedade e dependência”* (1996; 124). Desta forma, o mecanismo que reproduz as trocas não se encontra nas estruturas mentais inconscientes, mas sim nas estruturas sociais que buscam instituir laços entre indivíduos e grupos.

De toda forma, o tema da reciprocidade tem na manutenção da estabilidade das relações entre grupos o foco das leituras, como é possível deduzir por meio dos trabalhos como os de Sahlins (1970, 1976), Godbout (2002), Haasher (2002), Caillé (1998, 2002), Godelier (1996) Favret-Saad (1989), Taussing (1983), Strathern (2006) Gregory (1982) Wainner (1976), além dos já citados, Lévi-Strauss e Mauss.

A busca por vinculação é o princípio que rege as relações sociais baseadas na dádiva. Neste sentido Gregory argumenta que na economia da dádiva as trocas

⁴² Assim como Lévi-Strauss, R. Firth (1929) também criticou Mauss no que se refere ao caráter místico presente na sua análise sobre a dádiva.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

são responsáveis por organizar as relações sociais e o desejo que move as trocas materiais diz respeito à busca por ampliação das relações. Neste sentido a circulação vincula-se o desejo de criar relação entre as partes envolvidas na troca (1982). Mesmo em trabalhos, como os de Strathern e Wainner, onde se revela em suas análises o caráter reificado de desigualdades por de trás desse sistema, a dádiva é significada como criadora de relações. Como aponta Strathern, os focos das operações que ocorrem na Melanésia não são mobilizados pelo atributo das coisas em si, mas sim pelo potencial de se criar relações sociais por meio delas.

A recusa em dar ou em retribuir pode representar a intenção de recusar o estabelecimento ou a manutenção das redes sociais. Se, como afirma Haasher, as trocas mútuas efetuadas, sejam elas materiais ou simbólicas, têm como objetivo estabelecer e manter as relações sociais, o ato de “dar”, efetuado por uma das partes, pode ser percebido como um esforço para iniciar uma interação, enquanto o ato de retribuir pode indicar o interesse em estabilizá-la. Seu contrário, a recusa em participar desta relação, pode implicar na deflagração de conflitos.

Como aponta Mauss, recusar a dar ou a receber pode equivaler à rejeição de uma aliança e à declaração de guerra (Mauss, 2003; 202). A recusa em cumprir com as obrigações coloca o grupo ou o indivíduo em uma situação de hostilidade declarada. Mesmo nos exemplos de relações mais antagônicas, o que se busca não é forçar o fim da relação ou aniquilar o outro. Nestes casos o que se busca é superá-lo, colocá-lo em situação desconfortável e de inferioridade sem romper relações.

Para Lévi-Strauss, por meio das trocas e da aliança se supera a guerra. Neste sentido a guerra representa, na verdade, o resultado de transações mal sucedidas. Assim como em Mauss, Lévi-Strauss, associa a guerra ou o conflito com a incapacidade de se estabelecer vínculos sociais. Também Sahlins argumenta que os homens, através do *Dom*, superariam um suposto estado de guerra generalizada.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Desta forma Sahlins (1976) aproxima Mauss a Hobbes (1974), diferenciando o argumento do primeiro, ao estabelecer que o contrato social que supera o caos não é o Estado, mas sim a circulação de dons. Em casos desta natureza, onde a troca é recusada, tem-se exposta a fase negativa do dom. Os trabalhos de Favret-Saada (1989) e de Taussig (1983) demonstram como a interrupção do modelo de relações baseadas no princípio da dádiva geram desconfortos e/ou conflitos ao mesmo tempo em que representam uma crítica à penetração da lógica capitalista.

É Clastres (2004) quem contraria o argumento que aponta o conflito como o resultado de fracasso das relações dádivas. Em seu diálogo com Lévi-Strauss, o antropólogo defende que a guerra nas sociedades primitivas não é fruto de trocas mal sucedidas. Invertendo a análise de Lévi-Strauss, Clastres diz que, na verdade, é a guerra como instituição que determina a aliança como tática. A troca é resultado de alianças, e as alianças são determinadas pelo conflito. Para Clastres a centralidade da guerra nas sociedades indígenas aponta para repugnância destes grupos sociais em entrar no jogo da troca, caracterizando-as como sociedades contra a troca. Se, para Lévi-Strauss, a guerra em si não possui nenhuma positividade, para Clastres *“a guerra é uma estrutura da sociedade primitiva e não o fracasso acidental de uma troca malsucedida”* (2004: 257).

Se Clastres aponta para o conflito como constituidor da dinâmica societária dos povos chamados por ele de primitivos, é Simmel quem oferece uma análise do lugar do conflito nas sociedades modernas. O conflito, para Simmel, apresenta-se como uma das principais interações na vida em sociedade. Mais que isso, o conflito estando presente nas mais variadas esferas da interação humana é o próprio fundamento das sociedades modernas.

Neste sentido, ao contrário do argumento de Lévi-Strauss, que via no conflito a falha no estabelecimento de laços nas relações humanas, Simmel afirma que sem

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

conflito não há sociedade. As diversas situações conflitivas e os consequentes sofrimentos relacionados à sua resolução fazem parte da *natureza* da vida em sociedade. Enquanto para Lévi-Strauss o conflito é resultado de trocas malsucedidas, Simmel afirma que o conflito surge para resolver divergências e, apesar de causar sofrimentos individuais, ele é um elemento possuidor de uma função unificadora, não se apresentando como um fator dissociante do grupo. Neste sentido o conflito é lido como uma relação e não como ausência. Como argumenta Simmel, a ausência da relação se dá por meio da indiferença (1979).

Aqui se faz necessário tecer comentário sobre o contexto e o significado do conflito para Clastres e Simmel. Em Clastres, a recusa em estabelecer aliança ou instaurar trocas e a preferência em provocar a guerra como uma forma de explicitar a recusa à aliança se dá entre grupos que não se reconhecem como pertencentes a uma mesma sociedade. Desta forma, a guerra como opção, o estímulo ao conflito bélico e a recusa ao estabelecimento de relações positivas não se dá intra-sociedade, mas entre sociedades. Em Simmel, por sua vez, o conflito ocupa o campo das disputas por ideias, posições políticas e interesses particulares sem implicar em conflito que envolva violência física. Além disso, o conflito se dá entre cidadãos sem que isso represente a recusa no reconhecimento do estatuto do interlocutor como sujeito portador de direitos plenos.

Concordando tanto com Simmel quanto com Clastres, e concordando que o conflito faz parte das relações humanas, a questão que se apresenta a nós como problema é qual a extensão, limite e expressão de conflitos que as sociedades democráticas estão dispostas a aceitar como tolerável. Até onde a expressão do conflito traduz dinâmicas inerentes à vida em sociedade e ao sistema democrático e quando ela extrapola este limite. Até onde o conflito pode ser compreendido como estabelecimento de relações recíprocas, ainda que negativas, e quando ele representa a anulação do outro como interlocutor digno de consideração e respeito.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Sustento que o sucesso alcançado pelo GPAE nos primeiros dias de atuação está relacionado ao compromisso criado entre policiais e moradores. Este compromisso era alimentado pela troca de gestos que expressavam o reconhecimento mútuo da dignidade dos interlocutores, configurando-se numa relação organizada pelo princípio da dádiva. Nas palavras de Roberto Cardoso de Oliveira, a relação entre as partes indicavam o reconhecimento da condição moral dos interlocutores. Com a circulação dos gestos que indicavam este reconhecimento, a relação entre as partes era mantida. E mais que isso, a retribuição oferecida pelos moradores indicava sua intenção explícita de perpetuar a relação dentro dos moldes daquele momento.

Mas quais foram os gestos e consequências concretas da presença policial nas favelas que foram lidas entre os locais como gestos que indicavam o reconhecimento da sua dignidade? O que o GPAE trouxe para as favelas e quais foram os gestos que iniciaram a relação sobre estes parâmetros?

Outro momento

A presença do GPAE produziu mudanças no cotidiano das favelas. A partir de então a quadrilha local foi parcialmente desarticulada e sua influência e domínio sobre os demais moradores sofreu retração. Junto a isso, a postura adotada pelos policiais em sua relação com os moradores gerou uma reavaliação na percepção sobre a polícia.

Para os moradores o GPAE gerou impacto em dois níveis distintos, mas que se articulam na construção da avaliação positiva do policiamento comunitário. A atuação do GPAE inibiu as práticas de intimidação, violência física e humilhações públicas por parte dos membros da quadrilha local. Com isso os sentimentos de medo, insegurança e impotência, provocados pela ação direta do tráfico ou pela sua

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

presença, foram amenizados e as experiências classificadas como geradoras de medo e de desrespeito sofreram diminuição significativa. Em outro nível, a demonstração de preocupação com o bem-estar e com a segurança, além da conduta respeitosa e a disposição em escutar as demandas e reclamações apresentadas pelos moradores, produziu uma mudança no nível da relação entre moradores e policiais. Ou seja, os moradores se sentiram satisfeitos com os gestos que indicavam a consideração a suas pessoas.

Desta forma, ao mesmo tempo em que sua presença modificava o cotidiano das favelas alterando a forma como se dava a relação entre os moradores e traficantes, a presença do policiamento, da maneira como foi feita, também produziu modificação na forma tradicional que policiais e moradores de favelas se relacionavam.

A modificação ocorrida nos dois níveis marca a diferença entre o momento da presença do GPAE e o anterior. O medo e o desrespeito impostos pelos traficantes deixam de ser uma experiência recorrente e a postura cotidiana dos policiais proporciona algo novo na relação: a experiência de ser respeitado pela polícia. Como consequência das implicações provocadas pela atuação do policiamento, os moradores, de forma geral, demonstraram satisfação com sua presença nas favelas. A resposta de seu Augusto à minha pergunta sobre o que ele achava da presença da GPAE sublinha a avaliação positiva do policiamento.

“A polícia é a polícia. Tem que desconfiar porque eles têm os vícios e essas coisas não mudam de uma vez. Mas, respondendo sua pergunta, eu acho que melhorou sim. Não é a maravilha que dizem na TV, mas é verdade que está melhor. Os tiroteios pararam, o poder de fazer o que queria também não tem mais. Isso me

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

deixa um pouco mais tranquilo porque pelo menos a gente não fica mais tão exposto e também não vê mais as maldades que faziam. E tem essa coisa deles (GPAE) não subir atirando e quererem saber o que o a gente acha, querendo mostrar que estão interessados em nós”

A opinião de seu Augusto se insere no conjunto da opinião dos moradores das duas favelas. O grau de satisfação apresentava variações, mas, de forma geral, a percepção de que a presença do policiamento permitia vislumbrar a inibição de procedimentos que geravam medo e impunham humilhação fez com que sua presença fosse percebida como positiva.

Ao pedir que seu Augusto falasse mais sobre as razões que o faziam gostar da presença do GPAE, ele destacou, mais uma vez, fatores como combate ao medo e ao desrespeito.

“... Eles chegaram e dominaram. Então quem manda agora é essa polícia aí e todo mundo teve que se jeitar para não ter confusão. Do jeito que está agora não tem como a rapaziada dominar da forma que fazia. Eles não podem mais ficar mostrando as armas e como a polícia está aqui direto eles têm ficado na deles. Continuam aí, mas pelo menos não tem mais morte nem outras coisas. Eles não tão podendo mandar como faziam antes, sabe?!” Isso dá um pouco de tranquilidade, principalmente porque com a polícia aqui não dá mais para eles dominarem pelo medo”.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Diante da resposta eu provoço seu Augusto perguntando-lhe: então, na verdade, o senhor está me dizendo que está muito bom agora?

“Depende. Claro que olhando para ontem está muito bom. Não tem mais tiroteio, até agora ninguém foi levado lá pra cima, não tem mais abuso, de ninguém (referência a traficantes e policiais). Não vou dizer que está ruim. Sempre tinha alguém apanhando e mesmo quando é entre eles deixa a gente assustado. E isso não está tendo mais mesmo, é verdade. Mas eu já vi muita coisa aqui no Pavão, sou antigo aqui. Eu já contei pra você que quando eu cheguei aqui não tinha nada, só mato, barraco de madeira e gente disposta a ajudar. Praticamente tudo de mudança que aconteceu eu estava aqui pra ver. Então eu posso dizer com a experiência que eu tenho que, maravilha, bom mesmo, era antes. Porque era a comunidade, comunidade mesmo. Tinha briga, tinha confusão, mas todo mundo queria o melhor para o outro. Não era uma coisa imposta, era assim. Hoje você vê, estou te dizendo que está bom, que não tem mais ninguém batendo na cara do outro porque está devendo. Nem tirando com a gente que não tem nada a ver. Mas isso, é só porque tem polícia aqui. No dia que eles forem embora volta ao que era. Então não é como antigamente. É uma coisa vigiada e a qualquer momento pode voltar. Por isso que eu estou te dizendo que não é tudo isso. É melhor do que estava porque diminuiu o poder que eles

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

tinham e isso fez com que a gente ficasse um pouco mais livre, mas como já foi, nunca mais”

A fala de seu Augusto me permitiu atentar para quais os parâmetros estavam sendo acionados na avaliação que os moradores faziam sobre o GPAE. A avaliação deste momento marcado pela presença do GPAE era significado a partir da comparação entre o passado distante e o passado recente. A boa receptividade recebida deveu-se à capacidade que o policiamento demonstrou de se colocar mais próximo do chamado tempo da comunidade do que do tempo do cada um por si.

Todavia, como fica evidente na fala de seu Augusto, a aproximação entre o momento da presença do GPAE do tempo da comunidade não implicou na consideração de um retorno ao passado valorizado. Este era outro momento, um novo momento na história das favelas significado como sendo melhor que o tempo do cada um por si sem se confundir com o passado distante das favelas.

Segundo os moradores, solidariedade, amizade e respeito eram valores compartilhados e difundidos entre todos, de modo que, dentro da representação local, eles constituem o espírito da época, espírito este responsável pela construção da percepção do tempo da comunidade. Justamente por ser “naturalmente” compartilhado que estes valores que conduziam as práticas nas relações sociais que se julga que este tempo era o da comunidade.

O retorno da valorização dos moradores, da inibição do medo e do desrespeito pela presença do GPAE, na percepção local, obedece uma lógica diferente da espontaneidade, incorporação e compartilhamento destes gestos e valores. Assim como a sensação de medo e a experiência do desrespeito eram impostas pelos traficantes por meio da coerção, o combate e a inibição das práticas que provocavam estes sentimentos também eram assegurados pela coerção, só que neste caso, da polícia sobre o tráfico. Evidentemente isso não impediu a satisfação

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

com o impacto produzindo pela presença do policiamento, mas se configura ponto de distinção significativo.

O impacto da chegada do GPAE

A percepção de valorização entre os moradores está diretamente relacionada à estratégia de atuação do GPAE e suas implicações no dia-a-dia nas duas favelas.

Como apontei no capítulo 1, duas das estratégias que norteavam a atuação do policiamento comunitário eram: *a prevenção ao crime antecipando e/ou inibindo a ação criminosa por meio da presença constante de policiais no interior das favelas e; a neutralização do domínio territorial armado do tráfico promovendo, conseqüentemente, a diminuição da sensação de medo entre os demais moradores.* Por meio destes procedimentos, desarticulava-se o poder do tráfico e garantia aos moradores a segurança de suas vidas e a liberdade de expressão e trânsito, alguns dos elementos básicos que constituem os direitos civis.

Tendo estes objetivos em mente o GPAE começou suas operações nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho no dia 22 de setembro do ano de 2000 tendo como base central de comando as instalações externas do CIEP João Goulart, dentro da favela do Cantagalo. A escolha dos locais onde se instalaram as outras três bases de operação expressava, por si só, a intenção de desarticular o domínio territorial do tráfico.

Os locais escolhidos para abrigar os dois postos de policiamento dentro do Pavão-Pavãozinho anteriormente serviam como pontos de operação e venda de drogas pela quadrilha local. No Cantagalo o posto foi instalado na Rua Sant Roman na altura que marca a divisão entre as duas favelas. Assim, como nos postos do Pavão-Pavãozinho, a localização do PPC 200, representou um golpe na organização do tráfico visto que a presença da polícia neste local constrangia a circulação de carros que recorriam ao local objetivando comprar drogas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Com isso, punha-se em prática a tentativa de diminuição do poder territorial do tráfico ao mesmo tempo em que, com a escolha destes locais, buscava-se dissociar a percepção de que determinados espaços pertenciam, mais efetivamente que os demais, à quadrilha. Desta forma, ao iniciar suas operações ocupando alguns dos locais mais fortemente associados à presença da quadrilha, o GPAE sinaliza, no seu primeiro gesto, que, a partir de então, o tráfico não ocupará mais as favelas da forma habitual. E, principalmente, não terá mais o controle sobre pontos estratégicos dentro das favelas.

A presença do GPAE não se restringiu à ocupação dos postos de operação espalhados nas duas favelas. Três ou quatro vezes durante o dia parte do efetivo percorria seu interior, em rondas com caráter preventivo. Com este procedimento procurava-se impedir que a quadrilha local se fixasse em outros locais transformando-os em novas bases de operação, para preparação dos papalotes e venda das drogas.

Durante os primeiros meses de 2001, quando estava em campo, por vezes presenciei estas rondas sem que pudesse acompanhá-las. Três ou quatro policiais caminhavam evitando gestos que pudessem ser entendidos como hostis. Durante o percurso eles procuravam estabelecer relações com os moradores demonstrando simpatia e educação com saudações formais, além de demonstrar interesse com o bem-estar dos moradores. Para isso utilizavam a estratégia de, logo em seguida à saudação, perguntar a determinados moradores se estava tudo bem ou se eles podiam ajudar de alguma forma.

Demonstrar tranquilidade, evitar postura hostil como, por exemplo, fazer o deslocamento com os fuzis em riste como se estivesse pronto para o confronto, como pude perceber, não é simples. A experiência de incursões em favelas gravada na mente dos policiais faz com que reações corporais que são treinadas e repetidas em cada episódio desta ordem, surjam automaticamente. O olhar atento, mapeando cada

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

movimento ao seu redor, a tensão corporal, a empunhadura firme das armas, ainda que estivessem apontadas para baixo por recomendação do seu comandante, por vezes, denunciavam a apreensão que cercavam estas rondas.

A preocupação não era descabida. Como disse anteriormente, a quadrilha local não foi presa nem expulsa. Ainda que tenham recebido um golpe na sua organização operacional, eles ainda estavam na favela. Isso implica dizer que dois grupos armados estavam ocupando o lugar. Naquele momento a polícia detinha o controle do local, mas o fazia sem reprimir a presença dos traficantes. Os policiais sabiam que, eventualmente, como resultado de um encontro inesperado, de uma reação brusca, um tiroteio poderia eclodir. Como me contou um dos policiais, o único com quem estabeleci alguma proximidade durante o primeiro campo, um encontro desta ordem era um dos maiores temores por parte dos deles.

Meses depois, pelos idos de março e abril, os policiais circulavam mais tranquilos, demonstrando confiança de que os traficantes não intencionavam preparar uma emboscada e iniciar o confronto. A forma que se dirigiam aos moradores também era mais descontraída, diferente da maneira mecânica que acontecia anteriormente. Riam, conversavam, paravam nos bares e lanchavam demonstrando que, neste momento, já estavam acostumados com a geografia local e com os moradores. Ainda assim, mesmo no período no qual os policiais demonstravam estar mais ambientados com a situação reproduziam gestos que revelavam uma postura defensiva. Isso ocorria, sobretudo, em locais mais afastados dos postos de policiamento, indicando que quanto mais próximos das bases de operação, mais confiantes e menos ameaçados eles se sentiam. Independente disto, as rondas aconteciam diariamente.

Um dos objetos das rondas era inibir a atuação do tráfico impedindo que exercesse seu domínio territorial ao mesmo tempo em que constrangiam a dinâmica comercial de suas atividades. No que se refere às atividades econômicas do tráfico, o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

termo que melhor define a atuação do GPAE é constrangimento. Como a justificativa de que a principal preocupação do policiamento era instaurar um clima de tranquilidade e assegurar a seguranças dos moradores locais, a desarticulação da quadrilha por meio de prisões e repressão ao comércio de drogas não foi considerada como estratégia. Com isso o policiamento estava orientado a reprimir o tráfico somente em casos de flagrante.

Na prática isso significou que os policiais envolvidos no GPAE não estavam autorizados a colocar em prática operações de apreensão de drogas e de repressão explícita à sua comercialização.

Ainda assim, mesmo sem a repressão direta à venda de drogas, a presença do GPAE nas favelas causou grande impacto na organização da quadrilha. Anteriormente, o primeiro acesso ao Pavão-Pavãozinho configurava-se no principal ponto de venda de drogas na área. São menos de três minutos entre a Nossa Senhora de Copacabana até o local onde funcionava a boca de fumo, aos pés da escadaria. E no que refere a duas favelas, é o local preferido para compra das drogas. Seu acesso é fácil. Não é necessário entrar na favela e depois de comprar as drogas, se for de interesse, rapidamente se está em Copacabana. O posto de policiamento foi instalado no alto da escadaria, onde as drogas eram empacotadas, onde os acertos de conta ocorriam e de onde as operações na Sant Roman eram comandadas. Desta posição os policiais do GPAE podiam ver toda a movimentação de acesso ao morro, assim como seriam capazes de ver os traficantes comercializando drogas. A presença policial trouxe constrangimentos para aqueles que vendiam e para os que consumiam.

O mesmo acontecia em outros locais. A compra de drogas no Cantagalo e no outro ponto venda de drogas do Pavão-Pavãozinho garantiam maior discricção em razão da distância que guardavam das movimentadas ruas de Copacabana e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Ipanema. Como os outros dois postos de policiamento ocuparam estes pontos, os traficantes não puderam utilizar esses espaços como estavam acostumados.

Nestes pontos, sobretudo o do primeiro acesso ao Pavão-Pavãozinho, ainda eram utilizados como locais de venda de drogas. Só que com a presença policial a comercialização e a presença do tráfico se deram de forma velada. Os traficantes não se comportavam mais como donos da área nem ofereciam em voz alta suas mercadorias a quem passasse. Eles ficaram nos bares ao lado da escadaria e quando passava alguém que não fosse da favela interpelavam discretamente perguntando se o sujeito estava atrás de drogas. Em outros pontos mais próximos aos postos de policiamento, olheiros ficavam de prontidão e avisavam quando dos deslocamentos dos policiais. Assim, o grupo que estava na ponta da venda, interrompia o negócio e se desmobilizava indo cada um para um lado da Sant Roman. Sentavam-se nos bancos, encostavam na parede, conversam com vendedores ambulantes dissimulando o motivo da sua real presença no local.

O tráfico agia tendo consciência de que os policiais do GPAE não estavam interessados em reprimir o tráfico de forma direta e desarticular a quadrilha por meio de confronto. Sabendo disto, o que se via era que seus membros evitavam gerar episódios que pudessem desencadear ações repressivas por parte dos policiais. Não se desafia a presença da polícia demonstrando que, naquele momento, era suficiente para não ter seu negócio lucrativo suspenso definitivamente. Desta forma, a venda de drogas passou a se dar de forma discreta. A presença de traficantes perto de onde funcionavam as bocas se deu em menor número e sem que, aos olhos de quem nunca estivesse no local, soubessem que se tratava de traficantes vendendo entorpecentes. Por outro lado, moradores e policiais sabiam exatamente o que esses rapazes faziam no local, mas como a orientação era para não reprimir de forma direta, a dissimulação dos traficantes era suficiente para não provocar uma situação de confronto.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Entre os principais pontos de venda de drogas, apenas um não tinha a presença policial e era ocupado de forma mais intensa pelos traficantes. Era a boca de fumo que ficava ao lado do bondinho do Pavão-Pavãozinho, no segundo acesso à favela de quem se deslocava por Copacabana. Aproximadamente dez minutos da Nossa Senhora de Copacabana. Ainda que a ocupação deste ponto não se desse da maneira como era feita antes da presença do GPAE, neste local, os traficantes sentiam-se à vontade para vender as drogas sem adotar uma postura discreta, já que não havia posto de policiamento próximo que desestimulasse a conduta dos traficantes. Assim como ocorria com os outros pontos de venda, olheiros avisavam quando as viaturas do GPAE se aproximavam. Somente nestas ocasiões é que a venda e a ocupação do espaço era dissimulada. No que se refere às bocas de fumo, esse era o único ponto onde a ocupação e comportamento do tráfico se assemelhava à forma como ocorria antes da chegada do GPAE. Nos demais pontos de venda eles estavam acuados e o fato de que seu negócio não tenha sido interrompido podendo concretizá-lo de forma velada, não escondia o desconforto com a perda do domínio territorial e do poder.

No interior das favelas o quadro não era diferente. A ronda realizada pelos policiais fez com que os traficantes abandonassem diversos locais onde as drogas eram preparadas para a venda. Esses locais serviam de base de apoio para as bocas de fumo na Sant Roman. Por isso o número de traficantes que ocupavam estes pontos era grande, assim como a presença de armas de fogo. Era com estas pessoas que aqueles que operavam na venda de drogas se comunicavam em caso de problemas. Com as rondas os traficantes tiveram que se reunir em pontos mais ao alto das favelas, onde os policiais raramente apareciam.

Se os policiais demonstravam tensão ao circular pela favela, ficou evidente que, para os traficantes, a presença policial foi ainda mais desconfortante. Olheiros espalhados nas proximidades dos postos de policiamento cumpriam a função de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

avisar quando do deslocamento policial. O que se via era que, de nenhuma forma, eles queriam se ver numa situação de encontro. Avisados do início da ronda, os traficantes desmobilizavam o agrupamento e, escondiam mochilas onde estavam as drogas. Alguns permaneciam no local onde estavam dissimulando o motivo da sua presença enquanto outros se deslocavam para outros lugares em sinal claro de que não estavam interessados em criar situações de confronto.

O que se viu foi que uma das consequências práticas da presença do GPAE nas favelas foi o desalojamento dos traficantes. Com a presença do policiamento eles se viram obrigados a abandonar ou ocupar de forma diferente lugares considerados importantes para organização de suas operações. Lugares em que antes eram fortemente associados ao tráfico, estavam, a partir de então, livres de sua presença ou, ao menos, sem que ela causasse constrangimento aos demais moradores. Ainda que não houvesse repressão direta à venda de drogas a presença dos postos de operação policial nas proximidades inibiu a venda de drogas e impôs aos traficantes comportamentos diferentes dos que estavam acostumados.

A situação era ainda mais desconfortável porque uma das premissas operacionais básicas do GPAE era a repressão ao porte e exposição de armamento de fogo por parte do tráfico. Assim como em caso de flagrante de venda de drogas, os policiais estavam autorizados a agir quando detectassem a utilização de armas de fogo, sendo que esta última representava uma preocupação prioritária do policiamento. Se os policiais faziam vista grossa quanto à venda de drogas, no caso do armamento não havia tolerância.

Com isso os traficantes ficaram impedidos de expor suas armas. Como posteriormente descobri, os traficantes escondiam as armas de baixo calibre em suas mochilas, junto com as drogas, enquanto os armamentos pesados, como fuzis, foram guardados em locais fora do alcance da polícia, para que não fossem apreendidos.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Durante um longo período as pistolas e revólveres não saíram das mochilas e os traficantes foram obrigados a operar a venda de drogas sem a presença explícita do armamento. Da mesma forma, no interior das favelas as armas também não apareciam.

Assim, a presença do tráfico no Cantagalo e no Pavão-Pavãozinho passou a acontecer sem a exposição intimidadora do seu poderio bélico. A partir de então os traficantes tiveram que se adaptar a realizar suas operações, assim como a se relacionar com os demais moradores sem a utilização de arma de fogo.

O impacto destas medidas modificou profundamente a forma como o tráfico se comportava dentro das favelas e isso, por consequência, também modificou a experiência cotidiana dos demais moradores.

Como demonstrei, o medo a que se referem os moradores é desencadeado, de forma direta e indireta, pela presença do tráfico nas favelas. De forma geral, na direta enquadram-se atos que poderiam ser classificados aqui como de desmandos e abusos, entre eles humilhações públicas e violência. Na indireta estão os tiroteios, brigas de facção e tentativas de invasão policial que põem em risco a vida dos moradores.

A presença constante do GPAE suspendeu as tradicionais batidas policiais que tanto medo traziam aos moradores. Como os policiais estavam vinte e quatro horas nas favelas, tais procedimentos não eram mais necessários. E como não era objetivo do policiamento expulsar os traficantes, esses confrontos deixaram de figurar entre as possibilidades cotidianas. Da mesma forma, os moradores entendiam que a presença policial impedia as tentativas de invasão por facções inimigas já que, como eles mesmos diziam, os invasores, na tentativa de obter sucesso em seu empreendimento, teriam que enfrentar a polícia e a quadrilha local.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Com isso o receio de ser ver no meio de uma troca de tiros resultante de uma tentativa de invasão, por parte da polícia ou de quadrilhas rivais diminuiu afastando o medo de ser pego de surpresa enquanto se transitava pela favela. Com o decorrer do tempo, os moradores perceberam que nem os traficantes locais nem os policiais estavam interessados em iniciar um confronto. Ao perceber que cada grupo à sua maneira fazia o possível para não provocar a reação do outro, os moradores passaram a acreditar que a presença dos dois grupos nas favelas não representava risco eminente de confronto e, com isso, o medo do tiroteio também diminuiu.

Para os moradores a maneira como o GPAE punha em prática a ocupação evitava episódios desta ordem e, sendo assim, eles creditavam a presença do policiamento à responsabilidade pelo fim das trocas de tiros.

Por sua vez, os medos provenientes da relação direta entre tráfico e moradores estão relacionados a episódios de violência e humilhação impostos a estes últimos. O medo de se tornar alvo dos desmandos dos traficantes fazia com que os moradores evitassem, na medida do possível, permanecer em lugares onde a presença do tráfico era mais intensa. Estes eram lugares classificados como perigosos e como “lugares da violência”, onde o domínio do tráfico sobre os demais moradores era mais evidenciado e onde parte significativa das experiências concretas de abusos e humilhações acontecia.

Apesar do domínio do tráfico abranger toda a favela, entre os moradores existe a percepção de que determinados espaços estão mais associados a atividades da quadrilha do que outros, representando, por consequência, um perigo maior. Esses espaços são visados pela polícia, quando de suas batidas, e pelas facções rivais, quando da tentativa de tomada das favelas sendo, quase sempre, os pontos de onde se iniciam as trocas de tiros entre os grupos rivais.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Mas não é apenas isso. Geralmente são próximos destes locais que parte dos acertos de conta que envolve dívidas, desavenças, acusações de colaboração com policiais ou abusos considerados sem justificativa contra moradores ocorriam. Os locais onde se preparavam e comercializavam as drogas e de onde se faziam a segurança da favela também eram os espaços onde aconteciam, ou ao menos se iniciavam, as torturas e espancamentos.

São nestes lugares que, com maior frequência, se encontram os membros da quadrilha, onde eles se reúnem para trabalhar, onde se juntam para conversar e onde sua presença armada é mais fortemente percebida. Deste modo estes pontos são identificados mais claramente como sendo de domínio do tráfico, apesar de, concretamente, toda a favela se sujeitar à sua presença e domínio.

A identificação destes espaços como mais perigosos do que outros, fazia com que os moradores evitassem permanecer neles mais tempo do que julgassem necessário. Assim, esses lugares eram vistos como os mais perigosos não apenas devido aos tiroteios, mas também porque são nestes pontos que a experiência da violência ocorria com maior frequência. O problema é que geralmente os lugares onde a permanência dos traficantes é mais efetiva são também locais de acesso obrigatório para aqueles que precisam sair das favelas. Com isso o sentimento de medo era confrontado cotidianamente com a necessidade de passar por estes locais.

A ocupação destes pontos pelo GPAE permitiu aos moradores se deslocar e ocupar espaços no interior da favela sem que houvesse a preocupação com a presença do tráfico. Os locais de passagem foram desobstruídos e a quadrilha local perdeu o poder de controlar a circulação de pessoas, assim como a posse de pontos-chave nas favelas.

Mesmo que os traficantes não tenham abandonado as favelas e ainda que sua presença fosse percebida em alguns destes pontos, a forma como ela passou a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

acontecer foi modificada. Segundo os moradores, a presença do GPAE fez com que os traficantes não se portassem mais como donos das favelas. Eles, a partir de então, não puderam interferir nos deslocamentos dos moradores e de visitantes, não interpelavam questionando a intenção daqueles que subiam o morro, não destrataavam mais moradores ordenando que não parassem em determinados lugares ou que se deslocassem com rapidez. Se, anteriormente, os membros da quadrilha se portavam como se tolerassem a permanência dos moradores em determinados espaços, a partir da presença do GPAE, os traficantes se viram obrigados a dividir e conviver com os moradores sem que pudessem impor suas determinações referentes à ocupação e deslocamento nas favelas.

Com isso os moradores passaram a se sentir menos intimidados e com isso vivenciou-se um processo de reocupação das favelas por meio do uso mais intenso dos seus espaços públicos. Um exemplo disto foi que os cultos religiosos e reuniões comunitárias passaram a ter como palco as quadras de futebol das favelas.

A ocupação dos lugares que anteriormente eram utilizados como pontos de operação pelo tráfico teve um caráter simbólico e prático. Simbolicamente o GPAE sinalizou que a quadrilha local não tinha mais lugar nas favelas. O caráter prático da ação foi o de permitir que os moradores pudessem transitar sem receio dentro de suas localidades. Assim, de forma geral, a ocupação destes lugares onde o sentimento de medo se intensificava permitiu aos moradores mais antigos reviver a experiência de liberdade no trânsito e na ocupação dos espaços públicos que, segundo contam, marcavam o passado nas favelas. Para os moradores mais novos este momento representou uma primeira experiência de como é viver em um ambiente livre do controle do tráfico. Neste momento o trânsito nestes lugares deixou de ser fonte do sentimento de medo.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

O sentimento de liberdade e a diminuição da sensação de medo não é, obviamente, resultado exclusivamente da possibilidade de deslocamento. Na verdade o sentimento de medo que fazia com que os moradores evitassem permanecer em determinados espaços era alimentado por atos perpetrados pelos traficantes. Foi, sobretudo, em razão da inibição de episódios de violência física e moral que as favelas puderam ser reocupadas e que o sentimento de medo passou a ser menos intenso.

A atuação do GPAE e sua permanência constante nas favelas fizeram com que cessassem episódios de humilhação e violência. Com o policiamento, o tráfico não pôde mais impor intimidando os moradores pelo uso de violência. Também não pôde mais demonstrar seu poder por meio da humilhação pública de pessoas, sejam elas envolvidas com o tráfico ou não.

O depoimento de Joana, durante o primeiro semestre de 2001 dá a dimensão de quais tipos de práticas que a atuação do GPAE interrompeu.

“Eu não gosto que tenha esse posto da polícia aqui em frente à minha casa porque você não sabe o dia de amanhã. Eu passo e não falo e nem olho para esses policiais que ficam aqui. Elas [as duas filhas] também não ficam de papo com eles porque elas também nunca foram de ficar jogando conversa fora com o pessoal daqui. Mas com eles aqui [a polícia] está melhor que antes. Antes eu era obrigada a ver tudo, todas as coisas ruins que você pode imaginar eu vi. Tanto espancamento que não saberia te dizer quantos, muitos mesmos (...) aqui onde está a polícia agora, esses garotos surravam as pessoas, batiam no rosto, fazia ficar de joelhos pedindo. Às vezes, eles faziam isso e diziam que era uma

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

lição pra ninguém mais fazer o que eles não gostam (...)
um exemplo? Teve um menino que até era bonito sabe?!
Parecia ser bem-educado mas estava sempre aqui
comprando essas drogas que acabam com a vida da
pessoa. Só que parece que ele ficava pegando as drogas
e não pagava. Até que, um dia, ele subiu e estava sem
dinheiro. Esse pessoal daqui, então, bateu tanto nele,
tanto que ele gritava pedindo pela vida. Diziam para ele
que ele ia morrer que eles iam na casa dele pegar a mãe,
se ele não pagasse. Foi a noite toda assim. Depois eu
não sei o que aconteceu, mas eu nunca mais eu vi ele.
Mas morto ele não foi não e acho que ele arrumou um
jeito de conseguir o dinheiro e sumiu.” (Joana, 2001).

Por meio deste depoimento se percebe que mesmo entre os moradores que demonstravam restrições acerca do policiamento, a sua presença é vista como geradora de uma situação melhor do que a vivida anteriormente. A presença do GPAE garantiu que os traficantes não submetessem os moradores a experiências violentas.

A não exposição de armas de fogo pelo tráfico também desempenha um papel fundamental para diminuição do sentimento de medo. Como se sabe, o poder de arbítrio do tráfico tem como fonte a posse de arma de fogo e a disposição de usá-la para fazer prevalecer suas decisões. É por intermédio do uso do armamento que os traficantes exerciam seu domínio nas favelas e submetiam os moradores à violência. Sem a possibilidade de utilização de armamento de fogo, parte da capacidade intimidatória do tráfico se perde. E sem a possibilidade de seu uso pela presença do GPAE, a presença do tráfico se torna menos ameaçadora.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Assim, a presença constante da polícia junto com a proibição de exibição de armas de fogo por parte dos traficantes trouxe outro ambiente para as favelas. Experiências que compunham o cotidiano do passado recente, tais como tiroteios, desmandos e violência do tráfico não ocorriam mais, satisfazendo parte dos anseios dos moradores que diziam querer viver sem medo de tornarem-se vítimas da dinâmica do tráfico.

Gestos indiretos de consideração

O morador reconhecia que a estrutura das relações se modificara. Mesmo com pouco tempo de atividade do policiamento falava-se que as favelas experimentavam um momento diferente em suas histórias, sobretudo quando comparado com o passado recente. A percepção de mudança era acompanhada de um sentimento de satisfação com o que estava acontecendo, indicando que as mudanças trouxeram melhoras para suas vidas. A responsabilidade pelas mudanças não foi negligenciada e o GPAE ganhou o crédito pela melhoria na condição de vida.

Como apontavam, por meio de suas medidas o policiamento comunitário proporcionara a possibilidade de trânsito menos preocupado no interior das favelas, assim como inibira a prática de violência física, intimidação e de violência psicológica por meio de humilhações públicas. A interrupção destas práticas fez com que a atuação do GPAE fosse avaliada de forma positiva pelos moradores. Isso significa dizer que os moradores não só aprovavam como desejavam que a polícia permanecesse nas favelas garantindo a manutenção das melhorias indicadas, como se depreende do depoimento de Débora, de 29 anos, professora do ensino fundamental e moradora do Cantagalo:

“É claro que eu prefiro eles aqui. Você não tem ideia do que é morar em lugar que em qualquer momento você pode levar um tiro. Que se vê alguém apanhar até a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

morte ou que quando você abre a porta de casa, ou está descendo para o trabalho tem um corpo largado no chão. Nada, nada mesmo garante que não sou eu ali, na vala. Essa coisa que dizem que morador de favela gosta do tráfico é mentira. A gente vive é com medo. Então é claro, eu prefiro como está agora. Tem essa história de que eles estão combinado (tráfico e polícia), mas sinceramente, para mim não importa. O que importa é que não tem mais tiroteio e que com eles aqui não tem acontecido abuso e está tudo tranquilo, como eu nunca vi. E a gente também merece, não é só quem mora na (avenida) Atlântica que tem direito a sossego, que o governo tem que se preocupar. Lá tem bandido também, mas a polícia não chega atirando, não é verdade?! O problema é que a gente tem que ficar na nossa porque se amanhã a polícia vai embora e tudo volta ao que era antes e a gente é que vai sofrer e quem apoiou tá perdido. Eu torço para que eles continuem aí, do jeito que está...” (2001)

Mais adiante instiguei Débora, fazendo-a retornar à questão do direito à tranquilidade e à comparação que ela havia feito entre o procedimento da polícia na favela e nos bairros nobres da cidade.

“... O que eu quero dizer com isso é que bandido tem em todo lugar. Só que antes o que acontecia era que se chegava de qualquer jeito, atirando sem

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

querer saber quem estava no caminho e depois que morria era só dizer que era bandido. A maioria é mesmo, mas a bala não diferencia quem é de quem não é. Nem a bala e nem a polícia. Então, uma hora, quem não tem nada a ver com a bronca acaba morrendo. E o pior é que eles estavam nem aí, mesmo, e se você estivesse no caminho problema é seu. Mas quando é na Atlântica ou na Vieira Souto, aí é diferente. Não se atira porque não pode botar em risco um doutor ou uma madame. Só se atira quando não tem jeito, não é?! Aí a polícia negocia, chama advogado, promete que não vai matar. Só pra não colocar em risco a vida. Porque com o morador do morro tem que ser diferente? Nós somos humanos também. A maioria aqui é gente que trabalha, que acorda cedo, que paga as contas e quer ser respeitado. Eu também quero que a polícia não ponha minha vida em risco.

(...) É por isso que eu disse que não me importo se tem ou se não tem combinação, se está rolando dinheiro ou não. O que eu quero é paz, é não ficar com medo quando minha filha volta do colégio. Se eles vão prender é outra história. Você tinha perguntado e acho que eu esqueci de responder. Eu fui sim, nas primeiras reuniões com a polícia. E o que eu gostei do que o comandante deles disse. Que a preocupação era com a gente, com a nossa segurança, que eles estão tendo a gente como preocupação. Que o trabalho deles ia ser o de proteger o morador de favela. É isso que eles fazem lá

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

embaixo todos os dias. Mas aqui, na favela, isso é novo”
(2001).

O eixo do argumento presente no depoimento de Débora, com frequência, estruturava a fala dos demais moradores. Atribuía-se ao GPAE a melhoria de vida nas favelas e temia-se que, por uma decisão política, a o projeto fosse desativado. Por si só o receio de que a policiamento deixasse as favelas indica que a sua presença era significada positivamente. Ao lado disso, a fala de Débora sinaliza para uma questão importante que permeava as falas que indicavam a satisfação com a atuação do policiamento. É a percepção de que a polícia estava nas favelas para garantir a segurança do morador. Experiência nova, visto que, tradicionalmente, o tratamento que agentes da polícia dispensavam aos moradores indicava sua despreocupação ou descaso com a garantia dos seus direitos básicos, como, por exemplo, à vida.

O que assertivas como a de Débora revelam é a presença de questões referentes à demanda por cidadania e por consideração. Simbolicamente, por meio da repressão aos abusos e domínio do tráfico e a preocupação prioritária com a segurança dos moradores, a polícia reconhecia-os como sujeitos merecedores de cuidado e atenção.

Utilizo a noção de consideração em sua relação com demandas por cidadania inspirado, de forma livre, nos trabalhos de Cardoso de Oliveira por acreditar que a percepção positiva sobre os primeiros meses de atuação do GPAE é indissociável da percepção de que as práticas policiais atendiam a expectativa por reconhecimento dos moradores como portadores de direitos que devem ser respeitados, assim como os demais moradores da cidade. A receptividade ao GPAE relaciona-se à percepção de valorização pessoal que os moradores experimentaram a partir da ação policial inibindo os desmandos por parte dos traficantes. A valorização advém da percepção de que, neste momento, os moradores passaram a ser vistos como pessoas

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

merecedoras de atenção da polícia, não mais como elementos suspeitos ou perigosos, mas, sim, como alvo de sua proteção.

Como parte da satisfação demonstrada pelos moradores deriva do fato de que a presença policial gerou modificação em sua relação com o tráfico, considero adequado, neste caso, chamá-la de consideração indireta. Posto que ela não é resultante da relação direta entre moradores e policiais. Assim, se as práticas descritas no capítulo anterior são experimentadas como uma forma de anulação ou desqualificação perpetrada em razão da frágil posição que ocupam na relação de poder nas favelas, a atuação do GPAE sinaliza a preocupação policial com o morador impedindo que este se torne vítima de atos desta ordem.

Voltando à Débora, várias questões podem ser depreendidas a partir de sua fala. Algumas delas são os elementos que compõem as noções de cidadania na perspectiva local.

“Mas quando é na Atlântica ou na Vieira Souto, aí é diferente. Não se atira porque não pode botar em risco um doutor ou uma madame. Só se atira quando não tem jeito, não é?! Aí a polícia negocia, chama advogado, promete que não vai matar. Só pra não colocar em risco a vida ...”

“...Nós somos humanos também. A maioria aqui é gente que trabalha, que acorda cedo, que paga as contas e quer ser respeitado.”

Como indicado no terceiro capítulo há uma relação direta entre cumprimento de deveres por meio do pagamento de impostos e a percepção local do que seria o tratamento adequado por parte da polícia como um prestador de serviço público. A percepção do direito adquirido parece não guardar relação com o reconhecimento da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

pretensão universalizante do seu alcance, mas sim com a contrapartida no cumprimento de deveres entre moradores e governo. Sendo assim, o direito do tratamento esperado não é para todos. Traficantes e assaltantes não estão entre aqueles que a polícia deveria, necessariamente, demonstrar respeito aos direitos. Para os moradores, a prática do tráfico não se enquadra como trabalho e, desta forma, a atenção a seus direitos, ainda que não seja negligenciada, não se configura em questão prioritária para os moradores. Da mesma forma os moradores não entendem como tal os abusos cometidos por traficantes contra usuários ou rivais. Também entendem que a relação entre polícia e tráfico envolve uma lógica bélica que opera à parte das regras de direito. Assim, na visão dos moradores, quem tem disposição para o trabalho e quem paga impostos são merecedores de atendimento aos direitos.

Mas como esses direitos se concretizam no cotidiano? Como se dá na prática? No que se refere à prestação de serviço por parte da polícia, na percepção local, o direito do qual falam envolve a postura que indica a preocupação com a vida e a segurança dos moradores do asfalto, assim como o tratamento respeitoso que lhes é destinado. Não atirar quando se tem o risco de atingir uma vítima da bandidagem, prisões negociadas quando há reféns, são algumas das práticas que os moradores das favelas indicam como contrapartida pelos deveres cumpridos e que, na perspectiva deles, são atendidas quando da relação entre policiais e moradores de classe média. Entende-se que, ao agir desta forma, a polícia demonstra reconhecer a diferença entre o bandido e a vítima procurando garantir ao máximo a segurança desta última.

Como cumpridores dos seus deveres os moradores desejam tornarem-se alvo do mesmo tipo de tratamento que, acreditam, a polícia dispensa aos cariocas que não moram em favelas ou bairros pobres. Diferente da maioria dos elementos que surgem na comparação entre o tempo da comunidade e do cada um por si, onde o passado está associado a experiências positivas, a relação com a polícia é significada

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

como negativa e desrespeitosa, independente do período do qual se esteja falando. A maneira como as ações policiais se davam nas favelas indicavam a falta de preocupação com a vida daqueles que não pertencem ao tráfico. Trocar tiros com traficantes indiferentes à presença de adultos ou crianças no raio de alcance indica que a segurança dos moradores não entrava em consideração na tomada de decisão policial. Na percepção local isso se deve ao fato de que no imaginário da polícia e da sociedade, de forma geral, o morador de favela é conivente com o tráfico apoiando sua presença e colaborando em suas atividades. Ou seja, estão todos, de uma forma ou de outra, trabalhando para a quadrilha local e isso autoriza a polícia a agir sem se preocupar com sua segurança, já que na favela não haveria distinção de vítimas e bandidos. É sobre este parâmetro que o morador interpreta a forma como a polícia se comporta em incursões em favelas, como se depreende da fala de Maria:

“Pra polícia só tem bandido aqui. Na verdade eles sabem que não é assim, que tem muita gente trabalhadora que não faz nada errado, que não se mete com o crime. Mas eles não se importam, fingem que é tudo bandido. Não tem um que morra que não aparece no jornal dizendo que era envolvido. Então é todo mundo. E não é só quando morre não. É todo dia, nas outras coisas também como humilhar a gente na hora de revistar ou quando fala, é bater, é roubar porque ninguém vai acreditar mesmo. É a palavra de favelado contra a do policial”

A fala de Maria se assemelha a de Débora quando esta diz que a ação policial em favelas, tradicionalmente, coloca em risco a vida do morador,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

demonstrando despreocupação com sua segurança, de modo que “*se você estiver no caminho é problema seu*”. Mas, como fica claro, o incômodo não se restringi ao fato de operações policiais exporem a vida dos moradores ao risco. Há também o significado que os moradores dão e esse procedimento policial. Ao chegar atirando, ou desrespeitar o morador, a polícia indica que não os distingue dos criminosos. Na verdade, é esta percepção que permite à polícia agir da forma que age, confundido em suas ações cada morador de favela com bandido.

É uma situação onde o morador acredita cumprir sua parte na relação, sem que receba o retorno merecido. Ele indica por meio de seus atos – pagamento de contas, por exemplo – que deseja e merece receber um tratamento diferente do dado aos traficantes, mas que, por sua vez, a polícia se recusaria a reconhecer esta diferença, tratando todos como criminosos.

As queixas dos moradores indicam o desejo de reconhecimento da sua diferença em relação aos bandidos. O reconhecimento desta diferença implicaria em gestos, por parte da polícia, que indicaria sua condição de igualdade para com as demais “*peças de bem*” da cidade. Desta forma, os moradores deixam claro seu desejo pelo reconhecimento do estatuto de cidadania, ainda que nem sempre os termos utilizados sejam estes. Assim desejam tornarem-se alvos do mesmo tipo de tratamento que os demais moradores da cidade.

Foi a atenção a essa demanda que fez com que a presença do GPAE gerasse satisfação entre os moradores. Como Débora disse, a preocupação com a segurança e bem estar dos moradores das duas favelas foi uma novidade, algo inédito. A experiência com a polícia sempre foi marcada pelo desrespeito e pela despreocupação e, com a atuação do GPAE, foi a primeira vez que os moradores experimentaram ser o alvo dos cuidados policiais, como imaginavam que aconteciam fora das favelas. Era a primeira vez que se tornavam alvo de preocupação política e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de estratégias de atuação policial, sem que fossem tomados como suspeitos. A polícia estava nas favelas, não para coagir, apreender armamentos, drogas, ou para capturar traficantes. O GPAE se fazia presente para garantir os direitos dos moradores das duas favelas.

Nas primeiras reuniões o comandante anunciava que O GPAE atuaria para protegê-los e, para os moradores, o discurso se confirma na prática cotidiana dos policiais ainda que houvesse desconfiança da polícia. Independente disto, o fato era que a presença da polícia havia interrompido as práticas do tráfico e diminuído a sensação de insegurança e medo.

Mesmo posteriormente, seis anos após a implantação do policiamento comunitário, quando estimulados a lembrar deste período, fatores como inibição do poder e atuação do tráfico e a ausência de tiroteio eram destacados como feitos positivos do início de atuação do GPAE. Desta forma, em retrospectiva, a maneira como os moradores lembravam-se do período confirma a percepção positiva sobre o impacto do policiamento que se tinha na época. A polícia, ainda que por um breve período, havia interferido no cotidiano das favelas, impedindo que os moradores fossem vítimas dos abusos do tráfico.

Gestos diretos de consideração

Na relação direta entre moradores e policiais envolvidos no GPAE, foi o tratamento respeitoso e a disposição à escuta, buscando estabelecer um canal de comunicação entre as partes que ajudou a fortalecer a boa avaliação de projeto. Os moradores não só tornaram-se alvos da atenção policial por meio da repressão à quadrilha local, como também se tornaram interlocutores considerados para tomadas de decisões sobre estratégias de atuação do policiamento. Com o convite à participação, o GPAE procurava criar laços que fortalecessem parceria ou

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

comprometimento entre moradores e policiamento na busca pela produção de segurança.

Se os procedimentos descritos na sessão anterior foram responsáveis pela modificação na relação entre traficantes e moradores, a disposição à escuta e o estímulo à participação nas tomadas de decisões marcavam uma modificação significativa na relação entre moradores e policiais. Os policiais querendo saber qual a opinião dos moradores sobre a prestação do serviço foi uma novidade inesperada para no cotidiano das favelas.

Essa postura do GPAE guiava-se por um dos principais postulados teóricos sobre policiamento comunitário. É no incentivo à participação ativa da comunidade que o policiamento comunitário marca a diferença de paradigma em relação ao policiamento convencional. A ideia de que a comunidade e a polícia devem trabalhar em conjunto para definir e promover estratégias para solução de problemas está no cerne da concepção do policiamento comunitário (Rosenbaum, 2002). Assim, dentro deste paradigma, policiais e cidadãos passam a atuar como co-produtores de segurança pública (Skolnick e Bayley, 2002), e sem sua participação efetiva as chances de sucesso dessa modalidade de policiamento são poucas.

Inspirado neste princípio e com o intuito de fazer com que os moradores se comprometessem com a proposta do GPAE foram realizadas reuniões abertas a todos, onde os moradores podiam expor suas reclamações sobre desvios cometidos por policiais. Além das reclamações, nestes eventos, os participantes eram estimulados a contribuir na definição de estratégias de atuação para solução de eventuais problemas na estratégia de atuação do policiamento. Com as reuniões o GPAE buscava se aproximar dos moradores ganhando sua confiança e estreitando a relação entre moradores e policiais a ponto de criar um sentimento de cumplicidade e parceria que permitisse a potencialização da eficácia no policiamento.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Por intermédio delas, dando atenção às suas reclamações e incentivando-os a colaborar com o policiamento, o GPAE procurava demonstrar a centralidade que o morador das duas favelas ocupava dentro das preocupações da corporação. A polícia estava nas comunidades para protegê-los, escutá-los e atendê-los em suas demandas. Assim, nas reuniões, os policiais indicavam que estavam preocupados com a segurança dos moradores ao mesmo tempo em que deixavam claro que os consideravam interlocutores legítimos capazes de ajudar no desempenho policial.

A disposição à escuta tinha sua sinalização mais clara e formal com a promoção das reuniões periódicas entre moradores e policiais. Os primeiros encontros ocorreram na Associação de moradores do Pavão-Pavãozinho e na quadra da Escola de Samba de Cantagalo, antes mesmo da implantação do policiamento, durante o mês de agosto de 2000, em reuniões que, segundo seu comandante, serviram para sensibilização dos representantes das duas favelas (Blanco, 2003). Nestas duas ocasiões os representantes do GPAE apresentaram as diretrizes e os objetivos que fundamentavam o projeto tentando convencer os presentes que algo novo nas duas comunidades estava por acontecer e que essa novidade representaria uma melhora significativa na vida daqueles que ali moravam. Ainda nestes eventos os moradores foram informados que a participação local seria fundamental para o bom funcionamento do policiamento e que, desta forma, estariam todos convidados a participar e que suas considerações seriam acolhidas pelo oficialato.

Dentro do esforço para ganhar a confiança e incentivar os locais a cooperar com o policiamento criou-se um conselho onde representantes de congregações religiosas, associação de moradores, escola de samba, ONGs e moradores comuns pudessem participar das discussões sobre o policiamento.

“... com a criação do Conselho Comunitário de
Segurança e Cidadania criou-se também um mecanismo

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de controle externo da atividade policial, o que muito contribuiu para a identificação e correção de falhas e de desvios de comportamento do policial em serviço. O que difere a estratégia de atuação do GPAE de outras estratégias desenvolvidas pela Corporação é, basicamente, a regularidade e a interatividade do serviço policial face o ambiente que se apresenta” (Blanco, 2003: 108).

“...Cumpre o fundamental papel de articular e integrar esses diferentes atores sociais em torno de um objetivo comum: a diminuição da violência com desenvolvimento comunitário” (Blanco, 2003: 109)

Pela fala do comandante do grupamento destacando a procura do estabelecimento da interatividade comunicativa entre as partes da relação, fica evidente sua intenção de fazer com que os representantes locais também se responsabilizassem pela produção de segurança.

Todavia, fazer com que o morador, habituado a desconfiar da polícia, comprometa-se a colaborar com a atividade policial não é uma tarefa fácil. A experiência com a polícia sempre foi significada de forma negativa pelos moradores. Para eles o policial é aquele que desrespeita, coloca a vida em risco, que é corrupto e violento. Modificar essa percepção demanda tempo e trabalho árduo por parte dos policiais de modo que há uma distância considerável entre apoiar a presença policial e confiar na polícia.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Mas não era apenas isso que dificultava a participação. Temiam-se as consequências advindas de uma possível desativação do GPAE, visto que, mesmo sem o poder de outrora, os traficantes ainda estavam nas favelas, atentos, e podiam retaliar futuramente, aqueles que colaborassem com a polícia. Desta forma, participar ativamente do processo de produção de segurança poderia trazer transtornos para os envolvidos, sendo mais um elemento a ser considerando na decisão de colaborar ou não com o projeto.

Mas estes fatores não impediam que as reuniões acontecessem. Nestes eventos os moradores se comportavam de forma reticente e agressiva no trato com os policiais. A participação local era motivada, sobretudo, por uma postura de denúncia e reclamação sobre os procedimentos policiais enquanto que a participação na elaboração de estratégias de atuação ficava em segundo plano ou era negligenciada. Do outro lado da mesa a tensão não era menor. Os policiais não estavam acostumados a receber por parte do público críticas sobre sua atuação ou comportamento em eventos desta ordem. Certamente não é novidade para policiais serem alvos de críticas que apontam seus excessos na conduta e limitações na capacidade de resolução de problemas. Entretanto, uma situação na qual as críticas são realizadas por meio de diálogo frente a frente com aqueles que são beneficiados do serviço e que eventuais críticas devem ser aceitas e consideradas representa um tipo de exposição que gerou desconforto para os policiais. Com isso cabia ao oficialato mediar a relação entre os policiais que, de fato, viviam o cotidiano das favelas e os moradores.

A atenção àquilo que os moradores tinham a dizer não se restringia a estes eventos públicos. Caso considerasse necessário o morador poderia se dirigir a um dos oficiais, particularmente, para fazer denúncia ou propor modificações no policiamento. Procurando demonstrar a disposição em estabelecer um canal de comunicação entre a polícia e os moradores, assim como o comprometimento com essa nova postura

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

policial, o comandante do GPAE tornou público o número do seu telefone celular de modo que qualquer um pudesse se comunicar diretamente em casos de conduta irregular envolvendo policiais. Com esse gesto, o comandante procurava conquistar a confiança dos moradores de modo a permitir que estes se sentissem à vontade quando considerassem necessário fazer reclamações.

Todavia, para se conquistar confiança do morador não bastava escutar o que se tinha a dizer. Era necessário demonstrar que o dito era considerado. Para estimular o comprometimento dos moradores, era necessário conquistar sua confiança demonstrando que suas contribuições seriam incorporadas e suas denúncias apuradas.

Se, por parte dos moradores, não havia interesse em participar da elaboração de estratégias de atuação, no que se refere a reclamações, eles não se furtaram em fazê-las. Entre as reclamações mais recorrentes estavam acusações sobre procedimentos agressivos em abordagens a moradores. Acusações sobre destrato físico e verbal vivenciados como tratamento desrespeitoso por parte dos policiais. Também, como resultado de denúncia dos moradores, houve a constatação de que policiais responsáveis pela ronda diária utilizavam-se da sua condição na favela para facilitar acesso a drogas para consumo próprio. Denúncias sobre recebimento de propina por parte de policiais em razão de acordo corrupto com traficantes também foram feitas. Diante das acusações, 13 policiais foram afastados do policiamento comunitário e realocados em outras unidades da PMERJ. Em um ano, como resultado da denúncia dos moradores, parte significativa do efetivo que compunha o policiamento nas favelas teve que ser renovado.

“De forma sucessiva, essas movimentações e substituições foram se tornando frequentes, a tal ponto que ao final de 01 ano, 70% do efetivo original havia sido

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

renovado. Muitos policiais militares foram presos e punidos disciplinarmente outros foram preventivamente afastados, antes que algum mal maior pudesse ter ocorrido” (Blanco, 2003: 105).

Com esses procedimentos o comando do GPAE procurava demonstrar que a disposição à escuta, o incentivo à colaboração dos moradores na tentativa de correção de rumos, não eram jogo de cena. As denúncias eram investigadas e, caso houvesse indícios de comprovação, os responsáveis receberiam punição.

Mas como essa postura repercutiu entre os moradores? Poucos eram os que se dispunham ou demonstravam interesse em participar das reuniões para colaborar propositivamente com o policiamento. Os que demonstravam maior interesse eram aqueles envolvidos com as Associações de Moradores, alguns representantes de ONGs e líderes religiosos, sobretudo os neopentecostais. A participação dos moradores que não tinham envolvimento com a política comunitária se restringia a reclamações sobre desmandos ou sobre ausência de policiamento em determinadas localidades no interior das favelas. Com o passar dos meses o número de pessoas presentes nas reuniões diminuiu e esses eventos passaram a ser realizados somente com a presença de representantes dos grupos assinalados acima.

Mas ao contrário do que a falta de interesse em participar das reuniões possa sugerir, a postura do GPAE demonstrando atenção às demandas locais foi recebida pelos moradores. Se não era comum a polícia atuar tendo como alvo a preservação da segurança dos moradores de favelas, a disposição de escutar as demandas verbalizadas representava uma novidade completa.

Este gesto marcava uma modificação significativa na relação entre moradores e policiais a ponto deste período ser destacado como um momento diferente na história das favelas. Ele se diferenciava dos períodos anteriores, pois, pela primeira

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

vez, a polícia reconhecia os direitos dos moradores de favelas e os tratavam como interlocutores que tinham sua opinião considerada para tomadas de decisão. Isso contrastava com a postura desrespeitosa que, segundo os moradores, até aquele momento, marcava o histórico da relação entre as partes.

Poder falar e ser atendido ou levado em consideração na tomada de decisões reforçou a percepção de que estavam sendo valorizados. O simples gesto de escutar indica o reconhecimento do outro como interlocutor e isso remete à percepção de consideração como sujeitos portadores de direitos. E, no que diz respeito à relação com a polícia, esta era a principal demanda dos moradores das duas favelas. A atenção que o GPAE estava demonstrando, então, foi responsável por reverter essa experiência negativa, e a nova postura do policiamento era percebida como demonstração de respeito.

“Pelo menos isso mostra que estão tentando algo novo pra ver se muda a imagem da polícia, porque do jeito que era não dá. As pessoas preferiam ver o diabo a ver a polícia aqui. Porque eles sempre agiram como porcos aqui, sempre, uns animais. Agora, com essa preocupação de ficar aqui, de saber das pessoas se está bom, se tem algo errado acontecendo, isso mostra que está querendo mudar. Começar uma nova história, pra criar respeito dos dois lados. Porque quem mora na favela não é bicho. Não tem nada aqui que me faça pior do que eles (policiais) ou do que você. E eles sempre tratavam a gente como animais e as pessoas queriam ver a caveira deles. Um queria ver o outro pelas costas. Não ache você que eu vou querer o bem, ajudar que me faz mal. De jeito nenhum. Agora, com esse comandante aqui

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

eles estão tentando mostrar que, bem ou mal, eles querem saber o que a gente acha. Já é algo novo. Já estão perguntando. E, depois de perguntar, até escutam a resposta! Isso não é fantástico! (2001).

Como destacado no capítulo três, os moradores, ao reclamarem da postura policial em suas ações nas favelas, indicavam que seu desejo era o de que a polícia dedicasse a eles tratamentos que demonstrassem respeito. Da polícia, se esperaria unicamente o reconhecimento dos direitos e o tratamento condizente com este reconhecimento. Por meio da fala de Alexandre depreende-se que os tratamentos desrespeitosos por parte dos policiais eram associados com a desconsideração da humanidade dos moradores. Essa aproximação entre animalidade e tratamento policial se relaciona com a percepção de que, para a polícia, os moradores de favelas não estavam sujeitos às mesmas regras de direito que os demais moradores da cidade. A eles não se aplicariam as mesmas leis, nem se teria o mesmo cuidado no trato, nem preocupação com sua vida.

Como não gozavam do mesmo estatuto de cidadania não havia porque suas opiniões e queixas serem levadas em consideração. Assim, a animalidade referida por Alexandre se aproxima em muito da percepção, amplamente difundida entre os moradores, que seus direitos não eram respeitados porque não eram vistos como tendo a mesma qualidade que as pessoas pertencentes à classe média, moradora dos bairros ricos da cidade. Trata-se da percepção de que a forma tratamento destinada a eles pela polícia ressaltava sua condição de sub-cidadão.

Por outro lado, a atenção demonstrada com as perguntas feitas por policiais e com a disposição em escutar as respostas apontava que essa condição poderia estar em processo de superação. A forma como a polícia procurava proceder nas

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

favelas afastou a sensação de que os moradores eram percebidos como sujeitos não merecedores de consideração.

A satisfação com a situação vivida neste momento contrastava com o desinteresse em colaborar propositivamente com o GPAE, sem que isso representasse descrédito ao projeto. O policiamento comunitário gozava de prestígio entre os moradores que diziam desejar que ele continuasse operando nas favelas, visto que para eles, a presença do GPAE trouxe melhorias para o cotidiano das favelas.

Todavia, a receptividade experimentada nos primeiros meses de atuação não estava relacionada com o caráter comunitário do policiamento. Não era a possibilidade de participação ativa dos moradores ajudando a avaliar procedimentos, alterar rumos colaborando ativamente com o processo de produção da segurança local que havia conquistado os moradores. Esse nível de participação, claramente, não interessava à maioria dos moradores. A avaliação positiva devia-se ao novo tipo de tratamento dispensando pelos policiais e as consequências de sua presença nas favelas.

“Porque eu não vou (nas reuniões)? Ora, pra quê?! Alguém faz seu trabalho pra você? Não, não é? Não tem que misturar as coisas. Você me perguntou como está com eles aqui e eu te disse que está bom, não tem mais violência, a rapaziada não controla como fazia antes, não vê mais ninguém sendo surrado, ninguém morto em uma vala. Disse que gosto deles aqui porque a favela voltou a ter uma tranquilidadezinha. Isso é uma coisa. Outra é que cada um tem que fazer seu trabalho. Eu não recebo pra ser polícia, para prender. Se tiver um deles agindo errado eu posso até reclamar. Escondido

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

que eu não sou besta de apontar um policial. Depois quem vai se ferrar sou eu. Eu acho que essa é minha parte. É assim que eu posso ajudar a polícia. Não vou ficar indo em reunião. A polícia tem que fazer a parte dela e eu faço a minha.” (2001)

Uma das respostas dirigidas à minha pergunta sobre o interesse nas reuniões demonstra de forma adequada o nível de interesse que elas despertavam: *“Eu não vou perder minha novela pra dizer a um policial como deve trabalhar.”* Para os moradores, o policiamento comunitário, com seus princípios operacionais, pouco importava. A verdade é que a grande maioria das pessoas não sabia que se tratava de um projeto de policiamento comunitário. Um exemplo disso é que a sigla GPAE era desconhecida para a maioria dos moradores, sendo reconhecida quase que exclusivamente pelas pessoas que tinham envolvimento com a política comunitária.

Tratava-se sim da polícia atuando nas favelas e agindo de forma diferente do que se estava acostumado, garantindo a segurança dos moradores e tratando-os de forma respeitosa. Era a atenção a essas questões que garantiram a satisfação em relação à presença policial. A escuta policial importava porque representava o reconhecimento de que o morador era merecedor de um tratamento respeitável e que seu ponto de vista valia tanto quanto o de qualquer morador da cidade.

Era a maneira como o policiamento se comportava nos primeiros meses de atuação se diferenciando das práticas do passado que permitiu ao GPAE ser visto como uma experiência nova e positiva para os moradores. E, para que isso se desse desta forma, a atuação do oficialato desempenhou um papel fundamental. As respostas do comando a denúncias de abusos afastando policiais reforçavam a visão local de que havia um interesse real em atender os anseios dos moradores. Gerando, inclusive, a percepção de que havia uma diferença entre oficiais e subordinados, onde

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

os primeiros estariam comprometidos com essa nova postura policial enquanto o segundo grupo apenas cumpriria ordens sem acreditar, necessariamente, na pertinência destes procedimentos. Ao dar ouvidos aos moradores e punir os policiais o comandante do policiamento acabou sendo considerado uma pessoa confiável, interessada no sucesso da relação entre policiais e moradores, tal como se deduz da fala de Evaristo:

“Esse comandante é bom. Ele está a fim de que as coisas aconteçam pra valer. Ele escuta e tenta fazer tudo direito. Só que uma andorinha só não faz verão, não adianta ele querer e o pessoal abaixo dele dizer sim na frente dele e por trás fazer diferente. Mas ainda assim a gente tem que dar crédito a ele” (2001).

A presença permanente de oficiais nas favelas ajudava a fornecer credibilidade ao empenho do comandante. Sua presença nas reuniões e sua decisão de distribuir o cartão com o número de seu telefone foi percebido como indicativo do interesse em melhorar a relação entre as partes. De toda forma, a punição dos acusados de desvio era percebida como ato de consideração por parte dos moradores.

“A polícia não é só uma pessoa, são todos eles, quem manda e quem obedece. Mas quando os chefes punem os errados, que nem esse comandante está fazendo, dá pra acreditar um pouco que tá havendo uma melhoria. Você vê que tem uma pessoa que está fazendo o possível para construir uma coisa, que vem falar, perguntar se está tudo bem, se tem alguma reclamação. E quando ele faz isso ele mostra que não está entrando

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

em um ouvido e saindo no outro. O que a gente diz ele vai ver se é verdade e se for ele toma as providências. Ele leva a sério o que é dito. Isso é o quê? Assim ele está mostrando respeito pelas pessoas. Se eu vou lá digo uma coisa pra ele e não acontece nada, digo que está acontecendo isso e aquilo, dou minha cara a tapa e ele na minha frente diz que vai tomar providência, mas não faz nada, isso mostra que ele não é confiável. Mas não é assim. Não é só escutar e não fazer nada, que nem os políticos fazem. É levar a sério e procurar melhorar.”

(2001)

A disposição à escuta e a tentativa de fazer com que os moradores se aproximassem do policiamento repercutia em outra demanda dos moradores. Os moradores, por conta deste gesto, reconheciam que a polícia estava fazendo a distinção entre as “pessoas de bem” e os traficantes.

“Só de sentar e escutar o que a comunidade tem a dizer já é uma coisa muito boa. Porque nunca aconteceu assim. Eu moro aqui há 16 anos e não me lembro de alguém ter subido a escadaria e perguntado o que eu achava que tinha que fazer pra melhorar. A polícia então... Era só pra prender que eles estavam aqui. Essa mudança mostra que eles estão vendo que a maioria é de bem e que tem que ser tratadas com respeito. A maioria trabalha duro todos os dias pra ter o que comer, pra comprar roupa, pra dar estudo aos filhos e não é correto ser tratados como bicho. Se não é certo tratar

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

esses meninos (traficantes) assim, imagina as pessoas que estão batalhando na vida.” (Michelle, 2002).

Escutar as reclamações e tomar as providências cabíveis para corrigir eventuais erros indicava que a polícia estava nas favelas com o objetivo de atender os interesses dos moradores e que sua segurança era o alvo das preocupações do GPAE. Era mais uma medida policial que demonstrava haver o reconhecimento da diferença entre moradores e traficantes. Até então, para os moradores, a polícia só escutava as reclamações e modificava estratégias de atuação quando elas vinham dos moradores mais abastados economicamente. Nestes casos, as reclamações repercutiam modificando o comportamento policial. A atuação policial em favelas, ao contrário, ignorava a presença de moradores não envolvidos com grupos criminosos, levando em consideração unicamente a busca por apreender drogas, armas e prender os criminosos.

Como demonstrei, a demanda dos moradores em sua relação com a polícia é, em última análise, uma demanda por reconhecimento de direitos e de atitudes que expressem esse reconhecimento. Eles desejam receber o tratamento que consideram condizente com sua condição de contribuinte, que, no caso, representa a de sujeito portador dos mesmos direitos dos demais moradores da cidade. Acusavam a polícia de, em suas ações, desrespeitarem os moradores e negarem este reconhecimento.

O comportamento do GPAE atendia a esta demanda. A escuta e atenção às reclamações dos moradores era uma demonstração, por parte do policiamento, do reconhecimento do morador como sujeito merecedor de consideração. Os moradores, pela primeira vez, sentiam que estavam em condição de igualdade, no que se refere ao comportamento destinado por policiais, com os demais moradores da cidade. Estavam sendo tratados como pessoas detentoras de direito e respeito.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Como aponta Cardoso de Oliveira, o reconhecimento da dignidade entre as partes envolvidas numa relação é pré-condição para o reconhecimento de direitos. Desta forma, o direito à cidadania só é passível de ser reconhecido quando o estatuto de igualdade é respeitado pelos envolvidos. O GPAE, ao incentivar a participação, ao se dispor a escutar, permitiu ao morador ter esta sensação. A resposta dada pelos moradores, a contrapartida, foi a boa avaliação do policiamento, a aceitação de sua presença e o tratamento respeitoso que os moradores destinavam aos policiais do GPAE.

Consideração, cidadania e troca

Como se viu, no que diz respeito à relação dos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo com a polícia, as reclamações e demandas explicitadas referiam-se ao desejo de que o tratamento destinado a eles expressasse o reconhecimento de seus direitos. O respeito a estes direitos implicava no reconhecimento da condição de igualdade do “morador de bem”, trabalhador e pagador dos seus impostos, que vivia nas favelas, tinha em relação às famílias de classe média da cidade. Na mesma medida, o reconhecimento de que são portadores de direitos envolvia, segundo estes mesmos moradores, o reconhecimento da sua diferença em relação às pessoas inseridas na quadrilha local. Desta forma, a demanda pelo tratamento adequado, implicava, ao mesmo tempo, em um reconhecimento de igualdade e de diferença.

A reclamação corriqueira era de que a forma como a polícia se portava em suas operações dentro da favela refletia a desconsideração da sua condição de igualdade com aos demais cidadãos da cidade ao mesmo em tempo em que desconsiderava a sua diferença em relação aos traficantes locais. Essas experiências eram vividas como uma dupla desconsideração. A polícia agia como que demonstrando que não considerava os moradores das duas favelas como sujeitos

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

portadores dos mesmos direitos que os demais moradores da cidade, alimentando a percepção de subcidadania local.

O tratamento que expressava a desconsideração aos direitos dos locais se insere na forma como o acesso a direitos de cidadania são vividos no Brasil. Como no Brasil a cidadania, diferente do modelo britânico, não era inspirada pelo princípio da sua aplicabilidade universal e como, tradicionalmente, o Estado regulava o acesso a direitos distribuindo-os desigualmente de acordo com interesses associativos profissionais, a percepção de que pessoas diferentes são portadoras de graus diferenciados de reconhecimento dos seus direitos não gera constrangimentos. Como aponta Damatta, a sociedade brasileira é hierarquizada e o acesso aos direitos também está sujeito a estas hierarquias. Somente após a Constituição de 1988 é que o princípio da universalidade dos direitos de cidadania ganhou destaque sendo reconhecido como meta a ser cumprida em um Estado Democrático de Direito.

Todavia, é segredo de polichinelo que, no Brasil, o reconhecimento formal dos direitos não significa necessariamente no seu cumprimento no cotidiano das pessoas, sobretudo quando se trata de atender as camadas socioeconomicamente vulneráveis. Tomando como pertinente o argumento de Cardoso de Oliveira sobre a necessidade de equilíbrio entre o caráter formal da lei e seus princípios universalizantes e as demonstrações de consideração nas relações interpessoais para que haja a percepção de consideração aos direitos de cidadania, no caso brasileiro, os moradores de favelas são vítimas das consequências de não pertencerem a um grupo social percebido como merecedor de tratamento de consideração e, conseqüentemente, portadores de direitos.

Como no Brasil a relação entre justiça e consideração é desequilibrada para o lado da consideração, a universalização do respeito aos direitos básicos de cidadania fica prejudicada. Isso se reflete na prestação dos serviços públicos que agem de forma

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

a discriminar valorativamente grupos sociais realimentando a percepção de que há diferentes níveis de cidadania de acordo com a pertença social do sujeito ou do grupo. Este é o caso da polícia em sua relação com os moradores de favelas. O tratamento tradicionalmente dispensado pela polícia em suas ações nas favelas reforça a percepção de que estes moradores não possuem o mesmo nível de cidadania dos demais cidadãos.

Após a implantação do GPAE esse quadro se modifica a ponto dos moradores destacarem este momento como sendo singular na história das favelas. Por meio de gestos, classificados por mim de indiretos, por modificarem a relação entre tráfico e moradores e de gestos diretos responsáveis pela modificação da relação entre moradores e policiais, o GPAE, em sua presença e atuação, permitiu aos moradores vivenciar a experiência de se sentirem respeitados como cidadãos portadores de direitos.

Como demonstrei, esta era principal reivindicação local. Os moradores almejavam ter sua qualidade de cidadão considerada. Após passarem por anos de desrespeito, violência e descaso experimentaram o acolhimento de suas demandas. Por meio da postura adotada pelo GPAE, os moradores compreenderam o caráter inusitado ter suas expectativas atendidas pela polícia. E mesmo que os moradores considerassem ser merecedores do respeito aos seus direitos, isso não impedia que houvesse a demonstração da satisfação e do anseio de que este momento perdurasse.

“A gente tem o direito de ser respeitado. Não é caridade nem gentileza, é uma questão de tratar com respeito quem deve ser respeitado, quem faz por onde, quem tem moral. Mas esse não é um direito de hoje, é de sempre. Só que nunca aconteceu. Só agora, com esses

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

policiais, que eu estou vendo isso acontecer. Eu espero que continue, porque apesar dos problemas é muito melhor do que qualquer coisa que teve por aqui. Pelo menos agora eu escuto alguém falar que eu tenho direitos. Não precisa eu ficar gritando, dizendo: olha só, eu tenho direito! A gente tem que reconhecer que isso está acontecendo aqui e no Pavão. Não é a realidade da polícia na favela. Não é mesmo. É só vê o que acontece na televisão. Então tenho mesmo que valorizar, não atrapalhar e fazer pressão para que continue assim.”

(2001)

O GPAE procurava estimular a participação dos moradores, fazendo-os colaborar no policiamento, criando vínculos. Em lugar da impessoalidade do policiamento tradicional, procurava construir uma relação de confiança, baseada no compromisso entre as partes. O respeito, garantia e preservação da segurança e era o que a polícia propiciava aos locais.

O morador, reconhecendo a importância do GPAE na superação da sensação de medo e de desrespeito, retribuía buscando construir e consolidar uma relação positiva com os policiais, demonstrando, desta forma, a sua satisfação e seu interesse na continuação do projeto. A retribuição assumia a forma de tratamento respeitoso e a disposição em colaborar denunciando desvios cometidos por policiais.

“É uma espécie de troca. A polícia faz a parte dela e a gente respeita eles. Enquanto eles respeitarem, a gente trata eles com educação, oferece água, troca umas palavras e deixa eles trabalharem em paz. Porque

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

trabalhar aqui em cima não é mole, tem que ter disposição porque se quiserem mesmo, cercam, e esses policiais não saem de jeito nenhum. Pode vir reforço, mas aí já foi. Se a gente perturbar ainda, eles não aguentam. Eu respeito, sou educado, simpático porque eu estou recebendo em troca algo bom, que eles estar aqui trabalhado como eles estão fazendo agora. Enquanto tiver assim dá pra gente ter uma relação legal” (2001).

Como se vê, na perspectiva do morador, o compromisso entre as partes se efetiva por meio da troca. O vínculo referido, a “relação legal”, é sustentada e só se mantém porque há a percepção de que se está recebendo algo por parte dos policiais e que, por isso, se retribui.

A fala acima é contundente ao apontar o papel da troca na relação indicando que estamos diante do modelo de relação baseado na circulação de dádiva. A postura adotada pelos moradores indica que, na perspectiva deles, a relação com a polícia operava dentro de uma lógica de circulação de reconhecimento da dignidade da outra parte envolvida na relação. Isso me permite considerar que, neste momento, a relação entre polícia e moradores operava dentro da lógica da dádiva maussiana. Gestos de parte a parte indicavam o interesse em se manter relações sociais a partir dos parâmetros que foram estabelecidos após a implantação do GPAE.

Mesmo que Mauss fosse reticente ao tratar de presença da dádiva na modernidade, outros pesquisadores, por sua vez, apontam para sua presença como organizadora de relações sociais na contemporaneidade. É o caso de Godbout e Gregory, por exemplo, onde o primeiro argumenta que sem o dom seríamos tomados por um estado de angústia enquanto o segundo, por sua vez, demonstra que sistemas mercantis e de dádivas coexistem.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Dádiva, como aponta Gregory (1982), é uma categoria que remete à organização de determinado tipo de relações que se caracterizam pela criação de laços entre sujeitos por meio de trocas. Deste modo, a circulação de bens instaura relações entre as partes envolvidas na troca criando vínculos entre eles de modo que o motivo último da transação não é a obtenção de bens e, sim, o estabelecimento e manutenção das relações sociais. A relação é o foco, e não a obtenção de bens.

Como sugere Strathern, “a vinculação é a condição de todas as relações baseadas na dádiva” (248) de forma que o relevante neste tipo de relação não é o bem que circula, mas o laço criado entre as partes envolvidas. As relações baseadas na economia do dom ligam pessoas a pessoas e não pessoas a coisas ou coisas a coisas. Isso, como indicam Godbout (1999) e Godelier (1996), por conta da intenção de se instaurar, estabilizar e ampliar relações sociais que combinam solidariedade e dependência. De modo que é a vinculação de pessoas, a instauração de relações sociais, a razão que movimenta as trocas materiais.

Levando em consideração as narrativas dos moradores pode-se concluir que a relação entre eles e os policiais cumpre um ciclo que respeita os três momentos constitutivos das relações regidas pelo princípio da dádiva: dar, receber e retribuir. A polícia inicia o processo, fazendo o primeiro gesto e indicando sua intenção de estabelecer relações positivas com os moradores. Os moradores acolhem o gesto, reconhecem valor nele e, demonstrando sua intenção em continuar a relação sob estes parâmetros, retribui por meio de palavras e atos.

Considero que neste caso etnográfico o impulso de retribuir deve-se ao interesse por parte dos moradores em manter a relação. O morador, ao se doar na relação, o faz em resposta ao estímulo inicial feito pelo GPAE e com a intenção, explícita, de que seus gestos estimulem a perpetuação da relação. Ao aprovarem a atuação do policiamento, o morador responde por meio de gestos que buscam

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

consolidar a relação, alimentando o círculo de trocas, sustentando-as enquanto se considerarem atendidos.

Mas seria possível falar de compromisso ou comprometimento por parte dos moradores? Qual o compromisso se, como se viu, os moradores, em nenhum momento, demonstraram interesse em colaborar propositivamente com o GPAE na “co-produção” de segurança pública?

Uma das intenções do GPAE era aproximar polícia e comunidade fazendo com que as partes juntassem esforços para melhorar a vida nas favelas trazendo segurança e tranquilidade para as comunidades. Por intermédio da promoção de reuniões, criava-se um fórum para que o morador pudesse tornar pública suas ideias para melhorar o funcionamento do policiamento.

Todavia, os esforços nesta direção não foram suficientes para seduzir os moradores. O medo de ser visto como um colaborador da polícia e a desconfiança histórica sobre ela se misturavam com o desinteresse em colaborar com este nível de comprometimento. Na prática, isso implicou na baixa participação local nestes eventos e na explicitação da ideia de que o trabalho da polícia é o de oferecer segurança e que se ganha para prestar este serviço deve ser capaz de fazê-lo sozinho. Desta forma, não é de surpreender que as intervenções propositivas eram quantitativamente inferiores em comparação com as intervenções motivadas pelo desejo de reclamação.

Diante disto, se considerarmos o interesse e esforço do GPAE visando estimular esta modalidade de participação por parte dos moradores, de fato, somos levados a concluir que não havia comprometimento. Todavia, os moradores não entendiam desta forma. Da sua perspectiva eles estavam colaborando com a polícia, inclusive no que se refere à ajuda na melhoria no serviço prestado pelos policiais. E fazê-lo envolvia alto risco à sua segurança. Em primeiro lugar, os traficantes podiam se vingar daqueles considerados colaboradores da polícia.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

No convívio cotidiano o perigo e o receio eram facilmente perceptíveis. Certo dia, por exemplo, tendo dormido na casa de uma das minhas informantes, no dia seguinte, por volta das onze horas, eu e a dona da casa nos dirigimos a uma quitanda local para comprar refrigerante, visto que a hora do almoço se aproximava. A quitanda pertencia a uma família frequentadora da Capela da Anunciação. Quem estava atendendo a freguesia no dia era uma senhora, de aproximadamente 40 anos, a quem eu já havia tido a oportunidade de entrevistar.

Logo em seguida à nossa chegada, três policiais do GPAE se aproximaram da quitanda. Estavam descontraídos e bem humorados, educadamente cumprimentaram os presentes e pediram refrigerantes e biscoitos.

A proprietária era uma das pessoas que deixara claro em sua entrevista a satisfação com a presença do policiamento. A presença do GPAE havia melhorado de forma considerável a vida na favela. Como seu ponto de venda ficava muito próximo à boca de fumo, uns dez metros, antes do policiamento ela se viu no meio de situações avaliadas por ela como sendo de alto risco.

Como contou, não havia sido apenas uma vez em que ela teve que abandonar os produtos que garantiam a renda de sua família porque um tiroteio se iniciara. Ela temia que ela ou seus familiares fossem vitimados numa troca de tiros. Também temia um acidente com as armas dos traficantes, disparos acidentais por conta do manuseamento descuidado. Para ela, a ocupação do GPAE implicava na anulação destes riscos.

Naquele momento, em seu tratamento aos policiais, esta senhora não poupava simpatia e sorriso. De forma que não foi surpresa que, ao ser estimulada pelos policiais, não se recusou a conversar. A conversa girava em torno do tempo, calor e praia. Um dos policiais falou algo sobre seu desejo de trocar o uniforme por roupa de banho, descer o morro e se banhar em Copacabana. Outros responderam,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

falaram sobre um jogo de futebol e a dona da quitanda, brincando, incitava o desejo de ir à praia. Enquanto isso, minha acompanhante, mais reticente na sua avaliação do GPAE, tentava acelerar a compra do nosso refrigerante para que partíssemos, já que não se sentia à vontade perto dos policiais.

Antes disso, porém, dois jovens, ambos com aproximadamente 20 anos, também se aproximaram. Rapidamente o clima passou de descontração para de tensão. A senhora, dona da quitanda, percebendo a chegada dos jovens antes dos policiais, mudou seu comportamento, interrompendo bruscamente a conversa por meio de uma expressão próxima a: é só isso que vocês vão querer? Sua fisionomia havia mudado, não olhava mais os policiais.

Os jovens, por sua vez, não se comportavam de forma ameaçadora, mas também demonstravam desconforto com o encontro. Um deles rompeu o breve silêncio que se fez e disse à mulher que sua mãe pediu que lhe vendesse macarrão e extrato de tomate fiado. À tarde ela passaria lá e quitaria a dívida. O outro jovem estava com a fisionomia fechada, evitava olhar para os lados fixando o olhar para dentro do comércio. Os policiais, por sua vez, entendendo o que se passava, se retiraram como se não quisessem causar mais constrangimento à senhora.

Dias depois, ao encontrar com a comerciante na Capela, perguntei a ela porque daquele comportamento dias antes. Ela disse o óbvio. Tinha se assustado com a aproximação dos jovens traficantes e temia que pudesse sofrer alguma represália por parte deles. Como disse, um dos rapazes era conhecido. Sua mãe costumava fazer compras fiado no seu estabelecimento. Mas ela sabia que a quadrilha estava na favela e que mostrar entrosamento com os policiais poderia representar perigo.

A percepção de perigo não derivava apenas do tráfico. Acusar desvios cometidos por policiais ou atuação do tráfico em determinado ponto dentro da favela poderia ser perigoso, caso a denúncia fosse feita para a pessoa errada. Denunciar

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

policiais para outros policiais é um procedimento que envolve risco. Não se conhece a pessoa que ouve a denúncia e tem-se a possibilidade do acusado ser seu amigo. Em caso como este, o morador estaria exposto à represália policial.

Junto a isso, entre os moradores, havia a desconfiança de um acordo entre traficantes e policiais. Como apontado em trabalho anterior, havia a visão amplamente difundida de que esses dois grupos estariam em acordo ilícito, sustentado pecuniariamente pelos traficantes de modo que os policiais da ronda não causassem transtornos aos seus negócios. Desta forma, estes policiais poderiam expor a identidade dos moradores que denunciassem a operação da quadrilha. Por meio da fala da senhora que me acompanhou até a quitanda esse receio fica evidente:

“Marcus, eu não. Eu não sei quem é bandido ou não (falando dos policiais). Eu posso tá assinando minha sentença de morte. Apontar um policial para outro? Deus me livre! Eu vou lá e vai que denuncio o bandido pra outro? É muito perigoso. Tem gente que tem coragem, mas eu sou bem covarde mesmo. Não quero morrer. Eu não quero muito papo com eles porque ninguém sabe quem é quem, quem tá de boa intenção, quem é perigoso, quem tá recebendo dinheiro (referência à desconfiança de corrupção policial). Deixa quieto, porque só deles ficarem aqui já melhorou então eu não falo é nada.” (2001)

O discurso receoso e do evento narrado apontam na mesma direção. Denunciar desvios de policiais ou ações do tráfico representa um risco para os moradores. Não é um gesto simples e suas consequências não são negligenciadas. De modo que é perfeitamente compreensivo quando um morador diz que esse tipo de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

participação reflete a boa avaliação que se fazia do GPAE, representando um gesto significativo que atesta esta avaliação.

Dispor-se a tal é a maneira que os moradores, de forma geral, escolheram para ajudar a polícia tendo seu interesse próprio como motivador. E, para os moradores, esse era um gesto significativo que apontava sua disposição em colaborar.

Apesar da percepção de risco que provocava receio em proceder desta maneira, as denúncias eram feitas. E isso se devia, em parte, pela atuação do comando que, por meio de punição aos policiais desviantes, demonstrava aos moradores que levava a sério as denúncias, alimentando a esperança de que estava em processo uma mudança nas favelas que permitia a eles gozar de mais respeito, segurança e liberdade, segundo seus próprios termos.

Para os moradores, o funcionamento do GPAE devia-se, em grande medida, ao empenho do Major Carballo. O Major era conhecido localmente pela expressão “comandante” ou “comandante da polícia”. Ele era a pessoa que, pela sua dedicação e seriedade, podia-se reclamar e delatar policiais desviantes. Ele transmitia confiança e com ele os moradores se sentiam seguros para expor suas insatisfações:

“Ele vem e escuta. Escuta mesmo, prestando atenção, anota. Não é que finge que está escutando o que você diz. Ele não diz: não, isso não pode ser, esse policial não faria isso. Ou diz: você deve ter feito alguma coisa errada. Ele diz que vai averiguar, que pode despreocupar. Ele é muito sério no que faz, ele quer que a coisas sejam direitas e não deixa que os soldados deles tratem o outros com desrespeito”

Para os moradores ele se diferenciava dos demais policiais, em termos concretos e gerais. Ele era diferente dos policiais que ali estavam no cotidiano das

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

favelas e era diferente da imagem negativamente idealizada sobre a polícia. Sério, responsável, comprometido, respeitoso e honesto eram alguns dos adjetivos utilizados para se referir ao comandante.

“Ele passa confiança. Não é aquela coisa de você olhar e ter certeza que o cara não presta, que ele é sujo, sabe? Eu, sinceramente, não confio em nenhum deles aqui. Pra mim, eles só ficam na linha por causa do comandante. Eles sabem que ele não é sujo, que se ouvir algum boato de coisa errada ele vai atrás. Ele é o cara que se esforça pra acontecer, que se preocupa se vai funcionar. Eu nunca, de verdade, de verdade mesmo, nunca vi um policial assim. Os que eu conheci são corruptos ou não estão nem aí. Agora esse homem tem que respeitar mesmo, dá crédito, porque, não deve ter muitos por aí.” (2001)

O que se depreende da fala das pessoas é que o comandante é visto como uma espécie de fiador do policiamento. Os relatos sobre seu comportamento nas reuniões e quando da sua presença nas favelas passavam a imagem de comprometimento pelo sucesso do GPAE e com a segurança e respeito, por parte do comandado.

Ainda que os moradores considerassem seus direitos, o esforço básico que representava a atenção a eles era feito pelo comandante e não por outros policiais. Era por intermédio dele que, pela primeira vez, os moradores puderam experimentar tratamentos que os valorizavam como cidadãos. Ele era o sujeito responsável por esta polícia que estava nas favelas protegendo os moradores e respeitando seus

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

direitos. Sua figura era um dos elementos responsáveis pela boa avaliação do GPAE. Em grande medida, se as denúncias e reclamações eram feitas, isso se devia à confiança depositada na pessoa do comandante.

Desta forma, as denúncias eram uma das contrapartidas dos moradores na relação com a polícia. Ao se dispor a procurar o comando do GPAE e prestar queixa, o morador cumpria sua parte na relação, e, da sua maneira, retribuía o serviço prestado demonstrando por meio deste gesto que eles haviam depositado algum nível de confiança no policiamento de forma geral, e no seu comando, mais especificamente. Considerando os riscos, que, segundo os moradores, estavam envolvidos ao denunciar, demonstravam respeito pelo policiamento e indicavam que se acreditava no seu compromisso, ainda que esse compromisso fosse sustentado pelo empenho de seu comandante.

A contrapartida não se limitava às denúncias. A retribuição dos moradores também assumia a forma de comportamentos que expressavam o reconhecimento de que estavam satisfeitos com o novo momento das favelas e que se figuravam na ordem do tratamento educado e na demonstração por respeito.

Pode-se dizer que a consideração foi demonstrada por meio do respeito no tratamento oferecido pelo GPAE e aceito pelos moradores. Por sua vez, os moradores faziam circular as expressões de consideração, devolvendo a demonstração por meio de gestos de respeito para com os policiais. Basicamente, formas de tratamento que deixavam claro que a presença policial não era um estorvo. Ainda que houvesse cautela com os policiais, atitudes que demonstrassem hostilidade ou incômodo com sua presença, ou desprezo pelos policiais, não faziam parte do comportamento local. O que veio a acontecer posteriormente, com a deterioração da relação entre policias e moradores.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Deste modo, considero que o eixo da relação entre GPAE e moradores diz respeito à troca mútua de reconhecimento à maneira pela qual as partes expressavam a consideração da dignidade do outro. Se Mauss apontou que não apenas o ato de dar é retribuído, como a própria coisa dada volta ao doador original, aqui, no caso da relação entre GPAE e moradores, o que é dado também retorna. Falo de respeito e consideração. O policial demonstrava considerar a dignidade do morador ao tratá-lo como cidadão, portador de direitos e merecedor de tratamento respeitoso. Por sua vez, por meio de atos e palavras, o morador demonstrava consideração pelo policial ao reconhecer a relevância do serviço prestado e a sua dignidade como um sujeito digno de receber um tratamento respeitoso. Havia de parte a parte o reconhecimento do outro como sujeito merecedor de tratamentos respeitosos.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 7

Da Esperança ao Descrédito

O GPAE, como experiência bem sucedida, não durou. Ainda durante o ano de 2001, meses após sua implantação, como apontei anteriormente (Cardoso, 2005), uma série de casos envolvendo abuso de autoridade, violência e prática de corrupção por parte dos policiais do GPAE ocorreram nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho dando início a um processo que resultou no afastamento entre policiais e moradores e na descrença dos locais em relação à manutenção do Projeto. Houve a percepção de que a quadrilha local retomava seu poder de atuação, voltando a impor-se nas favelas e perpetrando atos de intimidação e violência contra os moradores. Um sentimento de desconfiança voltou a recair sobre o trabalho policial dando início ao processo que iria culminar, anos depois, na inviabilização do GPAE como um modelo de intervenção orientado pelos princípios do policiamento comunitário.

Muitos destes episódios ocorridos em 2001, envolvendo desvios e omissões por parte da polícia, foram observados por mim na dissertação de mestrado (Cardoso, 2005), quando foquei mais em descrevê-los. Retomo aqui os casos para análise.

Via de regra, os eventos sinalizavam, segundo os próprios moradores, para dois retornos indesejados. O retorno lento, mas perceptível, do tráfico como força dominante nas favelas, voltando a se impor ao demais moradores por meio de coerção e, por outro lado, o retorno de antigas práticas policiais na relação dos seus agentes com os moradores.

O primeiro evento responsável por gerar um descontentamento generalizado sobre os policiais do GPAE ocorreu em março de 2001, durante o carnaval, quando diversos moradores tornaram-se vítimas de coerção, violência e roubo, todos cometidos por policiais. Dentre as diversas denúncias dos locais destaca-se a que envolve o confinamento seguido de agressão e extorsão de três jovens no posto de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

policiamento comunitário da “Praça do Caô”, na favela do Pavão-Pavãozinho (2005: 73). Como pude averiguar entre os moradores durante a semana seguinte ao ocorrido, os jovens, que tinham envolvimento com o tráfico, foram abordados por policiais quando subiam a favela retornando dos festejos de carnaval. Na frente de todos os presentes (visto que um número grande de pessoas subia o morro naquele momento) os policiais, durante a abordagem, se dirigiam aos jovens por meios de palavrões e pronunciavam frases como *“e agora marginalzinho cadê a tua marra?”* (2005:74) iniciando a agressão física ainda no local. Os policiais se apropriaram dos relógios e dinheiro dos jovens, além de forjar um flagrante de posse de drogas para levá-los ao posto de policiamento. Segundo os moradores, os rapazes só não foram executados porque alguns moradores seguiram os policiais até a base de operação e lá permaneceram com o intuito de constranger o objetivo dos policiais, que seria o de “dar fim” aos moradores detidos.

Ainda à época, pude conversar como um dos moradores que presenciou o episódio e prestou queixa dos policiais envolvidos ao comando local. Reproduzo aqui o depoimento de Renan:

“A gente tinha ido ver o desfile das campeãs com um pessoal amigo lá da Rocinha. Tudo normal. Na volta tava eu, minha esposa e a irmã dela, que também mora aqui na favela, subindo pra cá quando vimos uma muvuca ali no Serafim [nome de uma localidade no interior da favela]. De longe, já dava pra ver que não era boa coisa, tinha um pessoal falando alto, gritando, sei lá. Eu pensei que fosse essas brigas de bêbedo que é comum no carnaval e continuamos andando. Quando chegamos ali no Serafim nós vimos, nós e uma outras dez pessoas, os policiais estavam dando uns tapas em

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

uns garotos, dizendo que eles iam ver só. Tinha um pessoal gritando dizendo que eles não tinham feito nada, que eles não eram bandidos, mas não adiantou, os policiais resolveram descer com eles até a Praça do Caô, onde tem aquela base deles, e aí foi todo mundo junto com medo que acontecesse algo pior com os três. Eu mandei elas irem pra casa e desci com o pessoal.

Mas eu acho que esses caras [os policiais] tavam meio doido sabe? Porque eles não queriam saber de nada. Eles tavam com muito ódio, tanto ódio que batia na cara dos garotos com cada tapa e gritavam dizendo que queriam ver eles tirarem onda agora. Um policial botou um desses garotos que tava chorando de joelho e ficava gritando quero ver tua marra agora marginalzinho. Foi uma humilhação só, essas coisas que a gente tá acostumado que a polícia faça. Também ficaram dizendo que eles tinham roubado e aí pegaram um relógio. No final, pra disfarçar, disseram que eles tavam com drogas que tinham dado um flagrante, mas todo mundo viu que era armação. Só depois de muito tempo que eles soltaram os garotos naquele esquema de arrumar uma grana. Foi isso que aconteceu” (Cardoso, 2005: 75).

Na época do ocorrido o GPAE gozava de credibilidade a ponto de um grupo de moradores, no dia seguinte, contatar aos oficiais do policiamento relatando os abusos cometidos por policiais que estavam em serviço. Todavia, a cada evento como este, se cristalizava a percepção de que havia um hiato entre comando e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

subordinados, entre intenção dos oficiais e procedimentos dos comandados, e que isso dificultava o engajamento dos moradores na co-produção de segurança.

“Eu fui e falei com ele sim. O que contei pra você também contei para ele [major Carballo]. Ele não é má pessoa só que é um romântico, achando que as coisas vão mudar. Não adianta essas ideias, eu já tinha falado por aí que isso funciona no começo e depois volta o normal porque a polícia é assim. É o jeito deles, são viciados nisso. Então, uma vez ou outra, aparece um cara bem intencionado que nem esse comandante daqui, querendo mudar o jeito da polícia, achando que vai fazer e acontecer só porque ele quer. Mas quem faz acontecer é quem tá embaixo, são os soldados que tão aqui todo dia. E esses não querem saber dessa história, querem é arrumar uma grana e sentar o cacete. Assim prende uns, depois mais outros, tudo melhora um pouquinho mas depois volta ao normal (Cardoso, 2005:76).

Os abusos cometidos por policiais em março não foram os únicos ocorridos em uma das duas favelas onde o GPAE atuava. Outros ocorreram posteriormente, nos meses que se seguiram. Também não foram os primeiros, alguns episódios desta ordem foram registrados sem que provocassem a mesma repercussão. Mas, sem dúvida, este foi o primeiro episódio envolvendo abusos por parte de policiais que provocou uma reação de crítica generalizada. O ocorrido com os três jovens durante o carnaval serviu como *start* para depoimentos que demonstravam a percepção de que existia uma distinção entre a crença dos locais no compromisso do comando e no descompromisso dos subordinados, associando estes últimos a velhos vícios tradicionalmente vinculados à imagem da polícia na cidade do Rio de Janeiro.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Segundo minha percepção, a repercussão do evento no período do carnaval se deveu ao fato de que foi a primeira vez que policiais do GPAE praticaram extorsão, usaram de violência e desrespeitaram o compromisso do GPAE sem ser de forma velada, não se preocupando com a presença de terceiros. Isto fez com que experiências recentes que associavam polícia a práticas que expressavam desrespeito viessem à tona, o colocassem em dúvida as reais possibilidades de sucesso do policiamento comunitário.

O comando do GPAE, ao ser informado do ocorrido agiu rapidamente e os policiais foram afastados. A resposta dada pelo Major Carballo reforçou a percepção de que se podia confiar no comando do policiamento comunitário, além de ter ajudado a arrefecer a indignação local. Os depoimentos dos moradores transitavam entre a desconfiança e compreensão de que é necessário tempo para que a nova mentalidade operacional fosse incorporada pelos policiais, apontando, desta forma, que, entre os moradores, havia o desejo e esperança de que o quadro inicial no qual se assentava a relação polícia/comunidade se mantivesse. Todavia, cada vez mais o crédito no GPAE estava vinculado à figura do Major Carballo.

Na sequência, durante o mês de abril, ocorre a morte de um jovem no Pavão-Pavãozinho. Foi o assassinato de Marcos (evento a que me referi anteriormente). Como havia dito quando elencava os medos declarados pelos moradores das favelas, o rapaz foi executado por seus antigos companheiros de quadrilha em razão da dívida adquirida e não paga. O que não contei foi que o rapaz foi assassinado dentro da favela depois de ser torturado. Seu corpo foi incinerado e a família não pode enterrá-lo⁴³.

Este caso causou grande repercussão entre o grupo de católicos do Pavão-Pavãozinho. O rapaz morto, até dois anos antes, fazia parte do corpo de coroinhas da

⁴³ A narrativa detalhada sobre o último dia de vida de Marcos, o momento em que foi retirado de casa e conduzido para o alto da favela está registrada na minha dissertação de mestrado, (Cardoso, 2005).

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capela da Anunciação. Sua mãe era membro participativo da comunidade católica local, frequentando as missas, novenas e eventos organizados na capela. De modo que a morte do rapaz atingia de forma direta este grupo que, como reação imediata, apontou a polícia como responsável pelo assassinato de Marcos. O que pôde se perceber foi que, na visão dos envolvidos, houve um deslocamento na responsabilização do ocorrido que minimizava a má escolha do jovem e a atuação da quadrilha local e sublinhava a omissão policial que, estando nas favelas vinte e quatro horas por dia, não foi capaz ou não se interessou em impedir a atuação da quadrilha. Soma-se a isso o fato de, posteriormente, o GPAE não ter reconhecido oficialmente a ocorrência de um assassinato na favela do Pavão-Pavãozinho, negando assim a existência do evento que culminou na morte de Marcos, desconsiderando os depoimentos dos moradores visto que não havia aparecido um corpo que atestasse a versão dos moradores. A partir de então três acusações foram feitas ao GPAE: inoperância, corrupção e desrespeito.

Os argumentos - não apenas da mãe de Marcos, mas da maioria dos frequentadores da capela que se dispuseram a falar sobre o ocorrido - envolviam acusações de inoperância policial que permitia ao tráfico se manter atuante, vendendo drogas e permanecendo enquanto organização dentro das favelas. Basicamente o que se ouvia eram expressões do tipo: “do que adianta a polícia aqui se o tráfico continua operando?” ou “se acabasse com esse negócio deles e prendessem quem está envolvido, o Marcos estaria aqui até hoje”.

Iniciava-se assim um processo de questionamento público sobre qual é o papel da polícia a partir da crença de que a função da instituição é reprimir o crime e prender os criminosos. Para quê serve a polícia no morro se os traficantes continuam a atuar, passava a se repetir entre aqueles que falavam do GPAE nas favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho, como fica evidente na fala de Túlio, morador do Pavão-Pavãozinho:

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“ Que polícia é essa que deixa o movimento funcionar? Se tá aqui em cima, não pode deixar as coisa acontecerem como foi com o Marcos. Todo mundo sabia que ele ia morrer, todo mundo. O garoto chegou, ficou aqui não sei quanto tempo sabendo que a qualquer hora ia morrer, e ninguém fez nada. Mas quem tinha que fazer era a polícia. Eles permitem que o pessoal do movimento continuem fazendo as coisas deles meio às escondidas, sem fazer muito barulho... Isso até que melhora um pouco pra gente porque não é aquela coisa de antes, aquele medo de tiroteio toda hora. Mas também não pode deixar correr solta se for no miudinho, entende? Se for na encolha pode, se não for a polícia toma uma atitude. Tem que tomar atitude sempre se não aos poucos vai voltar como antes. No começo eles ficaram pianinhos, sem fazer nada. Depois foram botando as manguinhas pra fora e agora já tão até matando novamente. Se deixar correr assim, daqui a pouco eles tão mandando como antes” (Cardoso, 2005; 81).

O que se viu foi que a morte de Marcos, para os moradores da favela, depunha contra o GPAE e não contra a quadrilha local. O tráfico agiu na favela e fez com Marcos o que estava habituado a fazer em casos envolvendo dívidas proteladas e não pagas. Os moradores sabiam, assim como sempre souberam, que o tráfico humilha, usa de violência e tira a vida de quem, de alguma forma, atrapalha seu negócio ou põe em risco seu domínio. Por outro lado, o GPAE, com sua proposta de nova polícia, não foi capaz de impedir a morte de um morador não cumprindo sua promessa de garantir a vida dos moradores, tal como havia prometido no início das

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

operações. E os moradores não pouparam o GPAE por esta falta. O tráfico fez o que estava acostumado a fazer e os policiais não foram capazes de cumprir o prometido.

Junto aos apontamentos de incapacidade ou inoperância no caso envolvendo a assassinato de Marcos seguiram as acusações sobre corrupção. Foi por parte deste grupo que surgiram as primeiras acusações sobre corrupção policial do GPAE a partir da denúncia de acordo entre policiais e traficantes que permitiria, devido ao pagamento de propina, que estes últimos mantivessem seu negócio em atividade, sem que fossem incomodados pelos policiais de serviço. Para os moradores frequentadores da igreja católica local, só se explicaria a presença simultânea de traficantes e policiais no mesmo espaço a partir da existência de acordo ilícito entre as partes que fariam com que os policiais fizessem vista grossa à presença da organização criminosa.

“A polícia não faz nada porque tá envolvida.

Então deixa eles fazerem o que querem porque o dinheiro já tá garantindo. Sempre foi assim, não tem essa de dizer que esse pessoal que tá aqui patrulhando é diferente do resto. É tudo igual. Todos eles querem uma grana extra.” (Rafael, 2002).

A acusação de inoperância no caso de Marcos rapidamente se deslocou em direção a acusações de corrupção. Neste episódio a imagem do GPAE foi associada à da polícia de uma forma geral no quesito corrupção. A continuidade de funcionamento do comércio ilícito de drogas, ainda que houvesse a presença constante da polícia nas favelas, passava a ser significada como uma “constatação” da existência de acordo entre as partes. Como se vê este episódio, de uma só vez, colocou-se em dúvida tanto a capacidade de prestar um bom serviço cumprindo uma das promessas ao iniciar suas operações, quanto a honestidade dos policiais envolvidos no GPAE, fazendo com que o policiamento passasse a ser alvo de questionamento pelos moradores.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Neste momento, este sentimento de inquietação dos moradores, as críticas contundentes estavam circunscritas aos católicos do Pavão-Pavãozinho⁴⁴, todavia, aos poucos, e com o tempo, essa percepção se propaga para além do grupo e apontamentos por partes dos moradores das duas favelas indicavam a consolidação da desconfiança desta prática por parte dos policiais envolvidos no GPAE.

Como disse, Marcos foi levado para o alto do morro, executado e incinerado por lá. Seu corpo nunca apareceu. Ao que me pareceu, à época, os policiais do GPAE não tiveram conhecimento prévio sobre o plano de execução de Marcos, assim como não tiveram acesso ao seu corpo posteriormente. Para o GPAE, como está documentado na fala do seu comandante neste período (Blanco, 2003) não houve um único caso de homicídio nas duas favelas após um ano de operação do GPAE. Ou seja, o GPAE não reconheceu a morte de Marcos, ignorando as queixas dos moradores e o sofrimento da família. Como não havia corpo, não havia indícios de crime. Desta forma, não apenas a família e amigos viram-se vítimas da perda de um dos membros do seu círculo de convivência em razão da negligência ou corrupção policial, como viram seu sofrimento desconsiderado a partir da recusa por parte dos envolvidos com o GPAE em reconhecer que o episódio narrado, de fato, houvesse ocorrido.

A revolta com o não reconhecimento do ocorrido se mostrou tão perturbadora quanto a morte propriamente dita trazendo à tona, mais uma vez, um sentimento de anulação ou desconsideração. A morte de Marcos, assim, fazia ressurgir o medo, o desrespeito e a anulação, tanto pelas mãos dos traficantes quanto pela omissão dos policiais.

Para este grupo a polícia fez o de menos, não agiu, não reprimiu a quadrilha permitindo o assassinato de um jovem e, para piorar a situação, negou o reconhecimento do ocorrido.

⁴⁴ Como apontei em 2002, a comunidade católica do Pavão-Pavãozinho é bem articulada

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Não demorou muito para que algumas críticas feitas pelos frequentadores da igreja católica do Pavão-Pavãozinho ao GPAE rompessem a barreira do grupo e passassem a fazer parte do repertório de críticas do conjunto dos moradores das duas favelas. No período entre um e dois meses após o episódio envolvendo o assassinato de Marcos percebia-se que o policiamento comunitário estava passando por um processo de modificação que afetava o cotidiano dos moradores fazendo surgir insatisfações e desconfianças que desencadearam críticas à atuação do GPAE.

Após aproximadamente seis meses de atuação, a maneira como o policiamento exercia a ocupação dos espaços no interior das duas favelas havia se alterado. O alcance das rondas, o percurso realizado pelos policiais em serviço, sofreu retração deixando evidente a todos que ocorria o relaxamento no patrulhamento preventivo. A presença policial passou a se restringir, cada vez mais, a áreas menores e específicas dentro das favelas e, tanto no Pavão-Pavãozinho quanto no Cantagalo, sua presença se circunscrevia aos arredores dos postos de policiamento. Como disse à época, e de forma irônica, o presidente da Associação de Moradores do Pavão-Pavãozinho “os policiais estão patrulhando o posto”, numa clara referência à modificação da atuação policial dentro das favelas.

Não foi apenas o afrouxamento no patrulhamento preventivo que incomodou os meus interlocutores. De encontro com a leitura que fiz à época, os moradores alegavam haver uma clara demonstração de desinteresse, por parte dos policiais, em prestar o serviço de policiamento tal como estava sendo realizado nos primeiros três ou quatro meses de funcionamento do GPAE. Dizia-se que os policiais não demonstravam o mesmo empenho nas rondas, nem demonstravam o mesmo interesse em estabelecer contato com a população local. Que simplesmente cumpriam seu turno de serviço, esperando, de dentro dos PPCs, o tempo passar para poderem se retirar das favelas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Foi possível perceber de forma imediata a consequência do retraimento da patrulha. A quadrilha local, no vácuo deixado pela retração do alcance das rondas, passou a ocupar diversos pontos que, com a presença da polícia, havia abandonado anteriormente. Notando que os policiais passaram a restringir sua presença a pontos próximos aos postos, os traficantes não hesitaram em reapropriar antigos espaços que eram tradicionalmente associados à presença do grupo. O retorno a estes espaços, mais uma vez, trouxe à cena a presença e exposição de armas de fogo. Não apenas revólveres ou pistolas voltaram à vista como armas de grosso calibre tais como fuzis voltaram a ser vistas nas favelas.

No caso do Pavão-Pavãozinho os locais reapropriados pela quadrilha eram importantes pontos de passagem dentro da favela, onde a maioria dos moradores tinham que utilizar se quisessem descer para Copacabana ou se deslocar para o Cantagalo. Ficava evidente que a quadrilha não estava mais preocupada em dissimular sua presença na favela e voltava a controlar o trânsito de pessoas no seu interior. Três destes locais onde o tráfico se fez presente permitem-nos perceber o grau de ousadia que a retração do policiamento permitiu aos traficantes.

Pelo primeiro acesso à favela para quem se desloca de Copacabana, após alguns poucos metros no interior da comunidade se reuniam entre quatro a seis homens armados que utilizavam a passagem ao lado da Capela católica como ponto de observação. Deste ponto era possível ver quem entrava na favela, interpelando, se considerassem necessário, algum indivíduo desconhecido que se encaminhasse para o seu interior. Também deste ponto era possível observar as movimentações dos policiais, visto que, entre o PPC e o local onde os traficantes estavam operando, não havia mais de 100 metros de distância. Mas, apesar da proximidade, por conta da geografia local, traficantes podiam observar o PPC sem que, por sua vez, os policiais pudessem vê-los.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A presença armada dos traficantes neste local era um indicativo de que a quadrilha estava reavaliando as restrições impostas pela presença do GPAE no momento da sua ocupação nas favelas. Aos poucos retornavam a antigos espaços ao mesmo tempo em que tornavam a explicitar seus armamentos. Mantinham olheiros próximos aos postos para antecipar as ações do policiamento e evitar uma situação que pudesse desencadear um confronto, indicando que não estavam interessados em desafiar o policiamento e estabelecer o enfrentamento. Os olheiros, homens e jovens, se posicionavam em bares ou pontos que permitiam visualizar permanentemente os PPCs e se comunicavam via rádio com os demais membros da quadrilha avisando o momento e a direção tomada pelos policiais.

Se a presença da quadrilha ao lado da Capela é indicativo da confiança que o tráfico estava adquirindo com o passar do tempo, a sua ocupação na escadaria do bondinho, segundo os moradores, remontava com perfeição o cenário anterior à presença do GPAE nas favelas. A escadaria ao lado do bondinho é o segundo acesso à favela para aqueles que se deslocam de Copacabana e foi o único espaço de venda de drogas anteriormente estabelecido que não sofreu intervenção do policiamento. Ali se mantinha o comércio de drogas, de forma mais ou menos velada. O número de traficantes naquele espaço era grande, nunca menos de dez pessoas. Todavia, até este momento, poucas vezes percebi a presença explícita de armas no local. Uma vez ou outra e nunca por muito tempo era possível ver armas sendo portadas pelos traficantes. Parte disso devia-se ao fato de que este ponto de venda de drogas estava localizado na rua, fora da favela, e que, a qualquer momento poderia haver deslocamento de viaturas da polícia que flagrariam a presença de armas. Desta forma, anteriormente, para evitar este risco, o armamento ficava, na maioria do tempo, escondido numa construção ao lado da escadaria. Neste momento, todavia, armas não estavam mais escondidas e na calçada da rua Sant Roman era impossível não perceber a aglomeração de homens portando suas armas na cintura. Neste espaço,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

assim como ocorria no ponto ao lado da Capela, os traficantes eram informados sobre deslocamento de viaturas policiais e com isso, sem se retirarem do lugar, escondiam as armas para, depois de afastado o perigo, voltarem a exibi-las.

Se a presença dos traficantes na rua, diante do segundo acesso ao Pavão-Pavãozinho, mostrava para quem quisesse ver, para moradores e não moradores, que a quadrilha voltara a marcar sua presença, era no principal acesso que permitia aos moradores locais se deslocar para o Cantagalo que a quadrilha fazia se sentir sua presença de forma mais incisiva.

Um longo e estreito corredor surgido a partir da construção de casas de um lado e de um alto muro por outro é uma das passagens obrigatórias para quem deseja se deslocar pelo interior do Pavão-Pavãozinho para o Cantagalo. Neste local, que anteriormente era um dos lugares percorridos pelo patrulhamento preventivo, tornara-se o principal ponto de encontro e concentração de traficantes na parte baixa da favela. Ali era possível encontrar mais de quinze homens e mulheres reunidos cotidianamente com fuzis à mostra, controlando o deslocamento de pessoas.

Este foi um dos pontos que o policiamento deixou de frequentar, o que permitiu ao tráfico se estabelecer de forma permanente sem grandes preocupações com possíveis encontros. Deste ponto o tráfico não saía, não dissimulava sua presença, nem o porte de arma. Mais que observar quem se aproximava, eles controlavam o fluxo de pessoas, ordenavam que indivíduos não se aproximassem ou se retirassem do local, interrogavam desconhecidos e submetiam os moradores aos seus humores.

No Cantagalo, por sua vez, a volta do tráfico também se fazia sentir no interior da favela. Enquanto na estrada principal que corta a favela e que leva até o CIEP onde se encontrava a base de comando do GPAE só era possível perceber a presença de traficantes caso se conhecesse os personagens do morro, visto que os

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

que ali ficavam eram responsáveis por observar a movimentação de pessoas e, para tal, não portavam armas, nas ruas dentro da favela, a presença dos membros da quadrilha se dava da maneira semelhante ao que ocorria no Pavão-Pavãozinho. Não era necessário ir muito longe para se ver como o tráfico voltava a seus antigos pontos. Não muito longe do CIEP e do posto do GPAE, praticamente ao seu lado, apenas separados por um conjunto de casas e uma rua, já se via traficantes armados controlando todos aqueles que desejassem se embrenhar no interior do Cantagalo.

Vender drogas no Cantagalo era mais complicado visto que nas duas principais saídas da favela havia a presença intensa de policiais. Com isso a venda de drogas, assim como estava ocorrendo desde a chegada do GPAE, se concentrava no Pavão-Pavãozinho, sobretudo na escadaria do bondinho. Mas isso não impedia que os traficantes responsáveis por ocupar o Cantagalo o fizessem na mesma medida que seus colegas da favela ao lado. Ou seja, com ocupação intensa de pontos estratégicos, exibição de armas e controle das pessoas.

O retorno, por assim dizer, do tráfico fez ressurgir episódios que os moradores enquadravam como sendo da ordem do desrespeito e produtores de medo. Em alguns pontos das favelas a quadrilha voltou a controlar o trânsito de pessoas. Até mesmo em áreas próximas à presença dos PPCs e na parte baixa da favela, onde, em um primeiro momento, a presença do GPAE havia inibido a atuação do tráfico, voltara a ter a presença maciça de membros da quadrilha controlando a circulação de pessoas e não permitindo aproximação de indivíduos que considerasse suspeitos, atentando, assim, para a tão falada liberdade de trânsito adquirida após a implantação do GPAE. A maioria dos locais que a quadrilha passou a ocupar com o recuo do GPAE eram importantes pontos de passagem para os moradores que se deslocavam de uma favela à outra ou das favelas para os bairros de Copacabana e Ipanema. Sua presença nestes pontos era um indicativo de que não se sentiam mais tão acuados e

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

ameaçados com a presença policial. Deixaram de se esconder, dissimular sua presença e passaram a se mostrar de forma semelhante à que faziam anteriormente.

As armas voltaram a ser portadas e exibidas servindo para intimidar os locais. Não apenas revólveres e pistolas como também fuzis voltaram a ser empunhados pelos membros da quadrilha.

Ocupando pontos importantes e exibindo suas armas, gradativamente os membros da quadrilha voltaram a exercer o mesmo tipo de temor sobre os moradores que viram as conquistas advindas da chegada do GPAE sofrerem um abalo. Voltaram a ocorrer, então, episódios considerados vexatórios, tais como impedir que determinadas pessoas transitassem por vias onde a quadrilha se encontrava, bravatas e ameaças à integridade física, em suma, episódios de violência física e moral submetidos aos moradores pelos traficantes. O caso mais grave ocorrido foi o assassinato de Marcos. O único caso desta gravidade que, ao menos pelo meu conhecimento, ocorreu entre os anos de 2001 e 2002. Todavia, a partir, aproximadamente, dos meses de março e abril, diversos episódios de pequena e média magnitude que envolviam intimidações e violência física passaram a ser frequentes nas favelas colocando em xeque o trabalho que vinha sendo desenvolvido pelo policiamento comunitário até o momento.

A consolidação da percepção de desconfiança e inoperância em relação ao policiamento comunitário é assim consequência do retorno do domínio territorial e da exibição de armamentos de fogo nas duas favelas. Como se verá mais adiante, a consolidação desta percepção é consequência do retorno do domínio territorial e da exibição de armamentos de fogo nas duas favelas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Entre a desconfiança e a esperança

Como apontei no capítulo anterior, a satisfação com a atuação do GPAE tinha relação com o impacto que sua presença causou no cotidiano das favelas, sobretudo no impacto na organização do tráfico, abalando seu poder e retirando sua capacidade de arbítrio. Foi o que chamei de demonstração indireta de consideração, pois, ao inibir os abusos da quadrilha o policiamento indicava que reconhecia o direito do morador de favela a uma vida segura e digna interferindo na relação entre ele e o pessoal do momento.

A satisfação também advinha das indicações dadas pelo GPAE de que estava disposto em estabelecer uma relação positiva construída em cima de respeito, confiança e disposição para a escuta e para o diálogo com os moradores, demonstrando assim considerá-los como interlocutores legítimos na elaboração de estratégias de atuação e dignos da preocupação policial. Foi o que chamei de demonstração direta de consideração.

O conjunto de medidas que chamei de gestos diretos e indiretos de consideração foram responsáveis pela boa percepção que os locais tiveram sobre o GPAE e sua atuação cotidiana. Ao policiamento era atribuída a responsabilidade pelas transformações que os moradores consideravam positivas nas duas favelas.

Os episódios descritos neste capítulo sobre omissão e abuso policial provocaram o retorno da atuação mais ousada da quadrilha e o abalo na imagem do policiamento comunitário. Gradativamente, houve uma modificação de opinião sobre o GPAE.

Da parte dos moradores, a partir de então, o que se via era a presença de certa ambiguidade nos depoimentos sobre o GPAE que transitavam entre

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

desconfiança, acusações e esperança. Ao mesmo tempo em que eram recorrentes alegações de desvios em relação à postura inicial adotada pelo policiamento - tão valorizada pelos moradores -, também ficava evidente a presença do desejo de que o policiamento se mantivesse como no início das atividades e/ou da esperança de que ele revertesse o quadro de momento e voltasse a trazer os mesmo benefícios derivados do início de sua presença.

As acusações se direcionavam a uma suposta incompetência em reprimir a quadrilha e à desconfiança sobre corrupção policial. Neste segundo momento a presença simultânea de policiais e a traficantes serviu, na melhor das hipóteses, para colocar em xeque a capacidade do policiamento em garantir a segurança dos moradores.

A chegada do GPAE não implicou, em nenhum momento, na expulsão do tráfico e na interrupção do seu negócio. Mas suas atividades comerciais sofreram abalos e tiveram que se adequar a uma nova maneira de organização. Houve uma reestruturação da organização espacial, como também a quadrilha viu o alcance do seu poder de arbítrio sobre os locais diminuído a ponto de não poder mais impor regras de socialidade. Com o espaço perdido e a restrição ao porte de arma a quadrilha teve que se adaptar a uma forma diferente de ocupar as favelas. Escondiam-se, dissimulavam suas atividades e ficaram limitados tão somente a manutenção restrita das suas atividades econômicas.

Este cenário inicial não causava incômodo aos moradores. Uma possível estranheza sobre a manutenção das atividades comerciais do tráfico era deixada de lado diante dos benefícios trazidos com a presença do policiamento. Sem armas, sem agressões, sem tiroteios, sem gestos desrespeitosos e, com a diminuição do medo e estabeleceu-se ressurgimento da sensação de liberdade, considerada consequência

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

da presença do policiamento comunitário. Esta era, então, uma nova situação, para os moradores e, em muito, compensava a permanência das atividades do tráfico.

Todavia, quando se percebe o “retorno” das armas ao cotidiano e quando se volta a experimentar a violência e intimidação por parte da quadrilha, o entendimento sobre a presença simultânea de policiais e traficantes sofre modificação. A partir de então questionamentos sobre a continuidade das atividades da quadrilha, mesmo diante da presença policial, surgem levantando suspeitas sobre a integridade e competência do policiamento. Ou seja, só quando o bem-estar trazido pelo GPAE parece perder força é que as acusações desta ordem são explicitadas.

“Do que adianta esses policiais aqui se as drogas continuam à solta. Esse pessoal continua mandando, fazendo o que quer e a polícia não faz nada. Só querem manter a aparência de que tá tudo bem. Olha como a polícia é boa!. Se essa polícia tivesse trabalhando de verdade o que aconteceu com o Marcos não era pra ter acontecido. Se acabasse com esse negócio deles e prendessem quem tá envolvido, o Marcos estaria aqui até hoje. Se é para deixar as mesmas pessoas de antes mandando aqui dentro da comunidade não adianta de nada a polícia aqui porque eles vão continuar fazendo o que querem” (Celiane, 2001).

Este depoimento dado por Celiane, uma ex-professora de catecismo do rapaz, quando da morte de Marcos, foi um dos primeiros recolhidos por mim que apontavam para o questionamento sobre o papel do policiamento. De forma moderada, esta mulher questiona a importância da presença do policiamento e se ele

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

não era capaz de impedir as atividades criminosas reprimindo a quadrilha local. A expressão “se a polícia tivesse trabalhando de verdade, o que aconteceu com Marcos não era pra ter acontecido” representa bem a ideia geral presente entre os moradores. E, apesar de neste caso tratar-se de um depoimento relacionado à morte do jovem católico, esta expressão, representa o sentimento que meses depois deixa de pertencer somente ao grupo católico do Pavão-Pavãozinho e passa a estar presente entre os moradores das duas favelas, independente do grupo a que pertença.

Assim, aproximadamente após seis meses de funcionamento do policiamento era comum escutar entre os interlocutores questionamentos como “que polícia é essa que deixa o movimento funcionar?” ou “no começo eles ficaram pianinhos, sem fazer nada, depois foram botando as manguinhas pra fora e agora já tão até matando novamente. Se deixar correr assim, daqui a pouco eles tão mandando como antes”. Assim, o desconforto com esta situação fez com que houvesse uma abertura para se criticar a capacidade dos policiais de fazer seu trabalho. O depoimento de Fábio, morador do Cantagalo, de 19 anos, e frequentador da ONG de boxe que funcionava no CIEP, ilustra bem o ponto:

“Eles ficaram nessa, deixando o movimento funcionar na miúda e agora se dançaram, já era. Só olhar aí pra vê que está tudo ficando dominado de novo. Não fizeram o que têm que fazer na guerra, não derrotaram o inimigo e agora perderam o controle. Não conseguem mais controlar nada porque do outro lado o movimento já viu que esses policiais não tem peito pra encarar” (2001).

Junto com as acusações de incompetência surgiram acusações sobre a honestidade dos policiais. A lógica que operava nas acusações era simples: só o pagamento de propina explica como é possível a polícia e o tráfico ocuparem o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

mesmo espaço físico sem que houvesse confronto entre as partes e sem que as atividades comerciais fossem reprimidas.

“A polícia não faz nada porque tá envolvida. Então deixaeles fazerem o que querem porque o dinheiro já tá garantindo. Sempre foi assim, não tem essa de dizer que esse pessoal que tá aqui patrulhando é diferente do resto. É tudo igual. Todos eles querem uma grana extra.”
(Rafael, 2002)

Desta desconfiança nasceu a expressão “eu finjo que não te vi, você finge que não me vê”, um deboche que procurava ilustrar dissimuladamente em que medida se dava a relação entre policiais do GPAE e traficantes. Dizia-se localmente que um grupo procurava fazer vista grossa à presença do outro, evitando situações que pudessem provocar confrontos, isso dentro do estabelecimento de acordo corrupto que garantiria ganhos ilegais aos policiais e permitiria ao tráfico continuar atuando nas favelas. Enquanto alguns moradores dissimulavam suas acusações e faziam ironia com a situação, outros moradores eram mais diretos na acusação aos policiais, é o caso de Gilberto, morador do Cantagalo:

“Isso é um acordo de interessados, um acordo de boa convivência. Você me dá um dinheiro e eu não te perturbo. Então é assim, quando uns tão num lugar os outros não aparecem pra não ter confusão, porque se aparecer no mesmo lugar pode acontecer algum mal-entendido, sabe?! Então, no final das contas é tudo a mesma coisa, só que uns usam farda e outros não”
(Gilberto, 2001)

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Como resultando do somatório das insatisfações com a volta da atuação da quadrilha, mesmo diante da presença policial e modificação do comportamento destes últimos em sua relação direta com os moradores, o processo de modificação da percepção sobre o GPAE passa a ocorrer. Assim, o policiamento comunitário começa a passar de responsável pela transformação positiva no cotidiano das favelas para um tipo de policiamento, que, segundo os moradores, não se difere da polícia de modo geral.

As acusações aos policiais surgiam na medida em que se entendia que as demonstrações de atenção e cuidado destinadas a eles pareciam perder a centralidade do interesse por parte dos policiais e com isso estavam sendo deixadas de lado. Assim, afirmar que os policiais do GPAE não se diferiam dos demais policiais implicava dizer que eles estavam agindo de forma que não demonstravam mais respeitarem a condição de cidadania dos moradores de favelas nem tão pouco se importavam mais em garantir sua segurança e bem-estar.

“Até que durou muito esta conversa de preocupação, de polícia pra proteger pobre e tudo mais. Mas as coisas não mudam não. É só olhar pra vê como eles agora mostram a verdadeira cara deles. Não estão nem aí pra gente, se tivesse não deixava a bandidagem pintar e bordar. Pra eles é o seguinte: é tudo farinha do mesmo saco, então a gente é que se resolva (2004)”.

Por meio deste depoimento é possível perceber o retorno do sentimento de anulação expresso através de omissão policial diante da atuação da quadrilha. Para os moradores isso significa a retorno deste sentimento de desrespeito que, em outras palavras, era fruto de práticas que indicavam a desconsideração com os moradores locais.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

De uma só vez, por este depoimento, surgem duas questões que sempre incomodavam os moradores. Uma era o não reconhecimento por parte da polícia da diferença entre “morador de bem” e bandidos, visto que Paulo sugere que a polícia considera moradores e membros da quadrilha como farinha do mesmo saco. O quê, implica em não reconhecer sua condição moral que os diferenciam dos envolvidos com o tráfico. Assim, os moradores se viam novamente sujeitos ao sentimento de que, para a polícia, eles não faziam parte do conjunto da população que imaginam serem merecedores de atenção aos direitos de cidadania, ou seja, não possuíam a condição de igualdade com os demais moradores da cidade. O segundo ponto presente no depoimento e que se relaciona com o primeiro é que, se a polícia os confunde com os membros da quadrilha, isto acaba por fazer com que os moradores deixem de ser alvo da preocupação e atenção policial. Assim vemos nos depoimentos o reaparecimento do sentimento de desrespeito.

Deste modo, na percepção local, ao deixar que o tráfico voltasse a agir e, ao mesmo tempo, indicar que havia perdido o interesse em manter o vínculo positivo proposto no início das operações, o policiamento recoloca a experiência do desrespeito e desconsideração no cotidiano dos moradores. Era um gesto prenunciador de que os policiais romperiam a relação dentro dos parâmetros que havia se estabelecido. Isso abalava a percepção de que a polícia finalmente havia reconhecido o estatuto dos moradores de favelas como sujeitos dignos, cumpridores de deveres e portadores de direitos.

Quando as ações e omissões do GPAE passaram a ser lidas como gestos que indicavam o retorno da experiência baseada na desconsideração, os moradores não demoraram a interromper a contrapartida destinada aos policiais. O respeito e o reconhecimento ao trabalho policial passaram a ser deixados de lado e a própria dignidade dos policiais foi atacada com acusações sobre incapacidade de fazer seu trabalho e/ou sobre corrupção policial. Se os policiais não demonstravam mais

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

preocupação pela segurança e pelo bem-estar, os moradores, por sua vez, retribuíram os gestos negativos com acusações e passando a ignorar, em alguns casos, e em outros deixavam evidente que não consideravam mais aqueles os policiais presentes no cotidiano das comunidades como sendo sujeitos merecedores de respeito.

Durante o ano de 2002 o desgaste do policiamento era incontestável. Muitas reclamações, acusações que implicaram na retirada quase completa dos créditos destinados ao GPAE. Entre os moradores a percepção já era de que o policiamento estava a ponto de fracassar ou já havia fracassado em sua proposta. Contudo, também se percebia claramente, na fala dos moradores, a presença do desejo e mesmo esperança de que a situação pudesse ser revertida. O impacto positivo trazido pelo GPAE foi de tal ordem que, apesar de tudo indicar o contrário, ainda se identificavam nos depoimentos os sinais de que se acreditava na possibilidade do reajustamento do policiamento comunitário.

“Devia né?! Eu queria muito que ficasse como estava. Só de controlar o movimento e colocar eles no cabresto era bom. O engraçado é que eu sempre fui contra a polícia aqui no Galo. Mas vendo agora é que dá pra vê que tinham as coisas boas. Que fez a gente andar mais sossegado aqui sem tanto medo de ter uma bala que pega um pelas costas, sem ter que ver alguém apanhar sem motivo.” (Antônio, morador do Cantagalo, 2004)

Outras falas apontam para a mesma direção:

“Porque eu estou falando que piorou? Ora é por causa daquilo estou cansado dizer. Tudo bom que eu já falei que aconteceu tá se perdendo. Começou aos

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

pouquinhos, foram deixando os meninos continuar aqui, depois deixaram eles vender as coisas deles e quando viu estava tudo dominado. Aí tem outra coisa que é dinheiro, né? Onde tem dinheiro tem problema. Tem solução, mas tem problema. Alí sabe como é: vista grossa e todo mundo satisfeito e quem tem que aguentar é a gente aqui. Mas eu tenho esperança sabe?! que fique bom de novo. Porque eles viram que é possível, que dá pra melhorar e que pega bem pra eles fazer isso [falando dos policiais]. O morador fica feliz e não atrapalha, trata bem, respeita. Quem não quer ser respeitado no trabalho? Você não gosta de escutar que seu trabalho é bem feito? Todo mundo gosta, faz você ficar feliz e trabalhar melhor.” (Seu Augusto, 2004)

Ao questioná-lo sobre o motivo da sua esperança ele respondeu:

“Por causa do comandante. Ele é uma pessoa do bem e já mostrou que respeita o morador de bem.”
(Seu Augusto, 2004)

O que mantinha a esperança e o resto de crédito que o GPAE ainda gozava era a presença do Major Carballo no comando do grupamento. Sua disposição em punir desvios policiais e a em ouvir reclamações e denúncias garantiam a ele a consideração por parte dos moradores fazendo com que houvesse a esperança de que ele fosse capaz de corrigir suas falhas.

Todavia, apesar do crédito dado ao comandante e apesar deste crédito permitir que o GPAE ainda representas-se, no imaginário local, uma solução para os problemas das duas favelas, é importante frisar que as dúvidas, ainda que mescladas

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

com sentimentos de esperança, eram mais recorrentes. Isso implica dizer que, apesar da esperança e desejos expressos nas falas dos moradores, a visão e percepção sobre a atuação do GPAE havia se modificado durante o ano de 2002. Já era negativa. No final das contas, entre o início das atividades do GPAE até meados de 2002, o único benefício trazido pela presença policial que ainda de fato se mantinha era a ausência de tiroteios dentro das duas favelas.

Esperanças perdidas: 2004

Ao retornar às favelas no ano de 2004 pude constatar que a desconfiguração do policiamento comunitário, tal como os moradores diziam rezear durante os anos de 2001 e 2002, havia se concretizado. Por meio de conversas com alguns moradores com quem mantive contato mesmo depois de 2002 eu tinha conhecimento sobre a consolidação do tráfico e a modificação profunda que, segundo diziam, ocorreu com o policiamento. Nestas conversas ao telefone era dito que a quadrilha voltara a atuar de forma intensa e, como consequência, tornaram-se mais recorrentes episódios envolvendo violência física e intimidações contra os moradores. A relação entre moradores e policiais, por sua vez, se deteriorara e os policiais ocupavam as favelas sem mais se preocuparem em interagir a partir dos princípios presentes na idealização do projeto. Falava-se de casos de abusos cometidos por policiais e de troca de tiros.

De fato a deterioração na relação iniciada ainda durante o ano de 2001 e que provocou abalo na imagem do GPAE ficou evidenciada com a erupção de protestos promovidos pelos moradores do Pavão-Pavãozinho que teve como estopim um suposto crime cometido por policiais do grupamento. O jornal O Globo na sua edição de 9 de novembro de 2003 publicou matéria intitulada “Rapaz é morto no Pavão-Pavãozinho relatando que os protestos ocorreram devido ao assassinato pelas mãos de policiais de Manuel de Souza Filho e da tentativa de assassinato de Silvério Azevedo, sem que houvesse justificativa para tal. A versão local contrastava com a

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

policial. Segundo a versão da polícia a morte do homem foi resultado de troca de tiros iniciada pela vítima que teria alvejado os policiais enquanto estes realizavam uma ronda preventiva. Fato foi que, após o ocorrido, alguns moradores fecharam a Rua Saint Roman e realizaram seu protesto.

Desta forma, informado pelas conversas com os moradores e com atenção da cobertura midiática sobre o Rio de Janeiro, voltei às favelas para continuar minha pesquisa e lá permaneci durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004. Quando cheguei pude perceber que o quadro descrito pelos moradores não era exagerado e, de fato, havia ocorrido a consolidação do processo de descaracterização do policiamento comunitário. Os moradores voltaram a viver a tensão de se submeter aos humores dos membros da quadrilha e abusos e desconsiderações por parte de policiais.

Para piorar a situação, havia o agravante de que, neste período, os moradores passaram a conviver com a possibilidade iminente de tiroteios em razão do crescimento da animosidade entre traficantes e policiais.

Como ficou claro, se o motivo do protesto ocorrido no ano de 2003 era chamar a atenção das autoridades e provocar a recondução do policiamento comunitário ao modelo de atuação presente nos primeiros meses após a implantação, o objetivo não foi alcançado.

Os policiais se mostravam “distantes” e “desinteressados da comunidade” tal como um morador havia me dito em uma de nossas conversas. As iniciativas com objetivo de criar vínculos positivos, incentivar a participação dos locais na produção de segurança pertencia ao passado e, neste momento, o que se via era que os policiais estavam na favela sem procurar estabelecer parceria com os locais. As reuniões, se ainda ocorriam, não eram divulgadas e com isso o canal de comunicação havia se perdido. Ficava evidente que os policiais não estavam interessados em estabelecer

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

uma relação que favorecesse a “co-produção de segurança”. Estavam lá cumprindo seus horários, prontos para reagir caso houvesse um confronto com os traficantes, agindo como se não fossem uma polícia especializada que deveria promover a segurança por meio da atenção às demandas e com a cooperação dos locais. Ao que parecia, estavam ali simplesmente para garantir o domínio dos seus espaços nas favelas.

O GPAE continuava operando nas duas favelas, presente 24 horas por dia, mas a efetividade do policiamento, com o impacto trazido no cotidiano das comunidades foi substituído por omissão e desinteresse com os problemas, um dos fatores que afligiam os moradores. As poucas rondas que ainda ocorriam reproduziam o mesmo trajeto encurtado de 2002. Ou seja, os policiais não haviam revertido a situação anterior de diminuição do alcance de sua atuação nas favelas e de avanço da quadrilha sobre os espaços deixados pelo policiamento. Assim, a relação com o espaço também era, em muito, semelhante ao encontrado em 2002. Isso significa dizer que os policiais continuavam a ocupar e garantir a segurança de um determinado espaço na favela que abrangia os PCCs e as áreas próximas.

Em relação ao espaço, a mudança mais significativa que pude perceber foi a prática de operações que mais pareciam as tradicionais batidas policiais em favelas. Essas incursões ocorriam eventualmente e, aparentemente, como desdobramento das rondas que já não eram mais tão rotineiras. O resultado destes procedimentos foram algumas ocorrências de confronto entre traficantes e policiais do GPAE.

O tráfico, por sua vez, havia ampliado um pouco mais seu território de atuação. Exibiam uma postura mais confiante e desafiadora não parecendo mais querer evitar possíveis confrontos com os policiais. Andavam pelas favelas exibindo armas e controlando a circulação de pessoas, determinado quem e a que hora poderia ou não permanecer em certas localidades nas duas favelas. Assim como os policiais,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

também estavam atentos à movimentação do “inimigo”, mantendo olheiros próximos aos postos de policiamento e monitorando suas iniciativas.

De forma geral se portavam de maneira mais belicosa e ameaçadora. Ocupavam os espaços aparentemente sem preocupação com a chegada de policiais e agora exibiam suas armas, aparentemente, sem receio de serem surpreendidos. Como gostavam de dizer meus interlocutores, a quadrilha portava-se como antes da chegada do GPAE dentro do espaço que ficou reconhecido como sendo seu território.

A expressão “divisão de território”, que por vezes surgia para explicar o que estava acontecendo nas favelas, descreve bem a situação encontrada. Havia o espaço pertencente aos policiais e o espaço pertencente à quadrilha. Dentro da área onde os policiais permaneceram, os desmandos do tráfico não ocorriam. Da mesma forma os traficantes não portavam armas ou ao menos não as exibiam nos espaços dos policiais. Desta forma, nas proximidades dos PPCs, os espaços eram identificados entre os locais como território da polícia. Os policiais estavam mais recolhidos e a abrangência do seu território havia se restringindo em relação a 2002, porém, assim como ocorria dois anos antes, estes espaços guardavam segurança em relação à atuação do tráfico.

Entretanto, como a área de atuação do policiamento havia se reduzido, as localidades onde o tráfico não detinha o controle eram pequenas. O restante das favelas estava sob domínio da quadrilha. Nestes espaços, via de regra, a polícia não interferia e os membros da quadrilha pareciam ter liberdade para agir.

Enquanto tráfico e policiais ocupavam os morros e defendiam seus territórios, os moradores das duas favelas se viam numa situação delicada que requeria, segundo os próprios, mais atenção e cuidado por conta percepção de que a qualquer momento eclodiria um confronto entre as partes.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Em 2004 o medo e o perigo de se viver nas favelas reocuparam a centralidade dos depoimentos recolhidos entre os moradores. Se, quando do meu primeiro período em campo falava-se do medo para realçar os benefícios trazidos pelo GPAE, agora, neste momento, o medo a que se referiam era o sentimento do presente, do cotidiano naqueles dias e não apenas uma lembrança que servia para comparar e marcar a distinção entre épocas.

Um dos principais fatores provocadores de medo era a violência cometida por traficantes. Apesar de durante os dois meses que lá estive não ter presenciado nenhum episódio desta ordem, os moradores contavam que as agressões físicas e morais voltaram a fazer parte do cotidiano. Eles aconteciam nos espaços onde a quadrilha passou a ocupar de forma permanente e onde a polícia não adentrava mais.

Todavia, apesar da queixa sobre a volta dos desmandos do tráfico configurar-se em ponto comum em todos os casos de reclamação, a maior fonte de preocupação local, o que mobilizava mais reclamações sobre o GPAE, tinha relação com a situação delicada na qual os moradores julgavam-se reféns como resultado do clima de tensão ao qual estavam submetidos com o aumento da animosidade entre policiais e traficantes. Muitos moradores descreveram o momento como sendo mais perigoso do que antes da chegada do GPAE. Dizia-se que o clima estremecido entre traficantes e policiais os teria obrigado a conviver com dois “grupos rivais armados” dentro de um mesmo ambiente. Assim, a sensação de tranquilidade, a liberdade de trânsito e a diminuição do medo tinham virado coisa do passado. Neste momento, as favelas viviam um clima de tensão aguardando o dia no qual os policiais e traficantes protagonizariam um confronto de grandes proporções.

Mais uma vez o medo era de se ver no meio de um tiroteio entre traficantes e policiais sem que pudessem se proteger, medo de serem surpreendidos por confrontos sem que fosse possível “ler” os sinais que, segundo os moradores,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

costumam anunciar estes episódios, ainda que muito em cima da hora. Segundo eles, era uma situação diferente de antes da chegada do GPAE porque, com a polícia estando presente permanentemente nas favelas, perdia-se a possibilidade de perceber sua aproximação e de perceber a reação dos rapazes do movimento nos acessos de entrada das favelas. Ou seja, não era mais possível antecipar um confronto a partir da observação da movimentação de policiais nas ruas de acesso ao morro. O que era dito é que a presença policial gerava um clima permanente de tensão e desassossego. Isso fica evidente a partir da fala de Agenor, filho de Celiane, ex-professora de catecismo no Pavão-Pavãozinho.

“Ahm... Porque agora, num instante a casa pode cair sem mandar recado. Com eles aqui [os policiais do GPAE] a gente tem que ficar 24 horas antenado, com olho aberto. Já te disse, eles estão se estranhando e uma hora dessa o bicho vai pegar feio que eu não quero estar por perto. De vez em quando estes policiais aí entram no território do movimento e aí o tiro come. Antes já tinha tiroteio a qualquer momento. Só que eles tinham que pegar a Nossa Senhora [de Copacabana], entrar na Sá Ferreira e depois subir a Saint Roman até parar aqui na frente. Quando eles estavam na Sá Ferreira o movimento já sabia que estavam vindo. E que não é do movimento só de olhar a agitação deles já sabia que tinha algo acontecendo. Agora com a polícia aqui não dá pra saber direito quando um vai querer entrar no território do outro e de bobeira se pego no meio do rolo” (Cristiano, morador do Pavão-Pavãozinho, 2004)

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Muitas das reclamações sobre a permanência do policiamento nas favelas deviam-se à tensão e ao medo provocado pela incapacidade de prever quando da ocorrência de episódios de confronto. E também ao fato de que o tráfico não estava mais “tolerando a presença” policial e poderia a qualquer momento atacar os policiais que estavam isolados nos postos. Assim, um dos poucos benefícios que havia após dois anos de operação do GPAE – a ausência de troca de tiros nas favelas - também fazia parte do passado. Os tiroteios e sua possibilidade traziam novamente o sentimento de medo.

Todavia, parecia haver uma discrepância entre a alegada gravidade da situação e o que estava ocorrendo de fato nas favelas. Entre os próprios moradores era possível encontrar quem questionava o grau de insegurança e perigo alegado apontando como motivo para os depoimentos mais sombrios a inconformidade com a ocorrência de violência do tráfico mesmo com a presença policial nas favelas. Explico. Segundo Santos, morador do Cantagalo de 40 anos de idade, os alegados tiroteios de fato ocorriam, todavia não com a frequência que alguns estavam querendo me convencer. Segundo ele, “uma vez ou outra acontecia”, até porque, como conta, “os homens só estavam interessados de pegar a grana deles”.

Com isso ele não negava o perigo que representava a presença policial desde que “houve divergência entre eles”. Havia sim o perigo e o medo de se ver numa situação onde não há como se proteger de troca de tiros que fazia parte do cotidiano dos moradores. Porém, para ele, o que trazia maior inconformidade aos locais era o fato dos policiais estarem na favela e não garantirem a segurança dos moradores. Pior que isso, ser mais um fator de instabilidade.

Contou-me sobre os episódios envolvendo violência por parte de traficantes. Eles estavam ocorrendo. A quadrilha agia abusando do seu poder imposto pelo porte de arma e pela disposição de utilizá-la contra os demais moradores. Porém, ao

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

contrário do que outros interlocutores me diziam, estes episódios não estavam no mesmo patamar de frequência de antes da chegada do GPAE. Ainda segundo ele, a quadrilha não agiria exatamente da forma como fazia antes da implantação do GPAE porque não interessava a ela provocar uma situação onde obrigasse o policiamento a fazer uma intervenção.

“Não é como antes, não está tão ruim assim.

Não está bom não, mas não é como antes. Não tem bobo aqui, sabe que se a polícia vier com tudo vai atrapalhar o negócio, então é mais maneirado”. (2004)

Entre o que era dito e a impressão que tive no campo, a minha percepção sobre o que estava acontecendo tendeu a se alinhar com os argumentos de Santos, sem que isso me fizesse desqualificar os depoimentos que indicam um cenário mais sombrio. A situação estava longe de ser boa e, de fato, a piora em relação ao que se via nas favelas no ano de 2001 era indiscutível. Mas, pareceu-me que, apesar disto, a extensão dos abusos do tráfico não era de todo compatível com o que muitos dos moradores me diziam.

O próprio comportamento altivo dos traficantes falando alto, rindo, dando ordens aos demais moradores, também a exposição de muitas armas de fogo fez-me acreditar que eles realmente não estavam mais dispostos a recuar diante da incursão policial. Estavam prontos para manter um confronto se fosse necessário. Apesar disto, nada indicava que os membros da quadrilha estavam interessados em iniciar um confronto com os policiais, invadir área onde ficavam e realizar uma emboscada. Assim como sugeriu Santos, algo desta magnitude provocaria uma reação indesejada por parte da polícia que acabaria por atrapalhar o negócio de venda de drogas. Parecia-me mais que eles adotavam uma postura que procurava desestimular os

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

policiais para que estes não se interessassem em “retomar” os espaços anteriormente negligenciados pelo policiamento.

Minha convicção se confirma a partir dos relatos dos moradores sobre episódios desta ordem e da minha experiência de se ver diante de uma situação que terminou com troca de tiros entre policiais e traficantes. Segundo o que os moradores contaram, os tiroteios tinham início após as tentativas da polícia de fazer incursões nas áreas onde o tráfico havia se estabelecido. O que pude confirmar em uma quinta-feira, no ano de 2004, na favela do Pavão-Pavãozinho em um episódio que acabei por encontrar abrigo na casa de uma das moradoras, conhecida desde 2001. Neste dia, ao subir o morro me dei conta, tarde demais, que os policiais do GPAE estavam dentro do “território” da quadrilha reproduzindo a postura corporal de quem está preparado para o confronto. Ao fazer o percurso tentando chegar à casa da moradora antes que o confronto se iniciasse me deparei com os dois grupos armados - policiais e traficantes - numa distância de duas ruas em uma situação em que as armas dos dois grupos estiveram apontadas para minha direção. O que importa dizer aqui é que o confronto teve início após os policiais adentrarem no espaço que o tráfico considerava pertencer a ele.

Essa situação era resultado da presença simultânea de traficantes e policiais nas favelas. Isto obrigou os moradores a desenvolverem uma atenção voltada para a leitura dos sinais a partir da movimentação dos policiais nos postos de policiamento. Percebendo que a quadrilha parecia não querer iniciar o confronto, os moradores passaram então a prestar mais atenção aos deslocamentos dos policiais. O maior perigo de tiroteios vinha, então, das atitudes da polícia e não do tráfico, visto que era a partir daqueles que o tiroteio poderia ter início.

Mais uma vez, alguns lugares se configuravam, nas favelas, mais perigosos do que outros. Nos pontos onde o tráfico costumava ficar, onde mantinha sua força

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

armada, eram locais perigosos, tal como antes da chegada do GPAE. Passar por eles carregava o perigo potencial de tornar-se alvo dos seus abusos. Porém, os locais reconhecidos como representando maior perigo neste momento eram os espaços onde não estava claramente definido a qual dos grupos pertencia, os locais de fronteira. E segundo os moradores, via de regra, eram nestes locais que se iniciavam os confrontos e, da mesma forma, sempre pela ação policial.

Então, desta forma, os espaços representavam perigo e onde o sentimento de medo era mais intenso era, em primeiro lugar, nestes locais de fronteira e, em segundo lugar, nos pontos onde os membros da quadrilha se reuniam.

Por sua vez, no que se refere aos espaços reconhecidamente associados à presença policial, perto dos postos de policiamento, os moradores diziam não ter muita preocupação e não sentirem medo. Até então a quadrilha nunca havia tentado invadi-los e iniciado uma troca de tiros. Assim, de forma geral, os moradores, tal como ocorria em 2001 e 2002, ainda identificavam estes espaços como sendo seguros.

Todavia isso não garantia mais nenhum crédito ao policiamento. Tal como havia me falado Santos, boa parte dos relatos que indicavam a volta da atuação violenta do tráfico tinha relação com a indignação sobre a negligência da polícia que, mesmo estando nas favelas, não fazia nada para impedir seus abusos. Os desmandos do tráfico, sua atuação controlando e intimidando os moradores aconteciam a duas ruas da presença policial.

A esta altura não havia mais dúvidas entre os moradores. Os policiais do GPAE eram corruptos e por isso o tráfico operava nas favelas vendendo drogas, portando armas e decidindo sobre a vida dos moradores. Para os locais, os confrontos nada mais eram do que a pressão dos policiais para receber propina.

Os problemas com o GPAE não se restringiam à convicção sobre a corrupção dos policiais. Os policiais demonstravam desinteresse em estimular a participação

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

local e agir como facilitador para promover uma melhor articulação entre serviços policiais e demandas locais. Estavam fechados em si. Com o abandono da tentativa de manter vínculo com os moradores, estes policiais envolvidos com o GPAE passaram a ser vistos como sendo iguais a qualquer outro policial, e isso significava dizer que a percepção sobre eles era de agentes corruptos, violentos e que não respeitavam os moradores pobres da cidade.

Segundo os moradores, a atitude dos policiais para com os eles transitava entre o ato de ignorar deliberadamente os locais, a violência e o desrespeito. Assim, somando-se à percepção de corrupção, mais à volta da experiência com a face violenta e abusiva da polícia, levou os moradores deixarem de acreditar de forma definitiva no policiamento

A presença do policiamento comunitário nas favelas não era mais desejada pelos moradores e o GPAE, àquela altura, havia perdido a apoio de outrora. A percepção havia se modificado por completo e os moradores não viam mais nestes policiais pessoas com quem pudessem estabelecer uma relação de confiança ou parceria. A presença da polícia não se sustentava mais por meio da construção de uma relação positiva com os moradores.

A convicção sobre a corrupção e os abusos policiais quebrou qualquer possibilidade de manutenção do vínculo entre estes e os moradores. Na prática isso significava que não era seguro recorrer aos policiais para denunciar abusos cometidos por policiais desviantes e traficantes. Segundo os moradores, há algum tempo o canal de comunicação com o comando do GPAE havia se perdido e com a repetição de ocorrências abusivas envolvendo policiais e as desconfianças que recaíam sobre o grupamento, as pessoas consideravam um risco se expor e denunciar ou reclamar sobre algo. Para piorar a situação, a presença policial trazia a possibilidade de tiroteio

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

a qualquer momento fazendo com que os moradores se sentissem temerosos por suas vidas.

Uma das explicações para o rompimento do canal de comunicação com o comando e a perda definitiva e irreversível da confiança no GPAE deveu-se à saída do Major Carballo do comando do grupamento para realizar um curso de aperfeiçoamento que lhe permitiria subir na hierarquia militar. O comandante era visto como uma autoridade acessível e comprometida com os moradores sempre procurando tomar providências diante de denúncias de desvios ou reclamações sobre a efetividade do policiamento, além de não se furtar a prestar conta do seu trabalho publicamente. Para os moradores ele era o responsável por controlar os subordinados e garantir que as promessas realizadas nos inícios das operações do GPAE continuassem a ser um objetivo.

Se no início da crise na relação e durante os anos de 2001 e 2002 a presença do Major Carballo garantia algum crédito ao GPAE, com sua saída em 2002, não havia mais a presença da figura carismática que atraía para si atenção e confiança. Assim como o pouco crédito de confiança que o policiamento ainda recebia devia-se à atuação do seu comandante, a sua saída implicou duro golpe para os moradores que, com a saída do sujeito que era o fiador do projeto, perderam qualquer fio de esperança de que o GPAE voltasse a atuar da forma como fazia durante os primeiros meses nas favelas.

Assim, em 2004 não se ouvia mais um único discurso que indicasse a esperança de se ver de volta o modelo inicial de atuação do policiamento. O policiamento deixou de ser considerado um elemento que transformou positivamente a vida nas favelas e passou a ser visto como um estorvo, mais um elemento de perigo dentre outros vários.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“Não, aquilo foi só um verão. Só pra aparecer em propaganda de político dizendo como tinha feito a vida dos pobres melhor. E dizer que tinha dado jeito na polícia. Só inocente é que acreditou. Quantas vezes já subiram aqui dizendo que a vida do morador de favela ia melhorar? Eu perdi as contas (risos). Melhora na hora, mas depois que passa a eleição volta ao normal”
(Cristiano, Pavão-Pavãozinho, 2004)

Desse modo, ninguém mais acreditava na possibilidade de retorno ao cenário encontrado quando da chegada do GPAE. A esperança que havia ainda durante o ano de 2002 e que muito se devia à figura do comandante, estava definitivamente perdida.

Os moradores então descartaram definitivamente o GPAE como possibilidade de solução para seus problemas e medos derivados da presença e atuação da quadrilha de tráfico de drogas e seu desejo de se virem tratados com respeito por policiais tendo seus direitos e segurança preservados. A partir de então a presença policial nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho não fazia mais sentido. O desejo expresso era o de que o GPAE partisse e deixasse a vida nas favelas, já que sua presença não representava mais nenhum benefício para os moradores.

O GPAE havia interrompido o fluxo da relação baseado na circulação de respeito que, em última análise, lhe garantia uma boa avaliação entre os moradores. A postura respeitosa e atenciosa por parte dos policiais e a inibição da ação do tráfico contra os moradores experimentado no início da atuação do policiamento permitiu ao morador experimentar vivenciar uma antiga demanda local de respeito e reconhecimento da sua condição moral. Vendo atendida suas expectativas, os moradores, à sua maneira, procuravam retribuir os gestos indiretos e diretos de consideração verbalizando o reconhecimento por meio de elogios aos benefícios

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

trazidos com o policiamento e participando da produção de segurança por intermédio de denúncias e críticas ao policiamento. Assim, os moradores demonstravam seu interesse de que o serviço policial se mantivesse.

Quando os gestos positivos por parte da polícia cessam a circulação positiva de reconhecimento e respeito, e passam hostilizar ou ignorar os policiais, entram em cena as acusações que visam atingir a condição moral dos policiais por meio de denúncias sobre incompetência ou desonestidade.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Capítulo 8

As favelas em três tempos

A compreensão de que, para os moradores, havia três tempos na história das favelas se cristaliza em 2007. Por meio de suas narrativas se revelam o “tempo da comunidade”, o “cada um por si” e o “outro momento”. Para os locais há três tempos em quatro momentos visto que o fracasso do policiamento não representa a inauguração de um novo tempo, mas sim o retorno ao período chamado aqui de “cada um por si”. Durante os anos de 2007 e 2008 fica evidente a partir de qual parâmetro a atuação do GPAE sofria avaliação. O GPAE é avaliado a partir da sua proximidade com os tempos da comunidade e com o tempo que representa seu oposto. Seu fracasso ocorre quando, na percepção local, sua presença e atuação não conseguem impedir o retorno das experiências violentas e desrespeitosas, marcas de um tempo indesejado entre os locais.

Voltando ao “normal”

A primeira noite na favela, durante o ano de 2007, deu bem a medida do que viria em seguida e fez perceber, logo na chegada, que a diferença com 2004 não se restringia à maior presença de traficantes e suas armas nas duas favelas. Por volta de dez horas da noite uma conversa entre membros da quadrilha próximos a mim chama atenção. Lembro que ao me aperceber disto uma onda de excitação me tomou. Imaginei todas as conversas que, morando ali, escutaria e serviriam para pesquisa. Parei o que estava fazendo e passei a mão na caneta, no caderno de campo e me posicionei ao lado da janela. A primeira anotação do caderno de campo foi: “de dia percorrer o campo, à noite poder escutar as conversas dos traficantes em primeira mão.

A conversa seguia e com seu prolongar, na medida em que mais e mais pessoas emitiam suas opiniões sobre o tema, senti o clima ficar cada vez mais tenso.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

As vozes ganhavam outros tons e volumes. Risos, provocações e bravatas. Estava claro, era uma questão de honra, ou melhor, atentado à honra sofrida por algum homem que estava ali. Foi ele quem primeiro alterou a voz, em muito motivado pelas provocações e risadas que expunham, segundo as regras do grupo, sua incapacidade de agir conforme a situação requeria. Os outros, percebendo que ele estava incomodado com as provocações também aumentavam o tom de voz.

Não demorou muito para que meu estado de espírito, acompanhado do humor sobre o quê acontecia ali em baixo, migrar de excitação para apreensão. Enquanto escrevia finalmente me dei conta do perigo que minha estadia na favela representava. Apesar de ter presenciado, em experiências anteriores, situações de tensão que poderiam desencadear agressões físicas e perigo de morte, nunca escutei uma conversa com aquele conteúdo. Cada um dos que se colocavam, diziam de que forma resolveria a situação. A morte e a tortura surgiam em frases que demonstram como a vida humana, naquele contexto e para aquelas pessoas, não continha valor relevante.

Da excitação ao desconforto, do desconforto à apreensão e da apreensão ao medo. Em menos de três horas passei a questionar minha presença em campo. Seria possível morar na favela? E se eles decidissem me abordar e desconfiassem da minha verdadeira intenção ao morar na favela? Como eu faria para transitar? Ao lembrar-me do que Maria havia falado sobre o caderno de anotações e o gravador, meu temor atingiu novas proporções, quase insuportável naquele instante. A espiral de medo tomava conta de mim quando decidi que não continuaria anotando, iria dormir. O sono não veio rápido. Nem poderia. Deviam ser três horas da madrugada quando peguei no sono e dormi. O sossego que o sono me permitiu, entretanto, não durou muito.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Apenas uma hora e meia após dormir uma granada explode. Parecia na porta de casa. Com um salto, de deitado e dormindo pus-me em pé e concentrado. De imediato voltei a me abaixar. Não deveria ficar em pé, afinal uma bala poderia passar pelas janelas ou paredes, quem sabe? A breve tranquilidade foi substituída por um instante de pânico. O que poderia ser se não uma resposta dos traficantes que estavam de plantão a uma tentativa de invasão da polícia? Estava certo disto enquanto me mantinha agachado ao lado da parede, próximo à janela para tentar escutar as vozes que vinham de fora.

- Toma filho da puta!

Não se disse nada muito além desta frase. As vozes estavam distantes, provavelmente da escadaria e a reunião do tráfico em frente à minha casa parecia ter sido abandonada. Os minutos se passavam e nada mais acontecia. Aos poucos meus batimentos cardíacos foram se normalizando.

Pela manhã seguinte, por volta das 9h:30, desci à casa de Maria para tomar café. Morgana também havia acordado a pouco e ainda esperava o café ser passado. Nos cumprimentamos, os três. Depois disso, silêncio. Eu estava desconfortável, ainda assustado com os eventos da noite anterior e esperava alguma explicação, sobretudo, sobre a granada detonada apenas algumas horas antes. Café pronto, Maria serve a mim, e a Morgana. Ninguém abria a boca. Eu olhava para elas com certa ansiedade em meus olhos, ao mesmo tempo em que minhas mãos pressionavam uma à outra. Morgana e Maria se entreolharam e a mais nova, após levar de volta a xícara de café em direção à mesa, com um discreto sorriso entre os lábios, me perguntou se eu havia dormido bem e se nada havia me incomodado. Maria não resistiu, e rindo, me perguntou:

- Escutou ontem?

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

- Nossa!... O que foi aquilo? Eu achei que estavam invadindo e que teria o maior tiroteio. Respondi.

Nada disso. Ao que parece os rapazes estavam entediados e como não havia nada melhor para se fazer naquela noite, aproveitaram para jogar uma granada na Saint Roman para assustar as pessoas que estavam passando por ali naquele momento. A resposta trazia mais intranquilidade do que conforto. Uma invasão de favela é sempre uma situação limite que implica em muitos riscos para os moradores. Os tiroteios costumam durar a noite inteira. Via de regra, os envolvidos diretamente no tiroteio invadem casas e utilizam as lajes para alvejar seus inimigos. Apesar de tudo isso, me pareceu, naquele momento, que explodir uma granada por diversão revelava uma disposição, que carrega em si a incerteza da aleatoriedade, e que ultrapassa em muito a potencialidade de perigo presente em situações de confronto, pois qualquer um pode ser tornar uma vítima dos humores dos traficantes.

Os dias que se seguiram durante os meses que permaneci nas favelas não trouxeram experiências muito diferentes da que vivenciei na primeira noite no Pavão-Pavãozinho. O tráfico estava atuando nas duas favelas de forma como eu nunca havia visto durante os anos que acompanhei a atuação do GPAE, em um cenário que encaixava perfeitamente na descrição feita pelos moradores sobre o comportamento dos membros da quadrilha antes da chegada do policiamento, naquilo que foi chamado aqui de tempo do cada um por si.

Na comparação entre 2004, quando o tráfico já havia retomado práticas deixadas de lado com a chegada do policiamento, era possível entender as reticências que de um dos moradores, ao considerar exagero dizer que naquela época o tráfico estava se comportando de forma idêntica a que fazia antes do ano de 2000. Tendo como referência a comparação entre os dois períodos não é equivocado afirmar que, em 2004, a quadrilha ainda parecia estar agindo sob a influência da atuação do GPAE,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

exercendo um domínio, até certa medida, contido sobre o território e sobre os demais moradores.

Agora, em 2007, não havia mais nenhum constrangimento aos traficantes. Assassinatos, espancamentos, humilhações, bravatas tal como a do arremesso da granada eram postos em prática sem a preocupação com uma possível resposta por parte do GPAE ou de qualquer outra unidade policial. As favelas, praticamente por completo, voltaram a estar sob domínio da quadrilha e não havia mais policiamento capaz de inibir ou reprimir suas ações.

Um dos dois postos implantados na favela do Pavão-Pavãozinho havia sido desativado. O posto desativado foi o batizado de PPC da “praça do Caô” e, como disse anteriormente, situava-se no primeiro acesso ao Pavão-Pavãozinho por Copacabana. Com a saída do policiamento deste local, há dez metros de onde ele costumava funcionar, a quadrilha construiu uma edificação. Uma pequena casa que servia para guardar armas e drogas, além de funcionar como uma guarita pela qual qualquer pessoa que desejasse subir a favela por este acesso teria que passar e se identificar. Neste local, praticamente construído na Rua Saint Roman, encontravam-se em média dez homens armados com fuzis e granadas. Vendiam drogas e protegiam o acesso de possíveis invasões.

Com a reocupação deste local o primeiro acesso ao Pavão-Pavãozinho voltou a ser o principal ponto de venda de drogas das suas favelas e, justamente por isso, contava constantemente com a presença de muitos homens armados. Por ser o ponto de mais fácil acesso a quem se encontra em Copacabana e deseja comprar drogas e, com o recuo do policiamento, mais uma vez esta entrada passou a contar com a presença intensa de usuários de drogas que, anteriormente, com a presença policial, procuravam outros pontos de venda longe dos olhos dos policiais.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Nos demais espaços das favelas a situação não era diferente e em todos os lugares no seu interior era possível encontrar indivíduos armados. A impressão era a de que o número de pessoas envolvidas na quadrilha havia triplicado. A quadrilha estava presente e não havia mais espaço a ser respeitado ou evitado pelos traficantes, a não ser os próprios PPCs que restaram. Assim, tirando os postos e o acesso ao CIEP, onde se encontrava o posto de comando do GPAE, todo o restante das favelas estava sob domínio do tráfico.

O domínio territorial era apenas uma das facetas da sua presença e do recuo do policiamento. A partir da minha chegada pude presenciar, com recorrência, eventos que anteriormente só esporadicamente havia visto e, com isto, pude compreender melhor o que significava a sensação de medo a qual meus interlocutores me relatavam.

O episódio com a granada foi apenas o primeiro de muitos que davam a dimensão dos sentimentos de medo e de desrespeito e do impacto que a possibilidade de tornar-se uma vítima pode causar ao indivíduo. Assim como também me permitiu compreender melhor porque a presença policial foi bem recebida pelos moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo.

A atuação cotidiana do tráfico, sem os constrangimentos causados pela presença policial, permitia a prática de violência de toda ordem contra os demais moradores, aumentando assim a percepção de vulnerabilidade e o sentimento de medo. Neste momento não havia nada, além da própria vontade, impedindo que membros da quadrilha atentassem contra a vida de um morador ou frequentador das duas favelas.

Por exemplo: meses após minha instalação, durante uma madrugada, acordo com os gritos de um homem. Ele chorava ao mesmo tempo em que suplicava entre gritos que cessassem as agressões a que estava sendo submetido. Acordado com o

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

susto, demorou um pouco para que eu compreendesse o que estava se passando em frente à casa. Os gritos da vítima se misturavam a xingamentos vindos por parte do grupo de homens que costumavam permanecer neste local durante as noites. Entre um xingamento e outro era possível ouvir frases como “está pensando que sou viado, seu filha da puta”, “traveco escroto, você vai apanhar até morrer”.

As agressões e o desespero do rapaz não duraram menos que duas horas e foi possível perceber que, com o passar do tempo, o número de membros da quadrilha no local que presenciavam e/ou participavam do linchamento da vítima aumentava, assim como os incentivos à agressão. Entre as agressões aconteciam intervalos onde só era possível escutar o choro da vítima e um murmúrio entre traficantes.

Pelo que pude entender do que era dito naquela noite - e que foi confirmado no dia seguinte - um membro da quadrilha foi alvo de cantada por parte do travesti enquanto passava pela Rua Sá Ferreira em direção à favela. A atitude foi recebida como ofensa à masculinidade e o travesti foi conduzido à força até aquele ponto onde teve início o espancamento. Com um pouco mais de duas horas a vítima não demonstrava muitas reações e só era possível escutar um choro baixo e palavras de lamentos que eram sussurradas. Até que um dos homens ordenou aos demais presentes que levassem a vítima para o alto da favela.

- Tá bom. Agora vamos lá pra cima terminar o serviço. Vamos dar um trato neste traveco. Não era isso que estava querendo seu viado, sentir um cano?

O rapaz, que até então parecia ter perdido as forças visto que parara de gritar, demonstrando saber do que significava ser levado para o alto do morro, se desesperou e voltou a gritar suplicando por sua vida. Suas súplicas de pouco adiantaram e ele foi levado para o alto do morro e, ao que tudo indica, sendo executado por lá.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Outro episódio que parece ter tido o mesmo desfecho envolveu um jovem viciado que contraiu dívida com a quadrilha. Mais uma vez, no mesmo ponto no qual o travesti foi vítima de agressão, xingamentos, sons de golpes contra o corpo, choros e súplicas pela vida. Neste caso escutavam-se intervenções como “toma viciado filha da puta”, “cadê a porra do meu dinheiro seu merda?”. A vítima, por sua vez, entre seu próprio choro tentava convencer de que saldaria a dívida e fazia apelos para que parassem de agredi-lo.

É importante destacar que estes eventos nunca eram breves, não se resolviam rápido. Havia um longo processo entre o início e o término das agressões de modo que as vítimas eram submetidas a longos períodos de tortura que passavam por agressões físicas e torturas psicológicas. De forma que não foi diferente com este rapaz viciado. Pelas intervenções do rapaz ao tentar fazer com que cessassem as agressões, deixa claro que vítima e algozes se conheciam a ponto de se chamarem pelo nome.

Excetuando o motivo da agressão, os episódios do travesti e do jovem viciado guardavam semelhança. Xingamentos, deboches, súplicas e choro entre pequenos intervalos. A diferença significativa foi que, após longo período de tortura, escuta-se um disparo de arma de fogo e o cessar do choro da vítima. Em seguida, como desfecho, foi possível escutar alguém dizendo para levar o corpo para o alto do morro. Além do próprio ritual de tortura e do seu desfecho, o que gera um sentimento de medo é perceber que enquanto esses eventos ocorrem os membros da quadrilha parecem estar se divertindo. Xingam, agridem, mas riem e fazem piadas.

Certamente, dos casos que presenciei ou tomei conhecimento durante o campo, estes dois foram os mais graves. Mas episódios menos graves tais como espancamento sem que, aparentemente, terminassem no assassinato da vítima ocorriam com certa frequência.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Mas não era necessário que os membros da quadrilha promovessem atos públicos de agressão e/ou humilhação para provocar medo. É difícil descrever a sensação de se passar em frente a uma dezena de homens, alguns portando fuzis e outros pistolas, movendo as armas de um lado para outro enquanto gesticulam de acordo com seus argumentos durante a conversa que mantêm entre si. Mais impressionante ainda é perceber que, em suas cinturas, encontram-se o tão famoso “cinto de utilidades” repleto de granadas. A simples exposição das armas é capaz de gerar apreensão e faz com que passar por determinados lugares dentro das favelas seja uma experiência desconfortável, pois teme-se que estas armas disparem acidentalmente em razão da falta de cuidado com a qual são manuseadas. Assim, mesmo quando a intenção do tráfico não é esta, ele intimida e oprime aqueles que convivem com sua presença nas favelas.

Aqueles gestos considerados localmente como sendo desrespeitosos, provenientes da relação entre moradores e traficantes também ocorriam com frequência. Todavia, dos episódios que presenciei, nenhum guardava semelhança com o caso da jovem expulsa da sua casa junto com a família ou do rapaz que passou a ser perseguido após uma partida de futebol. A maioria dos casos envolvia constrangimentos como xingamentos, ameaças, ordens para sair de um local ou passar com rapidez por ele, ou ainda ordens para fechar a janela de casa.

Na minha percepção, a recorrência de episódios violentos ou de episódios que envolviam constrangimento público de pessoas, independente de estarem envolvidas ou não com a quadrilha, era consideravelmente maior em relação a 2004. A quadrilha demonstrava sua face mais violenta e intimidadora desde minha primeira estada nas favelas de modo que, em termos presença e postura, se compararmos 2007 com 2004 é possível afirmar que durante o ano de 2004 o tráfico ainda se ressentia com a presença do policiamento, o que fazia com que sua presença nas favelas trouxesse menos constrangimento para os locais.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Não era apenas a atuação do tráfico que remetiam às narrativas sobre o tempo do cada um por si. A atuação dos policiais do GPAE nas duas favelas dava uma dimensão concreta aos depoimentos que relacionam policiais às práticas de desrespeito.

Quando terminei minha pesquisa de campo durante o ano de 2004 tinha a percepção de que o projeto de policiamento comunitário nas duas favelas havia fracassado. Todavia, a mudança que representou a presença e atuação do policiamento nas duas comunidades só pode ser completamente dimensionada três anos depois, ao ver como era o cotidiano das favelas sem a intervenção do GPAE. Estar nas duas favelas durante o ano de 2007 me fez compreender que a atuação do GPAE durante o ano de 2001 representava uma mudança significativa no cotidiano local, o que dava sentido à percepção positiva e apoio recebido pelo policiamento, assim como também permitia compreender o receio quando os moradores perceberem que o policiamento se distanciava do modelo de atuação dos primeiros meses.

Se em 2004 o GPAE já estava distanciado dos princípios presentes na sua instalação - o que refletia na sua intervenção cotidiana - foi posteriormente que as consequências disto passaram a implicar no retorno ao cenário descrito como o tempo do cada um por si. Não havia mais a prática de rondas preventivas⁴⁵. Os policiais estavam enclausurados nos postos de policiamento. Pode-se dizer que, tirando estes locais onde os policiais permaneciam durante boa parte do seu expediente, não havia mais o chamado "território da polícia". Porém, não era apenas a perda definitiva do controle dos espaços nas duas favelas, que por si só já representava um duro golpe na proposta inicial do policiamento. O que se via eram policiais que transpareciam estar acuados e temerosos da ação da quadrilha. Por exemplo, demonstrando temor

⁴⁵ Lembrando que, durante o ano de 2004, as rondas preventivas ocorriam, ainda que fossem esporádicas.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de tornarem-se vítimas de emboscadas os policiais instalaram, de forma improvisada, espelhos com aproximadamente um metro de comprimento nas entradas dos postos, posicionados de modo que pudessem ver o deslocamento das pessoas antecipando, assim, possíveis ataques que, na prática, enquanto estive lá, nunca aconteceram.

Como disse, a polícia não fazia mais rondas, mas periodicamente realizava incursões nas favelas. Na maioria das vezes eram recebidos a tiros. Não foi apenas uma vez que me vi em Copacabana sem poder retornar à favela ou preso dentro de casa quando planejava sair, em razão de tiroteio entre traficantes e policiais. Sobre isso reproduzo o que escutei da conversa entre traficantes após um tiroteio com a polícia.

Após três dias seguidos de incursões por parte dos policiais do GPAE, que resultaram em troca de tiros, escuto uma conversa entre os membros da quadrilha onde o assunto era a demanda policial pelo aumento do valor pago para que a venda de drogas não fosse reprimida. Resumindo, um dos traficantes dizia que um major havia mandado avisar que, como estava no período de férias (dezembro de 2007), ele queria mais dinheiro, pois a cidade estava cheia de turistas que iam à favela comprar drogas, aumentando o lucro da quadrilha. Enquanto não houvesse o acréscimo no valor de costume, as incursões nas duas favelas iriam continuar. A discussão entre os membros da quadrilha girava em torno de qual seria a postura adotada: ceder à pressão ou manter o confronto contra a polícia.

O que posso dizer sobre isso é que - sem que possa afirmar que o conteúdo da conversa fosse falso ou verdadeiro - cessados os confrontos, demorou aproximadamente um mês para que os tiroteios entre policiais e traficantes voltassem a ocorrer no Pavão-Pavãozinho.

A conversa que escutei ia ao encontro do que os moradores me falavam sobre a atuação policial nas favelas. Depoimentos que ressaltavam a existência de

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

achques policiais contra traficantes. Segundo a opinião dos moradores, nos últimos dois anos, a maioria dos tiroteios entre policiais do GPAE e a quadrilha era motivada por pressão de determinados policiais em busca de ganhos corruptos de modo que, sempre que os policiais apareciam dentro das favelas, os moradores diziam que era dia de “buscar a grana”, numa clara referência a um acordo corrupto entre traficantes e policiais do GPAE.

Os confrontos eram o único momento em que os policiais entravam nas comunidades. O cotidiano das favelas passara a não ter mais a presença policial, a não ser, nos postos que restaram, onde os policiais de serviço se mantinham enclausurados até o término dos seus plantões. O GPAE havia se tornado apenas mais uma sigla dentro da polícia e não guardava, além da manutenção do nome, nenhuma semelhança com o policiamento comunitário que operou nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho de forma a receber amplo apoio dos moradores satisfeitos com o serviço prestado.

Como na prática não havia mais policiamento comunitário, não havia mais relação entre policiais e moradores além de episódios de confrontos e eventuais incursões nas favelas. Os moradores não reconheciam mais no grupamento o policiamento que havia modificado as favelas e proporcionado um ambiente mais seguro e tranquilo, sem os abusos por parte dos membros da quadrilha. Nem tampouco identificavam algum resquício de interesse em criar vínculos e atender as demandas locais. O policiamento comunitário fazia parte do passado e os moradores se viram, contra sua vontade, novamente submetidos às experiências violentas e desrespeitosas que geravam medo e desconforto.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Um intervalo

Questionados sobre o assunto, a ideia que surgia com mais recorrência era de que a vida nas favelas havia retornado “ao normal”. O normal referido era o retorno das experiências que geravam sentimento de medo e de desrespeito. A atuação do GPAE nas favelas, da mesma forma, estava dentro daquilo que os moradores consideravam a normalidade, ou seja, falta de preocupação com a segurança, truculência e práticas corruptas que expunham ao perigo os moradores não envolvidos com o tráfico. Neste sentido, dizer que as duas favelas voltaram ao normal era afirmar o enquadramento deste momento dentro do chamado tempo “do cada um por si”.

Mas quero chamar atenção para um aspecto. Ao dizerem que o cotidiano local voltou ao que era antes, de forma explícita ou implícita, os moradores estão reconhecendo que a atuação do GPAE, no auge do seu comprometimento com os princípios operacionais estabelecidos pelos idealizadores, foi significativa o suficiente para que a presença do policiamento seja reconhecida como um marco, ainda que breve, na história local.

Um marco positivo visto que o referido voltar ao normal é voltar a viver sobre o signo do medo e do desrespeito. O que se percebe é que, em perspectiva, quando indagados sobre o GPAE, estão presentes a lembrança positiva da experiência, a avaliação de que durou pouco tempo e a percepção de que, em seguida, houve o retorno do tempo do cada um por si.

“Olha, olhando pra traz dá pra dizer que foi uma coisa boa. Foi pouco tempo, não durou muito porque é difícil, né?! Mas deu um gostinho e fez a gente experimentar uma coisa diferente. Só que depois eu nem preciso dizer que foi ficando como era antes e a rapaziada dominou de novo, e voltou tudo ao normal,

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

voltou a realidade da favela. A polícia também voltou ao normal, a tratar a gente como é de costume. Eu até entendo porque é muito dinheiro e o risco é grande, então melhor fazer vista grossa e fingir que não vê. O problema é que prejudica quem não tem nada a ver com o barulho e só quer viver com dignidade, numa boa. E também tem outra coisa, quando você vê que tem coisa melhor, você fica querendo que aconteça novamente, porque teve aquela experiência. Porque foi algo muito diferente aqui com a gente, uma coisa de se sentir valorizado e sentir que vendo o morador como gente mesmo e não como bicho”.

Apesar de haver uma distância de seis anos separando o melhor momento do GPAE nas favelas e a época das entrevistas, a atuação do policiamento conseguiu se manter na memória local como sendo a responsável por provocar uma modificação positiva no cotidiano das duas favelas.

“A polícia tinha mudado a postura, tratava com respeito, não entrava tirando sem querer saber quem está na frente, se tem criança passando. E não era só nessa coisa de tratar o morador de favela com o mesmo respeito de quem mora no asfalto, não. Isso não é mais do que obrigação, mas a verdade mesmo é que só aconteceu naqueles dias. Pra mim o melhor foi que colocou cabresto na rapaziada que barbarizava. Nossa, isso foi muito bom, você não tem ideia. Isso eu queria mesmo que tivesse, porque assim a gente não fica com tanto medo da desgraceira”.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Mas apesar de significar um momento singular na história local a ponto de ser classificado, como vimos no capítulo anterior, como “um outro momento”, se tem a clara percepção de que, por motivos alheios à vontade dos locais, as benesses trazidas com a chegada do GPAE não perduraram por muito tempo.

“Isso já passou há muito tempo meu filho, foi só um intervalo. Não demorou muito e tudo voltou a ser como sempre foi. Foi uma coisa boa, tinha dado uma esperança pra mim porque estava muito calmo, cada um no seu lugar e nenhum dos dois lados prejudicava a gente. Que é o que importa. Mas alegria de pobre dura pouco e é só olhar aí fora pra vê que não tem jeito” (2007).

A expressão, intervalo, para ilustrar o pouco tempo que durou a boa atuação do GPAE traduz perfeitamente a percepção local. Como se vê há uma clara percepção de que a chegada do GPAE foi suficientemente marcante a ponto dos moradores enquadrarem esse período como um momento distinto na história local. Ele representa uma interrupção no domínio do tráfico e nas consequências associadas a este domínio, assim como o estabelecimento de um novo tipo de relação com a polícia. Isto fez deste período um momento diferenciado nas duas favelas. Todavia os depoimentos também indicam que esse período teve uma duração curta e, como afirmam, rapidamente a vida nas favelas voltou a ser como antes da chegada do GPAE, tanto no que se refere na relação com o tráfico como com a polícia.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Os tempos nas comunidades e o GPAE

Ao olharem para trás e falarem sobre o período no qual a atuação do GPAE produzia satisfação, os moradores do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo deixam claro a aproximação deste período com o chamado “tempo da comunidade”.

“Para os mais velhos, como eu, fez lembrar um pouquinho como era antes, quando o Pavão era mais unido e não tinha a preocupação com coisas ruins, com tiroteio e bandidagem, isso que todo mundo sabe. Presta atenção, não estou dizendo que era igual, mas, como na época que funcionou a polícia, a gente pode ter um pouco de paz. Sem polícia subindo atirando, sem morte na comunidade. Antes era assim, era a paz. Não tinha tanta maldade. As coisas ruins eram pequenas, não dá pra comparar com hoje em dia. Hoje você olha de um jeito e corre o risco de levar um tiro” (2007).

Todavia, dizer que as favelas voltaram a ser como antes implica dizer que o GPAE não foi capaz de manter-se dentro do modelo de atuação dos primeiros meses e que, mesmo com sua presença no local, as relações com o tráfico e com a polícia, gradativamente, voltaram a se aproximar daquilo que foi chamado de tempo “de cada um por si”. Com isso, todo o crédito recebido pelo policiamento foi sendo retirado e os moradores deixaram de querer aqueles policiais nas favelas. O GPAE havia recebido avaliação positiva porque inibiu o medo, trouxe sossego e inibiu procedimentos por parte do tráfico que eram considerados como desrespeitosos. Isso fez com que, em certo nível, a vida nas favelas se aproximasse daquilo que foi chamado do tempo da comunidade, ainda que os moradores não considerassem como um retorno a este período. Quando o tráfico volta a atuar fazendo retornar as experiências negativas que

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

geravam medo, desconforto e indignação, os moradores concluíram que estavam novamente no tempo “de cada um por si”. A presença policial, ao contrário do início de sua atuação, voltou a trazer perigo e desconforto para os moradores, além de não garantir a segurança e a tranquilidade, também as demonstrações de consideração direta, expressas por meio da disposição à escuta e interesse pelo morador, deixaram de existir. Desse modo, a presença policial nas favelas deixou de fazer sentido para os moradores do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Conclusão

Como morre um Projeto de Policiamento Comunitário

“Você está falando daqueles policiais que ficavam aqui? Isso morreu há muito tempo. Só esqueceram de recolher o defunto.” (2007)

A irônica resposta dada por Maria à minha pergunta sobre o que ela tinha a dizer sobre o GPAE não me surpreendeu. No ano de 2004, quando da minha segunda estada nas duas favelas, já estava claro que havia ocorrido uma profunda descaracterização do policiamento comunitário que ali funcionava. A morte, por assim dizer, já estava anunciada.

Um dos fatores que me instigou a escrever a tese foi perceber que as diferentes etapas pelas quais a avaliação sobre o GPAE transitou estavam diretamente relacionadas à sua capacidade de se aproximar ou se afastar daquilo que é chamado entre os locais de “tempos” dentro das comunidades.

A tomada de consciência sobre qual a medida acionada localmente e que determinava se a avaliação sobre o policiamento comunitário era positiva ou negativa só foi possível quando se levou em consideração que, para os locais, após o insucesso do projeto, as duas favelas retornaram ao “tempo de cada um por si”. O período onde a atuação do GPAE teve maior receptividade era classificado como tendo sido um intervalo que interrompeu, ainda que por pouco tempo, as experiências geradoras de medo e de desrespeito.

Assim existia o “tempo da comunidade” que foi sucedido pelo do “cada um por si”. Este foi brevemente interrompido pela chegada do GPAE até que ocorre o retorno ao “cada um por si”. O sucesso do policiamento comunitário ocorreu quando

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

sua imagem era associada ao primeiro período indicado, enquanto a percepção sobre seu fracasso ocorre quando sua imagem é associada ao segundo período.

São as noções de tempo e as relações sociais que a caracterizam e organizam o pensamento e estruturam o discurso dos moradores. Há o “tempo da comunidade” e o “tempo do cada um por si”, cada um marcado por diferentes configurações sociais. É a partir deste referencial que o olhar sobre o GPAE ocorre. Quando os locais consideravam que o policiamento comunitário fazia um bom trabalho era porque, na concepção local, havia uma aproximação entre o ambiente proporcionado pela sua presença e atuação e o “tempo da comunidade”. Quando ocorre a mudança na percepção sobre o GPAE e os moradores passam a criticar a sua presença no interior das duas favelas é porque o impacto de sua atuação deixa de proporcionar aos locais um ambiente próximo ao que supostamente existia no passado distante das duas favelas.

Como demonstrei, o período no qual a avaliação positiva sobre o GPAE estava no seu ápice foi classificado como sendo outro momento na história das duas favelas. Havia a aproximação com o “tempo da comunidade”, mas, para os locais, isso não implicava dizer que se tratava de um retorno a ele.

A singularidade deve-se a dois fatores: primeiro os moradores costumam dizer que, no passado da favela, as relações sociais eram informadas pela presença de valores como solidariedade, amizade e respeito. Como um dos moradores disse, era o espírito de uma época e não apenas que gestos pontuais na relação entre conhecidos. Podemos inferir desta afirmação que as relações sociais deste período eram “naturalmente” estruturadas por estes valores. Para os moradores, a presença do GPAE foi capaz de anular alguns dos fatores que impediam que a vida nas favelas fosse mais agradável, tal como ocorria no “tempo da comunidade”. Mas, como disseram, diferente de antes, a ausência de medo e de práticas caracterizadas como

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de desrespeito eram garantidas artificialmente, a partir da imposição do policiamento, diferente do que ocorria no “tempo da comunidade”. Apesar disto, esta constatação não representava um problema para os moradores. A satisfação com as consequências da atuação do GPAE, que havia restringindo atuação da quadrilha, foi suficiente para que a presença do policiamento fosse saudada.

O segundo fator que marca a distinção entre o “tempo da comunidade” e o período inicial de atuação do GPAE tem relação com a postura adotada pelos policiais em sua relação com os moradores das duas favelas. Os policiais se mostravam preocupados com a segurança e dispostos a dialogar escutando o quê o morador tinha a dizer. Assim, o que surge como elemento singular deste período é a percepção de que a polícia passa a respeitar os moradores das duas favelas, antiga reivindicação entre os locais.

É quando o policiamento comunitário perde a capacidade de garantir a segurança e tranquilidade no cotidiano permitindo que a quadrilha local retornasse com suas práticas que geravam medo e insegurança nos moradores e, ao mesmo tempo, há a percepção de que os policiais deixam de demonstrar que reconhecem nos moradores a figura do sujeito portador de direito e respeito que se inicia o processo de desgaste do GPAE. Desgaste que se inicia antes mesmo de completar um ano de suas atividades e culmina, passando pelo total descrédito durante o ano 2004 e chegando ao ápice das consequências da sua descaracterização em 2007. Com isso a presença do GPAE nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho deixa de representar a possibilidade de se viver em um ambiente semelhante ao passado valorizado e fazendo com que, para os moradores, sua presença nas favelas não fizesse mais sentido.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Cidadania e reconhecimento

A presença e atuação do policiamento comunitário fizeram com que os moradores das duas favelas se sentissem valorizados, tendo suas demandas pelo reconhecimento de dignidade e direitos atendidas. O GPAE foi o responsável pela primeira experiência positiva que os moradores das duas favelas tiveram com a polícia.

Como se viu, a demanda era por tratamento respeitoso por parte dos policiais, procedimento que passa pelo reconhecimento de que o morador de favelas é um sujeito portador de direitos e merecedor de cuidados. Por intermédio daquilo que nomeei como gestos de consideração diretos e indiretos, os policiais do GPAE foram capazes de satisfazer as demandas locais. Houve, por um lado, o reconhecimento da condição de sujeito portador de direitos, como eles imaginam que aconteça com os residentes de bairros de classe média e alta da cidade. E por outro houve a percepção de que os policiais, de forma inédita, reconheciam a diferença entre o morador de bem a aqueles envolvidos com o tráfico de drogas. O reconhecimento desta diferença permitia que os moradores se portassem como interlocutores dos policiais, aumentando a percepção de que estavam sendo tratados com respeito, principal demanda local em relação à polícia. Foi o reconhecimento da igualdade, por um lado, e da diferença, por outro, que alimentou a satisfação e a esperança em relação à presença da polícia nas favelas do Cantagalo e do Pavão-Pavãozinho. O reconhecimento do direito à cidadania por meio da atenção aos direitos civis (como cuidado com a vida, preservação da segurança e garantia do direito de ir e vir) – e o reconhecimento de que os moradores das duas favelas não são todos marginais ou apoiadores marginais permitiu ao GPAE gozar do respeito e da consideração por parte dos locais.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

A participação e o respeito como troca

Como apontou Cardoso de Oliveira (2004), para que haja troca é necessário que, em alguma medida, exista o reconhecimento mútuo entre as partes de seus interlocutores e que os sujeitos sejam dignos para a sua efetuação. Os policiais, ao procurar criar laços de confiança e estabelecer um diálogo com os moradores, indicam reconhecê-los como sujeitos merecedores de respeito. Os moradores, por sua vez, viram neste gesto, a oportunidade de modificar sua relação histórica com a polícia e, sentindo-se valorizados e satisfeitos com o que estava sendo oferecido, retribuíam por intermédio da participação, ainda que não nos termos idealizados pelos defensores do policiamento. Denunciavam. Mas não se oferecia apenas isso. Os moradores passaram a tratar os policiais com respeito demonstrando que sua presença no local não representava um estorvo. Além disso, se referiam aos policiais com respeito demonstrando reconhecer o esforço que estava sendo realizado para mudar a postura da polícia para com os moradores de favelas.

Como morre um projeto de policiamento comunitário

O GPAE não foi capaz de sustentar por muito tempo aquilo a que se propôs. Com o passar do tempo o comportamento dos policiais envolvidos com o GPAE passou a se assemelhar com a da ação policial tradicional. O tráfico voltou a submeter os locais às suas arbitrariedades, os policiais voltaram a demonstrar desconsideração pela segurança, retornaram os tiroteios e se interrompeu o diálogo. Para os moradores isso significou a ruptura da relação baseada nas demonstrações de respeito mútuo. Houve o afastamento definitivo dos moradores que passaram a ignorar, na medida do possível, a presença policial. Com isso, a proposta inicial de uma polícia que vivencia e procura colaborar com a resolução dos problemas cotidianos foi inviabilizada. O GPAE continuou a funcionar nas favelas, mas reproduziu o mesmo *modus operandi* da

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

ação policial tradicional e, com isso, todo o crédito adquirido no início da sua atuação se perdeu, ainda que não tenha sido desconsiderado pelos moradores.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Bibliografia

ADORNO, S.; PERALVA, A. **Estratégias de Intervenção Policial No Estado Contemporâneo**. São Paulo: 21(2): 39-52. Jul-dez, 2007.

ADORNO, S. **Conflitualidade e violência: reflexões sobre a anomia na contemporaneidade**. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 19-47, 1998.

ALBERNAZ, Elizabete R; CARUSO, Haydée; PATRÍCIO, Luciane. **Tensões e Desafios de um policiamento comunitário em favelas do Rio de Janeiro: o caso do Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais**. São Paulo em Perspectiva. ALLAN, Graham. **Friendship: Developing a Sociological Perspective**. Boulder/San Francisco: Westview Press. 1989.

ALMEIDA, Daniela. **Juventude, Projetos Sociais e Cidadania: representações e reinvenções contemporâneas**. In: O Galo e o Pavão. Comunicados do ISER. Número 58 – ano 22. 2003. Páginas 84-89.

ALVITO, Marcos. **Um - bicho-de-sete-cabeças**. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.). **Um século De favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1998.

_____. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV. 2001

ANSART, Pierre. **Histórias e memórias dos ressentimentos**. In: BRESCIANI, Stella; XARA, Márcia (orgs.) **Memória (res)sentimento**. São Paulo: Editora UNICAMP. 2000

AUSTIN, John L. **How to do Things with Words**. Cambridge: Havard University Press. 1962.

BARRETO FILHO, Melo; LIMA, Hermeto. **História da Polícia do Rio de Janeiro**. Rio

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

de Janeiro. Editora S.A. A noite. s.a.

BAUMAN, Z. **O Mal-Estar da Pós-Modernidade**. Jorge Zahar Editor. 1997.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

_____. **Comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003

_____. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999a

BEATO FILHO, Cláudio. C. **Determinantes da criminalidade em Minas Gerais**.

Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 13, n.37, p.74-89, jun. 1998

_____. **Dilemas no Controle da Criminalidade no Brasil**. Revista Polêmica, LABORE - UERJ, v. 6, 2002.

BELLI, Benoni. **Violência, tolerância zero e democracia no Brasil: paradoxos da década de 90**. Brasília: Departamento de Sociologia. Tese de doutorado, 2003.

BENNETT, Trevor. **A polícia e o envolvimento do público na prestação de serviço do policiamento comunitário**. In: BRODEUR, Jean-Paul (org.) **Como reconhecer um bom policiamento comunitário**, São Paulo: Edusp. 2002.

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. São Paulo: Edusp. 2002.

BLANCO, Antônio. **Sobre a experiência prática**. In: Comunicações do ISER, número 58 – ano 22: 101-109. 2003.

BOSI, Eclea. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2^a ed. São Paulo: T. A. Queiroz, EDUSP, 1987. 402p.

BOURDIEU, P. Marginália. **Algumas notas adicionais sobre o dom**. Mana, Rio de Janeiro: Contra Capa, v.2, n.2, p. 7-20, 1996.

BRANDÃO, B.C; MATTOS, I.R.; CARVALHO, M.A.R. **A polícia e a força policial no**

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRETAS, Marcos Luiz. **A guerra das ruas: povo e Polícia na cidade do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

BRODEUR, Jean-Paul. **Policiamento 'sob-medida': um estudo conceitual.** In: BRODEUR, Jean-Paul (org.) **Como reconhecer um bom policiamento comunitário.** São Paulo: Edusp. 2002.

BUARQUE DE HOLANDA, Cristina. **Polícia e Direitos Humanos. Política de Segurança Pública no Primeiro Governo Brizola.** Rio de Janeiro. Revan: 2005.

CAILLÉ, A. **Nem Holismo nem individualismo metodológicos. Marcel Mauss e o paradigma da dádiva.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.13, n.38, out. 1998

_____. **A dádiva entre as palavras: o que dizer pretende dar.** In: Dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis: Vozes. 2002.

CALDEIRA, T. **Operação Rio e cidadania: as tensões entre o combate à criminalidade e a ordem jurídica.** In: REIS, E., ALMEIDA, M.H.T. e FRY, P. (orgs). **Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas.** São Paulo: Hucitec/Anpocs. 1996.

_____. **Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo.** São Paulo: Editora 34/Edusp. 2000.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

CANO, Ignácio. **Nós e eles: direitos humanos, a polícia e a visão dicotômica da sociedade.** In: NOVAES, Regina (org.) **Direitos Humanos: temas e perspectivas.** Rio de Janeiro: MUAD, 117-122. 2001.

_____. **Letalidade da ação policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: ISER, 1997.

CARDOSO DE OLIVEIRA, L. R. **Concepções de Igualdade e (Des)Igualdades no Brasil.** Série Antropologia (Brasília. Online), v. 425, p. 6-19, 2009.

_____. **Honra, dignidade e reciprocidade.** Cadernos de Direitos Humanos, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 31-48, 2004.

_____. **Justiça, Solidariedade e Reciprocidade.** In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. **Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética.** Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro. 1996a.

_____. **Entre o Justo e o Solidário.** In: CARDOSO DE OLIVEIRA, R.; CARDOSO DE OLIVEIRA, L.R. **Ensaio Antropológico sobre Moral e Ética.** Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro. 1996.

_____. **Direito legal e insulto moral: dilemas da cidadania no Brasil.** Quebec e EUA. Rio de Janeiro: Relume-Dumará. 2002.

_____. **Justiça, Solidariedade e Reciprocidade: Habermas e A Antropologia.** In: TAVARES, José Vicente (Org.). **A Sociologia Entre a Modernidade e A Contemporaneidade.** 1ª ed. PORTO ALEGRE: UFRGS, 1995, v. , p. 27-36.

_____. **Existe Violência Sem Agressão Moral?** Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 23, p. 135-146, 2008

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

_____. **Direitos Republicanos, Identidades Coletivas e Esfera Pública no Brasil e no Quebec.** Série Antropologia, Brasília, n. 304, p. 02-30, 2001.

CARDOSO, Marcus. **A localização na favela: percepções e práticas do espaço entre católicos do Pavão-Pavãozinho.** In: Comunicações do ISER, 58, 22: 50-61. 2003.

_____. **Eu finjo que te vi, você finge que não me vê: espaços como campo de negociação nas favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho.** Rio de Janeiro: UERJ. Monografia de graduação. 2002

_____. **Uma etnografia sobre a relação entre polícia comunitária, tráfico e população favelada.** Dissertação de mestrado, PPGAS-UNB. 2005.

CARVALHO, J.M. de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2001.

_____. **Os Bestializados.** O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo. Companhia das Letras, 1987

CASSIA, Rita de; VITAL, Christina. **Sangue novo no morro.** In: O Galo e o Pavão. Comunicados do ISER. Número 58 – ano 22. 2003. Páginas 35-44.

CASSIA, Rita de; RAMALHO, Cristiane. **Palavra do Conselheiro.** In: O Galo e o Pavão. Comunicados do ISER. Número 58 – ano 22. 2003. Páginas 32-34.

CASTELLS, Manuel. **Narcotráfico, desenvolvimento e dependência na América Latina.** Fim de Milênio. São Paulo: Paz e Terra, 227-249. 1999

CERQUEIRA, C.M.N. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia.** Rio Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

_____. (Org.). **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio Janeiro: Fundação Ford/Freitas Bastos Editora, 1998.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac & Naify. 2004.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão. **As reformas nas polícias e seus obstáculos: Uma análise comparada das interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias**. Civitas (Porto Alegre), v. 8, p. 409-427, 2008.

_____. **Como as Democracias Controlam as Polícias: os mecanismos institucionais de controle da atividade policial**. Novos Estudos. CEBRAP, v. 70, n. 3, p. 65-78, 2004.

_____. **Entre a Lei e a Ordem: violência e reforma nas polícias**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004. v. 1000. 220 p.

COUTINHO, Jairo. **Pedagogia da esperança**. In: O Galo e o Pavão. Comunicados do ISER. Número 58 – ano 22. 2003. Páginas 90-92.

DAMATTA, Roberto. **“O ofício de Etnólogo, ou como ter ‘Anthropological Blues’”**. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978.

DA MATTA, R. **A Casa & a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DAOU, Ana Maria. **Memória e identidade social: o ‘álbum da cidade’ como representação da elite amazonense e da Manaus Antiga**. In: Cadernos de Antropologia e Imagem, 8:65-78. 1999.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

DAS, Veena. **Critical Events: Anthropological perspective on contemporary India.**

Oxford: Oxford University Press. 1995

DIRETRIZ de planejamento. N 23/00 Bol PM, Rio de Janeiro, n 37, 9 de agosto de 2000.

DOUGLAS, Mary. **No free gift. Introduction to Mauss essay on the gift. Risk and Blame.** London: New York: Routledge, 1976.

DUMONT, L. **Introduction à deux théories d' anthropologie sociale: groupes de filiation ET alliance de mariage.** La Haye-Paris: Mouton. 1971.

DURKHEIM, E.; MAUSS, M. **"Algumas formas primitivas de classificação"**. In: MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia.** São Paulo. Perspectiva. 2000.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico.** São Paulo, Ed. Martin Claret, 2001.

ECKERT, E. **A cidade "com qualidade". Estudo de memória e esquecimento sobre medo e crise na cidade de Porto Alegre.** Sociedade e Cultura, Vol. 10, No 1. 2007.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte: Investigação sobre a Sociologia da Realização e da Aristocracia da Corte.** Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 2001.

_____. **Sobre o Tempo.** Rio de Janeiro. Ed. Jorge Zahar. 1998.

_____. **Violence and civilization: on the state monopoly of physical violence and its infringements.** In: Civil society and the state: new european perspectives, ed. Kene. Londres: Verso. 1988.

_____. **O Processo Civilizador.** 2º vol. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

- _____. **Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- EVANS-PRITCHARD. E.E. **Os Nuer: Uma Descrição do Modo de Subsistência e das Instituições Políticas de um Povo Nilota**. São Paulo. Editora Perspectiva. 2002.
- FAUSTO NETO, A M. Q. **Mídia - Tribunal. A construção discursiva da violência: o caso do Rio de Janeiro**. Comunicação e Política, vol.1, número 2. 1995.
- FAVRET-SAADA, J. **Les mots, lês morts, lês sorts: La sorcerie dans La Bocage**. Paris Gallimard. 1989
- FILHO, M.B. e LIMA, H. **História da Polícia do Rio de Janeiro – aspectos da cidade e da vida carioca. – 1565-1831**. Rio de Janeiro: A noite. 1939.
- FIRTH, R. **Economics of the New Zealand Maori**. Wellington. Government Printer.
- GERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978.
- GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp. 1991.
- GODBOUT, J. **O espírito da dádiva**. São Paulo. FGV. 2002
- GODELIER. M. **O enigma da dádiva**. Perspectivas do homem/edições 70. Lisboa – Portugal, 1996.
- GODOI, E. P. **O Trabalho da Memória: cotidiano e história no sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999. 165 p.
- GREGORY, C. **“Gifts to men and gifts to god: gift Exchange and capital accumulation In contemporary Papua”** *Man*. n.s. 1980. PP. 626-52
- GUIMARÃES, A. Passos. **As favelas do Distrito Federal**. Revista Brasileira de Estatística, Ano XIV, No. 55, jul/set., pp. 250-277. 1953
- HAASHER. **O espírito da dádiva**. São Paulo. FGV. 2002.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990. 188p

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire. (1925)**. La Haye: Mouton, 1976.

HOBBS, Thomas, *LEVIATÃ, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. Trad. de João Paulo Monteiro. Coleção Os Pensadores. Abril Cultural, 1974)

HOBBS, Eric. **Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

KANT DE LIMA, Roberto. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos**. Rio de Janeiro: Editora Forense. 1995.

_____. **Administração dos conflitos no Brasil**. In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). **Cidadania e Violência**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV: 166-178. 1999.

_____. **Espaço público, sistemas de controle social e práticas policiais: o caso brasileiro em uma perspectiva comparada**. In: NOVAES, Regina (org.). **Direitos Humanos: temas e perspectivas**. Rio de Janeiro: MUAD. 2001.

KOERNER, A. **Habeas-corpus, prática judicial e controle social no Brasil**. São Paulo: IBC-CRIM, 1999.

LANNA, M. **Nota sobre Marcel Mauss e o Ensaio sobre a Dádiva**. Revista de Sociologia e Política no. 14, Curitiba, v. 14, p. 173-194, 2000.

LEACH, E. **Rethinking Anthropology**. London. The Athlone Press Ltda. 1996.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

_____. **Political Systems of Highland Burma: A study of Kachin Social Structure**. London. The Athlone Press Ltda. 1965.

LEEDS, Anthony; LEEDS, Elizabeth. **Sociologia do Brasil Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

LEEDS, Elizabeth. **Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira: ameaças à democratização em nível local**. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: FGV, 233-276. 1998.

LEITE, Márcia Pereira. **O Rio de Janeiro em pauta. Cidade e cidadania na imprensa carioca: o caso da Operação Rio**. Cadernos de Antropologia e Imagem, 6. 1998.

_____. **Para Além da metáfora da guerra: percepções sobre cidadania, violência e paz no Grajaú, um bairro carioca**. Rio de Janeiro. Tese de doutorado IFCS-UFRJ. 2001.

LEMGRUBER, Julita. **Controle da criminalidade: mitos e fatos**. Encarte da Revista Think Tank. São Paulo, Instituto Liberal, 2001.

_____. **Violência, Omissão e Insegurança Pública: O pão nosso de cada dia**. In: http://www.ucamcesec.com.br/pb_txt_dwn.php. 2004.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **A Gesta de Asdiwal**. In: Antropologia Estrutural dois. Rio de Janeiro. Edições Tempo Brasileiro. p.p. 152-205. 1993.

_____. **La pensée sauvage**. Paris. Ed. Plon. 1962.

_____. **Histoire et dialecte**. In: La pensée sauvage. Paris. Ed. Plon. 1962a.

_____. **La pensée sauvage**. Paris. Ed. Plon. 1962c.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

_____. **Le Totemisme Aujourd'hui**. Ed. Paris. Presses Univ. France. 1969.

_____. **Les Structures Élémentaires de La parenté**. Paris. Mouton. 1967.

_____. **O Cru e o Cozido (Mitológicas v.1)**. São Paulo. Cosac & Naify. 2004.

_____. **Raça e História**. Lisboa. Editora Presença. 2000.

_____. **História e Etnologia**. In: A Antropologia Estrutural. São Paulo. Cosac & Naify. Pp. 79-92. 2008.

_____. **Linguística e Antropologia**. In: A Antropologia Estrutural. São Paulo. Cosac & Naify. Pp. 79-92. 2008b.

_____. **Estrutura e Dialética**. In: A Antropologia Estrutural. São Paulo. Cosac & Naify. Pp. 249-257. 2008c.

MACHADO, Lia Zanotta. **Sexo, estupro e purificação**. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. (orgs.). **Violência gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora UnB, 297-352. 1999.

_____. **Entre o inferno e o paraíso. Saúde, direitos e conflitualidades**. In: Série Antropológica, Brasília, UnB. 2003.

_____. **Masculinidades e Violências. Gênero e Mal-estar na sociedade contemporânea**. In: SCHPUN, Mônica Raisa (org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, pp.35-78. 2004

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. **Um problema na interpretação da criminalidade urbana violenta**. In: Sociedade e Estado. X, nº 2 julho-dezembro. 1995. MAFFESOLI, M. **No fundo das aparências**. Petrópolis. Vozes. 1996

MAFRA, Clara. **Drogas e Símbolos**. In: ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.). **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1998

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. In: Coleção Os Pensadores. São Paulo. Ed. Abril Cultural. 1978.

MARCUS, George. **Identidades passadas, presentes e emergentes: requisitos para etnografia sobre a Modernidade no final do século XX ao nível mundial**. In: Revista de Antropologia. São Paulo, USP, n. 34. 197-221. 1991.

MARSHALL. T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro, Zahar. 1967.

MASTROFSKI, Stephen. **Policiamento comunitário e a estrutura da organização policial**. In: BRODEUR, Jean-Paul (org.). **Como reconhecer um bom policiamento comunitário**. São Paulo: Edusp. 2002.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

MESQUITA NETO, P. **Policiamento comunitário: a experiência de São Paulo**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, São Paulo, Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, ano 7, n25, p. 281-292, jan./mar. 1999.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia: Sociologia da força pública**. São Paulo: Edusp. 2003.

MOORE, Mark Harrison. **Policiamento comunitário e policiamento para solução de problemas**. In: TONRY, Michel e MORRIS, Norval. (orgs.). **Policiamento moderno**. São Paulo: Edusp. 2002.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser Policial é, sobretudo, uma razão de ser. Cultura e cotidiano da polícia militar do Estado do Rio de Janeiro.** Tese de doutorado em ciência política. IUPERJ, 1999. _____ . **Polícia brasileira tem história de repressão social.** Com Ciência [S.l.], 2001. In: www.comciencia.br/entrevistas/jacquelinemuniz.htm.

_____. **Recomendações para a reforma policial na América latina.** In: centro de estudos de segurança cidadã. CESC. 2002.

MUNIZ, J; LARVE, S; MUSUMECI, L; FREYRE, B. **Resistências e dificuldades de um programa de policiamento comunitário.** Tempo social; revista de sociologia da USP, 9(1): 197-213, maio de 1997.

MUSEMECI, Leonarda. (Coord.). **Segurança Pública e Cidadania – a experiência de policiamento comunitário em Copacabana (1994-1995).** Rio de Janeiro: ISER-Núcleo de Pesquisa, Castrol Brasil Ltda, jun. 1996.

NAFFAH NETO, Alfredo. **Violência e Ressentimento: psicanálise diante do nihilismo.** In: CARDOSO, Irene (org.). **Utopia e Mal-Estar na Cultura: Perspectivas Psicanalíticas.** São Paulo: USP e Hucitec, p.99-116. 1997.

NASCIMENTO, Nívio Caixeta do. **Entre as leis e o mundo: polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa.** Brasília: PPGAS/UNB. Tese de Doutorado. 2003.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

NEDER, G. NARO, N. **A polícia na Corte e no Distrito Federal, 1831-1930. A Instituição policial na cidade do Rio de Janeiro e a construção da ordem burguesa no Brasil.** Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições, 1981.

NOVAES, Regina. **Polícia, polícias: as percepções dos jovens.** Comunicações do ISER, número 58 – ano 22: 111-119. 203.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira. Cultura Brasileira e Indústria Cultural.** São Paulo. Editora Brasiliense. 5ª edição.1994.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Crimes e Criminosos em Belo Horizonte, 1982-1978.** In: PINNHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). **Crime, Violência e poder.** Rio de Janeiro: editora Brasiliense, 1981. P13-44.

_____. **Polícia e Segurança Pública.** Belo Horizonte. O alferes. 9(30): 27-41, jul/set. 1991.

_____. **Segurança privada, direitos humanos e democracia: notas preliminares sobre novos dilemas políticos.** Novos Estudos CEBRAP, V.31, P.131-141, 1991.

_____. **Crime, controle social e consolidação da cidadania.** In: Reis, F. e O'Donnell, G. (Eds.). **A Democracia no Brasil,** São Paulo. Editora Vértice: 1988. 168-199.

PERALVA, Angelina. **Violência e democracia: o paradoxo brasileiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade. Favelas e política no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

_____. **O Mito da Marginalidade. Favelas e Política no Rio de Janeiro.**

Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1977

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio.** Estudos Históricos, RJ, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

_____. **L'Experience Concentrationnaire.** Paris: Metaillié, 1990.

_____. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, RJ, v.5, n.10, 1992.p.200-212.

PORTO. M.S.G. **Mídia, segurança pública e representações sociais.** Tempo Social, revista de sociologia da USP, v.21, n.2.

RAMOS, Alcida Rita. **Memórias Sanumá: Espaço e Tempo em Uma Sociedade.** São Paulo. Editora Zero e Editora UnB. 1990.

RAMOS, Sílvia; LEMGRUBER, Julita. **Criminalidade e Respostas brasileiras à violência.** In: Medos e privações: obstáculos à segurança humana. Observatório da Cidadania, 2004.

REINER, Robert. **Processo ou produto? Problemas de avaliação do desempenho policial.** In: BRODEUR, Jean-Paul (org.). **Como reconhecer um bom policiamento comunitário.** São Paulo: Edusp. 1999.

REZENDE, Claudia Barcellos. **“Entre Mundos: Sobre Amizade, Igualdade e Diferença.”** In: G. Velho e K. Kuschnir [orgs.]. **Mediação, Cultura e Política.** Rio de Janeiro: Aeroplano.pp.237-264. 2001.

_____. **“Mágoas de Amizade: Um Ensaio em Antropologia das Emoções.** In: MANA 8[2]:69-89, 2002.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

RIBEIRO, Luiz Cesar. **Rio de Janeiro: exemplo de metrópole partida e sem rumo?**

In: Novos Estudos, nº 45: 167-182. 1996.

RIBEIRO, Manuel. **Territórios em construção.** In: O Galo e o Pavão. Comunicados do ISER. Número 58 – ano 22. 2003. Páginas 45-49.

ROCCO, Rogério. **Organização do crime, comércio das drogas: alternativas à conjuntura.** In: RIBEIRO, Ana; IULIANELLI, Jorge (orgs.). **Narcotráfico e violência no campo.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 109-134. 2000.

RONDELLI, Elizabeth. **Imagens da violência e práticas discursivas.** In: PEREIRA, Carlos; RONDELLI, Elizabeth; SCHOLLHAMMER, Karl; HERSCHMANN, Micael. **Linguagem da violência.** Rio de Janeiro: Rocco, 144-162. 1999.

ROSENBAUM, Dennis. **A mudança no papel da polícia: avaliando a transição para policiamento comunitário.** In: BRODEUR, Jean-Paul (org.). **Como reconhecer um bom policiamento comunitário.** São Paulo: Edusp. 2002.

SALEM, M.D. **História da Polícia no Rio de Janeiro. 1808 a 1930: uma Instituição a Serviço das classes dominantes.** Rio de Janeiro. Editora Lumen Juris, 2007.

SAHLINS, M. “**De la sociologie de l'echange primitif**”, In: Âge de Pierre, âge d'Abondance, Paris, Gallimard, Sciences Humaines.1976.

_____. **Stone age economics.** Londres: Tavistock. 1976.

_____. **Historical metaphors and mythical realities.** Ann Arbor: University of Michigan Press, 1986.

_____, **Ilhas de História.** Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed. 1994.

SANTOS, W.G. **Cidadania e Justiça.** Rio de Janeiro, Campus. 1987.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

SENTO-SÉ, J. T. L. **Violência, Medo e Mídia: Notas para um Programa de Pesquisa**. *Comum* (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 8, n. 21, p. 24-38, 2003.

_____,. **Criminalidade, violência e imagens do Rio de Janeiro**. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina; CRESPO, Samira (orgs.). **O Mal à brasileira**. 1997.

_____, **Imagens da ordem, vertigem do caos. O debate sobre as políticas de segurança pública no Rio de Janeiro, nos anos 80 e 90**. *Arché*, VII, 19: 41-73. 1998.

SETH, M. **Pavão-Pavãozinho/Cantagalo, o Povo Sobe no Governo Brizola**. Secretaria de Estado do Trabalho e da Habitação, Rio de Janeiro. 1985.

SILVA, J. L. W. da. **A polícia na Corte do Distrito Federal. 1ª parte: a polícia no município da Corte: 1831-1866**. Rio de Janeiro: PUC, 1981.

SILVA, L.A.M. **Sociabilidade Violenta: Por Uma Interpretação da Criminalidade Contemporânea no Brasil Urbano**. In: RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004a, v. I, p. 291-351.

_____. **Cidadania, Democracia e Justiça Social**. In: SILVA, L.A.M. (org.). **Rio: a democracia vista de baixo**. Rio de Janeiro: ibase, 2004, v.I, p. 25-32.

SILVA, L.A.M.; LEITE, M. **Violência, crime e polícia: o que os favelados dizem quando falam desses temas?** *Sociedade e Estado*. Brasília, v.22, n.3 p.545-591, set/dez.2007

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

SIMMEL, Georg. **Sociologia**. Organização de Evaristo Filho. São Paulo: Ática, 1983.

_____. **A metrópole e a vida mental**: in: VELHO, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1979.

SKOGAN, Wesley. **Participação da comunidade e policiamento comunitário**. In: BRODEUR, Jean-Paul (org.). **Como reconhecer um bom policiamento comunitário**. São Paulo: Edusp. 2002.

SKOLNICK, Jerome e BAYLEY, David. **Policiamento comunitário**. São Paulo: Edusp. 2002.

SOARES, G. A. D. **Political violence in Latin America**. Brazilian Review of Social Sciences, São Paulo, v. 2, 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Pacto pela Paz: o consenso possível**. Novembro de 2003, in: www.luizeduardosoares.com.br.

_____. (Org.). **Violência e Política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Relume Dumará, ISER, 1996.

_____. **Meu casaco de general: quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro**. São Paulo: Companhia das Letras. 1998

SOUSA, Rosinaldo Silva de. **Impactos locais do crime organizado global: observação a partir das favelas da cidade do Rio de Janeiro**. Brasília: PPGAS/UNB. Dissertação de mestrado. 2002.

STRATHERN, M. **O Gênero da Dádiva. Problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na melanésia**. Campinas: editora da Unicamp. 2006.

STERLING, Claire. **A máfia globalizada: nova ordem mundial do crime organizado**. Rio de Janeiro: Revan. 1997.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

SUÁREZ, Mireya. **O discurso policial comentado**. In: SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. (orgs.). **Violência gênero e crime no Distrito Federal**. Brasília: Editora UnB, 57-104. 1999.

TAMBIAH, S.J. **Culture, Thought, and Social Action. An Anthropological Perspective**. Cambridge, Mass: Havard University Press. 1985.

_____. **Leveling Crowds: Ethnonationalist Conflicts and Collective Violence in South Asia**. 1996. California/London: University of California Press.

TAYLOR, C. **Multiculturalismo: examinando a política de reconhecimento**. Tradução de Marta Machado. Lisboa: 1994.

TAUSSIG, M. **The devil commodity fetichism in South America**. Chapel Hill: University of North Carolina. 1983

VALLADARES, Lícia. **Cem anos pensando a pobreza (urbana) no Brasil**. In: BOSCHI, R (org.) **Cooperativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio Fundo/Iuperj. 1991.

_____. **A gênese da favela carioca. A produção anterior às ciências sociais**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 15, 44: 5-34. 2000.

_____. **Passa-se uma Casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Zahar Editores. 1978.

VAN GENNEP, Arnold. **Os Ritos de Passagem**. Petrópolis, R.J. Vozes, 1978.

VELHO, Gilberto. **A dimensão cultural e política dos mundos das drogas**. In: ZALUAR, Alba. **Drogas e Cidadania**. Editora Brasiliense, 23-29. 1994.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

_____. **Violência, reciprocidade e desigualdade: um perspectiva antropológica.** In VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos (orgs.). *Cidadania e Violência.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ e Editora FGV: 7-25. 2000.

_____. **Observando o familiar.** In: Edson Nunes. (Org.). **Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978, v. , p. 36-46.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida.** São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

VILLAVECES-IZQUIERDO, Santiago. **Focalizando a fluidez: as vias transversais do narcotráfico na Colômbia.** In RIBEIRO, Ana; IULIANELLI, Jorge (orgs.). **Narcotráfico e violência no campo.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 60-80. 2000.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **A Inconstância da Alma Selvagem – e outros ensaios de antropologia.** São Paulo. Cosac & Naify. 2002.

ZALUAR, Alba. **A máquina e a revolta.** São Paulo: Brasiliense. 1985.

_____. **Condomínio do diabo.** Rio de Janeiro. Revan/UFRJ. 1994.

_____. **Crime, medo e política.** In ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba (orgs.). **Um século de favela.** Rio de Janeiro: Ed. FGV, 209-232. 1998.

_____. **Violência e Crime.** In MICELI, Sérgio (org). **O que ler na ciência social brasileira (1970- 1995).** São Paulo. Sumaré: ANPOCS. 1999.

_____. **A globalização do crime e os limites da explicação local.** In: VELHO, Gilberto; ALVITO, Marcos. **Cidadania e Violência.** Rio de Janeiro, ed. UFRJ e FGV, p. 49-69. 2000.

WEINNER, A. B. **Women of value, men of renown: new pespectives in Trobriand Exchange.** Austion: university of Texas Press, 1976.

Como Morre um Projeto de Policiamento Comunitário

WOORTMANN, E. F. **Lembranças e Esquecimentos: memórias de teuto-brasileiros**. In: LEIBING, Annette; BENNIHGHOFF-LÜHL, Sibylle. (Org.). **Devorando o tempo: Brasil, o país sem memória**. São Paulo: Mandarim. 2001, v. , p. 205-235. 2001.

_____. **Identities e Memória entre Teuto-Brasileiros: os dois lados do Atlântico**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, p. 200-238. 2000.

_____. **Homens de hoje, mulheres de ontem: Gênero e Memória no Seringal**. Série Seminários (IPEA), Goiânia, p. 89-116. 1998.